CÂMARA DOS DEPUTADOS
ASSINADO DIGITALMENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXXIX Nº11, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2024

BRASÍLIA - DF

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2023/2025)

PRESIDENTE	ARTHUR LIRA (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	MARCOS PEREIRA (REPUBLICANOS-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)
1º SECRETÁRIO	LUCIANO BIVAR (UNIÃO-PE)
2ª SECRETÁRIA	MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
3º SECRETÁRIO	JÚLIO CESAR (PSD-PI)
4º SECRETÁRIO	LUCIO MOSQUINI (MDB-RO)
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GILBERTO NASCIMENTO (PSD-SP)
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	BETO PEREIRA (PSDB-MS)
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	ANDRÉ FERREIRA (PL-PE)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

Plenário

1. **TERMO DE ATA DA 003ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÃO DELIBERATIVA SOLENE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024** **5**

2. **SÚMULA DA 004ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024** **7**
   Ata da Sessão 21
   Ordem do Dia Convocada 129

3. **DOCUMENTOS CITADOS NAS ATAS DAS SESSÕES**
   DOCUMENTO 01 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 145
   DOCUMENTO 02 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 148
   DOCUMENTO 03 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 158
   DOCUMENTO 04 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 160
   DOCUMENTO 05 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 162
   DOCUMENTO 06 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 163
   DOCUMENTO 07 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 173
   DOCUMENTO 08 da 004ª Sessão da Câmara dos Deputados 186

Expediente Despachado

4. **DESPACHOS DO PRESIDENTE** **196**

Proposições

5. **PROPOSIÇÕES APRESENTADAS** **217**

6. **PROPOSIÇÕES DESPACHADAS** **228**

SEÇÃO II

Composição da Câmara dos Deputados

7. **COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** **623**

EDIÇÃO EXTRA A

Ato da Presidência, Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Hungria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

SUPLEMENTO

Despachos

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

1. TERMO DE ATA DA 003ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÃO DELIBERATIVA SOLENE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

TERMO DE ATA DE SESSÃO NÃO DELIBERATIVA SOLENE

Às 09h20 do dia 20 de fevereiro de 2024, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno, foi realizada a 3ª(terceira) Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa Solene, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, em homenagem aos 35 anos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, que teve como requerente o Sr. Nilto Tatto. Os registros em áudio e vídeo desta sessão estão disponibilizados por meio digital no sítio desta Casa e as notas taquigráficas poderão ser solicitadas ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação.

Presidente

LexEdit
CD241690017100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241690017100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Nascimento

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

2. SÚMULA DA 004ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 20/02/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Adriano do Baldy (PP - GO) - O Deputado abordou acusações recentes contra o Prefeito José Antônio, de Campo Alegre de Goiás. Destacou que, durante debates em 6 de fevereiro de 2024, acusações graves foram feitas por um Deputado e por Vereadores do Município, alegando desvio de 3 milhões de reais destinados à merenda escolar. Ele defendeu o Prefeito, citando uma certidão da DERCAP que o isenta de investigações. Enfatizou a lisura na vida pública de José Antônio, ressaltando sua inocência e conquistas, como o título de honra ao mérito municipalista.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou preocupação em relação às declarações do Presidente Lula sobre Israel e o conflito na Palestina. Ele condenou a comparação entre as ações do Governo Israelense e o Holocausto, considerando-a ignorante e imoral. Alertou para os riscos das declarações do Presidente Lula, argumentando que colocam em perigo a relação histórica entre Brasil e Israel. Também destacou números demográficos para contestar a descrição de genocídio na Palestina e enfatizou os horrores cometidos pelo grupo Hamas.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado expressou insatisfação em relação às declarações do Presidente Lula sobre comparação entre o Governo Israelense e Adolf Hitler. Destacou a rejeição internacional às declarações do Presidente Lula, mencionando o repúdio de Israel, dos Estados Unidos e dos Emirados Árabes. Também condenou as ações do grupo Hamas, mencionando atos violentos e acusando o Presidente da República de endossar o terrorismo. Além disso, criticou a falta de retratação do Presidente Lula.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado abordou a fala do Presidente Lula que comparou a defesa de Israel contra o Hamas aos atos de Hitler. Ele considerou a declaração inaceitável vinda de um Presidente da República, e destacou a reprovação da população brasileira ao discurso antissemita. Concluiu expressando seu repúdio à postura do Presidente Lula, afirmando que protocolou uma queixa-crime contra o Presidente brasileiro no Tribunal Penal Internacional em Haia, na Holanda.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado citou o sucesso da visita do Presidente Lula a Minas Gerais, destacando que nunca antes um Presidente tinha anunciado tantas iniciativas para o Estado. Ele mencionou a presença do Governador, de representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e de Deputados de diferentes posicionamentos políticos. Ressaltou que os políticos que têm diálogo e evitam linguagem ofensiva estavam presentes, enquanto aqueles que recorrem a xingamentos e palavrões para se expressar não compareceram.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado expressou sua discordância em relação às declarações do Presidente Lula que comparavam o Governo de Israel à Hitler. Criticou o Presidente Lula por criar uma situação complicada para o Brasil perante o mundo e lamentou as palavras utilizadas em referência ao povo israelense. Defendeu a importância de ser solidário com Israel, mencionando sua luta contra o terrorismo. Concluiu afirmando que o *impeachment* de Lula está próximo e que a Esquerda será retirada do poder novamente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado expressou sua preocupação com a diplomacia brasileira, afirmando que o Presidente Lula, ao comparar ações do Governo de Israel ao Holocausto, demonstra falta de compreensão histórica. Criticou a postura do Presidente, classificando-a como um "trapalhão diplomático" que prejudica a reputação do Brasil no cenário internacional. Além disso, repudiou a primeira grande fuga no Sistema Penitenciário Nacional e questionou a falta de segurança no presídio em questão. Também abordou a necessidade de combater as fragilidades do sistema prisional.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado lamentou a postura do Presidente Lula, alegando que suas declarações tornaram-no *persona non grata* em Israel. Criticou o comparativo feito pelo Presidente Lula entre o genocídio praticado por Hitler e as ações de Israel na Palestina. Também abordou a fuga de presos em Mossoró, associando-a a possíveis irregularidades e contatos suspeitos em 2023, culminando na fuga em fevereiro de 2024. Pediu a convocação do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino para esclarecimentos e anunciou o início do processo de *impeachment* do Presidente Lula.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado anunciou que o pedido de *impeachment* do Presidente Lula já conta com 121 assinaturas, próximo do recorde anterior de 124. Criticou as comparações entre Adolf Hitler e a defesa de Israel, enfatizando a incapacidade intelectual e ignorância do Presidente da República. Convidou todos para uma manifestação na Avenida Paulista em 25 de fevereiro, destacando o apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro como o verdadeiro líder do Brasil.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que as pessoas não deveriam se surpreender com a fala do Presidente Lula, destacando que ela reflete o seu antissemitismo e sua aliança com o grupo terrorista Hamas. Ele criticou partidos de Esquerda que concordam com a posição de Lula e expressou espanto pela falta de manifestação do Prefeito Eduardo Paes em defesa de Israel. Destacou a importância do direito de Israel à autodefesa e lamentou a omissão do Prefeito do Rio de Janeiro.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada abordou o conflito na Palestina, defendendo a posição do Presidente Lula. Ela acusou a Oposição de usar o tema para tentar desviar a atenção de investigações que envolvem o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Ela expressou preocupação com a situação na Palestina, alegando que ocorre um genocídio contra uma população desarmada. Defendeu o cessar-fogo imediato e afirmou que Israel deveria se retratar perante a humanidade. Encerrou pedindo responsabilidade do Parlamento em relação ao conflito.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado contestou a fala da Deputada Jandira Feghali, destacando que até a Oposição a Netanyahu, em Israel repudiou a declaração do Presidente Lula. Classificou o ataque de Lula como temerário e carente de conhecimento histórico. Citou dados demográficos para argumentar contra a acusação de genocídio, enfatizando o crescimento populacional na Palestina e em Israel. Concluiu afirmando que utilizar a palavra "genocídio" de forma inadequada desrespeita as vítimas judias durante o Holocausto.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado acusou os bolsonaristas de apoiarem o massacre e o genocídio cometido por Israel na Faixa de Gaza. Ele criticou a postura dos bolsonaristas por não demonstrarem solidariedade ao povo palestino. Além disso, mencionou que o ex-Presidente Bolsonaro está envolvido em investigações e pode enfrentar consequências legais. Destacou as ações do Governo liderado pelo Presidente Lula, elogiando políticas sociais e o desenvolvimento econômico.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado informou que a Oposição iniciou o processo de *impeachment* do Presidente Lula em razão das comparações entre as ações do Governo de Israel e de Adolf Hitler. Além disso, ele criticou a defesa feita pela base governista em relação às declarações do Presidente Lula.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado associou as declarações controversas do Presidente Lula a um "espírito da confusão" enviado por Deus. Afirmou que Lula está sendo atormentado e que suas atitudes estão gerando desagrado divino. Ele ressaltou as consequências das ações contra o povo judeu e concluiu dizendo que a situação se agravará para o Presidente Lula devido às suas ações contrárias à vontade de Deus.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado destacou que as declarações do Presidente Lula não apenas ofenderam o povo judeu, mas também todo o povo cristão, considerando que o cristianismo é visto como uma extensão do judaísmo. Ele ressaltou a importância de compreender a conexão entre as duas religiões e afirmou que o Presidente Lula precisa entender a relevância disso para os cristãos no Brasil e no mundo.

Mauricio do Vôlei (PL - MG) - O Deputado expressou sua indignação em relação às declarações do Presidente da República a respeito do Holocausto e do povo de Israel. Criticou a incompetência e despreparo do Presidente, destacando os impactos negativos que suas ações têm causado em diversos setores do país, como agronegócio, indústria, comércio e serviços. Ele pediu desculpas ao povo de Israel e ao povo judeu pelo comportamento do Presidente Lula, afirmando que ele não representa o povo brasileiro.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado expressou sua solidariedade ao jornalista Julian Assange durante seu discurso. Destacou a importância de defender a liberdade de imprensa e jornalistas contra qualquer forma de perseguição. Em relação ao Presidente Lula, enfatizou sua reputação internacional e sua postura firme em questões de paz, especialmente em relação ao conflito palestino-israelense. Reconheceu Lula como um estadista respeitado mundialmente, elogiando sua coragem e compromisso com a paz global.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou as viagens internacionais do Presidente Lula, alertando para os problemas diplomáticos que podem surgir. Expressou preocupação com a fuga de detentos de Mossoró, apontando falhas na gestão prisional e questionando a eficácia das medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sugeriu uma postura mais enérgica por parte do Governo e instou a população a se proteger, apelando para o direito à autodefesa.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado elogiou o crescimento dos *podcasts* no Brasil e destacou o *Guarda Volume PodCast*, de Foz do Iguaçu, como um exemplo de jornalismo inovador. Parabenizou a equipe liderada por Magnun Fernando Peloi Pina, Marcia Adriana Pompeo e Rafael Kog, enfatizando sua contribuição para a cidade e para o jornalismo brasileiro.

Ricardo Salles (PL - SP) - O Deputado expressou sua preocupação com a postura do Presidente Lula em questões internacionais, alegando que suas ações têm causado constrangimento ao Brasil. Citou episódios em que Lula se envolveu em polêmicas, como a tentativa de mediar conflitos entre países sem sucesso. Criticou a falta de foco do presidente em questões nacionais e sugeriu que sua prioridade parece ser viajar com a primeira-dama, sem tomar medidas concretas para o País. Destacou que a sociedade brasileira não apoia esse comportamento e mencionou um pedido de impeachment em andamento. Concluiu instando os Ministros e a base parlamentar do Governo a aconselharem o Presidente sua postura.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado expressou solidariedade à sua cidade, Feira de Santana (BA), que foi afetada por fortes chuvas e sofreu danos devido às deficiências na drenagem urbana. Colocou-se à disposição, juntamente com seu mandato, para ajudar a população feirense neste momento difícil.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado expressou sua indignação com as recentes declarações do Presidente Lula e membros da Esquerda em defesa dessas declarações. Criticou a posição de alguns parlamentares em justificar falas consideradas vergonhosas, especialmente no contexto do conflito entre Israel e Palestina. Ele comparou o atual Presidente brasileiro a líderes históricos controversos, como Adolf Hitler, e acusou membros da Esquerda de compartilharem ideologias perigosas. Destacou a apresentação de um pedido de *impeachment* contra Lula e enfatizou a necessidade de agir contra o que considera intolerância e injustiça.

Padre João (PT - MG) - O Deputado criticou membros do PL por tentarem desviar a atenção do público sobre questões importantes, como o líder do partido, que tentou evitar um depoimento à Polícia Federal. Ele acusou o partido de ser indiferente ao genocídio de palestinos na Faixa de Gaza. O Parlamentar também fez uma conexão entre a postura dos políticos brasileiros e as ações do Governo de Israel, sugerindo que ambos são insensíveis à vida humana. Ele enfatizou que a liderança internacional de Lula é reconhecida por sua busca pela paz e sugeriu que, se não fosse pela interferência dos Estados Unidos, o cessar-fogo já teria sido aprovado pela ONU.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou o Presidente Lula e o Supremo Tribunal Federal. Acusou Lula de defender o Hamas e o chamou de várias expressões ofensivas, afirmando que Lula é *persona non grata* no Brasil e em Israel. Além disso, expressou sua insatisfação com a pauta da Câmara dos Deputados, considerando-a irrelevante diante de questões mais urgentes, como a defesa das prerrogativas parlamentares. Ele também criticou o Presidente da Câmara, Arthur Lira, por sua atuação em relação ao STF. Encerrou convocando para um evento pró-Bolsonaro em São Paulo.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada acusou o Presidente Lula de cometer crime de responsabilidade ao fazer comentários antissemitas que, segundo ela, ofenderam Israel e o povo judeu. Ela argumentou que comparar os atos de Israel em resposta a ataques do Hamas aos crimes do Holocausto é um crime contra a humanidade. Defendeu Israel, descrevendo suas ações como legítima defesa, enquanto caracterizou o Hamas como um grupo terrorista que comete crimes contra a humanidade. Ela concluiu pedindo o *impeachment* de Lula.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado afirmou que o ex-Presidente Bolsonaro seria preso em breve, destacando o indiciamento dele na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI do Golpe. Ele acusou Bolsonaro de organizar golpes e de agir para tumultuar o cenário político, enquanto elogiou o Governo de Lula. Ele defendeu Lula por sua postura em relação ao conflito na Palestina, sugerindo que o Presidente merece o Prêmio Nobel da Paz. Encerrou reiterando a convicção de que Bolsonaro será preso.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado defendeu o *impeachment* do Presidente Lula, criticando seus comentários sobre Israel e Hamas. O Parlamentar defendeu Israel e acusou o Hamas de utilizar crianças e mulheres como escudos humanos. Expressou apoio a Bolsonaro e destacou uma suposta perseguição contra o ex-Presidente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado criticou a tentativa de *impeachment* do Presidente Lula por suas declarações sobre o conflito entre Israel e Palestina, chamando-a de devaneio da Oposição. Ele destacou a importância de discutir questões relevantes para o País, como investimentos em educação, infraestrutura e programas sociais. Ressaltou os avanços alcançados nos governos do PT, como a construção de estradas e a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida. Ele enfatizou a necessidade de se ocupar com questões concretas em vez de se envolver em debates sem fundamentos.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado acusou o Presidente Lula de ter conexões com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O Parlamentar defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o crime organizado. Ele também expressou solidariedade ao povo judeu e condenou as declarações de Lula sobre Israel, afirmando que o Presidente envergonha o Brasil.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado expressou indignação com as declarações do Presidente Lula em apoio ao Hamas e crítica a Israel. Argumentou que o apoio a um grupo terrorista é inaceitável e que o direito de autodefesa de Israel é legítimo. Defendeu a proposta de *impeachment* de Lula por suas declarações.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado criticou a bancada bolsonarista por se calar diante das acusações contra Bolsonaro, que enfrentaria um depoimento na Polícia Federal. Defendeu Lula e sua coragem em se posicionar contra o genocídio na Palestina, denunciando o sofrimento vivido por crianças na Faixa de Gaza.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou o ex-Presidente Jair Bolsonaro e a filmagem dos preparativos do golpe. Destacou a importância de condenar o genocídio na Palestina, sobretudo as ações de Israel. Chamou atenção para a gravidade da situação e apelou à consciência e busca pela paz, alertando sobre as consequências históricas da omissão.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado expressou preocupações sobre o conflito em Gaza, defendendo a busca por soluções pacíficas, condenando o genocídio e destacando a necessidade de sensibilidade humanitária. Criticou a falta de abordagem sobre cessar-fogo, ajuda humanitária e negociação de paz.

ORDEM DO DIA

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças. Criticou a comparação do Presidente brasileiro sobre a legítima defesa de Israel com o Holocausto nazista e defendeu o *impeachment* do Presidente da República.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças. Aproveitou para abordar a questão palestina, elogiando a posição corajosa do Presidente Lula sobre o genocídio em Gaza.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada criticou o Presidente Lula pela sua comparação das ações de Israel contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza ao Holocausto.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado destacou a tragédia na Palestina, repudiou a violência e defendeu a paz. Citou autoridades e movimentos judaicos que também criticam as ações de Israel.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças. Abordou brevemente a polêmica sobre Israel, pedindo clareza nas narrativas e criticando comparações inadequadas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças. Ressaltou a necessidade de ação decisiva por parte da Casa Legislativa, abordando também a inclusão na pauta de temas cruciais para o atual contexto do Brasil. Enfatizou a importância de restabelecer o equilíbrio entre os Poderes da República, especialmente diante de um Poder Judiciário que, segundo ele, se sobrepõe aos demais. Além disso, defendeu o andamento de requerimentos de CPIs, incluindo a investigação de abuso de autoridade pelo STF e TSE.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Laura Carneiro (PSD - RJ) – A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada comentou a posição do PSOL na votação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças. Concordou com a sugestão da Deputada Laura Carneiro de restringir sua aplicação a crimes contra a dignidade sexual e contra a vida.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada manifestou-se favoravelmente à aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado manifestou-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências. Ademais, defendeu a necessidade de recursos orçamentários para apoiar o financiamento das instituições de longa permanência para idosos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado demonstrou preocupação com o pouco tempo de análise para deliberação do Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Além disso, manifestou receio quanto à criação de um fundo para Justiça Federal, previsto em proposição apensada. Por fim, defendeu a necessidade de divulgação da pauta da Ordem do Dia com antecedência para que os parlamentares possam analisar detidamente a matéria antes da votação.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Além disso, saudou a presença do Capitão Guilherme Derrite, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Deputado Federal licenciado, parabenizando-o pelo seu relatório aprovado pelo Senado a respeito do Projeto de Lei nº 583, de 2011, que extingue o benefício da saída temporária dos presos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Além disso, reiterou as preocupações do Deputado Glauber Braga sobre a necessidade de maiores debates e discussões sobre proposições legislativas complexas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 20 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 20 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Além disso, solicitou a correção em ata da última orientação do Partido a fim de alterar o posicionamento favorável à proposição para liberação da bancada.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.

Carla Zambelli (PL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa. Além disso, defendeu a transparência, o controle social e a democracia.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado manifestou seu apoio político à aprovação do Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa. Destacou ainda a importância da proposição para a saúde pública brasileira, uma vez que visa corrigir distorções no sistema de regulação e acabar com privilégios indevidos, garantindo transparência e ética. Ressaltou a necessidade de uma fila única e transparente, em que cada cidadão saiba seu lugar e o tempo de espera, evitando assim o favorecimento injusto e possibilitando uma gestão mais eficiente dos recursos. Reforçou que essa mudança representa um avanço significativo para a população, especialmente os mais vulneráveis, e pediu celeridade na aprovação da proposta, que promove uma mudança cultural fundamental para o acesso justo e igualitário à saúde no Brasil.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada questionou o Presidente da Câmara dos Deputados sobre o motivo de não ter sido colocado em votação o Projeto de Lei Complementar nº 221, de 2016, que inclui como objetivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a aplicação de recursos na superação das desigualdades raciais. Ademais, informou que a proposição legislativa era de sua autoria e da Deputada Carmen Zanotto e que constava na pauta da Ordem do Dia.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado expressou preocupação com a deturpação do debate sobre Israel e Palestina, enfatizando a gravidade da situação na Palestina e criticando a ação militar israelense, que considera uma carnificina. Em seguida, destacou a importância do lançamento do Programa Brasil Unido contra a Dengue nas escolas, ressaltando a necessidade de promover conscientização sobre saúde pública entre as crianças. Abordou a questão da vacinação, criticando os negacionistas e defendendo a importância das vacinas para prevenir doenças. Destacou o progresso feito pelo Governo em áreas como correção do Imposto de Renda, geração de empregos, combate à dengue e investimentos na educação, incluindo a criação de institutos federais em Minas Gerais. Por fim, enfatizou a importância da defesa da democracia e a necessidade de responsabilizar aqueles que ameaçam as instituições democráticas, referindo-se ao depoimento do ex-Presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 10.106, de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei de Improbidade Administrativa, para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o Presidente da República por suas declarações controversas envolvendo Israel e o Holocausto, acusando-o de xenofobia, racismo e desrespeito às vítimas do nazismo. O Deputado defendeu um pedido de impeachment contra o Presidente e condenou a postura de alguns parlamentares que tentaram minimizar suas declarações.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado expressou sua indignação com a comparação feita pelo Presidente sobre as ações de defesa de Israel com os atos genocidas de Hitler durante o Holocausto. Ele destacou a necessidade de reconhecer a legítima defesa de Israel contra ataques do Hamas, enfatizando que o Hamas busca a destruição de Israel. Defendeu o direito de Israel se posicionar e criticou a falta de apoio explícito do Presidente brasileiro à nação israelense. Ele concluiu pedindo respeito à soberania de Israel e repudiando a comparação feita pelo Presidente.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada destacou a falta de igualdade no tratamento dado aos discursos sobre Israel e Palestina. Ela criticou parlamentares que acusam Lula de antissemitismo, apontando seus próprios comportamentos questionáveis relacionados ao nazismo. Defendeu a posição de Lula sobre o genocídio na Faixa de Gaza, ressaltando a necessidade de denúncia internacional e do apoio ao cessar-fogo. Ela rejeitou o pedido de impeachment contra Lula como uma tentativa de disputa de narrativa e alertou sobre as consequências legais para Bolsonaro caso ele participe de uma manifestação golpista. A Deputada enfatizou o repúdio a qualquer forma de genocídio e a necessidade de liberdade para a Palestina e de um cessar-fogo em Gaza.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou graves problemas no serviço prestado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) à população do Estado. Ele destacou a falta de fornecimento de água, demora na entrega do serviço e a insuficiência de investimentos para suprir as necessidades dos paraibanos. Ressaltou que algumas cidades sequer possuem água encanada e rede de esgoto, incluindo a capital. Responsabilizou o Governador do Estado por não tomar medidas efetivas para melhorar a situação da CAGEPA, assim como em outras áreas, como segurança pública e educação. O Deputado enfatizou a importância de resolver esses problemas e cobrou ações tanto do Governador quanto do Presidente Lula, que possui eleitores na Paraíba.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a posição do Presidente Lula em relação ao conflito na Faixa de Gaza, afirmando que o que está ocorrendo ali constitui um genocídio. Ele criticou os parlamentares de Direita que se opuseram à fala de Lula, acusando-os de falta de coragem para criticar o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, a quem ele chamou de genocida. O Deputado enfatizou que não se pode naturalizar nem o Holocausto nem o massacre do povo palestino, reforçando o apoio à denúncia feita por Lula sobre os eventos em Gaza.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado mencionou a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei nº 583, de 2011, que acaba com as saídas temporárias de presos em datas comemorativas. Ele expressou preocupação com possíveis vetos do Presidente Lula, destacando a importância da medida para evitar novos crimes. Criticou a postura do Governo em proteger criminosos e ressaltou a necessidade de acompanhar de perto esse tema para garantir a segurança da sociedade.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado expressou perplexidade em relação a um discurso parlamentar, criticando a mudança de posicionamento de militantes políticos que antes criticavam Bolsonaro e agora defendem Lula, especialmente em questões relacionadas a Israel e Palestina. Ele questionou essa mudança de postura e sugeriu que isso só poderia ser resultado de falta de discernimento ou ignorância.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Mariana Carvalho (REPUBLICANOS - MA) - A Deputada expressou seu repúdio à fala do Presidente da República contra Israel e o povo judeu, destacando sua admiração e respeito pela história de Israel, especialmente como membro da Assembleia de Deus em uma cidade conservadora. Ela pediu perdão em nome do povo brasileiro por essa postura do Presidente, enfatizando que suas palavras não refletem os sentimentos da população cristã e patriótica do país. Encerrou suas palavras com uma passagem bíblica que destaca a importância de abençoar Israel e pediu a misericórdia de Deus para o Brasil diante do atual cenário político.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado expressou seu repúdio à fala do Presidente Lula, que considerou ofensiva e antissemita, em relação à reação de Israel a um ataque terrorista do Hamas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou a mobilização da bancada gaúcha para apoiar e ajudar os cidadãos que sofreram com as recentes intempéries climáticas no Rio Grande do Sul. Ele mencionou a Medida Provisória nº 1.188, de 2023, que destina recursos para auxiliar os municípios afetados pelas enchentes. Além disso, expressou preocupação com a situação da energia elétrica no Estado, criticando a venda da CEEE para a empresa Equatorial e os problemas enfrentados pelos cidadãos devido à falta de preparo e aos acidentes envolvendo profissionais da empresa. O Deputado defendeu a necessidade de uma investigação rigorosa na Equatorial para garantir a segurança e o bem-estar dos gaúchos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado expressou sua indignação com o genocídio em Gaza e analisou a postura do Governo brasileiro em relação ao conflito Israel-Palestina. Ele destacou o histórico de ocupação e violência sofrido pelos palestinos, condenando os ataques e defendendo o direito de autodefesa do povo palestino. Ele encerrou reforçando a importância de denunciar e condenar as violações de direitos humanos e os abusos de poder em todo o mundo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o tratamento dado aos policiais militares durante o carnaval na Paraíba, denunciando jornadas extenuantes de 24 horas sem descanso adequado. Ele destacou a falta de consideração do Governo Estadual com a segurança pública e defendeu melhores condições de trabalho e salários para os policiais.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado expressou sua indignação com as declarações do Presidente Lula, que considerou antissemitas, e anunciou uma moção de repúdio que será votada na Câmara dos Deputados. Ele destacou que as falas do Presidente Lula estão mobilizando apoio para manifestação liderada pelo ex-Presidente Bolsonaro, em defesa de Israel e da democracia brasileira. O Deputado expressou confiança de que o evento será histórico e fortalecerá a Direita brasileira.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado expressou preocupação com a fuga de dois detentos da penitenciária de Mossoró (RN). Ressaltou a necessidade de aprofundar as investigações e responsabilizar os culpados por essa situação. Ele também criticou a gestão do Ministro Lewandowski na segurança pública.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado abordou a negligência do Presidente Lula em relação a questões como a saúde, mencionando a incidência de casos de dengue, a falta de vacinas e as dificuldades econômicas no País. Ele criticou as falas do Presidente, alegando que ele faz comparações inadequadas, como a tentativa de resolver conflitos internacionais tomando cerveja em um bar. Destacou a falta de sensibilidade

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

e coerência de Lula ao comparar a guerra entre o Hamas e Israel com o Holocausto. Ele também anunciou seu apoio ao ex-Presidente Bolsonaro em um evento na Avenida Paulista e incentivou votos em candidatos moderados, de direita e centro-direita nas eleições de 2024.

Dr. Jaziel (PL - CE) - O Deputado expressou sua indignação em relação a declarações recentes do Presidente Lula. Ele disse que Lula apoia tiranias, citando países como Venezuela, China e Coreia do Norte. Afirmou que foi detectado que a agência da ONU destinada a ajudar refugiados palestinos estava financiando o grupo Hamas e criticou a decisão do Presidente Lula de aumentar a contribuição brasileira para essa agência. Ele encerrou reforçando a indignação do povo brasileiro diante dessa perspectiva.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado abordou um ataque da imprensa relacionado a sua pré-candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele mencionou um vazamento de conversa sobre planos políticos, destacando sua confiança na possibilidade de ser eleito e se tornar um prefeito alinhado ao ex-Presidente Bolsonaro. Também esclareceu sua postura ao desencorajar patriotas de permanecerem nos quartéis em datas próximas aos eventos do dia 8 de janeiro, explicando que sabia das limitações do ex-Presidente Bolsonaro naquele momento. Encerrou expressando confiança em sua trajetória rumo à Prefeitura do Rio.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado expressou preocupação com a declaração do Presidente Lula comparando a guerra de Israel ao Holocausto e destacou as repercussões negativas nas relações do Brasil com Israel. Criticou a postura de Lula em relação ao grupo Hamas e mencionou um pedido de *impeachment*, alegando que a atitude do Presidente compromete as relações diplomáticas. Enfatizou o repúdio à fala do Presidente Lula e conclamou os Deputados a assinarem o pedido de *impeachment*, argumentando que o silêncio poderia ser interpretado como consentimento com a abordagem leviana do Holocausto.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou a fragilidade da democracia brasileira, apontando para a união do Executivo e Judiciário contra a Oposição. Ele mencionou a prisão de um membro de seu partido como exemplo de abuso nas operações de busca e apreensão, sugerindo a existência de conluio entre o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal (STF). Expressou preocupação com a inibição da liberdade de expressão na política e criticou a manipulação da opinião pública. Concluiu alertando para a formação de uma ditadura no Brasil.

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada expressou preocupação com a possível reoneração da folha de pagamento, destacando o impacto nos empregos e na economia. Também abordou a recente declaração do Presidente Lula sobre Israel, condenando a comparação feita com o Holocausto. Ela considerou a fala de Lula desrespeitosa e desnecessária, e criticou o elogio do Hamas ao Presidente brasileiro. Afirmou que essa postura prejudica as relações internacionais do Brasil.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado parabenizou o Governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, pelo sucesso do carnaval deste ano. Destacou o recorde de público, atingindo 3 milhões de pessoas, e a marca histórica de movimentação financeira, aproximadamente R$ 313 milhões. Elogiou a gestão eficaz, políticas inclusivas e incentivos à cultura e turismo, que não apenas promoveram o Estado nacionalmente, mas também geraram empregos temporários, destacando a criação de 9,8 mil postos de trabalho durante o período carnavalesco.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou seu repúdio às declarações do Presidente da República contra Israel. Criticou a falta de sensibilidade histórica e humanitária, considerando perigosa a banalização do sofrimento do povo judeu durante o Holocausto. Alertou que comparar as ações de Israel na Faixa de Gaza com o Holocausto distorce a realidade, minimiza as atrocidades cometidas e afronta a memória das vítimas. Exortou a rejeição das declarações, destacando a responsabilidade de condenar tais posicionamentos e reafirmar o compromisso com justiça, paz e respeito à dignidade humana.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada abordou o andamento das investigações sobre o envolvimento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e seu círculo nos atos antidemocráticos de janeiro de 2023. Apontou a derrota dos golpistas pela democracia, expressou curiosidade sobre o depoimento do ex-Presidente à Polícia Federal e criticou a convocação de um ato público em sua defesa. Além disso, lamentou a postura do Governador do Estado de Santa Catarina, citando uma viagem a Dubai e o negacionismo em relação à vacinação de crianças.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada anunciou a sanção da lei que inscreve Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Destacou o título como uma honra concedida a personalidades que desempenharam papel fundamental na defesa ou construção do País. Agradeceu aos colegas pelo apoio e expressou satisfação por relatar um projeto de tamanha relevância.

ENCERRAMENTO

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Ata da 4ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária (Semipresencial), Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, em 20 de fevereiro de 2024.

Presidência dos Srs.:

Arthur Lira, Presidente.

Gilberto Nascimento, 1º Suplente de Secretário.

Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário.

Joaquim Passarinho, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ABERTURA DA SESSÃO

(Às 17 horas e 40 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 56 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
PARÁ		
Dilvanda Faro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PARÁ 1		
AMAZONAS		
Saullo Vianna	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de AMAZONAS 1		
ACRE		
Roberto Duarte	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de ACRE 1		
TOCANTINS		
Antonio Andrade	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Filipe Martins	PL	
Total de TOCANTINS 2		
MARANHÃO		
Dr. Allan Garcês	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Márcio Jerry	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de MARANHÃO 2		
CEARÁ		
Célio Studart	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Dr. Jaziel	PL	
Total de CEARÁ 2		
PIAUÍ		
Flávio Nogueira	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PIAUÍ 1		

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

RIO GRANDE DO NORTE		
Natália Bonavides	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Sargento Gonçalves	PL	
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2		
PERNAMBUCO		
Lucas Ramos	PSB	
Maria Arraes	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Ossesio Silva	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de PERNAMBUCO 3		
ALAGOAS		
Alfredo Gaspar	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado Fabio Costa	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de ALAGOAS 2		
SERGIPE		
Delegada Katarina	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Nitinho	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Yandra Moura	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de SERGIPE 3		
BAHIA		
Claudio Cajado	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Félix Mendonça Júnior	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gabriel Nunes	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Josias Gomes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Valmir Assunção	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Zé Neto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de BAHIA 6		
MINAS GERAIS		
Bruno Farias	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado Marcelo Freitas	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Felipe Saliba	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Lincoln Portela	PL	
Total de MINAS GERAIS 4		
ESPÍRITO SANTO		
Paulo Folletto	PSB	
Total de ESPÍRITO SANTO 1		
RIO DE JANEIRO		
Caio Vianna	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Lima	PL	
Total de RIO DE JANEIRO 2		
SÃO PAULO		
Gilberto Nascimento	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Mario Frias	PL	
Mauricio Neves	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Alexandre Barbosa	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de SÃO PAULO 4		
MATO GROSSO		
Abilio Brunini	PL	
Total de MATO GROSSO 1		
GOIÁS		
Adriano do Baldy	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Célio Silveira	MDB	Bl MdbPsdRepPode

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Daniel Agrobom	PL	
Total de GOIÁS 3		
MATO GROSSO DO SUL		
Beto Pereira	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dr. Luiz Ovando	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcos Pollon	PL	
Total de MATO GROSSO DO SUL 3		
PARANÁ		
Geraldo Mendes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Luciano Alves	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Rodrigo Estacho	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Total de PARANÁ 3		
SANTA CATARINA		
Daniel Freitas	PL	
Darci de Matos	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Total de SANTA CATARINA 2		
RIO GRANDE DO SUL		
Denise Pessôa	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Giovani Cherini	PL	
Luciano Azevedo	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Carlos Busato	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Márcio Biolchi	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Mauricio Marcon	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Ronaldo Nogueira	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de RIO GRANDE DO SUL 7		

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Vamos passar agora às Breves Comunicações, momento em que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados dispõem de 3 minutos para fazer os seus pronunciamentos.

Vamos iniciar hoje lá pelo nosso Rio de Janeiro. Vamos subir a serra e ouvir o Deputado Luiz Lima.

Enquanto o Deputado Luiz Lima vai à tribuna, nós vamos ouvir, por 1 minuto, o Deputado Adriano do Baldy, do Estado de Goiás.

Tem V.Exa. a palavra.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. ADRIANO DO BALDY (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores colegas, dirijo-me a esta Casa para abordar um tema de extrema relevância e preocupação, relacionado a acusações recentes proferidas contra o Prefeito José Antônio, de Campo Alegre de Goiás.

No último dia 6 de fevereiro de 2024, durante os debates, um Deputado deste Parlamento e alguns Vereadores da cidade fizeram acusações graves, alegando que o Prefeito teria desviado 3 milhões de reais destinados à merenda escolar.

Ora, Sr. Presidente, o Município recebe por mês 10 mil reais para a merenda escolar. Se nós falarmos em 4 anos, ele não conseguiria arrecadar 450 mil reais. Contudo, Sr. Presidente, eu me sinto na obrigação de representar aquele Município aqui, na Câmara Federal. E, sendo o Prefeito meu parceiro do Progressistas, eu me sinto na obrigação de defendê-lo. Eu fui até a DERCAP — Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Administração Pública tirar uma certidão, no dia 9, na qual consta o seguinte:

> *Nada consta contra o Sr. José Antônio. Certifico ainda que, nos autos do inquérito policial, cuja diligência foi denominada Operação Parceria, fase 3 da Operação Verat, cumpre-se buscar e apreensão na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre de Goiás. O Sr. José Antônio não figura como investigado.*

Isso está aqui na certidão assinada pela DERCAP.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui, já encerrando as minhas palavras, agradecer-lhe a oportunidade e dizer que o Prefeito José Antônio possui uma vida pública pautada na lisura. Reafirmo veementemente a sua inocência, negando categoricamente qualquer envolvimento dele em desvio de verbas públicas ou atos ilícitos. Ele conquistou, inclusive, um título de honra ao mérito municipalista em 2023, em gestão pública municipal.

Desejo enfatizar a importância da presunção de inocência e do devido processo legal em nosso sistema judiciário.

Solicito que este pronunciamento seja transmitido pelos veículos de comunicação desta Casa, assegurando que a verdade prevaleça perante a opinião pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Alexandre do Baldy, de Goiás. Atendendo o pedido de V.Exa., determino que seu pronunciamento seja divulgado em todos os órgãos de comunicação da Casa.

O SR. ADRIANO DO BALDY (Bloco/PP - GO) - Presidente, permita-me uma correção: meu nome é Adriano do Baldy, do PP de Goiás.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Sim, Deputado Adriano do Baldy, do PP de Goiás.

Agora, de Goiás nós vamos ao Rio de Janeiro. Aproveitando que vamos ao Rio, eu gostaria de dizer, com muita alegria, que recebemos nesta Casa hoje o Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Vereador Carlo Caiado, convidado especial do nosso grande Deputado Pedro Paulo, exemplo de homem público a ser seguido.

Presidente Carlos Caiado, sinta-se à vontade nesta Casa. Esta é a sua Casa, é a Casa do Povo brasileiro. Leve o nosso abraço ao povo do Rio de Janeiro. Felicidades e parabéns pelo grande Deputado que V.Exa. tem aqui como representante, o Deputado Pedro Paulo! Sejam felizes!

Um abraço, Deputado Pedro Paulo!

O SR. PEDRO PAULO (Bloco/PSD - RJ) - O trabalho está feito. Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Vamos continuar no Rio de Janeiro, ouvindo o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

O Presidente Carlo Caiado, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, é convidado de toda a bancada do Rio de Janeiro, mas quem o trouxe foi o Deputado Pedro Paulo, por quem tenho o maior carinho.

Presidente Gilberto, quando o Presidente Lula faz uma declaração sádica — eu diria que temerária e seguro aqui as minhas palavras em respeito aos Deputados presentes —, ele representa todo o País.

Eu sei que o Presidente Lula é Hamas, que Hamas é Lula. Eu sei que o Presidente Lula tem simpatia pelo Irã. Eu sei que o Lula é Fidel Castro, é Maduro, é Chávez, é Daniel Ortega, mas a declaração dele, comparando o Governo de Israel e o Primeiro-Ministro Netanyahu a Adolf Hitler e fazendo alusão ao Holocausto é, no mínimo, ignorância, imoralidade, falta de moral.

Jesus Cristo disse: "*Perdoa, Pai, porque eles não sabem o que fazem*", mas eu tenho quase certeza de que ele sabe o que ele faz. E o PT endossou a declaração dele; o Itamaraty também.

Quando não se sabe de algo, usa-se o Itamaraty! Fez uma declaração que põe o nosso País em risco de entrar num confronto que não é nosso. Nós temos que nos posicionar ao lado do bem.

Presidente Lula, Holocausto aconteceu na Polônia, que, no ano de 1939, tinha 3 milhões e 300 mil judeus e, em 1945, tinha 200 mil judeus! A Polônia hoje só tem 20 mil judeus. Até hoje, a população judaica, em todo o mundo, não igualou o número de 16 milhões de judeus de 1939. Houve uma queda no número de judeus no mundo, e, até hoje, após 85 anos, aquele número não foi recuperado. A Polônia é a síntese do Holocausto.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O Presidente Lula diz que o que está acontecendo na Palestina é um genocídio. Então eu lembro que a população da Palestina em 1990 era de 1 milhão 980 mil palestinos, e hoje é de 5 milhões e 400 mil, um aumento de 155%, enquanto a população de Israel aumentou de 4 milhões para 9 milhões, um aumento de 100%, praticamente.

Então, Lula, a sua fala foi infeliz, a sua fala põe em risco a relação que o Brasil sempre teve com Israel, desde a criação do Estado de Israel, em 1948.

Quem esquarteja uma mulher, quem estupra uma mulher, quem quebra a pelve de uma mulher num ato de estupro não quer terra, não.

Quando você sequestra pessoas, quando você...

Eu peço mais 30 segundos, Presidente Gilberto.

Quando a gente assa um bebê no forno, Deputado Nikolas e Deputado Marcon, na frente de uma mãe, isso não é uma disputa de terra. Isso é ódio! Está lá no estatuto do Hamas: eles querem eliminar todos os que são católicos, que são judeus, todos aqueles que não são muçulmanos e não acreditam em Alá.

Então, a declaração do Presidente Lula põe em risco a nossa paz, a liberdade de todos os brasileiros no mundo, a segurança dos brasileiros.

Em nenhum momento o Presidente Lula fez um aceno de carinho às três famílias que perderam entes naquele massacre, três brasileiros.

Eu digo àqueles Deputados que vierem defender o Hamas e a Palestina que, se qualquer um de nós estivéssemos naquela festa, todos teríamos sido mortos, exterminados ou sequestrados.

Obrigado, Presidente Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Luiz Lima, lá do nosso Rio de Janeiro.

Agora, do Rio de Janeiro nós vamos ao Estado vizinho, Minas Gerais, para ouvir o Deputado Nikolas Ferreira.

Logo em seguida, vamos chegar ao Mato Grosso, Deputado Rodolfo, para ouvir a sua voz.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Boa tarde.

Ai que saudade, senhores, de quando a nossa preocupação diplomática acontecia quando o Bolsonaro chamava a mulher de Macron de feia. E olha que ele nem estava mentindo.

É impressionante que nós tenhamos ficado aqui sendo chamados de genocidas por 4 anos, tenhamos sido chamados de nazistas durante 4 anos e agora tenhamos um Presidente da República ignóbil, inescrupuloso, mentecapto, que simplesmente compara o que Israel está fazendo na Faixa de Gaza com o que Hitler fez com o povo judeu! Olha a inversão a que nós chegamos!

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

De fato, é impressionante o fato de que o Estado de Israel foi contra as declarações do Lula, o chanceler de Israel repudiou a fala do Lula, os Estados Unidos repudiaram a fala do Lula, os Emirados Árabes rejeitaram a fala do Lula e somente o grupo terrorista Hamas tenha apoiado e elogiado a fala do Lula.

E não falo de terrorismo como o que querem plantar, referindo-se ao que aconteceu aqui no dia 8 de janeiro, não! O Hamas faz terrorismo de verdade, com decapitação de crianças, morte de grávidas, estupro de mulheres simplesmente porque são judias. Mataram inclusive brasileiros naquela festa *rave*.

Agora, se nem no momento em que um grupo terrorista o está elogiando, ele consegue dar um passo atrás e dizer: *"Opa, falhei! Opa, errei!"*, isso demonstra que não houve um erro, houve um ato intencional deste Governo.

Talvez os senhores não gostem de mim, da Direita, do Bolsonaro, mas eu vou ser bem sincero: se algum Deputado do PT hoje aqui conseguir fazer uma ginástica mental de tal tamanho que consiga justificar essa fala do Lula, merecerá meus parabéns. Essa pessoa vai ganhar um atestado de desonestidade intelectual, porque, afinal de contas, pessoas comuns, sem antecedente criminal, sem terem cometido absolutamente nenhum crime para serem condenadas a 18 anos, 17 anos, 16 anos de cadeia, estão na cadeia sendo taxadas de terroristas.

O grupo terrorista Hamas, através do Telegram — olha só que loucura: o *Terça Livre* não tem Telegram aqui no Brasil, mas o grupo terrorista Hamas tem —, simplesmente coloca ali uma nota de agradecimento ao Presidente Lula. Que vergonha internacional! Que vergonha internacional!

De fato, o chefe do PT demonstra bem claramente qual é a face da Esquerda. Acuse-os do que você é, xingue-os do que você faz. É exatamente isso. Eu tenho hoje, absolutamente... Hoje é um dos dias em que eu mais tenho vergonha neste Parlamento.

Mais uma vez, eu repito que a saída para o Lula seria simplesmente se desculpar, mas, ao contrário, dobraram a aposta e denunciaram Israel no Tribunal de Haia. Olha que loucura! Isso não é uma coisa de uma pessoa em sã consciência, não. Ou seja, o Lula não é somente um velho senil, não, ele é uma pessoa... Sabem por quê? Porque pessoas de mau caráter também envelhecem! Tenho pena do Lula.

Peço mais 30 segundos, Presidente, para finalizar meu pronunciamento.

Presidente, além de ele ser *persona non grata* — é isso mesmo? —, além de ser *persona non grata*, ou seja, ele não é bem-vindo, o Lula também é um *(expressão retirada por determinação da Presidência)*. Falo isso aqui com toda a tranquilidade, porque a Polícia Federal pediu ao STF para abrir um inquérito contra mim, Deputado Bilynskyj, porque eu chamei o Lula de *(expressão retirada por determinação da Presidência)* na ONU. Quando ele conseguir excluir a sentença condenatória dele, aí nós de fato vamos conversar. Caso

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

contrário, se quiser me colocar na cadeia por chamar o Lula de *(expressão retirada por determinação da Presidência)*, vai ter que me colocar lá junto com metade do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Nikolas, nós temos usado um procedimento aqui na Casa, de um tempo para cá — e, logicamente, não se trata de haver nenhum censor nesta Casa —, e, infelizmente, a algumas palavras que V.Exa. usou nós não vamos autorizar a Taquigrafia a dar sequência, o.k.?

Vamos agora ao Mato Grosso com o Deputado Rodolfo Nogueira.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS. Sem revisão do orador.) - Presidente, subo a esta tribuna hoje para discorrer sobre mais uma fala, mais uma atrocidade cometida pelo Presidente Lula.

O Presidente Lula, no Egito, compara a defesa de Israel contra o Hamas aos atos que Hitler praticou contra os judeus. Isso é incabível como fala de um Presidente da República.

O Lula se apequena, mais uma vez, na diplomacia mundial e se torna o maior "anão-Presidente" da história do Brasil, um anão diplomático.

O único país que tem discurso parecido com o do Lula, Deputado Nikolas, é o Irã, que, com certeza, deve estar apoiando esse ato do Presidente Lula. Até os países árabes, da Liga Árabe, fizeram contestação dessa fala do Presidente Lula. Lula se apequena, mais uma vez, mundialmente e coloca o mundo inteiro contra o povo brasileiro.

Na Presidência da República, ele tenta representar o povo brasileiro, mas não o representa. A CNN divulgou uma pesquisa em que 83% da população reprovou esse discurso do Presidente Lula contra Israel, contra a defesa de um povo, contra o que o Estado de Israel poderia fazer contra um grupo terrorista, que, em um ato, matou mulheres e crianças, assassinou sem pudor nenhum vidas inocentes.

Aqui eu quero deixar claro que esse grupo terrorista, qualificação que o Presidente Lula se nega a aceitar, praticou terrorismo em Israel. E ele se coloca a favor desse grupo, ao adotar mais um ato lá fora em favor do Hamas.

Então, Presidente, aqui deixo meu repúdio a essa fala trágica desse cidadão que se diz Presidente da República do Brasil.

O Brasil não aceita essa fala. O povo brasileiro não concorda com esse discurso antissemita. Por isso mesmo, eu tomei a liberdade de protocolar no Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, uma queixa-crime contra o Presidente Lula, em razão dessa fala trágica que faz do Brasil um inimigo de muitos países.

Muito obrigado, Presidente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Rodolfo Nogueira, lá do nosso Mato Grosso.

Agora nós vamos a Santa Catarina ouvir o Deputado Zé Trovão.

Enquanto o Deputado Zé Trovão vai à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia, que havia solicitado a palavra.

Tem V.Exa. a palavra, por 1 minuto, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero apenas comunicar ao Parlamento que o Presidente Lula esteve em Minas Gerais, e a ida dele ao meu Estado foi um verdadeiro sucesso. Nunca nenhum Presidente da República anunciou tantas coisas para Minas Gerais como foi lá anunciado agora. Estiveram presentes o Governador do Estado, representantes do Tribunal de Justiça e do Ministério Público e Deputados da Situação e da Oposição. Claro que foram lá aqueles que têm diálogo no Parlamento, que não têm a boca suja para xingar, em vez de dialogar, porque só xingam palavrões no interior do Parlamento aqueles que não têm argumento. Esses usam palavrões para tentar se expressar.

Há quem ponha peruca na cabeça para aparecer, depois xingue o Presidente disso e daquilo, mas lá em Minas não tem coragem de aparecer quando o Presidente vai lá, porque sabe que é *persona non grata* — ele, sim —, em Minas Gerais *(expressão retirada por determinação da Presidência)*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Rogério Correia, logicamente, eu não tenho o papel de censor aqui, mas também vou tomar a liberdade de solicitar que se retire dos Anais da Casa a última expressão que V.Exa. colocou, para termos uma convivência mais tranquila, na qual todos possamos falar e colocar as ideias.

Agora nós vamos a Santa Catarina com o Deputado Zé Trovão.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com muita honra que eu volto a esta Casa neste ano de 2024.

Quero informar ao nobre Parlamentar que me antecedeu que o "moleque boca suja" teve 1,5 milhão de votos, não cometeu nenhum crime de corrupção, nunca se desviou do caminho, enquanto o Presidente da República do país dele não passa de uma pessoa que cometeu crimes e agora comete crime contra a nossa Nação, colocando o Brasil em uma situação ridícula perante o mundo, não somente perante Israel. Um homem que deveria ter cuidado com suas palavras conseguiu criar uma situação inóspita.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Bom, uma coisa é certa: no Brasil, ele não consegue andar; agora, ele não vai andar em Israel. Qual será o próximo país? Espero que sejam os Estados Unidos, daqui a pouco uma parte da Europa, e assim nós vamos seguindo.

O que aconteceu com o povo de Israel, mencionado através da boca suja de Luiz Inácio Lula da Silva, um descondenado, foi o maior crime já cometido contra um povo, que sofreu com mais de 6 milhões de vidas ceifadas por um terrorista, um criminoso, um bandido chamado Hitler.

Agora, vêm a este Parlamento falar sobre ações que Luiz Inácio Lula da Silva faz pelo Brasil. Vamos voltar no tempo e lembrar, Deputados, que até o presente momento, o que chegou ao Brasil foi endividamento, o que chegou ao Brasil foi desolação na nossa economia. E muitos aqui deveriam ter a coragem, neste momento tão sensível da história do mundo, de ser complacentes com os nossos irmãos em Israel.

Israel não é qualquer país, é o berço do Evangelho. Israel não é qualquer país, é o berço daquilo que prospera: Deus, pátria, família e liberdade, um país que vem lutando contra uma célula terrorista, um país que vem lutando não somente contra o Hamas, mas também contra tantos vizinhos que são seus inimigos.

Nós temos um representante que não tem capacidade de se colocar no seu lugar. Acho até que estava sob efeito de uma boa cachaça, porque, para dizer tanta besteira como esse cidadão diz, não conseguimos imaginar outra coisa. Não é possível que um Presidente de uma República tenha coragem de dizer as barbáries que foram ditas.

Mas não se preocupe, Brasil, não se preocupem, meus amigos, o *impeachment* de Lula está próximo. Veremos nesta Casa, mais uma vez, a Esquerda ser retirada do poder por meio de uma votação neste Plenário. Esperem por este dia e os senhores irão chorar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Zé Trovão, lá de Santa Catarina, nós vamos ao Mato Grosso com o Deputado Coronel Assis, do União Brasil.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, infelizmente, a diplomacia brasileira está indo para o ralo. Realmente, o Presidente Lula tenta se vender, em âmbito internacional, como um grande estadista, como uma pessoa que leva a diplomacia a outros patamares, no intuito de tentar inserir o Brasil no cenário mundial.

Mas, Sr. Presidente, na verdade, esse mesmo Presidente da República, o maior mandatário do nosso País, não passa de um trapalhão diplomático. Infelizmente, Sr. Presidente, a diplomacia brasileira está indo para o ralo, uma vez que ele comparou a resposta do Estado de Israel ao ataque covarde, totalmente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

desproporcional, do grupo terrorista Hamas ao Holocausto sofrido pelo povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

Realmente, fazer esse tipo de comparação, Sr. Presidente, é não saber nada de história. Mas isso não vem ao caso, porque esse mesmo Presidente que hoje comanda o Brasil, da outra vez em que foi Presidente, visitou o Museu do Holocausto e sabe, sim, o que aconteceu com o povo de Israel lá durante a Segunda Guerra Mundial.

O Hamas, Srs. Deputados e Deputadas, é, sim, uma organização terrorista. Ele matou, estuprou, assou crianças em fornos. E o Governo brasileiro ainda está passando pano para esse tipo de gente. Infelizmente, nós vivemos num País onde o nosso Presidente da República não passa de um trapalhão diplomático, que coloca o Brasil, mais uma vez, como um pária diplomático dentro do cenário mundial.

E aqui eu quero perguntar a cada um dos senhores e das senhoras e de vocês que nos assistem: qual foi a intenção de se fazer uma comparação tão esdrúxula quanto essa? Qual foi a intenção dessa insanidade? E aqui eu vou dizer. É o alinhamento político que se tem com esses grandes governos de esquerda, como a China, a Rússia e outros governos totalitários, que vivem desrespeitando todos os direitos humanos no mundo.

Sr. Presidente, só para concluir, quero também deixar aqui nosso repúdio à primeira grande fuga que aconteceu dentro do Sistema Penitenciário Federal. Temos somente cinco presídios em todo o País, e o Governo Federal não sabia que nesse presídio onde houve a fuga as câmeras não funcionavam, estavam numa reforma. Realmente se mostrou toda a fragilidade que o sistema possui e, com certeza, todo o avanço que o crime vem tendo durante esse Governo que ora se instalou em nosso País.

Precisamos lutar contra isso, Sr. Presidente, e para isso nós estaremos aqui, em pé e à ordem, prontos para esse embate.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Coronel Assis, lá de Mato Grosso.

Agora nós vimos ao Distrito Federal, com o Deputado Alberto Fraga.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável ter um Presidente da República que não respeita países amigos e que, com a sua atitude, coloca o Lula hoje como *persona non grata* ao povo de Israel, que já sofreu demais.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Agora, fazer um comparativo do genocídio praticado por Adolf Hitler contra os judeus e dizer que Israel fez a mesma coisa com o povo da Palestina é querer esconder realmente alguma coisa muito grave que está por trás de tudo isso.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria falar era uma coisa que me intrigou bastante com relação à fuga de Mossoró. Em março de 2023, o Flávio Dino vai lá ao Comando Vermelho, ao CPX, sem segurança, e faz aquele auê todo. Em março de 2023, a dama do Comando Vermelho visita Flávio Dino. Em abril de 2023, o Dino nomeia Diretor do presídio de Mossoró uma pessoa da sua confiança. Em setembro de 2023, o Dino determina a transferência de dois presos lá do Acre para Mossoró. E, em fevereiro de 2024, esses dois presos que foram transferidos fugiram.

Por isso, nós não podemos abrir mão da convocação do Ministro da Justiça. Ele tem que explicar ou punir os culpados. Está na cara que nisso aí correu foi grana, dinheiro, que é do que o PT gosta. Está na cara que isso foi uma facilitação. Os contatos começaram em março de 2023, com aquela mulher que foi visitar, no Ministério da Justiça, o Flávio Dino. Mas as coisas no Brasil estão acontecendo e ficam por isso mesmo.

Portanto, Sr. Presidente, hoje, estamos dando início ao processo de *impeachment* do Presidente Lula. Nós já temos 122 assinaturas e vamos conseguir mais, com certeza absoluta, porque não podemos mais aceitar um Presidente viajante, irresponsável e que só quer saber de prejudicar o Brasil.

Por isso, mais uma vez, peço aos colegas que ainda estão indecisos: Vamos assinar o pedido de *impeachment*! Eu já tenho a experiência de um. Graças a Deus, participei do *impeachment* da Dilma. E, agora, eu quero participar do *impeachment* do Presidente Lula.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Alberto Fraga, aqui do Distrito Federal, nós vamos voltar a São Paulo. Em São Paulo, nós vamos ouvir o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Delegado Paulo Bilynskyj, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite, senhoras e senhores.

Estou extremamente ansioso. Nós temos agora 121 assinaturas no pedido de *impeachment* do Lula. O recorde nesta Casa foram 124. Então eu acredito que, em breve, nós teremos um novo recorde de Deputados declarando o voto deles pelo *impeachment* de Lula, que demonstrou, mostrou, comprovou que é absolutamente incapaz para realizar qualquer espécie de ato administrativo como Presidente da República. Como é que alguém em plena capacidade consegue comparar atos de Adolf Hitler com um ato de defesa de Israel? É muita incapacidade intelectual, é muita ignorância, e essa ignorância reflete a incapacidade.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Lula não tem nem a possibilidade de andar na rua no Brasil. Agora, ele também não vai poder andar na rua em Israel. Mas sabe quem pode andar na rua? Eu vou dizer ao senhor, eu vou dizer: nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro.

E convido V.Exa. e todos os brasileiros para, dia 25 de fevereiro, domingo, às 15 horas, na Avenida Paulista, a maior manifestação da história deste País, para mostrar quem realmente tem capacidade de gerir esta Nação, para mostrar quem é o verdadeiro líder do Brasil e para mostrar quem vai, com certeza, levar o nosso País para o caminho do bem.

Então, senhoras e senhores, convido todos vocês para deixarmos bem claro quem é o verdadeiro líder desta Nação: o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, lá de São Paulo, nós vamos agora fazer uma rápida inversão, que eu já expliquei aos senhores. A Deputada Jandira Feghali fez uma cirurgia e precisa se retirar do plenário. Então, nós vamos inverter a ordem aqui e trazê-la um pouco para a frente.

Enquanto a Deputada Jandira Feghali vai à tribuna, nós vamos ouvir aqui o Deputado Otoni de Paula, que havia solicitado 1 minuto.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - As pessoas não deveriam se assustar com a fala de Lula. Na verdade, podem até chamar o Presidente Lula de mentiroso, mas, neste caso, não. Neste caso, ele está sendo fiel ao antissemitismo que ele carrega dentro do seu coração e à aliança que ele tem com o grupo terrorista Hamas.

Portanto, ninguém tem que se assustar, como não tem que se assustar também quando partidos de esquerda concordam com a fala dele, como o Deputado Guilherme Boulos, lá em São Paulo; como o Deputado Tarcísio Motta, que não se manifestou contra a fala de Lula, lá na cidade do Rio de Janeiro.

Agora, o que me espanta é o Prefeito Eduardo Paes, que se mete em tudo quanto é assunto, simplesmente, covardemente, se calar e não defender o povo de Israel, o direito que Israel tem de se autodefender nesta guerra cruel. Israel enfrenta isso não é de agora, não, é há muitos anos.

Portanto, eu quero manifestar aqui nesta Casa a nossa vergonha pelo fato de o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro não ter se manifestado favoravelmente a Israel.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Continuando no Rio de Janeiro, depois de ouvir a voz do Deputado Otoni de Paula, nós vamos ouvir a voz da Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares e quem nos ouve, eu fico ouvindo as falas da política brasileira — aqui é a representação da política brasileira — e me pergunto até onde vai o esforço cínico de transformar o que não é um problema num grande problema. E obviamente, obviamente, esse esforço se põe aqui para esconder a verdadeira razão de discursos tão agressivos contra o Presidente Lula, que é, de fato, esconder Bolsonaro, no alvo das investigações, no alvo da Polícia Federal, no alvo do Supremo Tribunal Federal, com provas; não com convicções, com provas das suas ações na montagem de um golpe no Brasil, da corrupção que ele fez no Brasil com todo o Erário público e com as joias e presentes e pedras e tantas outras coisas — 800 mil reais fora do Brasil, que ele enviou. Alguém que é assalariado consegue mandar quase 1 milhão de reais para fora do Brasil? E neste momento, nesta semana, ele vai depor na Polícia Federal.

Então, todo esse esforço cínico é exatamente para desviar a atenção do assunto em que o Brasil está ligado neste momento, que é a tentativa de golpe contra a democracia, e o que está no alvo é uma possível condenação do Sr. Jair Bolsonaro e seus associados, inclusive militares de alta patente.

Mas eu vou entrar no tema da Palestina. Acho importante que entremos no tema, porque só quem não vê o que está acontecendo na Palestina pode desconsiderar que o que está acontecendo ali é um genocídio. Crianças e mulheres estão sendo alvo de um exército muito bem aparelhado. E, como disse o Presidente Lula, não são soldados contra soldados; é um exército contra mulheres e crianças e um povo desarmado. O Presidente Lula — e nenhum de nós — nunca deu apoio às atitudes do Hamas. Isso é uma mentira! Isso é uma inverdade, é outro cinismo. E quando o Presidente Lula fala de Hitler com os judeus, nem a palavra "holocausto" ele usou, nem essa palavra; ele, na verdade, repudia o genocídio que foi feito contra o povo judeu no período do nazifascismo, na Segunda Guerra Mundial.

Então, querer transformar isto numa posição de Lula contra os judeus é um absurdo, porque nós sempre defendemos a população do Estado de Israel, como sempre defendemos a comunidade judaica no Brasil, que sofre antissemitismo. Nós sempre denunciamos o antissemitismo aqui, sempre repudiamos o antissemitismo aqui. Eu mesma, nesta tribuna, fiz um discurso contra as atitudes de preconceito contra a comunidade judaica brasileira. E esse é o momento de compreendermos que é necessário um cessar-fogo imediato, porque mulheres e crianças morrem, é o extermínio, é uma limpeza étnica, é a intolerância, é a supremacia racial, que são os princípios, sim, do nazifascismo, assumidos por Netanyahu.

Portanto, eu quero aqui sustentar a posição do Presidente Lula, que não tem que se retratar. Como disse o Ministro Celso Amorim, quem tem que se retratar é Israel perante...

(Desligamento do microfone.)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Peço-lhe que conclua, Deputada Jandira Feghali, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) - ... é Israel perante a humanidade. É um absurdo que aqui no Parlamento brasileiro não haja uma condenação desse massacre contra uma população inteira, acuada. Há 1 milhão e meio de palestinos acuados em Rafah, e o bombardeio para cima de 1 milhão e meio de pessoas de um povo desarmado.

Portanto, é necessário que este Parlamento tenha um mínimo de responsabilidade e de respeito com o povo palestino, defendendo o cessar-fogo imediato.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois da Deputada Jandira Feghali, lá do Rio de Janeiro, agora nós vamos a Santa Catarina, com a Deputada Julia Zanatta.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ) - Presidente Gilberto...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois, nós vamos ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Um minuto, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Não, não podemos. Nós não podemos fazer isso, não consigo. Infelizmente, não. Ali é um caso de saúde. A Deputada fez uma cirurgia. Então, desculpe-me. Se nós começarmos a fazer essa troca, vamos ter alguma dificuldade.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ) - Presidente Gilberto, peço 30 segundos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Nós vamos fazer o seguinte: nós vamos então ao Deputado Valmir Assunção. Enquanto o Deputado se organiza na tribuna, Deputado Luiz Lima, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto, eu gostaria só de lembrar à Deputada que me antecedeu que até a oposição a Netanyahu em Israel repudiou a fala do Presidente Lula. Então, o ataque do Presidente Lula foi um ataque sádico, eu diria, sádico, temerário e de pouquíssimo conhecimento do que aconteceu no passado. A Polônia teve em 6 anos a população judaica reduzida de 3 milhões e 300 mil habitantes para 200 mil. A população da Palestina, de 1990 para 2024, cresceu de 1 milhão de habitantes para 5 milhões. Onde há genocídio, quando uma população se multiplica cinco vezes em 32 anos? A população de Israel cresceu 100%; a população da Palestina, 500%.

Então, fazer mau uso da palavra "genocídio" é desrespeitar os 6 milhões de mortos de origem judaica no mundo.

Obrigado, Presidente Gilberto. *(Palmas.)*

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k. Depois do Rio de Janeiro, nós vamos agora à Bahia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) - Vai ficar o debate das falas. Eu também quero responder. Ele rebateu a minha fala daqui de baixo. Ele já tinha falado. Então, eu quero responder também.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputada Jandira, observe. Na realidade, Deputada Jandira, ele não citou o nome de V.Exa. Deputada Jandira, o nome de V.Exa. não foi citado. Logicamente, eu gostaria da compreensão de V.Exa.

Agora, nós vamos à Bahia, ouvir o Deputado Valmir Assunção.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Valmir.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu fico ouvindo os Deputados bolsonaristas falando, discursando aqui, e fico me perguntando: será que esses bolsonaristas não têm um pouco de sentimento? A invasão que aconteceu na Faixa de Gaza por Israel foi no dia 7 de outubro. Mais de 30 mil pessoas foram assassinadas. Quem assassinou essas mais de 30 mil pessoas? Lógico que foi Israel. Como é que vão negar isso? Mais de 30 pessoas que eram reféns também morreram. Quem foi que as assassinou? Lógico que foi Israel, com as bombas. Isso é o quê? Qual a posição de vocês? Vocês estão a favor do massacre que Israel está fazendo ao povo palestino na Faixa de Gaza. Vocês estão a favor do massacre que estão fazendo contra um povo indefeso. Lógico que vocês estão a favor, porque em nenhum momento vocês mostram solidariedade ou apoio àquele povo. Vocês estão a favor do massacre, do genocídio. Essa é a grande realidade.

Eu quero dizer a todos que tudo isso que está acontecendo também ocorre porque Israel não quer o Estado da Palestina, e V.Exas. também são contra, mas há uma coisa que vocês no Brasil querem esconder: é a situação em que o mito de vocês, o Bolsonaro, está envolvido. Haverá todo um processo de investigação. E eu tenho certeza de que na quinta-feira, vai haver o depoimento de Bolsonaro à Polícia Federal. A partir dali, quem sabe, ele não vai tomar banho de sol?

É isso o que vai acontecer com Bolsonaro, pela irresponsabilidade dos atos que ele patrocinou, de 8 de janeiro, rasgando a Constituição Federal, rompendo o processo democrático. É isso que vocês querem esconder do povo brasileiro. Mas não conseguirão esconder, porque o povo brasileiro está acompanhando e defende o Governo do Presidente Lula, que gera emprego, desenvolvimento, oportunidade para a nossa gente, muita política social. Essa é a grande verdade que está acontecendo no Brasil.

Portanto, bolsonaristas que não têm sentimento, solidariedade, não tem problema. O nosso projeto político, liderado pelo Presidente Lula, tem solidariedade, tem sentimento, e o povo sabe disso.

Era isso, Sr. Presidente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Valmir Assunção, da Bahia.

Agora, da Bahia vamos para o Rio de Janeiro, ouvir o Deputado Roberto Monteiro Pai.

Enquanto o Deputado vai à tribuna, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, que havia solicitado 1 minuto.

Depois, vamos a Sergipe.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição responsável ao desgoverno Lula acabou de fazer uma coletiva de imprensa, anunciando o processo de *impeachment* contra as frases e as palavras irresponsáveis, criminosas do descondenado Lula. Não era de espantar que os seus aliados viessem a esta Casa, ao Parlamento brasileiro, que tem história, para defender o indefensável. Como eu já falei naquela tribuna, diversas vezes, é como aquele filme *Missão Impossível.* É a defesa deles!

Não tenho dúvida nenhuma, Srs. Parlamentares, população brasileira que está nos assistindo, de que, se Adolf Hitler, com quem Lula fez a comparação, estivesse vivo hoje, exterminando os judeus, eles estariam aqui defendendo o maior ditador da história mundial, não só da Alemanha. É uma vergonha querer defender o indefensável com as palavras criminosas do descondenado Lula.

Ele é *(expressão retirada por determinação da Presidência)* sim! Lula é *(expressão retirada por determinação da Presidência.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado, eu já pedi várias vezes aos Srs. Deputados... Logicamente, não se trata de nenhum censor. Nós não precisamos travar uma guerra neste plenário, principalmente utilizando palavras que não são usuais.

Eu vou tomar a liberdade de pedir ao pessoal da Taquigrafia que retire das notas taquigráficas as últimas palavras citadas por V.Exa.

Agora, nós vamos ao Rio de Janeiro, com o Deputado Roberto Monteiro Pai.

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Meu nobre sempre Presidente, todos os meus pares que estão nesta Casa, esse repúdio, essa indignação será um tema apresentado por vários dias.

Eu não vou falar desse Governante, diretamente. Mas vou falar o seguinte: a Bíblia, que é um livro universal, faz menção a muitas passagens sobre o que Deus fez ao chegar ao momento de ficar irado contra uma autoridade, um rei ou um líder. E o que Ele fez? Ele enviou um espírito da mentira, um espírito da confusão. Ele enviou esse espírito, que, nos dias de hoje, tem atormentado a vida desse governante. Vemos muitas matérias em que ele só diz mentiras e, muitas vezes, como no caso, faz declarações desnecessárias. Na mente dele, verdadeiramente, posicionou-se um espírito de confusão para que ele falasse aquilo. Ele está sendo atormentado por Deus, porque o coração dele, literalmente, não é bom.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Eu, como Parlamentar, como pastor, não vou tacar pedra nele — não vou, não é o meu papel —, mas posso afirmar que ele está sendo atormentado, e a cada dia isso vai se agravar, porque quem entrou na peleja, quem entrou na luta, foi o Eterno, o Grande El Shaddai, ainda mais agora, quando ele toca na menina dos olhos d'Ele, que é o povo judeu, que é a nação judaica. Então, podemos nos acostumar, porque, a cada dia que passar, as coisas vão se agravar em virtude das atitudes dele.

Eu finalizo dizendo que a nossa luta não é contra a carne nem o sangue, mas contra principados, potestades, hostes espirituais da maldade que atuam na atmosfera. E esse governante está sendo atormentado. Ele não tem paz, não dorme tranquilamente, porque tem um coração totalmente inclinado a fazer coisas contrárias àquilo que é da vontade de Deus.

Aguarde, Brasil, porque o nosso Deus está nessa peleja!

Deus os abençoe. *Shalom*! Paz!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Roberto Monteiro Pai.

Sras. e Srs. Deputados, estamos com 120 Deputados inscritos na lista. Eu calculo que por volta de 20 horas, provavelmente, começaremos a Ordem do Dia. Não posso dar a palavra de 1 minuto em 1 minuto, e respeito que todos tenham esse direito. Por isso, vou fazer o seguinte: temos três pedidos de palavra de 1 minuto, do Deputado Luciano Alves, do Deputado João Daniel e do Deputado Silvio Antonio. Enquanto os Deputados inscritos vão à tribuna, eu vou passar a palavra a esses Deputados. Depois disso, só para os Deputados inscritos. Fica melhor assim. Obrigado pela concordância dos senhores.

Então, vamos ouvir agora o Deputado Mauricio do Vôlei, de Minas Gerais.

Enquanto o Deputado Mauricio do Vôlei vai à tribuna, o Deputado Silvio Antonio, do querido Maranhão, dispõe de 1 minuto.

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as falas do Presidente Lula não ofenderam apenas o povo judeu, mas todo o povo cristão do mundo inteiro, porque o cristianismo é um braço do judaísmo.

Quando Deus, em Gênesis 12, escolhe Abraão para construir uma nação, o objetivo d'Ele era trazer o Salvador do mundo, que é Jesus, um judeu. Portanto, ofender Israel é ofender o cristianismo.

O Presidente Lula precisa entender isso, porque ele não entende nada de fé, de Bíblia, de cristianismo. Por isso, ele fala e ofende a todos nós cristãos do Brasil e do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Silvio Antonio, concedo a palavra ao Deputado Mauricio do Vôlei, de Minas Gerais.

Tem V.Exa. a palavra para falar para o Brasil.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. MAURICIO DO VÔLEI (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Boa noite a todos.

Hoje eu subo à tribuna com muita indignação em relação às falas do Presidente que dirige o País, sobre a comparação absurda que ele fez do Holocausto, do povo de Israel. Realmente, dá para esperar o que de um Presidente incompetente, despreparado, como o que hoje temos no Brasil? O reflexo está aí: tudo de ruim acontecendo no agronegócio, na indústria, no comércio, nos serviços. Tudo está indo por água abaixo.

Gostaria de pedir desculpas ao povo de Israel, ao povo judeu, que sofreu tanto na sua história, que pagou um preço muito alto. Este Presidente não representa o povo brasileiro. Este Presidente não me representa e não representa ninguém. Ele representa a vergonha do País. Ele só fala asneira por onde vai, prejudicando cada vez mais o País.

Então, mais uma vez, eu peço desculpas ao povo de Israel, ao povo judeu. Este Presidente não representa o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Mauricio do Vôlei, vamos continuar com a lista dos inscritos, entendendo que vamos cortar as falas de 1 minuto após os dois Deputados citados anteriormente.

Tem a palavra o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, o mundo inteiro acompanha o julgamento de Julian Assange, jornalista respeitado que está sendo criminalizado, condenado à morte. Esse homem luta pela verdade. Nós defendemos a imprensa livre, jornalistas livres contra qualquer perseguição em qualquer parte do mundo.

Deixo nossa solidariedade à família e ao Assange, neste momento de luta, em que o mundo inteiro defende esse grande homem.

Sobre o Presidente Lula, digo que é um homem que, quando fala, é respeitado no mundo inteiro. A palavra do Presidente Lula deve ser a palavra de todos aqueles que lutam pela paz, que condenam o massacre que está havendo contra o povo palestino, que condenam em todos os fóruns internacionais o Governo genocida e fascista de Israel. O Presidente Lula é um estadista, respeitado no mundo pela posição corajosa e firme em defesa da paz no mundo.

Parabéns, Presidente Lula! É isso que o povo brasileiro espera de um governante à altura das tarefas que hoje tem.

Obrigado.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado João Daniel, de Sergipe, nós vamos ouvir o Deputado General Girão, do Rio Grande do Norte.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que a nossa fala tivesse repercussão no programa *A Voz do Brasil*.

Eu tenho dois assuntos para tratar, e o primeiro deles é conjugando o verbo avisar no pretérito perfeito: eu avisei, tu avisaste, ele avisou, nós avisamos, vós avisastes, eles avisaram. Mas eles não entenderam que o cara ia fazer essa lambança. Na verdade, ele ia começar a cometer crimes no exterior.

Então, o primeiro assunto sobre o qual esta Casa poderia deliberar seria solicitar que o Presidente Lula não viajasse mais para o exterior. Deputado Gayer, Deputado Luiz Lima, seria bom que ele não viajasse mais para o exterior. Toda vez que viaja, ele causa um problema internacional. Pare de viajar, Lula! Fique só aqui, faça a lua de mel só no Brasil. É melhor. Não vá criar problema internacional.

O segundo assunto que eu quero citar é a fuga dos dois presos do então presídio de segurança máxima de Mossoró. Era presídio de segurança máxima. E eu quero dizer o seguinte: o que aconteceu não foi fuga, Deputado Coronel Meira. O que aconteceu foi soltura. Isso faz parte da política de desencarceramento que o Ministro da Justiça queria adotar quando era do STF. Era o que o ex-Ministro da Justiça também queria. Todos eles querem o desencarceramento e começam a liberar os presos, permitir que eles sejam soltos, dizendo que fugiram.

Isso é incrível! A trapalhada é tão grande que somente no sábado, três dias atrás, o Ministro chegou a Mossoró com a Governadora para irem atrás dos bandidos no meio da mata. E hoje ele autorizou a Força Nacional a ser empregada, depois de 7 dias, 8 dias da fuga. De que vai adiantar a Força Nacional ser empregada agora? E o pior de tudo é que parece que estamos desacreditando os profissionais que estão trabalhando com eles. Quem trabalha com inteligência de segurança pública — e nós sabemos disso, Deputado Coronel Meira — não fica dizendo o que está fazendo para buscar algum tipo de rastro dos fugitivos. Os caras estão dizendo que estão seguindo os celulares, as pistas, por onde eles passaram. Meus amigos, isso é amadorismo, é incompetência ou é conivência? É um dos três: amadorismo, incompetência ou conivência.

Eu gostaria que o Ministério da Justiça e Segurança Pública voltasse a ser realmente o Ministério que promove a segurança pública da população. Para isso, a inteligência tem que funcionar, porque, do jeito que está, vão fugir muitos mais presos.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu estava muito triste, porque fugiram 2 detentos de Mossoró, e ontem vi a notícia de que fugiram 17 do Piauí. Eu constato: realmente é a prática do desencarceramento, estão fazendo a soltura de presos.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Ora, população, por favor, vamos fazer aquilo que Bolsonaro recomendou. Vamos nos armar para nos defender. Afinal de contas, está no art. 144 da Constituição que a segurança pública é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos.

É isso, pessoal, cada um que se vire agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado General Girão, atendendo ao pedido de V.Exa., sua fala será divulgada em todos os órgãos de comunicação da Casa.

Agora falarão só mais dois Deputados por 1 minuto. Está claro isso. Pediram para falar o Deputado Zé Neto e o Deputado Luciano Alves.

Deputado Luciano Alves, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, enquanto o outro Deputado se organiza na tribuna. Por favor, seja breve. Aí vamos parar com as falas de 1 minuto.

O SR. LUCIANO ALVES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Faço uma pausa no Congresso Nacional para enaltecer o trabalho dos *podcasts* no País. Nos Estados Unidos, a maior comunidade de *podcasts,* são cerca de 2 milhões. No Brasil, são 196 mil *podcasts* atuando hoje.

Em Foz do Iguaçu, eu quero enaltecer o trabalho sério feito por uma equipe pioneira nessa forma de jornalismo, de levar informação de um jeito diferente, entrevistando pessoas que fazem parte do Município, o que tem muito a contribuir com a cidade. Estou falando do *Guarda Volume PodCast*. Quero dar os parabéns e enaltecer o trabalho das três pessoas que estão à frente dele: o meu amigo Magnun Fernando Peloi Pina, a Marcia Adriana Pompeo e o Rafael Kog. Esse é o melhor *podcast* da fronteira. Foz do Iguaçu, o Brasil e, principalmente, o jornalismo brasileiro agradecem.

Viva o *Guarda Volume PodCast*!

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Vamos a São Paulo agora com o Deputado Ricardo Salles.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil não voltou e o amor não venceu. Diziam que o Governo anterior envergonhava o País lá fora, e quem tem reiteradamente envergonhado o Brasil lá fora é o atual Presidente Lula.

Primeiro, disse que iria resolver o acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia com o Macron, mas, quando saiu de lá, o próprio Macron descascou a visita do Presidente Lula, dizendo que não tinha o menor

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

interesse nisso e que os argumentos de Lula eram irrelevantes. Depois, arvorou-se como árbitro da disputa entre a Ucrânia e a Rússia, dizendo que iria tomar uma cervejinha com os dois líderes, Zelensky e Putin, mas nenhum dos dois deu a mínima bola, e ainda passou vergonha internacionalmente. Agora, houve essa série de declarações e atitudes vexatórias com relação a Israel, nosso histórico parceiro.

Não se trata aqui de atacar ou não atacar, ou criticar. Até poderia criticar, eventualmente, a intensidade da resposta. Isso faz parte, mas não esse tipo de comentário. Não é digno de um Presidente da República fazer esse tipo de comentário ou emitir opiniões como essas. A sociedade brasileira não lhe outorgou essa autonomia. Os Deputados e os Senadores não concordam com esse tipo de atitude.

Isso talvez seja a consequência de algo que vem ficando cada vez mais claro: o Presidente Lula não quer governar. Talvez esteja mais interessado em viajar o mundo com a primeira-dama, cumprir agendas sem conteúdo, visitar lugares com interesse turístico, sem praticamente nenhuma medida concreta para o País. Mostra claramente o desinteresse do Presidente da República nos assuntos da Nação e o total interesse, por outro lado, nos assuntos que são de sua conveniência pessoal e do primeiro casal da República.

Sras. e Srs. Deputados, esse tipo de situação precisa parar. A Oposição hoje apresentou um pedido de *impeachment* — na verdade, será apresentado amanhã; a notícia-crime é que foi apresentada hoje — e reunirá praticamente um número recorde de assinaturas para esse pedido.

A sociedade brasileira quer a cessação desse tipo de atitude por parte do Presidente Lula. E, creio eu, os Ministros mais equilibrados do Governo, assim como sua base parlamentar, deveriam, por obrigação e lealdade ao próprio Presidente que apoiam, aconselhá-lo a mudar de rota. Dizem que as atuais opiniões vêm do Ministro Celso Amorim, mas não importa. Quem as emite e quem a elas deve responder é o Presidente Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a veiculação de minha mensagem no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Ricardo Salles.

Depois do Deputado Ricardo Salles, saindo de São Paulo, vamos ao Rio Grande do Sul, para ouvir o Deputado Mauricio Marcon.

Enquanto o Deputado vai à tribuna, ouviremos o Deputado Zé Neto, por 1 minuto, e aí encerramos as falas de 1 minuto, para dar tempo aos Deputados inscritos, senão S.Exas. não conseguem falar.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este minuto para me solidarizar com minha cidade, Feira de Santana. Fortes chuvas aconteceram por lá e deficiências que, infelizmente, temos em toda a drenagem da cidade causaram vários danos.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

As pessoas estão necessitando de ajuda. O Governador Jerônimo Rodrigues foi informado e o Governo do Estado vai colaborar. Eu estou aqui hoje, em Brasília, mas, ver as imagens, muito dolorosas, dá uma tristeza muito grande.

Então, eu queria, para minha Feira de Santana, deixar a minha solidariedade e a disposição, junto com nosso Governador, junto com nosso mandato e junto com nossas companheiras e companheiros, de colaborar neste momento de dificuldade por que passa toda a população da cidade.

Hoje estamos em Brasília, trabalhando, mas o coração está lá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Nós estamos recebendo uma visita muito importante no plenário: a Deputada Maria João, que foi Ministra em Portugal. Ela é hoje Presidente da Fundação Europeia de Estudos Progressistas e está aqui como convidada da Deputada Jack Rocha, do Espírito Santo.

Ministra, nós queremos, em nome da Mesa Diretora desta Casa, dar-lhe as boas-vindas. Esta é a Casa dos brasileiros e também a Casa dos portugueses. Parabéns por se fazer acompanhada dessa nossa grande liderança política, que, em comitiva, teve uma grande recepção na comunidade europeia. Agradecemos à senhora, em nome dessa comitiva brasileira que lá esteve. Sinta-se bem-vinda a esta Casa, que a recebe com aplausos. *(Palmas.)*

Vamos, então, ao Deputado Mauricio Marcon, do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos. Sei que não é fácil.

Sr. Presidente, nunca antes na história desta Nação, com mais de 500 anos, um líder, um Presidente da República fez os brasileiros passarem tanta vergonha no cenário internacional. Haver falas antissemitas quando, 80 anos atrás, 6 milhões de pessoas, não somente judeus, mas também homossexuais, testemunhas de Jeová e deficientes foram assassinados por Adolf Hitler. O maior antissemita da atualidade faz uma nação pacífica como o Brasil passar uma vergonha como essa.

Se não fosse o suficiente, colega Deputada Caroline de Toni, colegas Parlamentares da Esquerda ultrajam este Parlamento ao defender uma fala vergonhosa do Presidente Lula. Eles tentam, com uma ginástica ridícula, justificar o injustificável, como se a morte de mulheres e crianças fosse algo justificável.

Confesso a cada brasileiro que me acompanha de casa que eu sinto vergonha de colegas que sobem à tribuna e defendem o indefensável. E fica cada vez mais claro que, se Adolf Hitler fosse o Chanceler, o Führer alemão, a Esquerda estaria do lado dele. Afinal, os objetivos que o Hamas defende são os mesmos que Hitler defendia. Vejamos: em seu estatuto, colega Deputado Luiz, o Hamas defende o fim do Estado de Israel e o

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

extermínio dos judeus, a mesma prática que Hitler defendia, ou seja, o PT e seus asseclas comungam dessa defesa vergonhosa. Certamente, o diabo também está do lado de quem defende o extermínio de um povo.

Hoje, a Oposição apresentou um pedido de *impeachment* legítimo. E nós temos três categorias de Parlamentares: os que não levam para casa a vergonha de defender o antissemita e que assinaram esse pedido; os que fazem coro ao antissemitismo de Lula e se revoltam com tal pedido; e aqueles que decidem e fazem atrocidades acontecerem no mundo quando se calam ao ver esses absurdos.

Lembrem-se, colegas, que a história não se lembra dos covardes. E eu não serei um deles.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Mauricio Marcon, do Rio Grande do Sul.

Agora vamos a Minas Gerais com o Deputado Padre João. Logo em seguida, será vez Deputado Gilvan da Federal. *(Pausa.)*

Deputado Delegado Fabio Costa, desculpe-me, mas o Deputado Gilvan da Federal era o sexto, a Deputada Caroline de Toni era a sétima e V.Exa. era o décimo segundo. Então, como faço aqui para administrar o tempo? Eu vou chamando um da lista e um que estava inscrito anteriormente. Aí nós chegamos a um bom termo.

Agora, vou chamar o Deputado Padre João, de Minas Gerais. Depois, nós vamos ouvir o Deputado Gilvan da Federal, o Deputado Rogério Correia, a Deputada Caroline de Toni, o Deputado Lindbergh Farias e o Deputado Delegado Fabio Costa. Ficamos organizados assim? *(Pausa.)*

Vamos lá, então.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Padre João, de Minas Gerais.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço que seja divulgado o meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Quando eu vi uma fila de Deputados do PL se inscrevendo, achei que eles iam explicar à sociedade brasileira a situação do líder deles, o que ele ia falar, porque ele tentou fugir do depoimento. Ainda bem que o Ministro Alexandre de Moraes negou ao fujão o pedido de não prestar depoimento, e ele vai ter que ir, no dia 22 — vai ter que ir — lá à Polícia Federal prestar depoimento.

Aí, eles fazem uma fila aqui para chamar a atenção da sociedade brasileira e se desviar daquilo que deveriam esclarecer: quem é o responsável pelo genocídio. Para eles, é indiferente o extermínio de 28.858 palestinos, porque o líder deles permitiu a morte de mais de 600.000 brasileiros.

Então, o genocídio, o extermínio de pessoas, para eles, não faz diferença. São covardes! Covardes que são, eles vêm aqui para desviar a atenção e, ao mesmo tempo, defender a morte de 340 médicos, 130

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

jornalistas. Isso, povo brasileiro, em 135 dias. Em 135 dias, 28.858 mortos! Desses, 12.660 crianças, 8.570 mulheres. Covardes! E vêm falar aqui em nome de Cristo.

Olhem, eu não tenho dúvida de que, para o Benjamin Netanyahu, Jesus Cristo também é *persona non grata*. Para o Benjamin Netanyahu, Jesus Cristo é também *persona non grata*, eu não tenho dúvida disso.

Por isso que não nos assusta vocês dizerem que o Lula é *persona non grata.* Não nos assusta! *(Apupos.)*

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - O Lula se agiganta como uma liderança internacional! *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Há um Deputado na tribuna!

Srs. Deputados, há um Deputado na tribuna! Vamos respeitar o Deputado na tribuna! Vamos respeitar o Deputado na tribuna, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - Mais de 160 países apoiam o cessar-fogo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Srs. Deputados, há um Deputado na tribuna! Vamos respeitar o Deputado na tribuna, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - Mais de 160 países apoiam o cessar-fogo. Todos! O Vaticano já manifestou um basta à carnificina.

Covardes! Não vêm aqui dizer em nome de Deus, porque Jesus Cristo apoiou o amor, a vida, e nunca a vingança, muito menos a morte — muito menos a morte!

Mais de 160 países já pediram o cessar-fogo depois da fala do Lula. *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Há um Deputado na tribuna!

Srs. Deputados, eu peço silêncio, por favor. Vamos respeitar o Deputado na tribuna.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - Eu não tenho dúvida de que a liderança do Lula...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - ... para o Prêmio Nobel da Paz, porque é uma liderança que conseguiu pedir a paz. Eu não tenho dúvida, Presidente, de que, se não fosse a vaidade dos Estados Unidos, o Conselho de Segurança da ONU já teria aprovado o cessar-fogo.

Então, são covardes! Quando vocês vêm aqui, na verdade, para defender...

(Desligamento do microfone.)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Padre João, vamos encerrar. Eu já dei mais 30 segundos a V.Exa.

Depois do Deputado Padre João, agora, lá de Minas Gerais, nós vamos... *(Manifestação no plenário.)*

Por favor, se houver qualquer manifestação no Plenário, eu vou tomar a liberdade de voltar o tempo do Deputado, e, logicamente, nós vamos ter uma situação mais complicada aqui.

Então, eu solicito — por favor —, nós já temos um Deputado na tribuna, o Deputado Gilvan da Federal, que vai fazer o seu pronunciamento. Inclusive, dei mais 30 segundos a V.Exa., Deputado Padre João. Ninguém aqui vai conturbar, fiquem tranquilos. Vamos fazer uma sessão...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Sr. Presidente, nós, no Congresso, já vimos de tudo, agora padre defender o diabo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Por favor, Deputado. Nós não vamos considerar essas falas.

Vamos, então, ouvir o Deputado Gilvan da Federal, lá do Espírito Santo.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Petista...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado. O microfone está aberto. *(Pausa.)*

Não vamos aceitar provocação, por favor. Não vamos aceitar provocação. Os microfones estão fechados, fique tranquilo.

Deputado Gilvan da Federal, vamos falar, por favor. *(Pausa.)*

Gente, não vamos ter 1 minuto de fala!

Infelizmente, não posso dar 1 minuto a V.Exa.

Deputado Gilvan, por favor, tome a palavra.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES) - Obrigado, Presidente.

Como eu ia falando aqui, o petista ou fumou maconha, ou tomou chá de cogumelo, ou é mau-caratismo mesmo, ou são os três.

Primeiro, Lula é *(expressão retirada por determinação da Presidência)*, e eu não gosto de*(expressão retirada por determinação da Presidência)*. Lula é *(expressão retirada por determinação da Presidência)*! Pode me processar, jogar no Conselho de Ética, porque ele é *(expressão retirada por determinação da Presidência)*,

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

por defender o Hamas. Eu não vejo vocês, petistas, chamando o Hamas de terrorista. Os caras estupram as mulheres, decapitam crianças, matam inocentes, e vocês não falam nada sobre o Hamas.

Antes de falar desse ex-presidiário, descondenado, traidor da Pátria, eu, na condição de Deputado novato, digo que senti vergonha da primeira sessão aqui após o recesso. O Brasil pegando fogo — a minha solidariedade ao Líder da Oposição, Deputado Carlos Jordy, e ao Deputado Delegado Ramagem, de conduta ilibada na Polícia Federal, que tiveram os seus gabinetes invadidos e a casa invadida pela Polícia Federal, a mando do Alexandre de Moraes —, e nós aqui discutindo cerol em linha de pipa. Eu me senti envergonhado, com todo o respeito ao projeto, mas aqui nós estamos sendo humilhados. Deputado Federal sai à rua e ouve: *"Vocês servem para quê?"* E o Presidente Arthur Lira pautando cerol em linha de pipa.

Nós precisamos nos unir e cobrar do Presidente Arthur Lira, que com a gente aqui é um xerifão. Presidente Arthur Lira, eu não tenho medo de você também, não. Aqui é um xerife, é um leão, mas, com o Ministro do STF, é um gatinho, fica quieto, omisso, não falou nada em defesa dos Deputados. E nós vamos ficar até quando aqui discutindo projetos absurdos?

Quero dizer a esse ex-presidiário que ele é *persona non grata* não só em Israel, mas aqui no Brasil também. Saia às ruas, ex-presidiário Lula! Saia às ruas! Duvido! Porque é *persona non grata* aqui no Brasil.

E eu imploro aos Deputados mais antigos: vamos debater aqui a PEC das nossas prerrogativas, de decisões arbitrárias de Ministro do STF, porque ficar discutindo cerol em linha de pipa, para mim, é uma vergonha, enquanto estamos sendo humilhados.

Quero dizer ao ex-presidiário Lula: se o Presidente Arthur Lira pautar, você vai ser "impeachmado", e eu vou fazer questão de algemar e prender você.

Jamais desistiremos do nosso País!

Domingo, 25 de fevereiro, às 15 horas, estaremos na Avenida Paulista, por nossa liberdade, pela democracia, sempre ao lado do nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Deus, Pátria, família e liberdade!

Chorem, petistas!

(Manifestação no plenário: Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Srs. Deputados, algumas das palavras ditas não são inerentes ao vocabulário deste Plenário. Então, eu solicito à Taquigrafia que retire essas palavras. A Taquigrafia já sabe quais são as palavras que normalmente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - É claro! É claro que todas as palavras que não forem inerentes ao nosso trabalho nós vamos retirar.

Deputado Rogério Correia, fique tranquilo, V.Exa. já vai usar a palavra.

Srs. Deputados, vamos ter um pouco de calma. Todas as palavras inadequadas ditas por um lado ou por outro serão retiradas.

Vamos passar a palavra agora à Deputada Caroline de Toni.

A Deputada já está na tribuna. Por favor, vamos ouvi-la.

Tem a palavra a Deputada Caroline de Toni. Depois, falará o Deputado Rogério Correia, de Minas Gerais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC) - Microfone, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Está aberto o microfone. Infelizmente, no plenário está barulho.

Eu peço aos Deputados que, por favor, mantenham silêncio no plenário, para que a nossa Deputada possa falar. Vamos ouvi-la, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a lei é clara. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime de responsabilidade, porque a sua fala vergonhosa antissemita ofendeu o Estado de Israel e o povo judeu e colocou o Brasil em maus lençóis diplomáticos, como raramente se viu na história do País. Comparar o que aconteceu na Faixa de Gaza em resposta a um ataque terrorista do Hamas, que foi, na verdade, um ato de legítima defesa do povo de Israel, às atrocidades cometidas por Hitler não é só uma vergonha, é um crime contra a humanidade. Não podemos comparar as atrocidades do Holocausto, que foi uma das maiores violações dos direitos humanos, que matou mais de 6 milhões de judeus, com os atos de legítima defesa do povo de Israel.

Ao contrário do que se prega, o que quer o Hamas, assim como Hitler, é a extinção do povo judeu, a extinção do Estado de Israel. O Hamas mutilou mulheres e as estuprou antes e depois de suas mortes. O Hamas decapitou crianças. Nós temos notícia de mais de 40 corpos de bebês encontrados nas áreas onde o Hamas atacou. É um verdadeiro crime contra a humanidade, tal como fazia Hitler, que queria a purificação da raça, numa das maiores violações, repito, dos direitos humanos de que se tem notícia na história. O Hamas rejeita a saída dos civis e os usa como escudos humanos. Isso aqui tudo é notícia. Enquanto isso, Israel quer apenas a defesa do seu povo e da sua cultura e oferece meios de evacuar os civis com humanidade. Israel oferece asilo aos homossexuais. Hitler matou homossexuais, e o Hamas persegue homossexuais. Vale a pena falar isso. Israel deu horas para que palestinos saíssem pacificamente da Faixa de Gaza e autorizou ajuda humanitária na região. Então, não há como fazer essa comparação.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Israel é um país civilizado, com um povo ordeiro, e só está defendendo sua cultura e seu povo. Lula, com as ofensas que fez, não só comete crime contra a humanidade, mas também comete crime de racismo e de responsabilidade, porque está nos colocando numa crise diplomática sem precedentes, ao fazer um ato de hostilidade a uma nação estrangeira, expondo a nossa República a perigo de guerra e comprometendo a neutralidade em tempos de guerra, metendo-se, de forma infeliz, onde não deveria ter se metido.

Por isso, *impeachment* já para Lula! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois da Deputada Caroline de Toni, nós vamos a Minas Gerais, com o Deputado Rogério Correia.

Depois do Deputado Rogério Correia, terá a palavra o Deputado Delegado Fabio Costa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Bolsonaro vai ser preso. Essa é a voz comum que se ouve no Brasil.

Não resta dúvida de que o Supremo Tribunal Federal vai prender Bolsonaro. E ele vai ser preso porque o Congresso Nacional, esta Casa Legislativa e o Senado, fez uma CPMI, que foi a CPMI do Golpe. E nessa CPMI está indiciado como principal responsável pela articulação de um golpe o Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Cada dia fica mais claro, Deputada Sâmia, que Jair Bolsonaro, agora delatado por Mauro Cid, que era seu ajudante de ordem, tinha toda a responsabilidade de organizar o golpe. Às vezes, duvidamos do que aconteceu aqui, mas é preciso rever as cenas. E mesmo sem rever as cenas, quando vemos Parlamentares nesta Casa atuando como uma horda, não como Deputados, como Parlamentares, mas com palavrões, ofensas, sem argumento, vemos por que aquele pessoal invadiu e quebrou esta Casa, o Supremo e o Palácio do Planalto. Eles queriam um golpe. Agora querem outro golpe, a fim de conturbar o momento político brasileiro, porque o Presidente Lula vai bem. O Governo vai muito bem, do ponto de vista econômico e social, e eles querem falar no *impeachment*, que é outra forma de tentar o golpe.

O Presidente Arthur Lira já disse que esse pedido de *impeachment* irá para a lata de lixo ou para uma gaveta bem escondida aqui dentro. Mas isto é apenas uma cortina de fumaça que esse pessoal faz aqui, sabedor da prisão de Bolsonaro, que está próxima.

V.Exas. duvidam que o Ministro Dino, o Ministro Alexandre de Moraes, o Ministro Barroso, a imensa maioria dos Ministros, já não têm a consciência da tentativa de golpe? Eles estão se baseando no que nós aqui no Congresso Nacional definimos, por meio de uma CPMI, que eles pediram.

Bolsonaro golpista é algo que o povo brasileiro sabe.

Presidente, não ter dó, não mandar parar um genocídio, uma carnificina — como disse a Igreja Católica — lá na Palestina, é não ter nada na consciência. Dez mil crianças foram mortas, ensanguentadas, e fingem que não veem.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O que o Presidente Lula fez foi um ato heroico ao dizer: *"Parem de bombardear a Palestina, porque a paz tem que vir para o mundo"*.

O Presidente Lula merece é o Prêmio Nobel da Paz, e isso será alcançado, porque o Presidente age com o pulso com que deveria agir. Certamente, se naquele momento em que Hitler fazia tudo aquilo que fez, inclusive atos contra os judeus, houvesse um estadista como Lula para colocar o dedo na ferida, talvez Hitler não chegasse aonde chegou. Hitler foi, portanto, um ditador. Lula é o homem da paz.

Parabéns, Presidente Lula!

Bolsonaro será preso!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois de ouvirmos o Deputado Rogério Correia, nós vamos ao Rio Grande do Sul. Em seguida, vamos voltar ao Pará, Deputado Airton. V.Exa. está inscrito aqui.

Vamos ouvir agora o Deputado Bibo Nunes, do Rio Grande do Sul; depois, o Deputado Airton Faleiro.

Peço desculpas pelo fato de que eu não havia observado V.Exa. no plenário. Está aqui. Mas vamos voltar.

Deputado Bibo Nunes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Nobres colegas, é uma honra estar neste ringue onde luto pelo Brasil.

Impeachment do descondenado, ex-presidiário, comunista e anão diplomático Lula já! É o que nós pedimos há pouco no Salão Verde. O *impeachment* de Dilma, 124 assinaturas. Passaremos de 130 assinaturas, porque é uma vergonha o que nós patriotas brasileiros estamos passando por causa de uma insanidade desse destemperado, que não sabe governar sequer um hospital lá do Hamas. Ele está nos colocando nessa situação dificílima, ele não tem noção do que é o Holocausto. A sua cultura é só a de entregar bocas e tetas para lá e para cá.

A bandeira de Israel, para nós bolsonaristas, é um orgulho; sempre usamos como referência Israel, pelo seu progresso, pelo povo pacífico, pelos vários Prêmios Nobel.

Quem cultiva o ódio, quem é da vingança quer, de qualquer maneira, denegrir a imagem de Israel, só que pegou o jogo errado. Sabe lá o que é isto: dizer que Israel e Hamas equiparam-se ao Holocausto? E o pior de tudo é que o anão diplomático incendiou mais ainda. Constantemente o nosso anão diplomático diz o seguinte: *"Israel mata crianças e mulheres. Israel mata crianças e mulheres"*. Engano! Quem mata crianças e mulheres é o Hamas, colocando crianças e mulheres como escudo, escudo humano, baseado em sua covardia. O Hamas se equipara ao Estado Islâmico, para quem não sabe.

Nós patriotas, nós brasileiros não aguentamos mais tanta vergonha, pois já temos no comando do País um ex-presidiário, um descondenado, um comunista que se orgulha de ser comunista e há poucos dias quase

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

chorou de emoção ao nomear um comunista para o STF. Estamos vivendo a divina decadência da política aqui no Brasil e passando vergonha como nunca, por causa desse anão diplomata. Mas nós vamos "impichá-lo". Já temos mais de 30 assinaturas que foram obtidas num recorde.

E com o Brasil unido, domingo agora, vocês verão a maior manifestação pacífica deste País, dando apoio a Bolsonaro e a toda a sua família. Há uma perseguição implacável. Até hoje, diga-me, você de esquerda, uma prova, uma prova, uma prova, uma prova. Prova zero. Vocês são mitômanos, mentem compulsivamente e acreditam na própria mentira. Mas nós patriotas vamos resgatar este Brasil.

Grato, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Bibo Nunes, do Rio Grande do Sul, agora, sim, falará o Deputado Airton Faleiro. Em seguida, vou conceder a palavra aos Deputado Alfredo Gaspar, Sargento Gonçalves e Lindbergh Farias.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Airton Faleiro.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sinceramente, fico escutando o que eu vou chamar de devaneio da Oposição, quando ela fala em *impeachment* do Presidente Lula porque ele emitiu uma opinião, pedindo que parasse o bombardeio contra o povo palestino. Isso justifica protocolar *impeachment*, fazer essa discurseira toda, sem fundamento? Isso é devaneio, é perda de tempo. Se é para fazer uma comparação entre Lula e Bolsonaro, vamos fazê-la então. Lula é o Presidente da República, ganhou a eleição de Bolsonaro. Bolsonaro é o inelegível. E, aliás, na quinta-feira, ele vai ter que depor na Polícia Federal, porque ele arquitetava o golpe.

Eu acho que o povo brasileiro quer ouvir deste Congresso é como ficou o orçamento para a educação que nós aprovamos e quantos novos institutos federais o Lula vai implantar no Brasil. Eu o escutei falar em cem novos institutos federais. Quantas novas universidades, quantos novos *campi* e quantos novos cursos, é isso que o povo brasileiro espera que discutamos aqui.

Estou chegando de uma agenda referente à BR-163. E as pessoas estão superfelizes, porque o pouco de asfalto que ainda falta — e todo feito nos Governos do Lula e da Dilma — está no PAC e tem recurso no orçamento. E, aliás, a ponte do Xingu já começou, e nós vamos concluir em 100% o asfaltamento da Transamazônica, da BR-163 e das pontes, para dar trafegabilidade. O povo quer a garantia também para os pequenos Municípios do Programa Minha Casa, Minha Vida, porque a tal de Casa Verde e Amarela do Bolsonaro não construiu uma casa sequer. E, agora, no Governo do Presidente Lula, já estamos implantando o Minha Casa, Minha Vida.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O povo quer saber da regularização fundiária e ambiental da agricultura familiar. O povo quer saber onde não chegou o Luz para Todos, e que chegue. É disso que este Congresso tem que se ocupar. Tem que parar de devaneios.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Vamos agora ao Deputado Alfredo Gaspar, de Alagoas.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na pessoa de V.Exa., quero saudar todas as Deputadas e Deputados que estão neste Plenário.

Inicialmente, quero dar um abraço de solidariedade em todo o povo judeu pelo escárnio praticado pelo irresponsável dirigente do Brasil. E dou esse abraço em nome do Presidente da CONIB, Dr. Claudio Lottenberg.

Mas venho a esta tribuna para falar de um assunto tão ou mais grave do que esse: o contador do Presidente da República é vinculado ao PCC. Qual país civilizado do mundo, regido por uma democracia, tem um Presidente da República cujo contador é associado à maior facção criminosa desse mesmo país? Em qual país civilizado do mundo o filho do Presidente da República tem sua empresa no escritório do contador que faz a contabilidade de membros do PCC? Isso é uma vergonha internacional! Os dois fugitivos de Mossoró nada representam diante desse escárnio.

Lula, tenha responsabilidade com a Nação!

Não satisfeito, o Líder do PT na Câmara de Vereadores de São Paulo, a maior cidade do Brasil, fundou a empresa que sustenta o PCC com 70 mil reais por mês.

Está mais do que na hora de instalarmos a CPI do Crime Organizado, proposta por mim a esta Casa e que alcançou mais de 175 Deputados como signatários.

Israel, o Presidente Lula não tomou cachaça estragada, não; ele escarneceu o povo judeu porque é assim que ele pensa. Em 1979, em entrevista para a revista *Playboy*, quando lhe perguntaram quais homens admirava, ele prontamente citou Hitler como exemplo de força e perseverança.

Essa vergonha internacional nós estamos passando com esse pigmeu, o Presidente Lula, que envergonha o povo brasileiro.

Eu queria dar um grande abraço no povo judeu e dizer que nós brasileiros estamos ao lado de Israel, país que teve seu povo trucidado pelo Hamas. Mas Lula conseguiu um grande feito: com as suas palavras e ações, tornou-se sócio benemérito do Hamas.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Lula, você envergonha a Nação brasileira!

Encerro dizendo: PCC, aqui existem homens e mulheres de bem, que vamos até o fim para combater essa organização criminosa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Agora vamos ouvir o Deputado Sargento Gonçalves, do Rio Grande do Norte.

Logo em seguida, falará o Deputado Lindbergh Farias.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Sargento Gonçalves, pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar a todos nesta noite.

Subo a esta tribuna para repudiar, assim como fez o colega Deputado Alfredo Gaspar, a fala desse homem que diz representar o povo brasileiro.

A pergunta que não quer calar, e cuja resposta nós já sabemos, é: a serviço de quem está Lula ou quem Lula quer agradar apoiando um grupo terrorista, Deputado General Girão, e atacando uma nação amiga, uma nação com a qual nós temos uma relação histórica de amizade, uma nação que muito tem servido ao povo brasileiro? Basta nos lembrarmos do episódio da barragem de Brumadinho. O exército israelense foi o único que esteve no Brasil apoiando o povo brasileiro naquela situação tão triste que nós passamos em Brumadinho.

A quem Lula quer servir atacando Israel, que tem o direito legítimo da autodefesa? Qual é a nação que não vai querer defender o seu povo de um ataque terrorista? O exército israelense está exercendo um direito legítimo. E aí vai Lula, em um evento oficial, e dá aquela declaração.

Alguns querem dizer que foi conversa de bêbado em uma mesa de bar, mas não foi uma conversa de bêbado, Deputado Messias Donato, em uma mesa de bar. Ele pode até gostar de uma aguardente, mas ali ele estava como representante de uma nação e como representante do povo brasileiro em um evento oficial internacional.

Eu entendo, Sr. Presidente, que isso não apenas configurou um vexame e uma vergonha internacional para o povo brasileiro, mas configurou um crime de responsabilidade, muito bem tipificado no art. 5º, inciso III, da Lei nº 1.079, de 1950.

Por isso nós estamos com esta causa justa, capitaneada pela Deputada Carla Zambelli, autora da proposta de *impeachment*, que já tem assinaturas de 122 Parlamentares até o momento. Mas eu não tenho dúvida de que logo, logo nós bateremos o recorde, e esse será o pedido de *impeachment* que terá o maior número de assinaturas de apoiamento nesta Casa, porque esta causa não é só dos bolsonaristas, não é só do PL; é de todos aqueles brasileiros que se sentiram envergonhados ao ver aquele que está ocupando a função

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

de Presidente da República lá fora, em um evento internacional, atacar os nossos irmãos, uma nação irmã, que é a nação de Israel.

Que Deus possa continuar abençoando Israel! Eu tenho dito que essa guerra não é só de Israel. A guerra contra o terror deve ser de todos os homens de bem. Todas as nações do mundo devem estar unidas na guerra contra o terror. Hoje é Israel; amanhã pode ser o Brasil.

O Hamas é um grupo terrorista sanguinário. Matou crianças, idosos e mulheres e estuprou pessoas. Qual é a sensibilidade do Governo do Presidente Lula? Nenhuma! Nós já sabemos. Mas que ele respeite o Brasil, que ele respeite Israel. Se ele não quer respeitar por bem, nós, enquanto representantes do povo brasileiro, o faremos respeitar, nem que seja por mal. Ele vai ter que respeitar as nações!

Deus abençoe o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Depois do Deputado Sargento Gonçalves, do Rio Grande do Norte, nós vamos ao Rio de Janeiro, com o Deputado Lindbergh Farias.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou vendo essa bancada bolsonarista caladinha agora, porque isso tudo era jogo de cena. Na verdade, eles sabem o que vai acontecer, mas têm coragem de falar de *impeachment* do Lula!

Quinta-feira Bolsonaro vai estar na Polícia Federal. E digo na frente de vocês: o Chefe de vocês, ao contrário do Lula, é um fujão. Fugiu do Brasil antes de acabar o seu mandato.

Deputado Chico Alencar, ele queria fugir do depoimento na Polícia Federal. Alexandre Moraes o enquadrou.

Por isso é que vocês estão calados. Vai haver Deputado aqui cassado, porque está tudo comprovado, pessoal. Depois do 8 de janeiro, eu dizia aqui: *"O Tenente-Coronel Mauro Cid vai acabar com a vida do Bolsonaro"*. Bolsonaro foi para os Estados Unidos roubar joias, mas aqui há a prova, os núcleos. General Heleno estava grampeando todo mundo. Outro general da... *(Manifestação no plenário.)*

Não há prova, Deputado?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Há um Deputado na tribuna, Srs. Deputados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Esperem! Esperem! Eu anuncio aqui, na frente de vocês.

É por isso que vocês estão assim. É por isso que vocês estão nervosos. Vocês acham que todo mundo é besta. Eu lembro quando vocês diziam aqui: *"Queremos uma CPI!"* Eu dizia: *"Não é possível que esse pessoal está achando que nós acreditamos nisso".* Diziam que havia infiltrados. Agora, pessoal, é a mesma coisa.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Eu encerro dizendo uma coisa aos senhores: eu tenho muito orgulho da coragem do Lula. Lula tem razão. O que acontece, Deputado Tarcísio Motta, é um genocídio.

Os senhores conhecem a jornalista Dorrit Harazim? Ela não tem nada de esquerda. É uma das maiores jornalistas deste Brasil, premiada. Ela escreveu domingo no jornal *O Globo*, e eu queria que vocês escutassem o que vou ler, porque para nós fica parecendo que falta humanidade, que falta compaixão, como se uma criança palestina não valesse.

Eu quero ler só um trecho. Lá surgiu agora o termo "WCNSF", que significa criança ferida sem familiares. O que diz a jornalista?

> *Em Gaza, as crianças WCNSF* — feridas, sem familiares vivos — *abrigadas em hospitais ou junto a agências internacionais por vezes nem sequer sabem declinar o nome. Emergem mudas de algum escombro, cobertas de pó e sangue. Não choram, não demonstram medo. Estão em choque, à deriva na devastação geral. Inicia-se então uma labiríntica procura por alguma família aparentada capaz de acolher mais uma infância em ruínas. Às que têm a sorte de continuar com algum colo de mãe ou presença de pai/tio/avô por perto, as sequelas previsíveis são inomináveis.*

E continua. Sabem quantas crianças morreram? Dez mil e oitocentas. E para os senhores, isso não é nada. É por isso que eu aplaudo a posição corajosa do Presidente Lula.

E quero dizer mais uma coisa aos senhores...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Lindbergh, peço que conclua, por favor.

V.Exa. observou que eu já lhe dei a prorrogação de 30 segundos, como dou normalmente para todos. Eu vou abrir uma exceção e peço que conclua, por favor.

Ah, já concluiu. Obrigado.

Vamos agora ao Paraná ouvir o Deputado Tadeu Veneri.

Logo em seguida, voltaremos ao Rio de Janeiro, com o Deputado Chico Alencar.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos por que a extrema direita está tão agitada: talvez Jair Bolsonaro nem chegue a ir, domingo, a esse comício que eu não sei exatamente por que razão ele está chamando, porque ele tem um depoimento na quinta-feira. E é um depoimento feito a partir, inclusive, de uma coisa absurda. Se pudéssemos chamar alguma coisa de absurda, seria filmar o preparativo do golpe.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Eu fico pensando: como é que uma pessoa como essa chega à Presidência da República? Provavelmente, é como a frase que ele usou: *"Eu fui uma cagada"* — foi usado pelo Bolsonaro esse termo.

Esse homem é que preparou o golpe. Esse homem é que filmou, inclusive com Deputados aqui presentes, os preparativos para o golpe. Esse é o homem que vai depor na Polícia Federal. Aí vamos ver se ele vai fazer de conta que é o 01, o 02, o 03 ou vai ficar pianinho, Deputado Glauber Braga. Ele vai ficar pianinho, porque não tem estatura nem para ser Presidente da República — como foi —, tampouco para ser um cidadão que enfrenta a sua hora da verdade, diferentemente de Lula.

Lula fez aquilo que nós todos deveríamos fazer: condenar o genocídio que acontece hoje na Palestina, onde 1,5 milhão de pessoas estão em barracos de lona, de papelão, de papel, encurraladas.

Israel diz que vai, através daquele fascista que é o seu Primeiro-Ministro, atrás dessa ou daquela pessoa e, se puder, vai matar todas. Israel hoje vilipendia cadáveres, rouba território, faz tudo o que a lei internacional proíbe.

E aí eu pergunto aos senhores e às senhoras que aplaudem: vocês não têm filhos? Vocês não têm mãe? Vocês não têm pai? Vocês já viram o que é uma criança perder um braço, Deputado, perder uma perna e ser deixada à morte, porque não há condição nenhuma de tratamento — o hospital sequer tem anestesia?

Nós condenamos isso. Eu vim aqui condenar o ataque que o Hamas fez, assim como condenamos hoje aquilo que Israel faz. E é preciso, sim, que os reféns sejam devolvidos, que haja imediatamente o cessar-fogo.

É preciso também que esse pessoal que aqui fica aplaudindo, como se fosse um circo, como se fosse um picadeiro, ponha a mão na consciência, porque um dia a história vai fazer justiça, um dia os senhores vão se envergonhar de ver tantas crianças mortas e ainda assim aplaudir. Esse dia não vai demorar. Esse dia está muito perto de acontecer. E aí não adianta dizer: *"Eu não tinha nada com isso"*, porque se há uma coisa que a história irá condenar é a omissão.

Neste momento, nós deveríamos estar todos, independentemente de posição política, buscando a paz, porque, ao não fazê-lo, nós estamos concordando com o massacre que acontece todos os dias.

Eu tenho netos, eu tenho filhos, eu tenho pai, eu tenho mãe, e eu fico pensando naquelas pessoas que, no hospital, não podem atender uma criança porque não têm anestesia, Sr. Presidente, e deixam morrer, como está nos jornais hoje, uma criança com meses que foi bombardeada e que morre afogada no seu próprio sangue. Esse sangue está, sim, nas mãos daqueles que provocam todos os dias a morte de mais de 14 mil crianças e de milhares de mulheres, dizendo que estão combatendo um Estado terrorista. Não estão. Estão cometendo um genocídio.

Obrigado, Sr. Presidente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Colegas de representação, às vezes, o entusiasmo esconde a frieza. Às vezes, o alarido é mentiroso.

Eu já fui a Gaza, em 2008, e vi em hospitais crianças amputadas e vi a dor daquele povo. Já fui também a Israel e convivi lá muito com um movimento lindo chamado Paz Agora, que defendia algo que não veio a esta tribuna quase em momento algum: a única solução para aquele conflito não é a solução militar, não é a solução da eliminação do outro; é a solução do respeito às fronteiras de dois Estados.

Se um ET caísse aqui, pelo menos no momento inicial desta sessão, ia achar que o Presidente da República fez um elogio ao abominável Holocausto. Nada disso. Vamos ser francos: ele fez uma comparação — que é sempre arriscada em qualquer genocídio e ato de eliminação do outro na história da humanidade — entre o que Hitler fez com os judeus — e falou só isso; nem mencionou o Holocausto — e o que está acontecendo agora em Gaza, que é, sim, uma covardia, um genocídio, uma reação absolutamente desproporcional ao ato aterrorizante e criminoso, sim, do Hamas, quando 1.200 foram mortos terrivelmente e houve sequestrados também, pois 30 mil palestinos de Gaza, até agora, foram eliminados, sendo 10% deles — pelo menos 10 mil — mulheres e crianças.

Ninguém fala aqui de cessar-fogo. Hoje, a Argélia apresentou mais uma proposta de cessar-fogo. Os Estados Unidos mais uma vez foram contrários e disseram que vão apresentar uma outra proposta, temporária. Mas aqui ninguém falou também da retomada da ajuda humanitária, ninguém falou da necessidade da negociação de paz, ninguém falou em condenar um exército que faz uma ocupação. Ninguém condenou, inclusive, o sionismo expansionista, que quer eliminar os palestinos da própria Palestina.

Então, parece que há uma insensibilidade muito grande aqui com o mero interesse menor politiqueiro: *"Vamos impichar o Presidente da República do Brasil!"* O povo judeu, em boa parte, lá de Israel, quer impichar o Netanyahu. Isso, sim.

Tudo isso é cortina de fumaça para esquecerem e acobertarem a gravíssima crise no Brasil, que foi a tratativa provada e comprovada do golpismo liderada pelo ex-Presidente da República — que, por sinal, abraçou com honras e pompas, quando Presidente, a neta de um Ministro nazista.

Os papéis aqui estão trocados; as cartas, embaralhadas. Há muita confusão, o que não ajuda na busca da paz no mundo e do respeito aos povos e à vida, sobretudo.

Enquanto estamos falando aqui, certamente, dezenas de crianças em Gaza, dezenas de mulheres, dezenas de pessoas da população civil, espremidas em Rafah, estão vivendo momentos de terror. E nós aqui

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

inventando, mentindo, criando *fake news*, fazendo um alarido que não tem o elemento essencial de conteúdo, que é a sensibilidade humana.

Aliás, aconteceu o Holocausto, sim, terrível, abominável, e aconteceu a diáspora africana, o genocídio do povo negro, do qual o Brasil é muito tributário também.

(Durante o discurso do Sr. Chico Alencar, o Sr. Gilberto Nascimento, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A lista de presença registra o comparecimento de 396 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Duda Ramos	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Helena Lima	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Zé Haroldo Cathedral	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Total de RORAIMA 3		
AMAPÁ		
Augusto Puppio	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Dorinaldo Malafaia	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Josenildo	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Professora Goreth	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Sonize Barbosa	PL	
Total de AMAPÁ 5		
PARÁ		
Andreia Siqueira	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Delegado Caveira	PL	
Dilvanda Faro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Dra. Alessandra Haber	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Hélio Leite	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Henderson Pinto	MDB	Bl MdbPsdRepPode
José Priante	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Júnior Ferrari	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Keniston Braga	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Olival Marques	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Raimundo Santos	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Renilce Nicodemos	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de PARÁ 12		
AMAZONAS		
Adail Filho	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Amom Mandel	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Átila Lins	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Capitão Alberto Neto	PL	
Pauderney Avelino	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Saullo Vianna	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Sidney Leite	PSD	Bl MdbPsdRepPode

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Silas Câmara	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de AMAZONAS 8		
RONDONIA		
Coronel Chrisóstomo	PL	
Cristiane Lopes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dr. Fernando Máximo	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Lebrão	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Maurício Carvalho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Silvia Cristina	PL	
Thiago Flores	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de RONDONIA 7		
ACRE		
Coronel Ulysses	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dr Fabio Rueda	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gerlen Diniz	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Meire Serafim	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Roberto Duarte	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Socorro Neri	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Zezinho Barbary	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de ACRE 7		
TOCANTINS		
Antonio Andrade	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Carlos Henrique Gaguim	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Filipe Martins	PL	
Lázaro Botelho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Vicentinho Júnior	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de TOCANTINS 5		
MARANHÃO		
Cleber Verde	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Dr. Allan Garcês	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dr. Benjamim	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Fábio Macedo	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Henrique Júnior	PL	
Josivaldo JP	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Márcio Honaiser	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Márcio Jerry	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Mariana Carvalho	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Paulo Marinho Jr	PL	
Pedro Lucas Fernandes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rubens Pereira Júnior	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Silvio Antonio	PL	
Wolmer Araújo	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de MARANHÃO 14		
CEARÁ		
AJ Albuquerque	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
André Figueiredo	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Célio Studart	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Danilo Forte	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dayany Bittencourt	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Domingos Neto	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Dr. Jaziel	PL	
Eduardo Bismarck	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Fernanda Pessoa	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Idilvan Alencar	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
José Airton Félix Cirilo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Leônidas Cristino	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Luiz Gastão	PSD	Bl MdbPsdRepPode

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Luizianne Lins	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Mauro Benevides Filho	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Moses Rodrigues	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de CEARÁ 16		
PIAUÍ		
Castro Neto	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Flávio Nogueira	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Florentino Neto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Jadyel Alencar	PV	Fdr PT-PCdoB-PV
Julio Arcoverde	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Merlong Solano	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PIAUÍ 6		
RIO GRANDE DO NORTE		
Benes Leocádio	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Fernando Mineiro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
General Girão	PL	
João Maia	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Natália Bonavides	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Robinson Faria	PL	
Sargento Gonçalves	PL	
Total de RIO GRANDE DO NORTE 7		
PARAÍBA		
Aguinaldo Ribeiro	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Cabo Gilberto Silva	PL	
Damião Feliciano	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Hugo Motta	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Couto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Mersinho Lucena	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Raniery Paulino	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Ruy Carneiro	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Wellington Roberto	PL	
Total de PARAÍBA 9		
PERNAMBUCO		
André Ferreira	PL	
Carlos Veras	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Clarissa Tércio	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Clodoaldo Magalhães	PV	Fdr PT-PCdoB-PV
Coronel Meira	PL	
Eduardo da Fonte	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Eriberto Medeiros	PSB	
Felipe Carreras	PSB	
Fernando Coelho Filho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Fernando Monteiro	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Fernando Rodolfo	PL	
Guilherme Uchoa	PSB	
Iza Arruda	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Lucas Ramos	PSB	
Luciano Bivar	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Lula da Fonte	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Maria Arraes	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Ossesio Silva	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Pedro Campos	PSB	
Túlio Gadêlha	Rede	Fdr PSOL-REDE
Waldemar Oliveira	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de PERNAMBUCO 21		
ALAGOAS		
Alfredo Gaspar	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Arthur Lira	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Daniel Barbosa	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado Fabio Costa	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Luciano Amaral	PV	Fdr PT-PCdoB-PV
Rafael Brito	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de ALAGOAS 7		
SERGIPE		
Delegada Katarina	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Gustinho Ribeiro	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Icaro de Valmir	PL	
João Daniel	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Nitinho	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Thiago de Joaldo	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Yandra Moura	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de SERGIPE 7		
BAHIA		
Alex Santana	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Alice Portugal	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Antonio Brito	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Arthur Oliveira Maia	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Bacelar	PV	Fdr PT-PCdoB-PV
Capitão Alden	PL	
Charles Fernandes	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Claudio Cajado	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Daniel Almeida	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Diego Coronel	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Félix Mendonça Júnior	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gabriel Nunes	PSD	Bl MdbPsdRepPode
João Leão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Jorge Solla	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
José Rocha	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Josias Gomes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Leo Prates	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Leur Lomanto Júnior	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Mário Negromonte Jr.	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Neto Carletto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Azi	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Magalhães	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Ricardo Maia	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Roberta Roma	PL	
Rogéria Santos	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Valmir Assunção	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Zé Neto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de BAHIA 27		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Ana Paula Leão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
André Janones	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Bruno Farias	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dandara	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Delegada Ione	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado Marcelo Freitas	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Diego Andrade	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Dimas Fabiano	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Domingos Sávio	PL	
Dr. Frederico	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Duda Salabert	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Emidinho Madeira	PL	

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Eros Biondini	PL	
Euclydes Pettersen	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Felipe Saliba	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gilberto Abramo	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Igor Timo	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Junio Amaral	PL	
Lafayette de Andrada	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Lincoln Portela	PL	
Luiz Fernando Faria	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Mário Heringer	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Mauricio do Vôlei	PL	
Miguel Ângelo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Misael Varella	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Nely Aquino	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Newton Cardoso Jr	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Nikolas Ferreira	PL	
Odair Cunha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Padre João	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Patrus Ananias	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Pinheirinho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rafael Simoes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rodrigo de Castro	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rogério Correia	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Samuel Viana	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Weliton Prado	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Zé Silva	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Zé Vitor	PL	
Total de MINAS GERAIS 40		
ESPÍRITO SANTO		
Amaro Neto	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Da Vitoria	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Evair Vieira de Melo	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gilson Daniel	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Gilvan da Federal	PL	
Helder Salomão	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Jack Rocha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Paulo Folletto	PSB	
Total de ESPÍRITO SANTO 8		
RIO DE JANEIRO		
Altineu Côrtes	PL	
Aureo Ribeiro	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Bandeira de Mello	PSB	
Bebeto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Caio Vianna	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Carlos Jordy	PL	
Chico Alencar	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Chiquinho Brazão	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Chris Tonietto	PL	
Dani Cunha	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Daniela do Waguinho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dimas Gadelha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
General Pazuello	PL	
Glauber Braga	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Gutemberg Reis	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Helio Lopes	PL	
Hugo Leal	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Jandira Feghali	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Jorge Braz	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Julio Lopes	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Juninho do Pneu	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Laura Carneiro	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Lindbergh Farias	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Luciano Vieira	PL	
Luis Carlos Gomes	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Lima	PL	
Marcelo Crivella	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Marcelo Queiroz	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcos Tavares	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Max Lemos	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Murillo Gouvea	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Pastor Henrique Vieira	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Pedro Paulo	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Reimont	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Roberto Monteiro Pai	PL	
Sargento Portugal	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Talíria Petrone	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Tarcísio Motta	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Total de RIO DE JANEIRO 38		
SÃO PAULO		
Adriana Ventura	Novo	
Alberto Mourão	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Alencar Santana	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Alexandre Leite	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Alfredinho	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Antonio Carlos Rodrigues	PL	
Arnaldo Jardim	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Baleia Rossi	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Capitão Augusto	PL	
Carla Zambelli	PL	
Carlos Sampaio	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Carlos Zarattini	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Coronel Telhada	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado da Cunha	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Delegado Palumbo	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Delegado Paulo Bilynskyj	PL	
Douglas Viegas	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Eduardo Bolsonaro	PL	
Ely Santos	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Erika Hilton	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Fábio Teruel	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Fausto Pinato	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gilberto Nascimento	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Jilmar Tatto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Jonas Donizette	PSB	
Juliana Cardoso	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Luiz Carlos Motta	PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PL	
Luiza Erundina	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Marangoni	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcio Alvino	PL	
Maria Rosas	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Mario Frias	PL	
Mauricio Neves	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Miguel Lombardi	PL	
Nilto Tatto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Orlando Silva	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Paulinho da Força	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Alexandre Barbosa	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Freire Costa	PL	
Pr. Marco Feliciano	PL	
Renata Abreu	Podemos	Bl MdbPsdRepPode

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Ricardo Salles	PL	
Ricardo Silva	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Rodrigo Gambale	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Rosana Valle	PL	
Rosângela Moro	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rui Falcão	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Saulo Pedroso	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Tiririca	PL	
Vitor Lippi	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de SÃO PAULO 51		
MATO GROSSO		
Abilio Brunini	PL	
Amália Barros	PL	
Coronel Assis	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Coronel Fernanda	PL	
Gisela Simona	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
José Medeiros	PL	
Juarez Costa	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de MATO GROSSO 7		
DISTRITO FEDERAL		
Alberto Fraga	PL	
Bia Kicis	PL	
Erika Kokay	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Fred Linhares	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Gilvan Maximo	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Julio Cesar Ribeiro	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Prof. Reginaldo Veras	PV	Fdr PT-PCdoB-PV
Rafael Prudente	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de DISTRITO FEDERAL 8		
GOIÁS		
Adriano do Baldy	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Célio Silveira	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Daniel Agrobom	PL	
Dr. Zacharias Calil	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Flávia Morais	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Glaustin da Fokus	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Gustavo Gayer	PL	
Hildo do Candango	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Ismael Alexandrino	PSD	Bl MdbPsdRepPode
José Nelto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Magda Mofatto	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marussa Boldrin	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Professor Alcides	PL	
Rubens Otoni	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Silvye Alves	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de GOIÁS 15		
MATO GROSSO DO SUL		
Beto Pereira	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Camila Jara	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Dr. Luiz Ovando	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Geraldo Resende	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcos Pollon	PL	
Rodolfo Nogueira	PL	
Vander Loubet	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de MATO GROSSO DO SUL 7		
PARANÁ		
Aliel Machado	PV	Fdr PT-PCdoB-PV

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Beto Richa	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Carol Dartora	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Delegado Matheus Laiola	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Diego Garcia	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Dilceu Sperafico	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Felipe Francischini	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Geraldo Mendes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Giacobo	PL	
Gleisi Hoffmann	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Luciano Alves	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Luciano Ducci	PSB	
Luisa Canziani	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Carlos Hauly	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Nishimori	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Marco Brasil	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Litro	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Pedro Lupion	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Rodrigo Estacho	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Sargento Fahur	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Sergio Souza	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Tadeu Veneri	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Tião Medeiros	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Toninho Wandscheer	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Vermelho	PL	
Welter	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PARANÁ 26		
SANTA CATARINA		
Caroline de Toni	PL	
Daniel Freitas	PL	
Daniela Reinehr	PL	
Darci de Matos	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Fabio Schiochet	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Gilson Marques	Novo	
Julia Zanatta	PL	
Zé Trovão	PL	
Total de SANTA CATARINA 8		
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Motta	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Alceu Moreira	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Any Ortiz	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Bibo Nunes	PL	
Bohn Gass	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Covatti Filho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Daiana Santos	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Daniel Trzeciak	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Denise Pessôa	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Fernanda Melchionna	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Franciane Bayer	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Giovani Cherini	PL	
Heitor Schuch	PSB	
Lucas Redecker	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Luciano Azevedo	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Luiz Carlos Busato	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcel van Hattem	Novo	
Marcelo Moraes	PL	
Márcio Biolchi	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Marcon	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Mauricio Marcon	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Osmar Terra	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Pedro Westphalen	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Pompeo de Mattos	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Ronaldo Nogueira	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Sanderson	PL	
Zucco	PL	
Total de RIO GRANDE DO SUL 27		

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Projeto de Lei nº 8.035, de 2014.

PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2014

(DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, que acresce o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; tendo parecer das Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Lucas Gonzalez); Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relatora: Dep. Laura Carneiro).

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 2.215/2023, EM 02/08/2023.

Passa-se à discussão.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta é uma pauta acerca da qual não podemos nos omitir. A violência sexual contra crianças tem crescido dia a dia, principalmente nos grandes centros. Entendo que este Parlamento não pode retroceder, mas criar penas mais duras que sirvam de exemplo para todos aqueles que pensem ou que atentem contra a dignidade, contra a vida, cometendo violências e absurdos contra as crianças do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao projeto e encaminhamos favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. *(Pausa.)*

Para falar a favor do projeto, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Bibo Nunes.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

É uma honra, nobres colegas, estar neste ringue onde luto pelo Brasil.

Quem cuida de crianças? Criança é tudo! Criança é o mundo; criança é o futuro. Não podemos permitir que quem trabalha com crianças não apresente imediatamente uma ficha corrida, uma ficha de antecedentes criminais. Não sei como até hoje, apenas agora, estamos discutindo o óbvio. Quantos estão aí abusando de crianças? Quantos pedófilos querem se aproveitar ao cuidar de crianças? É mais do que lógico: sou totalmente favorável à matéria. O bom senso impera. Duvido que alguém vote contra. Se bem que nem posso duvidar, pois tem gente que até apoia terrorista por aí. Se se defende o Hamas, por que não defender, quem sabe, um futuro abusador de crianças?

Nós estamos aqui para impedir isso. E é por isso que nós queremos que quem vai trabalhar com criança — seja de esquerda, seja de centro, seja de direita — tem de apresentar uma ficha com antecedentes criminais, uma ficha corrida, porque criança é o que nós temos de mais precioso. A criança educada por um patriota, por uma família de verdade, estará garantindo o futuro de nosso Brasil.

É por isso que nós lutamos. Viva as crianças! E vamos acabar com os exploradores de crianças com esta lei.

Grato, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Quero, Sr. Presidente, fazer coro às palavras do meu colega Deputado Bibo Nunes, ao defender este projeto que prevê a apresentação de antecedentes criminais de quem trabalha com criança. E quero fazer coro às palavras dele porque eu espero — e acho que o será — que este projeto seja aprovado por unanimidade, porque é o óbvio. Agora, também é o óbvio condenar o terrorismo.

É lamentável o que nós estamos vendo acontecer na seara internacional hoje: o Brasil virando pária no sistema internacional em virtude de um Presidente da República irresponsável, que declara, em reunião na África, que a legítima defesa de Israel, quando contra-ataca os terroristas do Hamas, é comparável ao holocausto nazista de Adolf Hitler. É inacreditável que tenhamos chegado a esse ponto!

Por isso, repito que este projeto que aqui nós estamos discutindo, o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014, deve contar com a unanimidade dos colegas, pois requer a apresentação de antecedentes criminais para todo aquele que trabalhar com crianças. Isso é absolutamente necessário, justamente para evitar crimes gravíssimos contra infantes — crimes gravíssimos, inclusive o de pedofilia.

É lamentável nós vermos que, em alguns temas, há unanimidade nesta Casa, porque realmente eles necessitam dessa unanimidade, Deputado Pollon, por serem tão óbvios, mas outros temas que deveriam ser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

absolutamente consensuais, como o do combate e do repúdio ao terrorismo, não contam com o consenso desta Casa.

Quanto nós ainda precisamos evoluir como seres humanos para entender, compreender, a história universal? Para saber que o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, com o nazismo, jamais pode se repetir no mundo, muito menos ser relativizado, como foi pelo Presidente Lula nessa última manifestação sua?

É por isso que mais de 120 Deputados Federais já assinaram o pedido de *impeachment,* que será depois protocolado para despacho da Presidência desta Casa. E nós incluímos também uma denúncia à Procuradoria-Geral da República contra Lula por racismo e antissemitismo.

Chega de tolerar aquilo que não se pode tolerar! Vale para este projeto de lei, vale também para as manifestações absurdas de Lula.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Como eu estou escrita para encaminhar a matéria, abro mão da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, para discutir a matéria.

Faço só o lembrete às Sras. e Srs. Deputados de que nós estamos em discussão da matéria. Portanto, as falas têm que ser restritas à discussão do projeto em tela.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Estou aqui para cumprir o Regimento integralmente, Sr. Presidente.

Srs. Parlamentares, vejam como a legislação brasileira é caduca: em pleno século XXI, ano de 2024, agora é que estamos, população brasileira, colocando na nossa legislação uma proteção direta às nossas crianças. A grande maioria dos Srs. e das Sras. Parlamentares aqui são pais e mães de família. Imaginem as nossas crianças indefesas, quando estiverem nas escolas, serem molestadas por pedófilos, por sem-vergonhas, pessoas psicopatas.

Daí, Sr. Presidente, repito e insisto no que eu venho dizendo nesta tribuna por diversas vezes: precisamos atualizar a nossa legislação urgentemente. A população nos cobra. O Poder Legislativo é o mais acessível à sociedade brasileira. Quando estamos nas nossas bases, quando estamos nos aeroportos, a população nos cobra, e cobra muito, diferentemente do que ocorre com o atual Presidente, o descondenado Lula. Dificilmente a população vai cobrá-lo, até porque, aonde ele chega, ninguém quer recepcioná-lo; diferentemente do que ocorre com o Poder Judiciário, porque chegar perto de um Ministro nem Deputados

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Federais conseguem, quanto mais a população. É preciso sentir o calor das ruas e o povo cobrando essa atualização. Está mais do que na hora, Srs. Parlamentares.

Eu tenho certeza absoluta de que a votação será unânime, para estabelecermos e exigirmos que as pessoas façam e entreguem todo o seu histórico para que possam ser contratadas.

Até hoje não havia isso, Srs. Parlamentares. Pedófilos são contratados porque não há essa atualização na legislação. Então, esta matéria vem mais do que na hora, ela já vem tarde demais. O Congresso Nacional, graças a Deus, ao iniciar o ano legislativo, vai aprovar, se Deus permitir, uma matéria de interesse da sociedade, sobretudo das nossas crianças, que são indefesas perante os criminosos e os pedófilos.

Por isso, eu, como Vice-Líder da Oposição ao descondenado Lula, registro que iremos votar favoravelmente a esta matéria, que vem mais do que na hora.

Parabéns à autora do projeto! Parabéns a todos os Parlamentares!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, Deputadas e Deputados, nós somos favoráveis ao projeto.

Eu queria aproveitar este momento de discussão para falar sobre a questão palestina, que tem sensibilizado o Brasil e o mundo, principalmente, depois da declaração corajosa, necessária e assertiva do Presidente Lula, que denunciou, mundialmente, o genocídio que está acontecendo na Palestina. E a sua declaração foi indispensável para que outras lideranças mundiais também se levantassem e pedissem o cessar-fogo imediato.

É necessário que o Brasil seja a linha de frente desse processo de articulação internacional, para que se pare, imediatamente, o genocídio em Gaza, num processo histórico de perseguição aos palestinos. Inclusive, há uma série de refugiados que se encontram em nosso País, que são abraçados pela comunidade brasileira e que, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Sâmia, com todo o respeito. Eu sei que o assunto é polêmico. Estou sendo instado o tempo todo. Fiz as recomendações a um lado e, portanto, ao outro também. O tempo de Liderança está à disposição de V.Exa., mas, nas discussões, vamos manter o padrão. *(Palmas.)*

Eu estou falando, mas não é só me dirigindo a V.Exa. Por favor! Eu estou falando de maneira geral.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, perdoe-me, mas em que momento eu ofendi alguém na minha fala?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É só para não fugir da discussão.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Vou seguir como eu estava seguindo, na discussão e na defesa da população palestina, que, neste momento, é massacrada pelo Estado de Israel. *(Manifestação no plenário.)*

E Lula teve uma postura corajosa e necessária, de denúncia sobre o que vem sendo perpetrado naquele território e contra os palestinos de todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Sâmia...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - É necessário que a comunidade internacional se levante contra o verdadeiro genocídio que vem acontecendo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Sâmia, por favor.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, censura à minha fala eu não vou admitir neste plenário. Eu vou seguir. E os Deputados que se levantam deveriam se envergonhar, aqueles que gritam contra a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Sâmia...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - A Deputada Bia Kicis, no ano retrasado, reuniu-se com uma liderança de um partido nazista da Alemanha e...

(Desligamento do microfone.) (Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Sâmia, isso é tudo que este Plenário não precisa neste momento.

Por favor, Deputada Sâmia, com todo o respeito, V.Exa. até pode ter direito à sua fala. Eu só estou prezando pelo cumprimento do Regimento, sem cercear o direito de Parlamentar nenhum. O que vale para Chico vale para Francisco.

V.Exas. podem defender suas posições ideológicas nos momentos adequados. Nós estamos numa pauta de primeiro dia. Conversamos com todos os Líderes de maneira a termos votações menos polêmicas. E as discussões precisam se ater à matéria.

Por favor, estou fazendo esse apelo a V.Exa.

Muito obrigado, Deputada Sâmia.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - O meu tempo precisa ser restituído, Presidente, porque eu fui interrompida por V.Exa.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, V.Exa. foi interrompida porque não cumpriu o Regimento. Por favor...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Eu também fui interrompida por essa turba bolsonarista e eu preciso seguir com o meu direito restituído.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O tempo de V.Exa. foi restituído para cumprir a discussão da matéria.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Seguirei, Presidente... Seguirei, porque esta sessão era para ter sido convocada muito mais cedo, para que houvesse tempo de discussão para os Parlamentares. Intempestivamente, começou às 19 horas, impedindo o direito de debate dos Parlamentares aqui.

Não vou me intimidar — vou seguir com a discussão, que é necessária — com Parlamentares que se reuniram com lideranças da extrema direta, dos nazistas, na Alemanha...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Pode trazer cartaz, Presidente?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - ... com Deputado que vai para a tribuna pedir o *impeachment* do Presidente Lula, mas que não...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, pode trazer cartaz? Isso não tinha sido proibido?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Marcos Pollon. *(Pausa.)*

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon, para discutir a favor da matéria. *(Pausa.)*

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança. Eu já me encontro na tribuna. Eu já tinha solicitado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra, pela Liderança da Minoria, a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, as bravatas internacionais despropositadas e absurdas do Presidente *persona non grata* Lula da Silva, comparando Israel ao nazi-hitlerismo, não se limitarão a lançar o prestígio e a imagem internacionais do Brasil na vala torpe do opróbrio diplomático.

Como se isso já não fosse pouco, a crise aberta pelo palpite infeliz de Lula, Sr. Presidente, muito provavelmente acarretará prejuízos para o desenvolvimento científico e tecnológico, a segurança, o

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

agronegócio e a defesa nacionais. Por exemplo, a computação embarcada, em linguagem técnica, nos aviões, nos caças supersônicos F-39 Gripen, fabricados no marco de parceria entre Brasil e Suécia, é toda ela de origem israelense.

A transferência desse *know-how* está sendo possibilitada até agora por um sofisticado ecossistema de inovação formado pela Embraer, por firmas brasileiras, que lhes fornecem insumos, por laboratórios e empresas de Israel, que, como sabemos, é uma superpotência em tecnologias militares e civis.

Basta lembrar o que ocorreu recentemente com as relações entre Israel e a Colômbia, dias depois do covarde ataque terrorista do Hamas em Gaza. Deputada Adriana, o Presidente esquerdista da Colômbia, Gustavo Petro, num espasmo de asneira digno do seu colega *persona non grata* do Brasil, equiparou a reação defensiva de Israel ao genocídio nazista na Segunda Guerra Mundial.

Ato contínuo, o governo de Jerusalém, Deputado Jordy, cancelou todas as suas exportações militares ao nosso vizinho latino-americano. E isso pode ocorrer agora com o nosso País.

Em vez de bajular o seu chefe e endossar esse comportamento desprezível e vergonhoso, o Chanceler Mauro Vieira deveria cumprir o seu dever e aconselhar esse Presidente primário, Deputado Luiz Lima, em relação às suas investidas bisonhas no palco internacional. Isso preveniria essa e muitas outras mancadas pelo mundo afora que têm sido dadas, trazendo vergonha a este País e deixando a diplomacia brasileira abaixo do nível de um anão diplomático. Infelizmente, o Itamaraty, a tradicional Casa de Rio Branco, parece ter abdicado de sua gloriosa história. Preferiu adotar a ambição carreirista dos projetos pessoais e catar as migalhas que o Presidente *persona non grata* lhe joga da mesa dos banquetes lulopetistas.

Frente a isso, resta perguntar ao Ministro da Defesa e ao Comandante da Aeronáutica: o que farão para evitar a quase certa retaliação tecnológica israelense?

Quero lembrar também que, na seara do agronegócio, quase toda a tecnologia de irrigação usada no Brasil é de origem israelense. Senhores que nos ouvem, o aplicativo Waze, que nós temos no nosso celular, que nos ajuda a nos orientar por lugares desconhecidos, que nos informa a respeito do tráfego para evitarmos trânsito e muito mais, ele também é uma tecnologia de origem israelense.

Israel tem muito a contribuir para com o Brasil, inclusive na área de defesa, com os tratados bilaterais, com os tratados de tecnologia que tanto beneficiam o nosso País. Tudo isso está ameaçado pela fala de um Presidente que não sabe governar, que não merece estar à frente de um país da grandeza do Brasil e do seu povo.

O povo brasileiro está estupefato, indignado e envergonhado com essa atitude desse Presidente que eu, lá fora, na coletiva, comparei a um bêbado, comparei a um bebum dirigindo um carro desgovernado, colocando em risco a segurança da população brasileira.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Voltarei ao tema, Sr. Presidente, com outras informações sobre os prejuízos que o Brasil fatalmente sofrerá por conta das atitudes antissemitas do Sr. Lula da Silva, o Presidente *persona non grata*. É esta a alcunha que deve acompanhar agora o seu nome: Presidente *persona non grata.*

Vergonha! Vergonha do nosso País!

Em resposta à Deputada que ocupou a tribuna do outro lado, do lado daqueles que têm aplaudido o Hamas, um grupo terrorista, eu quero dizer que eu sou neta de judeu. Meu nome "Kicis" é um nome judeu. Sou neta de judeu, e meu avô foi um soldado, um dos heróis da guerra, que saiu deste País para defender o seu povo judeu.

Portanto, Deputada, lave a sua boca antes de se referir à minha pessoa, quando insinua que eu me encontrei com uma Deputada alemã. Sim, encontrei-me com uma Deputada alemã que assumiu um partido e fez questão de botar todos que tinham qualquer inclinação neonazista para fora. E se ela é neta de um ex-Ministro ou sei lá o que de Hitler, eu sou neta de um herói da Segunda Guerra, um capitão — mais tarde, general —, um capitão judeu que honrou o seu povo, honrou os judeus, esse mesmo povo que o Lula agora quer desonrar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria começar com uma pergunta respeitosa, exatamente para nos levar à reflexão. Alguém neste plenário teria a coragem de defender que, em pouco mais de 4 meses, o Estado de Israel tenha matado 12 mil crianças, 9 mil mulheres e idosos, perfazendo um total de pouco mais de 30 mil assassinatos? Ninguém vai defender isso. Portanto, nós temos que entender o que está acontecendo para nos posicionar bem, inclusive enquanto Parlamento.

Eu quero fazer um registro, mas não sobre esta polêmica. O Presidente Lula foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar Israel. Ele falou no Parlamento de Israel e foi aplaudido de pé. Portanto, nenhum de nós desrespeita o povo de Israel, nenhum de nós participa de uma atitude preconceituosa. Não!

Um segundo ponto é que o Netanyahu não representa todo o povo de Israel. Ele é de extrema direita. Eu quero aqui me apoiar em autoridades e movimentos judaicos, até para que ninguém imagine o contrário da nossa intenção. O Vaticano, através do Cardeal Parolin, que é Secretário de Estado da Santa Sé, denuncia Israel por carnificina em Gaza.

Vou falar de um senhor judeu, o Sr. Edgar Morin, que pegou em armas militando na resistência francesa ao lado do General Charles de Gaulle. Hoje, passados 80 anos, ele é um sociólogo de fama mundial. O Prof. Edgar Morin, do alto dos seus 102 anos de idade, levanta a voz contra o Estado de Israel e se diz, ao mesmo

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

tempo, chocado e indignado pelo fato de aqueles que hoje representam os descendentes de um povo perseguido por séculos, o povo judaico, por razões religiosas ou raciais, queiram colonizar um povo e expulsá-los de sua terra, provocar uma carnificina massiva da população de Gaza e continuar incessantemente atingindo crianças, mulheres, civis. E ele fala do silêncio do mundo. Começa falando dos Estados Unidos da América, vai para os Estados árabes e depois para o silêncio dos Estados europeus, que, conforme ele diz, são defensores da cultura e dos direitos humanos.

A UNICEF chamou Gaza de cemitério de crianças. Vou repetir: 12 mil crianças foram assassinadas, muitas delas queimadas pelo fósforo branco. Destruíram 400 mil casas e 320 escolas, alvejaram 637 médicos e mais de 100 jornalistas.

Há um grande movimento pela paz nos Estados Unidos. O nome dele é Voz Judaica pela Paz e divulga o seu lema: *Não em nosso nome*, com referência ao que ocorre a partir da extrema direita. Mas há um lema de todos os judeus, que é *Nunca mais*. Esse movimento pela paz, que diz *Nunca mais*, tem que ser para todos.

Nós temos manifestações no mundo inteiro pela paz. E hoje, mais uma vez, nos Estados Unidos da América, numa votação no Conselho da ONU, houve 13 votos favoráveis pela paz; uma abstenção, que foi da Inglaterra; e o veto dos Estados Unidos da América. Portanto, é preciso refletir sobre o que mais é preciso acontecer para que o mundo reaja a essa carnificina.

Agora, eu vou fazer referência a um judeu: Norman Finkelstein. Ele é de origem judaica, nascido em Nova York. Numa palestra que não é de agora, mas trata do mesmo conteúdo, ele diz:

> *Meu falecido pai foi enviado para Auschwitz. Minha falecida mãe foi enviada para o campo de concentração de Majdanek. Todos os membros da família, de ambos os lados, foram exterminados. Os meus pais participaram do Levante do Gueto de Varsóvia. E é precisamente e exatamente por causa das lições que os meus pais ensinaram a mim e aos meus dois irmãos que eu não vou ficar em silêncio enquanto Israel comete seus crimes contra os palestinos. Eu não consigo pensar em nada mais desprezível do que usar o sofrimento e o martírio deles* — dos pais, dos familiares — *para tentar justificar a tortura, a brutalização, a demolição (...).*

Senhores e senhoras, nós devemos ter aqui a dimensão da tragédia a que hoje o povo palestino está sendo submetido. Isso vem desde 1947, quando o então Reino Unido já tinha atuado, logo depois da Primeira Guerra, para doar terra palestina para os judeus. E até hoje não se criou o Estado palestino. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, impõe ressaltar quão importante é esse projeto de lei que visa proteger as nossas crianças. Registrar os criminosos que podem impor violência a essas nobres almas puras e ingênuas é extremamente importante. Parabenizo esta Casa por trazer isso à baila hoje.

Sr. Presidente, peço vênia, respeitosamente, para entrar num tema que está pululando nesta Casa nesta noite, a questão de o Sr. Luiz Inácio, que rege o atual regime, comparar Israel ao Holocausto. E faço, respeitosamente, mea-culpa em relação a essas narrativas construídas no Brasil. Se as narrativas existem, é porque as pessoas não compreendem alguns termos, muitas vezes por minha culpa, por conta da estrutura do vernáculo que utilizo em minhas manifestações. Então, no 1 minuto e meio que me resta, tentarei ser o mais simples possível.

Muito bem. Acusam indiscriminadamente outras pessoas de nazistas, impõem às vítimas da guerra a comparação ao Holocausto, uma chaga abjeta na história da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Pollon, volte ao assunto, por favor. Eu vou ter que aplicar a mesma regra regimental que apliquei à Deputada Sâmia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Perfeito, Sr. Presidente.

Vou concluir.

Nós não podemos deixar um projeto importante como o presente ser maculado por essa construção de narrativas. E talvez a culpa seja por essa estrutura vernacular, o que impõe um português mais simples, um português mais claro.

E faço isso, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho a V.Exa. e a esta Casa, porque é muito cômodo atribuir a pecha de nazista a pessoas — e eu concluo agora — quando o nome correto é Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, é o PT da época do Holocausto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) -Passa-se à votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, tenho um encaminhamento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Eu estou escrita para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar a favor do projeto, tem a palavra o Deputado Sidney Leite. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem para encaminhar a favor do projeto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Encaminhamos também favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente, entendendo que esta Casa se debruça sobre um tema importante e

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

urgente. Quando se trata de crianças e se trata de defender aqueles que são mais vulneráveis, precisamos ter ação decisiva desta Casa Legislativa. E precisamos também, Sr. Presidente, em relação à pauta, incluir temas que são fundamentais para a discussão dos Parlamentares neste momento tão crítico que o Brasil vive.

Nós temos este tema que votamos agora, ao qual encaminhamos favoravelmente, e temos uma série de temas que englobam, por exemplo, a questão das prerrogativas parlamentares e que precisam ser pautados.

Nesta discussão que se faz na noite de hoje, eu quero rogar a V.Exa. que aquilo que, pelos relatos que chegaram a nós, foi tratado e muito bem tratado na reunião de Líderes, incluindo alguns dos projetos como este que está na pauta de hoje e os que estão na pauta de amanhã, possa, muito em breve, também incluir tantos outros projetos necessários para o restabelecimento do equilíbrio entre os Poderes da República, hoje severamente desproporcional em face de um Poder Judiciário, em particular o STF, que se agiganta sobre os demais Poderes.

Precisamos inclusive dar andamento aos requerimentos de CPIs que estão protocolados e também à CPI sobre abuso de autoridade do STF e do TSE, já com 171 assinaturas, inclusive do Deputado Afonso Hamm, que eu vejo aqui na frente, e de tantos outros, para que o início dos trabalhos se dê o mais brevemente possível.

Por isso, Sr. Presidente, durante a discussão deste projeto, fica aqui também o meu apelo e o encaminhamento favorável para que as crianças deste nosso País não sofram com aqueles que porventura tenham o interesse de, ao trabalhar com elas, abusar delas e não de fazer o correto, que é, a depender obviamente da carreira profissional de que se trata, dar às nossas crianças o rumo da prosperidade e também o rumo da felicidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ficam registradas aqui minhas palavras, mais uma vez reforçando a importância de que tenhamos uma pauta em defesa da prerrogativa dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria que V.Exa. tivesse comigo a mesma tolerância que teve agora com o Deputado Marcel van Hattem e que não teve com a Deputada Sâmia.

O Deputado Marcel van Hattem utilizou a tribuna para falar sobre vários outros temas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Glauber...

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - ... que não são do projeto de lei que está sendo discutido e, nesse caso específico, não foi repreendido pela Mesa.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Glauber, o mesmo tratamento dado com muito respeito à Deputada Sâmia foi dado ao Deputado Marcos Pollon.

Eu estou com a assessoria...

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Eu me refiro ao Deputado Marcel.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu vou chegar aí.

O Deputado Marcel não entrou na polêmica que está circundando o Plenário, que é democrática, e tratou sobre assuntos do tema: crianças e adolescentes. Não, não...

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, é difícil...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu não vou discutir com V.Exa. Eu só estou lhe respondendo pela consideração e pelo apreço que tenho pela Deputada Sâmia, como tenho pelo Deputado Marcos Pollon.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, é difícil, porque aí já entra...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu vou restituir o tempo de V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado.

É difícil, porque aí já entra em uma etapa inclusive de censura de quais temas fora a matéria o Deputado pode falar. Ele falou de STF, e aí não há problema. No entanto, se falar de Palestina, há censura? Não tem o menor cabimento isso.

Vamos para esse projeto. O projeto é ruim. O projeto não é bom. O projeto fala em antecedentes criminais para pessoas que vão trabalhar com crianças e que tenham cometido qualquer crime. O projeto não se atém a crimes sexuais. Isso é ruim. Quer dizer que uma pessoa que cometeu um furto aos 18 anos de idade e depois, aos 40 anos, aos 50 anos — como estão espalhados projetos em vários lugares do Brasil —, que auxilia, por exemplo, no administrativo de escolinhas de futebol para crianças, não vai poder fazê-lo? O projeto tem um viés elitista, trabalha pela lógica de ampliação do punitivismo, pelo viés do encarceramento.

Senhores e senhoras, para não dizerem que estou falando só do que está acontecendo fora daqui, bateu-me a curiosidade, enquanto eu estava ali sentado, de ver os Deputados que respondem a algum tipo de acusação criminal. E olhem só isto. Botem no Google. Fiz até propaganda — paciência.

Está escrito no Congresso em Foco: *"Mais de cem deputados estão sob investigação da Justiça".*

E continua: *"50 deputados federais são réus em processos criminais".*

No Congresso em Foco de novo: *"Um em cada três deputados é acusado de crimes".*

Se há alguma coisa boa nesse projeto é que alguns Deputados aqui não vão poder trabalhar com criança. Isso, pelo menos, é um alívio evidentemente. Mas o projeto estruturalmente é ruim; é um projeto de natureza elitista; é um projeto que não trabalha no melhor interesse da criança e do adolescente. Se trabalhasse no

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

melhor interesse da criança e do adolescente, não exerceria um tipo de ação sem qualquer tipo de foco como essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Deputada Laura Carneiro tem a palavra para encaminhar a favor da matéria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ. Sem revisão da oradora.) - Vou encaminhar rapidamente.

Esse projeto, Sr. Presidente, tive a honra de relatar na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O projeto é da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou denúncias de turismo sexual, de exploração sexual de crianças e adolescentes. Não é um projeto da Deputada Laura Carneiro ou de qualquer Deputado. É um projeto desta Casa, assinado pela Deputada Erika Kokay, que era Presidente, e pela Deputada Liliam Sá, que foi a Relatora da matéria. O projeto amplia o que já está no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente para os crimes contra a vida e para os crimes contra a dignidade sexual.

Então, vamos aprovar a matéria hoje e, no Senado, em função do que disseram alguns Deputados, principalmente do PSOL, eventualmente, alterar os crimes. O importante é garantir que, de nenhuma maneira, um profissional que passou por uma penalização por um crime contra a dignidade sexual ofereça qualquer trabalho a uma criança. Não faz sentido, Sr. Presidente. O projeto apenas pede uma certidão negativa de antecedentes criminais.

Meu encaminhamento é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrado o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação o Projeto de Lei nº 8.035, de 2014.

(VIDE DOCUMENTO Nº 01 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à orientação de bancada.

Todos são a favor do projeto ou alguém vai querer orientar contrariamente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação.

Aqueles que aprovam o projeto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

PROJETO DE LEI Nº 8.035-D DE 2014

Acresce o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a obrigatoriedade de apresentação

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 73-A:

"Art. 73-A. Os profissionais que trabalharem com criança deverão apresentar certidão negativa de antecedentes criminais no momento da contratação."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone, rapidamente.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero, rapidamente, registrar a posição do PSOL. Nós estávamos discutindo a amplitude do PL e nos somamos à fala da Deputada Laura Carneiro quanto à possibilidade de, no Senado, restringirmos a exigência a crimes contra a dignidade sexual e contra a vida, para que, de fato, este seja um PL para proteger as crianças, e não para inviabilizar a reinserção de pessoas que, por acaso, cometeram delitos que nem sequer causam ameaças objetivas à sociedade e às crianças, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está feita a ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Projeto de Lei nº 2.613, de 2007.

PROJETO DE LEI Nº 2.613, DE 2007

(DO SR. PEPE VARGAS)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões de: Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde; Desenvolvimento Urbano; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 1.150/2022, EM 29/08/2023, APRESENTADO AO PL 1.832/2022, APENSADO.

Para oferecer parecer ao projeto, pelas Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde; Desenvolvimento Urbano; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania, tem a palavra a Deputada Nely Aquino.

A SRA. NELY AQUINO (Bloco/PODE - MG. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente! Boa tarde a todos os meus colegas e a todas as minhas colegas!

Vou direto à conclusão do voto.

"II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e de seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Pela Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e de seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e de seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e de seus apensados, na forma do substitutivo em anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, dos seus apensados e do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa."

Muito obrigada, Presidente.

Peço a todos os meus colegas o voto "sim".

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELA SRA. DEPUTADA NELY AQUINO.

(VIDE DOCUMENTO Nº 02 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à discussão.

Podemos ultrapassar a discussão, por se tratar de um projeto tranquilo?

Só há oradores favoráveis. Podemos ultrapassar a discussão? *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Essa é uma matéria importante, grave, que merece muito do nosso aprofundamento. Na tramitação, inclusive, pode haver pontos a serem modificados, discutidos, alterados.

Um número muito grande de famílias hoje no Brasil vivencia a realidade de ter parentes, pessoas próximas, convivendo de maneira extremamente difícil, por falta de condições que deveriam ser proporcionadas, garantidas ou pelo menos facilitadas pelo poder público.

E falo de uma vivência pessoal. Minha mãe já está num estágio bastante avançado de Alzheimer. O início desse cenário para a família é desestruturante. É difícil para a família não só conseguir aceitar, mas também se estruturar para uma nova chave, para uma nova realidade. E existe muito pouca discussão nos espaços parlamentares sobre apoio governamental, nos mais diversos entes da Federação, para famílias que precisam de auxílio e acolhimentos para pessoas na terceira idade.

Eu me pergunto: como vive uma família com menos de um salário mínimo que precisa dar acolhimento com dignidade para a terceira idade e que não tem qualquer apoio para fazê-lo? Você ainda tem um indicativo do BPC por idade, dependendo da chamada dificuldade sensorial de natureza grave, em que o Estado chega com algum apoio, mas, para além disso, a dificuldade, tanto nos ambientes familiares quanto no acompanhamento de espaços coletivos, de casas coletivas para pessoas idosas, é um acompanhamento ainda muito deficitário.

É verdade que houve um ganho com a constituição da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Casa para que essa discussão possa ser mais bem feita e aprofundada, mas nós temos que pensar, no Brasil, em políticas públicas de garantia de renda e de cuidado real para pessoa idosa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Erika, nós estamos no encaminhamento, e V.Exa. não está inscrita. Já passou a discussão. Depois, na hora da votação, do encaminhamento, eu lhe cedo a palavra, pela bancada do PT.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação o substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa ao Projeto de Lei nº 2.613, de 2007.

(VIDE DOCUMENTO Nº 03 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Deputada Erika, V.Exa. quer orientar pelo Partido dos Trabalhadores?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à proposição, porque em verdade ela faz com que haja a adaptação das estruturas às necessidades das pessoas. Nós estamos aqui reafirmando os direitos da pessoa idosa e nós estamos aqui retirando a vedação de que, em determinados casos, como o de o idoso ter determinadas patologias, ele seja excluído do atendimento em abrigamento.

É fundamental que o Estado supra a necessidade do idoso ou da pessoa, ou seja, o Estado tem que servir às pessoas. É por isso que tem razão o Presidente Lula quando diz que é preciso fundamentalmente cuidar, cuidar do Brasil, que foi tão descuidado no Governo anterior e que agora passa a ser cuidado, abraçado e acolhido.

A importância deste projeto é a de assegurar que não haja exclusão ou de aumentar a inclusão.

Portanto, o PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Alguém mais quer orientar? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bibo Nunes, do PL.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, digníssimo Presidente Arthur Lira, acredita que todo idoso já foi jovem, mas nem todo jovem terá a felicidade de um dia ser idoso.

Respeitem o seu futuro apoiando o idoso!

Portanto, somos totalmente favoráveis, Sr. Presidente, a este projeto que propõe normas básicas para o funcionamento de Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas — asilos, casas de repouso, clínicas geriátricas e por aí afora. Isso é mais do que justo. Temos que respeitar o idoso.

Respeitem o seu futuro!

Somos a favor do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos estão a favor? Podemos votar? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, quero fazer um registro, pela Minoria.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Por favor, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, registro que somos favoráveis ao projeto.

Eu, como filha de pais idosos — meu pai tem 93 anos de idade e minha mãe tem 87 anos de idade — e cidadã do Distrito Federal que acompanha muito a política pública com relação aos idosos, que ajuda a promover essa política pública, quero dizer que este é um projeto bastante meritório. O Brasil é um país que tem um número cada vez maior de idosos, e os idosos merecem a nossa atenção, merecem políticas públicas que deem a eles a qualidade de vida que tanto merecem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

(VIDE DOCUMENTO Nº 04 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputado.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um projeto foi apensado a este, o Projeto de Lei nº 1.898, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A este projeto?

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) - Sim, a este projeto. Eu gostaria apenas de registrar a satisfação de vê-lo aprovado.

Além da importância da temática do envelhecimento populacional, quero colocar que a nossa expectativa é de que nós possamos, no orçamento federal, criar oportunidades para apoiar iniciativas como esta, de instituições que cuidam da terceira idade, que cuidam dessa população. Não basta aprovarmos a regulamentação, se não criarmos oportunidades de financiamento adequado para essas instituições. Quero deixar aqui registrada a nossa expectativa nessa direção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Item 7.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PROJETO DE LEI Nº 5.827-C, DE 2013

(DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.827-C, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda (Relator: Deputado Manoel Junior); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e da emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo (Relator: Deputado André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.735/17, apensado, com emenda saneadora de inconstitucionalidade; e, no mérito, pela aprovação deste, do de nº 7.735/17 e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva (Relator: Deputado Sergio Zveiter).

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 10.151/2014, EM 13/05/2014.

Passa-se à discussão.

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Bibo Nunes. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Marcos Pollon. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Julia Zanatta. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à votação.

HÁ SOBRE A MESA O SEGUINTE REQUERIMENTO DE DESTAQUE:

(VIDE DOCUMENTO Nº 05 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Encaminhamento.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar contrário à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, esta proposta pode não ter contradições aparentes, mas não é uma matéria simplória, é uma matéria que tem um conjunto de elementos e um projeto apensado inclusive, que trata de criação de um fundo da Justiça Federal. O projeto pode ser bom, mas, com o pouco tempo de análise que temos tido para esse tipo de proposição, fica uma preocupação.

A sessão de hoje só foi aberta depois das 19 horas. A lista daquilo que nós debateríamos e votaríamos em plenário chegou muito em cima da hora, inclusive para que as respectivas Assessorias das Lideranças pudessem fazer a sua análise.

Este é o tipo de matéria sobre a qual, pela complexidade que tem, pelo conjunto de itens e pelo que está ali colocado, amanhã pode sair aquela famosa matéria de jornal que diz *"Deputados votam criação de fundo da Justiça Federal"*, sem que nós tenhamos conseguido fazer um debate amplo sobre isso.

Não estou dizendo nem que está no relatório, que será aprovado, mas está no apensado.

Então, matérias como esta, que são oriundas do Judiciário, mesmo que já tenham passado por um conjunto de Comissões, precisam de uma previsibilidade mínima, para que saibamos o que vamos votar no plenário.

Algum Parlamentar que está aqui teve a notícia, antes do dia de hoje, de que esta matéria seria votada? *(Pausa.)*

Se teve, vamos dialogar sobre isso, porque nós da bancada do PSOL tivemos essa informação no dia de hoje. É muito pouco tempo para que matérias com certo grau de complexidade entrem imediatamente na pauta do plenário.

Como é que funciona essa história? Na reunião do Colégio de Líderes se pergunta: *"Alguém tem algum veto a essa proposta?".* Só que essa análise é feita numa velocidade em que pode escapar algo sobre o qual amanhã vamos ter que responder.

Por esse motivo, eu não me sinto confortável, de antemão, para dizer que o projeto é positivo e que deve ser aprovado. Fiz esta ressalva e já solicitei à Presidência da Câmara dos Deputados que garanta maior grau de previsibilidade para as matérias que serão avaliadas no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. irá usar o tempo de encaminhamento?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pode ser, Sr. Presidente. Na verdade, eu me inscrevi equivocadamente. Então, depois vou solicitar apenas o tempo de orientação, para fazer a orientação contrária à matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tudo bem, Deputado.

Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação a Subemenda Substitutiva Global adotada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC ao Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público — CTASP apresentado ao Projeto de Lei nº 5.827, de 2013.

(VIDE DOCUMENTO Nº 06 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Vão orientar?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, que falará pelo Partido dos Trabalhadores, pela Federação do PT, do PCdoB e do PV.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos que houvesse sido aprovada uma proposição acerca do caráter automático da desapropriação desses recursos. Este projeto fala que, se há uma ação transitada em julgado, um recurso relativo a esta ação, e ele está lá há mais de 10 anos, imediatamente será desapropriado, para que seja utilizado na modernização do Poder Judiciário. Achamos que isso exigiria uma regulamentação, não apenas a publicação do edital, para, se ninguém reclamar, automaticamente esse recurso ser expropriado. Deveria haver uma busca ativa, uma condição inclusive de que não houvesse qualquer dúvida de que as pessoas não teriam o interesse de resgatar esse recurso. Isso diz respeito à cidadania.

Este destaque não foi aprovado. Vamos votar favoravelmente ao projeto, mas gostaríamos de realçar esse elemento da regulamentação, que nos parece muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mais algum Deputado deseja orientar? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientamos contrariamente, até porque a Justiça do Brasil já é a mais cara do mundo em proporção ao PIB. Se é para haver reajuste, que, na outra ponta, aquilo que todo pagador de impostos brasileiro financia com o seu

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

dinheiro também seja reduzido proporcionalmente, senão estaremos apenas votando aqui aumento de fundo, de carga tributária.

O NOVO orienta contra.

Eu quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para citar a presença aqui do nosso querido colega, combatente colega Deputado e Capitão Guilherme Derrite, que é Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Quero parabenizá-lo e parabenizar a todos os Parlamentares que votaram favoravelmente ao relatório de V.Exa., Deputado Derrite, feito na legislatura passada, pelo fim das saidinhas, relatório que acaba de ser aprovado também no plenário do Senado da República. Parabéns! É o fim das saidinhas e dos saidões.

Está aqui o Deputado Derrite.

Parabéns, Deputado Derrite, nosso Secretário de Segurança Pública de São Paulo, por essa aprovação no Senado!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mais alguém quer orientar? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, do PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

A Federação PSOL REDE reitera as preocupações que o Deputado Glauber Braga trouxe aqui: matéria deste teor, com esta complexidade, merece mais discussão, mais debate. Ainda assim, no entendimento de que aqui se assegura o trabalho da Defensoria Pública e a sua gratuidade para a população mais necessitada, o que é um preceito constitucional, encaminhamos o voto "sim". Mas matéria de tal complexidade merece ser mais debatida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mais algum partido quer orientar? Podemos votar? *(Pausa.)*

O SR. DELEGADO DA CUNHA (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do PP e do União Brasil orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Bloco do PP orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO O PROJETO.

Estão prejudicados a proposição inicial, o substitutivo e a apensada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Destaque de Bancada nº 1.

Senhor(a) Presidente,

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) Art. 20 da Subemenda apresentado à(ao) PL 5827/2013.

Sala das Sessões

Deputado Odair Cunha

Para encaminhar a favor do destaque do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e do PV, tem a palavra o Deputado Odair Cunha. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, do Progressistas e do PDT?

O SR. DELEGADO DA CUNHA (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós podemos fazer votação simbólica, ou V.Exas. querem votação nominal? *(Pausa.)*

Podemos fazer votação simbólica? *(Pausa.)*

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL? *(Pausa.)*

Partido Liberal, como orienta? *(Pausa.)*

Deputada Erika Kokay, como orientam o PT, o PCdoB e o PV?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de tentar explicar a que diz respeito o destaque.

Não somos contrários ao projeto.

Foi introduzido nele um artigo que diz respeito à retirada ou à desapropriação de recursos que estão no Poder Judiciário há mais de 10 anos, e se faz isso de forma absolutamente automática, para o Poder Judiciário. Nós achamos que isso exigiria uma regulamentação e uma autonomia com relação ao corpo do projeto. Por que nós achamos isso? Primeiro, o que diz o projeto? Que se publica o edital dizendo que você tem direito a esses recursos. Se não há nenhuma reclamação, aquele recurso vai para o Poder Judiciário. A primeira coisa que deveria haver é a busca ativa. Há precatórios, uma série de ações são ganhas, e ficam lá, e o beneficiário não tem noção disso.

Sr. Presidente, o outro aspecto diz respeito ao fato de que esses recursos, que envolvem vários Poderes, não poderiam ser utilizados apenas pelo Poder Judiciário. Nós precisaríamos fazer com que esses recursos

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

pudessem ser utilizados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público, por outros Poderes, inclusive para o enfrentamento dos problemas nacionais, das desigualdades e dos tantos problemas que perpassam a vida de um país que não fez o luto dos seus períodos traumáticos.

Por isso nós defendemos, neste destaque, que se retire esse artigo que diz que, automaticamente, depois de 10 anos, o Poder Judiciário retira aquele recurso do beneficiário e passa a disponibilizá-lo nas suas despesas, da pseudomodernização. Nós somos favoráveis ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Federação do PT orienta "não", no caso.

Como orienta o PL? Alguém orienta pelo PL? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta pelo destaque, portanto "não" ao texto, Sr. Presidente.

Aguardo a orientação do PL, para que possamos fazer a orientação da Oposição.

Eu queria pedir que pelo menos constasse em ata que, na última votação, a posição seria a de liberar, e não a favor do projeto. Nós acabamos realmente não prestando atenção no momento adequado, para fazer a correção.

O NOVO, então, acompanha o destaque, porque entende que esses bens não podem ser revertidos para o fundo. Talvez até estranhamente, ainda mais neste dia, estamos acompanhando o destaque proposto pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL orienta "sim".

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição libera, Sr. Presidente, e a Minoria também.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que aprovam o destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

> *Art. 20. Nos processos findos há mais de 10 (dez) anos, os bens de qualquer natureza, inclusive dinheiro depositado em Juízo, não reclamados pelos interessados, após publicação de edital, serão considerados abandonados em favor da União, procedendo-se à adjudicação ou à alienação em leilão público, pelo melhor preço, destinando-se ao FEJUFE o produto respectivo.*

REJEITADO. MANTIDO O TEXTO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

(VIDE DOCUMENTO Nº 07 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Sr. Presidente, peço a palavra para falar em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Permita-me fazer a votação de um requerimento de urgência antes.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - É claro, Sr. Presidente. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O último item da pauta é o Requerimento de Urgência nº 1.884, de 2023:

> *Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a apreciação do PL 10106/2018, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de*

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2023.

Fábio Macedo, Podemos/MA; Isnaldo Bulhões Jr., LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC; Felipe Carreras, LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Fábio Macedo. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Marcos Pollon. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria encaminhar, Sr. Presidente. Há encaminhamento ou não?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, é requerimento de urgência, Deputado. Agora vai ser feita a orientação de bancadas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, orientarei o NOVO.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não sei se há acordo, mas nós precisamos de maioria absoluta.

Eu vou abrir a orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco União Brasil/Progressistas/PDT?

O SR. DELEGADO DA CUNHA (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco MDB/REPUBLICANOS/PODEMOS?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

A SRA. ANA PIMENTEL (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós orientamos a votação "sim", achamos que este projeto é um avanço, para garantir que a fila seja publicizada, mas temos algumas considerações a fazer, para que o projeto seja aprimorado.

Orientamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE entende que, quanto mais transparência, melhor. Portanto, vota "sim" à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta favoravelmente. Aliás, a Deputada Adriana Ventura foi Relatora, em duas Comissões, deste projeto de lei. Nós somos favoráveis à transparência e somos favoráveis a que o SUS trate com dignidade todos aqueles que estão em filas, aguardando por cirurgia eletiva. Algumas pessoas estão esperando, infelizmente, por meses ou até mesmo por anos.

Qual foi o Deputado que não recebeu até hoje uma ligação de um familiar ou mesmo do próprio paciente que gostaria de ser atendido mais celeremente e, infelizmente, no fundo, não tem noção de que há uma fila a ser respeitada ou talvez saiba, mas não imagine o tamanho da fila? No fundo, esse pedido, se atendido por um Parlamentar ou por qualquer outra pessoa no âmbito do SUS, que o seja, vai acabar representando um furo na fila, o que não é ético.

Sr. Presidente, somos favoráveis ao encaminhamento. O projeto dá mais transparência, evita o fura-fila. Esperamos que o projeto seja aprovado depois no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "sim". O projeto vai dar mais transparência ao Sistema Único de Saúde e vai acabar com a possibilidade de corrupção neste tema.

Então, a Minoria orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis. Este projeto aumenta a transparência. É óbvio que, na discussão específica do mérito, ele pode ser aprimorado, mas, quando se aumenta a transparência, aumenta-se o processo democrático. Precisamos

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

sempre valorizar a democracia, que não é considerada como um princípio fundamental por aqueles que tentaram golpeá-la e se utilizaram da máquina pública com esse objetivo. Portanto, quanto mais transparente é o processo, mais democrático é, mais controle social se consegue efetivar e mais lisura na utilização dos recursos públicos acontece.

Por isso, nós somos favoráveis à transparência, somos favoráveis ao controle social, somos favoráveis à democracia, que foi atacada e tem sido atacada até hoje.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero dizer que a Deputada Carla Zambelli votou com a Oposição nas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O.k.

Como orienta a Maioria, Deputado Jorge Solla?

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos indicando o voto "sim" à urgência.

Chamo a atenção, Presidente, para a importância de maior debate sobre aspectos cruciais deste projeto. A transparência é fundamental, possibilita que o sistema visualize as suas necessidades. Nós precisamos aprender com o que já fizemos. Cito o caso da lista de transplantes. Ela tem uma série de salvaguardas. Ela tem uma série de garantias que evitam a exposição de pacientes, evitam a interpretação equivocada sobre a ordem dos paciente. A ordem é dinâmica. As condições de saúde se alteram.

Quanto à urgência, nós somos a favor. Elogiamos a iniciativa dos autores, mas queremos ter a oportunidade de, sobre o mérito, aprofundar os detalhes a respeito de aspectos cruciais.

Obrigado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - O PSOL, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Concedo a palavra ao Deputado Ruy Carneiro, que falará pela Liderança do Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PODE - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós caminhamos para a aprovação deste requerimento e, em breve, se Deus quiser, para a aprovação deste projeto, que passou por três Comissões e foi bastante discutido.

Deputado Solla, depois eu quero mostrar um resumo. Estivemos no Ministério da Saúde, fizemos lá várias reuniões. Estou dizendo isso a V.Exa. porque estou como Relator do projeto.

Trata-se de um momento histórico. Por quê? Porque vamos corrigir um erro que atrapalha a saúde pública no Brasil. Está na hora de se acabar com esse pesadelo político do fura-fila. O termo é exatamente esse.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

As regulações no Brasil não têm regra. Grande parte delas sofre interferência política. Em relação a algumas delas, inclusive, há funcionários públicos que chegam a fazer negócio, dando a vaga de sicrano para beltrano.

Nós temos que virar essa página na saúde pública do Brasil. Se existe uma fila, é justo que o paciente saiba o número de pacientes dessa fila e o período que ele vai precisar esperar para ter a oportunidade, por exemplo, de fazer a cirurgia pela qual ele espera há tanto tempo. Essa é uma fila pública, transparente.

Logicamente, nós sabemos que, muitas vezes, existe a circunstância de piora de determinado paciente, que passa a ficar num estado mais grave, mas o cidadão brasileiro, aquele que usa o Sistema Único de Saúde, tem o direito de saber as regras do jogo. E o gestor, o Secretário de Saúde, o Prefeito, o Governador, os funcionários da regulação têm que saber que existe regra. A regra não é a da amizade, a regra não é a do jeitinho, a regra não é a da propina. Hoje, existem no Brasil, infelizmente, pessoas que têm esta espécie de profissão, a de intermediar exames, consultas e operações.

Temos que virar essa página no Brasil. O gestor tem que saber que existe regra. Não é ele que vai decidir quem morre e quem sobrevive. É a ética médica, é a classificação que ali está estabelecida, logicamente com acompanhamentos técnicos.

Eu faço este pronunciamento para que a Câmara dos Deputados e o Congresso tenham consciência de como isso vai mudar a vida do cidadão, sobretudo a vida do cidadão mais humilde, a vida do cidadão anônimo, que não tem o telefone do Vereador, não tem o telefone do Deputado para pedir que vá à Secretaria de Saúde do seu Estado ou do seu Município intervir para que aquele atendimento, para que aquela cirurgia seja feita de maneira mais rápida, muitas vezes salvando um e matando um ou dois. Daí a importância de que este projeto caminhe neste momento.

Vamos ter o maior cuidado quando formos relatá-lo. Não tenho dúvida quanto a se aprovar a urgência, quanto a ouvir as bancadas, porque acredito que esse interesse é o de todos os Deputados e Deputadas deste Plenário, de todos aqueles que são bem-intencionados, de todos aqueles que, como eu, já receberam telefonema de uma cidadã ou de um cidadão que deseja informações para ele, ou para sua mãe, ou para seu pai, ou para seu filho. *"Eu preciso dessa cirurgia. Quando ela vai ser feita? Qual é o meu lugar na fila? Eu vou ter a oportunidade de ser operado daqui a 1 mês, daqui a 2 meses, daqui a 1 semana, daqui a 6 meses?"* Pasmem, hoje as pessoas não têm direito a receber uma satisfação, não sabem se a espera delas será de 1 mês, de 1 ano ou se será de toda a vida.

Também é importante que isso exista para que o gestor saiba o setor a que tem que dar mais atenção. Se existe uma fila maior para cirurgia de catarata ou para determinado procedimento, o gestor, a sua equipe, o seu Secretário de Saúde precisam se preparar para fazer um mutirão em relação àquela especialidade.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Hoje a coisa funciona de maneira desleal, antiética, cega. Não há transparência. Temos que dar transparência às filas do SUS. Não é justo que um cidadão sofra sem saber o que está se passando, sem saber o que vai acontecer, sem ter a quem recorrer. Nesse caso, é normal que recorra a um amigo ou a uma autoridade política, mas essa não deve ser a orientação quanto a esse procedimento. A orientação tem que ser honesta, técnica, transparente.

Presidente Arthur Lira, aproveito esta oportunidade para pedir que aprovemos com rapidez esta urgência. É importante dizer que o projeto prevê um tempo de aplicação, que não ocorrerá da noite para o dia. Trata-se de uma mudança, sobretudo uma mudança cultural. Com a aprovação deste projeto, vamos contribuir para que se ofereça informação transparente àquele cidadão que usa o SUS e que tem o direito, sim, de saber qual é a sua posição na fila, quando vai ser operado, qual é a perspectiva, quantas pessoas estão na fila. Eu acho que isso é o mínimo que esta Casa pode dar ao cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Sr. Presidente...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, posso orientar pelo PSOL?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Rogério Correia, pela Liderança do Governo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Presidente, V.Exa. me permite falar por um segundo?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Eu também queria fazer a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Enquanto ele se encaminha à tribuna, falará a Deputada Laura e a Deputada Talíria.

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estava na pauta — era o item 5 — um projeto de lei complementar de minha autoria e da Deputada Carmen Zanotto. Imagino que V.Exa. não o colocou em votação porque ainda não há um acordo geral. Mas esse é um projeto de 2016 e trata das desigualdades raciais.

Peço ao Plenário que quem tiver alguma modificação a fazer que me procure, a fim de estabelecermos um acordo para aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Laura, nós realizamos hoje a primeira reunião de Líderes do ano e precisávamos discutir outras matérias, a formação de Comissões, toda a parte administrativa. Optamos hoje, considerando o que se elencou, por tratar de matérias em relação às quais

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

havia consenso entre os Líderes. Isso não quer dizer que as outras não serão votadas. Nós teremos a sessão de amanhã e a de quinta-feira e vamos trabalhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Imaginei isso mesmo. E, se alguém tiver alguma dificuldade com o projeto, peço que, por favor, me procure, para que possamos saná-la.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está claro.

Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone. *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rogério Correia, que falará pela Liderança do Governo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente Lira. Boa noite, Deputados e Deputadas. Ao saudar a nossa Deputada Célia Xakriabá, saúdo as demais Deputadas. Ela sempre lembra aqui os nossos povos originários e os povos das nossas Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Líder Guimarães por ter me dado hoje a oportunidade de falar em nome do Governo e da Liderança do Governo. E o faço para demonstrar que há um interesse muito claro em tudo isso que vimos hoje quanto a se trazer esse assunto a respeito de Israel e Palestina de maneira completamente deturpada, segundo o nosso entendimento. Essa é uma forma de colocar fumaça no ambiente político e retirar a principalidade daquilo que vem sendo discutido no caso da Palestina, onde está havendo um massacre, na palavra do Papa da Igreja Católica, uma carnificina. Não reconhecer que isso está acontecendo na Faixa de Gaza é desumano, é não reconhecer que é preciso paralisar um processo de tremenda covardia. O Presidente Lula tem toda a razão. Não ocorre ali uma guerra entre dois exércitos. O que acontece ali é a ação de um exército muito forte, que tem respaldo inclusive do imperialismo norte-americano, e crianças e mulheres indefesas estão sendo massacradas no dia a dia. Essa é a realidade. O resto é cortina de fumaça.

Mas essa cortina de fumaça, esse blá-blá-blá, esse mi-mi-mi que os bolsonaristas fazem aqui têm dois motivos. Em primeiro lugar, querem esconder a entrega do Governo Lula. A entrega tem sido positiva, como vou demonstrar nestes 6 minutos. Em segundo lugar, querem esconder também algo que está próximo: a prisão de Jair Bolsonaro por ter cometido o crime de tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, crime que, segundo a CPMI, daria 29 anos de cadeia a Jair Bolsonaro. Esses dois assuntos precisam ser muito bem colocados aqui.

Começo falando de uma importante ação do Governo que foi anunciada pela Ministra Nísia e pelo nosso Ministro da Educação, Camilo Santana. Eles estão convidando todos os Deputados e Deputadas e o povo brasileiro para a cerimônia de lançamento, amanhã, na Ceilândia, da mobilização nacional para o combate ao

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Aedes aegypti nas escolas. O nome mais popular é Brasil Unido contra a Dengue. Este assunto, o combate à dengue, irá para as escolas.

É isso que nós queremos nas escolas. As escolas não são espaços em que se deve ficar discutindo Escola sem Partido, ideologia autoritária, banheiro assim, banheiro assado. A escola é um espaço que proporciona cidadania ao nosso povo. Nada melhor do que as crianças debaterem o que é a dengue, como combater a dengue. Isso é muito importante.

Também é preciso que haja discussão sobre a vacina. Eu fico abismado em ver como existem até hoje pessoas que são contra a vacina. São negacionistas. Nós vimos agora o Governador Zema, de Minas Gerais, junto com um Parlamentar daqui, um Deputado colega nosso, e um Senador, todos de Minas Gerais, querendo convencer as crianças de que elas não precisam tomar vacina, de que não são obrigadas a tomar vacina. Por que isso? Por que não vão à televisão dizer: *"Crianças, tomem a vacina. Falem com seus pais para tomar a vacina"*.

Essa é uma questão que a humanidade já resolveu. Na Idade Média, quando não existia vacina, a peste bubônica matou dois terços da população europeia. A ciência foi evoluindo. Já no Iluminismo — permita-me dizer, professor e Deputado Tarcísio Motta —, em torno de 1786, surgiu a primeira vacina, contra a varíola, que evitou a morte de milhões e milhões de europeus. Foi a primeira vacina no mundo. De lá para cá, surgiram muitas vacinas! A humanidade já resolveu isso. A humanidade já resolveu que a roda é melhor do que o quadrado para fazer com que um carro ou qualquer coisa se movimente. A humanidade já descobriu o fogo. Ora, a humanidade descobriu que a Terra é redonda. Essas são questões que já foram resolvidas. Não é possível voltar atrás!

Então, quando vejo uma discussão como essa, professor, eu sinto tristeza, porque pessoas querem levar a humanidade a um retrocesso. Na Idade Média, havia ignorância em relação a esse tema. Digo "ignorância" no bom sentido, no de ignorar. Não estou chamando ninguém de ignorante, não. Agora mesmo vão me denunciar no Conselho de Ética, vão alegar que chamei os outros de ignorantes. Estou falando a respeito de ignorância na Idade Média porque, naquela época, eles não sabiam ainda o que era a doença, achavam que era coisa do demônio, do capeta. Alguns achavam, Deputada Professora Luciene, que as mulheres eram as responsáveis, eram bruxas e tinham de ser queimadas, porque estavam transmitindo a peste bubônica, e assim por diante.

A humanidade já resolveu esse problema da vacina! Como pode um Governador de Estado, um Deputado e um Senador irem à imprensa dizer: *"Pessoal, não é obrigatória a vacina nas escolas, a criança pode optar"*. Ora, há o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Então, vamos ter paciência. Agora existe

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

uma endemia da dengue em vários Municípios do Brasil. É o caso de Belo Horizonte. Não podemos desorientar ninguém. A nossa obrigação é orientar.

Portanto, parabéns à Ministra Nísia e ao Ministro Camilo, que lançam, amanhã, esse programa de vacinação nas escolas e de combate à dengue. Essa é uma importante entrega do Governo, porque ela vai na contramão daquilo que se fazia no passado, que era colocar em dúvida a ciência e a tecnologia.

Fizemos outra entrega, agora relacionada à correção do Imposto de Renda, o que, desde 2015, não era feito. Fizemos também esta entrega: 1,48 milhão de empregos, conforme apresentou o CAGED em 2023. Digo ainda que o Governo ampliou para 1 bilhão e meio os recursos de emergência para a dengue. Veio agora o Programa Pé-de-Meia, que envolve poupança e bolsa-escola. A PGR, junto com a Advocacia-Geral da União, está fazendo ação sobre o pagamento do piso salarial dos professores. Em Minas Gerais, o Presidente anunciou oito institutos federais, um para Belo Horizonte e sete pelo Estado afora. No Brasil, serão cem institutos federais.

Enfim, nós estamos anunciando a democracia. E aí entra a segunda preocupação dos bolsonaristas, algo real: os que tramaram aquilo para derrubar a democracia no Brasil, para liquidar com o Parlamento e com as instituições brasileiras, terão que pagar pelo que fizeram. Quinta-feira, o ex-Presidente Jair Bolsonaro terá que depor na Polícia Federal. Isso faz parte do processo democrático de investigação. Não adianta que ele tente fazer chantagem em um ato, no domingo, repetir as ameaças golpistas. Não adianta, Bolsonaro será punido, não porque se quer, mas sim porque é preciso defender a democracia.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, eu queria orientar pelo PSOL. Estou aguardando há um tempo.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) - Presidente, quero falar pela Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Só um minuto.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 442;

NÃO: 2.

APROVADA A URGÊNCIA.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO NOMINAL:

(VIDE DOCUMENTO Nº 08 DA 4ª SESSÃO NO SUMÁRIO)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. A Deputada Luiza Erundina teve dificuldade para votar pelo aplicativo do celular, mas ela acompanhou o voto da bancada.

Muito obrigado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, eu estava aguardando há um tempão para orientar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sobre a urgência?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Perdão, Deputada Talíria. Eu vi toda a orientação ali e achei que alguém tinha orientado pelo PSOL.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não há problema.

Essa matéria é muito importante. O nosso Sistema Único de Saúde — SUS é referência para o mundo inteiro, mas é verdade que, em muitos Municípios, ainda existe a lógica do "toma lá, dá cá" para se garantir acesso a cirurgias, acesso a exames. Se alguém conhece determinado Vereador ou Deputado, consegue entrar na fila da cirurgia, fazer sua cirurgia. Mas, se não conhece, dependendo do Município, fica esperando até morrer.

Presidente, no meu Município, Niterói, já existe uma lei que obriga que haja transparência quanto à fila para as cirurgias, mas essa lei não é aplicada. Recentemente, o nosso mandato foi procurado por uma usuária que soube que faltavam documentos a respeito de uma cirurgia do coração, e ninguém a informou de que ela saiu da fila. Ela foi retirada da fila sem sequer ser informada disso.

Esse projeto de lei é fundamental para a democracia brasileira, para a melhoraria do acesso ao SUS, com transparência.

Por isso, consideramos importante esse PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Carlos Jordy, que falará pela Liderança da Oposição.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna falar sobre algo lamentável, a respeito do qual muitos dos meus colegas já se pronunciaram aqui.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Trata-se de uma fala desastrosa, criminosa de uma pessoa que tenho o desprazer de dizer que é o Presidente da República, que não se porta como Presidente da República.

Ele não só desrespeitou o povo brasileiro, e passa para o mundo inteiro a ideia de que ele transmite o pensamento do povo brasileiro, como também atacou Israel, minimizou a morte de judeus, o genocídio referente ao Holocausto, associou Israel a Hitler, ao nazismo.

Vi que alguns Deputados da sua base tentaram passar pano. Haja pano para passar nessa lambança feita por Lula, que criou o maior incidente diplomático do nosso País. Obviamente, sabemos que alguns pensam dessa forma, alguns têm um viés mais ideológico e não escondem o seu amor pelos terroristas, mas vemos o constrangimento de outros ao defenderem essa fala dele. São pelegos, são paus-mandados que têm que vir aqui para falar em defesa do seu chefe, do seu líder.

Alguns Deputados citaram números e apelaram para o emocional. Citam números, assim como Lula sempre os citava quando estava no exterior. Sobre números a respeito de crianças de rua, números de pessoas que passam fome, números de crianças assassinadas, ele mesmo dizia que eram grandes mentiras. Eu poderia dizer que a fonte desses números é a cabeça dessas pessoas. Mas não! Esses números que eles trazem aqui são números fornecidos pelo Hamas.

Eu vi também Deputados do PT dizerem que o que nós estamos fazendo é uma cortina de fumaça. Se for uma cortina de fumaça, o mundo inteiro está fazendo isso, porque o mundo inteiro está atônito, o mundo inteiro está assustado com o nível desse Presidente que vem desgovernando o nosso País.

A fala dele não só é um crime de responsabilidade, mas também um crime comum, porque foi xenófoba. Foi feito um ataque xenófobo e racista, um crime contra a humanidade.

Dizer que a reação legítima de Israel... No dia 7 de outubro, Israel sofreu um ataque que só pode ser comparado ao nazismo, ao que fizeram com os judeus na época do nazismo. Milhares de pessoas foram mortas no ataque surpresa feito pelos terroristas que eles tanto defendem, o Hamas. Mulheres foram estupradas, crianças foram decapitadas.

Eu me pergunto se essas pessoas vivem realmente a realidade. Será que assistiram aos vídeos que todos aqui vimos assustados? São vídeos repugnantes. Aquelas pessoas foram tratadas como se fossem bichos. Aliás, nem animais são tratados daquela forma. Israel, numa reação legítima, faz sua legítima defesa, para defender o seu território, defender o seu povo. E eles têm a desfaçatez, a cara de pau de tentar passar a mão na cabeça dos terroristas. Além disso, tentam inverter a lógica, ao dizerem que quem está cometendo o genocídio é o Estado de Israel. Na verdade, eles não são só antissionistas, são também antissemitas, são pessoas que defendem tudo aquilo que está sendo feito contra o Estado de Israel. Por eles, Israel e o povo judeu já deveriam ter sido dizimados.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Lula fez uma fala desastrosa como aquela, provocando a maior crise diplomática do nosso País e não tem coragem de fazer *mea culpa*, não tem a coragem de dizer que errou. Pelo contrário, ele é incentivado pelos seus Ministros, como Celso Amorim, a manter sua posição. Ele dobra a aposta e vai ao Tribunal Penal Internacional de Haia para denunciar Israel por genocídio.

O Brasil está acostumado a ser desmoralizado por Lula no exterior. O Brasil está tão acostumado com todas as suas falas criminosas e desastrosas, que perdemos o assombro. Mas desta vez Lula foi longe demais. Como disse o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ele cruzou a linha vermelha. Dizer que a reação legítima de Israel contra o terrorismo provocado pelo Hamas se compara ao nazismo, ao que aquele povo sofreu é diminuir a dor das famílias dos 6 milhões de mortos.

Por isso, agora nós estamos encampando esse *impeachment*, que já tem o recorde de assinaturas na história da Câmara dos Deputados. Esse pedido de *impeachment* feito pela Deputada Carla Zambelli tem 125 assinaturas, o que é um recorde. Essa é uma resposta do Parlamento, é uma resposta do Congresso Nacional como Poder, como instituição. Essa deveria ser a resposta de todas as instituições do nosso País.

A melhor resposta vai acontecer quando o Presidente Arthur Lira tiver o bom senso de dar seguimento a esse processo de *impeachment*, porque é inaceitável que esse bêbado esteja desgovernando o nosso País dessa forma. O que ele vem fazendo com a nossa economia, o que ele vem fazendo com todas as questões que nós já estamos acostumados, tudo isso nós estamos enfrentando aqui como oposição, mas cometer esse crime de responsabilidade, crime contra a humanidade, isso não pode sair impune.

Por isso peço que possamos fazer coro para pedir que o Presidente Arthur Lira dê prosseguimento a esse processo de *impeachment* contra esse criminoso que se chama Luiz *persona non grata* da Silva.

Obrigado.

Impeachment já!

(Durante o discurso do Sr. Carlos Jordy, o Sr. Arthur Lira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Joaquim Passarinho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. LEONARDO MONTEIRO (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, na votação anterior, votei com o meu partido.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Solicito o tempo de Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Concedo o tempo de Liderança do Bloco da Federação PSOL REDE à Deputada Sâmia Bomfim.

Enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Eli Borges.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho interessante a força do debate. Ora, Israel está quieto no seu canto; o Hamas invade a nação, estupra mulheres, queima crianças no forno, degola, faz reféns; e a turma dos "direitos humanos", entre aspas, faz de conta que isso tudo é normal.

Ninguém aqui está falando da Palestina. Nós estamos falando do Hamas, que tem no seu texto, como principal objetivo, a destruição do Estado de Israel.

Agora dizem que Israel não pode se defender.

S.Exa., o Presidente, sempre caçando problema na política internacional, começa a fazer — eu peço mais 20 segundos — uma comparação do que Israel faz na sua atuação de defesa ao que fez Hitler, matando 6 milhões de judeus. Isso é um absurdo ou é uma ausência total de conhecimento da história. Isso é uma provocação de nível internacional — não falo nem de nível nacional. Não representa a maioria dos brasileiros. Fala de 30 mil pessoas mortas e mais de 70 mil pessoas feridas. Essa é a fala recente. E as do início? Nunca teve coragem de defender a nação de Israel, no seu legítimo direito de se posicionar.

Ninguém está aqui concordando com morte de inocentes nem do lado A nem do lado B. Estamos dizendo que Israel foi atacado como nação, na sua soberania.

Portanto, precisa o Sr. Presidente respeitar a nação soberana de Israel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Obrigado, Deputado.

A Deputada Sâmia Bomfim está com a palavra.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Eu, infelizmente, fui impedida de continuar a minha fala pelo Presidente Arthur Lira. Agora eu utilizo o tempo de Liderança para poder expressar na integridade tudo aquilo para o qual eu fui eleita para fazer, direto desta tribuna.

Estranha-me que alguns Parlamentares que foram à tribuna defender o genocídio de Israel não tenham sido interrompidos como eu fui quando estava defendendo o povo palestino. Talvez seja só uma coincidência que sejamos de gêneros diferentes. Mas vamos seguir.

Eu dizia que esses Parlamentares estão aqui acusando Lula de antissemitismo. Quem são os Parlamentares que estão fazendo isso? Um deles é uma Deputada que me antecedeu e que, no ano retrasado, Deputado Ivan Valente, reuniu-se com uma das principais lideranças do partido neonazista da Alemanha, o AfD. Outro é um Deputado que pateticamente está defendendo o *impeachment* do Presidente Lula e disse num *podcast* que acha errado que a Alemanha tenha criminalizado o nazismo. O outro Deputado era Ministro

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

junto com o ex-Secretário de Cultura que fez uma propaganda nazista imitando Goebbels em rede aberta de televisão. Depois disso ele caiu em função do escândalo internacional que significou o ex-Presidente Bolsonaro ter um Secretário que defendeu o nazismo em TV aberta. Estou falando também daquele que acabou de ser preso pela Polícia Federal, o Filipe Martins, que numa sessão do Senado fez um gesto de supremacista branco. Inclusive, assim como ele foi preso agora pela Polícia Federal, será preso também o Sr. Jair Bolsonaro, porque tentou articular um golpe de Estado que foi fracassado no Brasil.

Presidente, o Lula está correto, o Lula tem razão. O que acontece hoje na Faixa de Gaza é um genocídio. São cerca de 2 milhões de palestinos que vivem por ali e já foram mais de 30 mil mortos, 13 mil são crianças. Um Deputado disse ali que é um defensor das crianças. Talvez ele não se preocupe com as crianças palestinas. Mas, corretamente, o Lula, de forma altiva, corajosa e necessária, despertou esse debate na comunidade internacional. E não é à toa que vários líderes da União Europeia estão agora defendendo o cessar-fogo, não é à toa que os próprios Estados Unidos, que vetaram a resolução proposta pelo Brasil numa reunião da ONU, discutem também essa possibilidade.

É isto, de fato, que nós esperamos do Presidente do Brasil: uma postura altiva, corajosa, na linha de frente da denúncia internacional do genocídio que acontece em Gaza. E, não, ele não diminuiu os horrores do Holocausto; ao contrário, ele deu o tom e a gravidade do que está acontecendo hoje com a população palestina e que, aliás, acontece há décadas com aquela ocupação criminosa feita por Israel e com o verdadeiro *apartheid* a que aquela população é submetida.

Esse pedido de *impeachment* é patético. Evidentemente é uma tentativa de disputa de narrativa no momento em que vocês estão completamente emparedados. Eu soube que estão convocando uma manifestação. É bem importante que o Sr. Jair Bolsonaro tenha excelentes advogados para que ele faça um discurso lido, decorado, porque, se ele for sincero, ele corre o risco de sair preso dessa manifestação golpista que ele está querendo chamar e que conta com o apoio de uns e outros aqui do Plenário, que, como eu disse, têm histórico e atuação antissemita, inclusive no exercício do mandato, e serão denunciados a todo momento. Nós repudiamos toda forma de genocídio e de massacre dos diferentes povos do mundo. Por isso, a Palestina deve ser livre, e o cessar-fogo em Gaza, necessário.

Obrigada.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Peço 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Obrigado, Deputada Sâmia.

Vamos dar 1 minuto para cada um e, depois, falará o Deputado Delegado Fabio Costa.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, venho fazer uma denúncia gravíssima.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O Governo do Estado da Paraíba, através da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba — CAGEPA, presta um péssimo serviço à população paraibana. É péssimo de verdade! Não liga a água, demora a chegar. A população paga — e paga caro —, a CAGEPA não se atualiza, a população não para de cobrar. Eu tenho que vir aqui, à tribuna da Câmara dos Deputados, cobrar o Governador do Estado da Paraíba para que ele chame o feito à ordem, faça investimentos, para que a CAGEPA possa suprir a necessidade do povo paraibano.

V.Exa. sabia que lá há cidades que sequer têm água encanada? E rede de esgoto? Nem a capital está 100%. É uma vergonha o serviço da CAGEPA.

Peço mais 30 segundos, Sr. Presidente, por favor.

Eu não estou aqui responsabilizando os servidores, porque os servidores fazem o que podem. Estou aqui responsabilizando o Governador, que, assim como faz na segurança pública, assim como não cobra da Energisa, que tem lá 30 anos para trabalhar, assim como ele não oferece uma educação pública de qualidade, assim como ele não faz infraestrutura de qualidade...

A Paraíba está parada! Não há postos de empregos. Há obras infindáveis. O descondenado Lula sequer vai à Paraíba, não tem um Ministro da Paraíba e fica só enganando o povo.

E eu tenho que vir aqui, Sr. Presidente, como paraibano, cobrar do descondenado Lula para que ele trate bem a Paraíba, porque ele teve 1 milhão de votos de diferença praticamente em relação ao ex-Presidente Bolsonaro, e cobrar também do atual Governador, que não faz nada para resolver os problemas da população.

Governador, faça o que for possível para a CAGEPA prestar um excelente trabalho e serviço à população paraibana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Deputado Delegado Fabio Costa, irei passar a palavra ao Deputado Glauber Braga, por 1 minuto. Depois, eu passo a palavra a V.Exa. pela Liderança.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado de Niterói que está enrolado com os golpistas subiu àquela tribuna para criticar a fala do Presidente Lula.

Lula está correto, está certo! O que está acontecendo na Faixa de Gaza é um genocídio. Essa extrema direita não tem nem coragem de falar o nome de Netanyahu, tem vergonha de falar o nome de Netanyahu.

Sabem para onde Netanyahu vai? Vai para o quinto dos infernos se encontrar com Hitler. É isso que vai acontecer. Não tenham dúvida disso. O Sr. Netanyahu vai encontrar com Hitler no quinto dos infernos, porque é um genocida, assim como ele.

Nós não naturalizamos o Holocausto e não naturalizamos o massacre do povo palestino.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Tem a palavra o Deputado Delegado Fabio Costa, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco do PP.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Senado da República aprovou, ainda há pouco, o projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em datas comemorativas, as chamadas 'saidinhas".

Esse projeto foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados, foi aprovado agora no Senado e vai retornar à Câmara porque houve algumas modificações.

Porém, já há rumores, Deputado Gilberto, de que o Presidente Lula vai vetar esse projeto que proíbe as saidinhas. O Ministro Ricardo Lewandowski também apoia que esse projeto não vá à frente, ou seja, ele é a favor das saidinhas.

Eu não sei, Deputado Gilberto, qual é a tara deste Governo em proteger os bandidos. O projeto é importantíssimo para a sociedade brasileira, tendo em vista que os indivíduos que estão cumprindo as penas saem e não retornam, a fim de praticar novos delitos. Um policial militar de São Paulo foi morto por um indivíduo que estava gozando desse benefício. No nosso querido Estado de Alagoas, diversos indivíduos que saem para usufruir desse benefício também voltam a praticar delitos.

Então, é muito importante que fiquemos atentos a esse projeto. Caso o Governo Lula, que tanto protege bandido, vete esse PL, que nós possamos derrubá-lo, observando isso com bastante cautela. Esse é um tema muito caro para a sociedade brasileira, que não aguenta mais ser atormentada pelos criminosos aqui no Brasil, os quais este Governo tanto protege.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Obrigado, Deputado. Desculpe-me pela troca do partido. O Deputado é do PP.

Resgatando a lista, tem a palavra a Deputada Mariana Carvalho.

Enquanto a Deputada se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado André Fernandes.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu fico perplexo ao ouvir um Deputado que me antecedeu falar tanta asneira, tanta bobeira.

Sr. Presidente, eu tento entender a cabeça do militante que passou 4 anos chamando Bolsonaro de genocida e de nazista e que agora está passando pano para o "Luli".

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Que isso, Deputado!

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - Espere aí, Deputado Gilberto! Para quem não sabe, o Deputado Gilberto, da Paraíba, é meu amigo. Muito bom!

Enfim, eu tento entender a cabeça do militante que passou 4 anos chamando Bolsonaro de genocida e de nazista e que agora está passando pano para o "Luli", que está atacando Israel e defendendo o Hamas. Só pode ter merda na cabeça! Só pode ser muito burro mesmo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Tem a palavra a Deputada Mariana Carvalho.

A SRA. MARIANA CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero deixar aqui registrado o meu repúdio à fala do atual Presidente da República contra Israel e o povo que foi escolhido por Deus, o povo que nós respeitamos, o povo que nós também reverenciamos.

Eu represento a minha cidade, Imperatriz do Maranhão, e sou membro da Assembleia de Deus. Em uma cidade que é conservadora, hoje há mais de 50 mil assembleianos que admiram e respeitam a história de Israel.

Lula envergonhou o nosso País. Lula envergonhou os cristãos.

Em nome do meu povo, daqueles que hoje eu represento e de quem conheço a história, nós pedimos perdão a Israel. Não podemos aceitar que um Presidente como esse, que tem feito um desgoverno no Brasil, trate o nosso povo, os cristãos e a nossa Pátria dessa forma, envergonhando-nos, descredibilizando-nos através de uma fala que só reflete aquilo que ele mesmo é, que não reflete nosso sentimento, nosso desejo e aquilo que nós queremos para a nação de Israel.

Por isso, perdão, Israel! Nós seguiremos abençoando esta nação, nós seguiremos orando por todo o povo judeu.

Aqui eu encerro as minhas palavras com o Versículo Números 24:9: *"Israel é como um leão poderoso: quando está dormindo, ninguém tem coragem para acordá-lo. Quem abençoar o povo de Israel será abençoado; e quem o amaldiçoar será amaldiçoado*". A palavra do Senhor já está dizendo.

E eu peço que Deus tenha misericórdia do Brasil, porque o que nós temos que fazer é abençoar o povo de Israel. Infelizmente, pelas falas que foram ditas pelo atual Presidente da República hoje, a palavra do Senhor nos condena a sermos amaldiçoados. Mas aqui há o povo que ora, o povo cristão que é temente a Deus.

Nós pedimos, Senhor, que tenha misericórdia do Brasil. Nós precisamos dessa misericórdia, porque infelizmente esse desgoverno só tem nos envergonhado.

Aqui ficam os meus agradecimentos, Presidente, pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Enquanto ele vai à tribuna, o Deputado Delegado Fabio Costa tem a palavra.

Delegado tem preferência.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o último domingo, em que o Presidente Lula concedeu entrevista na Etiópia acerca da reação legítima de Israel em relação ao ataque terrorista perpetrado pelo Hamas em outubro do ano passado, foi um dia infame na história da diplomacia brasileira. Lula atentou não só contra o povo de Israel, mas contra toda a comunidade judaica, a comunidade cristã e a comunidade evangélica, que repudiam a fala lamentável, odiosa e antissemita do Presidente Lula. Então, eu quero pedir desculpas, em nome de todo o povo brasileiro, ao povo de Israel, que foi ofendido pelas palavras injuriosas e inconsequentes do Presidente Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Muito obrigado.

Nós temos ainda a inscrição do Deputado Pompeo de Mattos, que vai falar da tribuna, e depois do Deputado Ivan Valente, do Deputado Otoni de Paula e do Deputado Dr. Jaziel, encerrando a nossa sessão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Joaquim Passarinho.

Eu quero dizer que a bancada gaúcha está mobilizada para emprestar apoio, amparo, proteção, acolhimento e para dar resposta à luta dos gaúchos e das gaúchas que, pelas graves intempéries climáticas, sofreram perdas humanas, perdas de vida, perda material, perda das suas casas, perda dos seus terrenos, perdas do seu espaço de vida. Nós formamos, na Casa, uma Comissão Especial — eu tenho a honra de ser o Relator; e o Deputado Marcel van Hattem, o Presidente —, em que estamos fazendo esse enfrentamento. Toda a bancada gaúcha está mobilizada.

Eu quero celebrar aqui a apresentação da Medida Provisória nº 1.188, de 2023, pelo Presidente da República, que empresta recurso de 360,9 milhões de reais para diversos Ministérios, para três Ministérios, para socorrer os Municípios afetados pelas enchentes. São 211 milhões especialmente para gestão de risco e desastres ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; são 64,6 milhões de reais para a aplicação em aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar e da produção rural; e são 58,9 milhões de reais comporão a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, nós temos que dar uma resposta para o povo gaúcho e fiscalizar a chegada desses recursos, porque muitos recursos foram prometidos, mas não foram entregues; foram anunciados, mas não foram realizados. Então, nós temos que cumprir a nossa parte e dar respostas satisfatórias. Essa é a minha luta, esse é o meu compromisso com o povo gaúcho nesta Comissão, em que tenho honra de ser o Relator.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Por outro lado, Presidente, eu quero lamentar o que está acontecendo no Rio Grande no que diz respeito à energia elétrica. Venderam a nossa CEEE, empresa pública gaúcha criada pelo Dr. Brizola, a preço de banana, pelo preço de um cavalo crioulo, 100 mil reais, para uma empresa chamada Equatorial, que não entende nada de energia elétrica. Com esses episódios climáticos no Estado, pessoas ficaram 5 dias, 10 dias, 15 dias, 20 dias, 1 mês sem energia elétrica. Foi uma coisa impressionante! Os prejuízos foram enormes! E, para restabelecer a energia, Presidente, em vez de profissionais preparados, a empresa mandou profissionais despreparados, sem qualificação. Vários deles morreram ou se acidentaram tentando religar a energia elétrica. Tanto foi assim que o Ministério do Trabalho está fazendo uma fiscalização rígida.

Essa empresa veio só especular, explorar os gaúchos. Só quer lucro. O gaúcho está pagando uma conta pesada. Isso é muito mau, muito ruim.

É preciso investigar essa empresa, entrar por uma perna de pinto e sair por uma perna de pato, virar tudo do avesso, para saber o que está acontecendo lá dentro. Nós não podemos aceitar essa rasteira que os gaúchos tomaram dessa tal Equatorial. É ruim, muito ruim! Se encomendássemos algo muito ruim, não encontraríamos o que a Equatorial está apresentando no Rio Grande do Sul. Por isso, é necessário, sim, abrir uma investigação séria e verdadeira.

Ali na frente, acontecerá de novo e haverá prejuízo para o comércio, para a indústria, para o serviço, para o cidadão, para a cidadania, para o povo gaúcho, para o Estado gaúcho, para os Municípios do Rio Grande. Todos estão perdendo! Nós precisamos abrir uma investigação contra a Equatorial, porque, do jeito que está, não dá para aguentar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) - Obrigado, Deputado Pompeo.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. Depois, falará o Deputado Otoni de Paula.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero ler este cartaz, para que fique muito claro o que está acontecendo em Gaza: *"Lula tem razão. É genocídio, sim!"*

Eu quero dizer também que Netanyahu precisa pagar pelos seus crimes, pela ocupação e pelo genocídio que estão acontecendo lá.

Eu tenho em mãos o texto de uma carta de 1948 assinada por Albert Einstein e Hanna Arendt. A carta começa dizendo que o partido que hoje é o Likud, do Netanyahu, quando de sua fundação, era muito próximo, em sua organização, métodos, filosofia política e apelo social, ao nazifascismo. Quem falou isso não foi o Hamas, não foram os palestinos; foram os judeus, o mais respeitáveis possível.

Segunda questão: quero falar desse Ministro das Relações Exteriores que está atacando o Brasil e o Lula. Esse sujeito é o mesmo que propôs que 2 milhões e 300 mil palestinos fossem colocados numa ilha artificial ao

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

largo de Gaza. Esse é o Ministro das Relações Exteriores. Ele quer acabar com o povo palestino, aniquilá-lo! Outro Ministro, o Amichai Eliyahu, falou o seguinte: *"Vamos jogar logo uma bomba atômica em Gaza".* Seriam 2 milhões e 300 mil assassinatos!

O Estado de Israel ocupa a Palestina há 70 anos, com tortura e assassinatos políticos. É preciso compreender essa realidade. Ninguém aqui apoiou o terrorismo do Hamas, mas nada justifica a insanidade de matarem 30 mil crianças, velhos, mulheres. Trinta mil pessoas foram bombardeadas! Isso é assassinato! Isso é genocídio! Isso é atrocidade! V.Exas. não têm coragem de falar isso porque são formigas para vocês. Essa é a realidade. Foi isso que o Lula defendeu.

A África do Sul, vítima do *Apartheid*, foi o país que colocou Israel para responder no Tribunal Penal Internacional por genocídio. Hoje, lá na reunião, eles falaram exatamente isto: foi pior do que o *Apartheid*, no país sul-africano.

Lula, ao botar o dedo na ferida e falar do genocídio, logicamente atinge Netanyahu, que vai cair. Ele simplesmente vai cair no dia seguinte à guerra. Acabou a guerra, ele cai. Os Estados Unidos, que apoiam esse país, vetaram três vezes, sozinhos, resoluções pela paz, pelo cessar-fogo. Cínicos! Está aqui o Blinken. Ele chegou aqui hoje. É preciso cessar o morticínio na Palestina.

Os que hoje estão aqui dizendo que Israel é um coitado querem fazer uma cortina de fumaça para o Bolsonaro, que vai ser preso a qualquer momento. É isso que eles querem fazer. Eles não têm nenhuma compaixão, humanidade, e dizem que defendem os judeus do Holocausto. Todo o mundo já assistiu ao filme *A Lista de Schindler*. Todo o mundo já leu muitos livros sobre isso. Todo o mundo conhece o Holocausto. Ninguém tem o direito de fazer novo massacre, novo genocídio. É isso que vocês estão defendendo aqui, cinicamente, na extrema direita! Isso é insofismável!

V.Exas. precisam entender de onde nasceu o Estado de Israel: inclusive de ações terroristas do Irgun e do Stern. Vejam o que tenho aqui sobre dois Ministros de Israel: Menachem Begin e Ytzhak Rabin. Ytzhak Rabin, que queria a paz, foi assassinado por Israel e não pela Palestina, quando se discutia o Acordo de Oslo. Essa é a verdade.

Então, nós estamos aqui para dizer o seguinte: o que está acontecendo na Palestina é algo que não pode ser negado. Pelo que está acontecendo na Palestina, o Estado ocupante, por um *Apartheid*, por uma limpeza étnica, precisa ser condenado mundialmente. Eles vão ser condenados por genocídio! Não adianta a extrema direita bolsonarista ficar defendendo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Eu quero falar com calma.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Se fizéssemos um debate correto aqui, veríamos quem é terrorista de verdade, historicamente, e como é que um povo, 70 anos depois, esmagado, não tem o direito de reagir. Israel hoje é ponta de lança de um imperialismo no Oriente Médio.

Era só isso, Presidente.

Obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, o Sr. Joaquim Passarinho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado.

A próxima inscrição é do Deputado Otoni de Paula.

Permita-me, Deputado Otoni de Paula, antes conceder a palavra ao Deputado Cabo Gilberto Silva, por 1 minuto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando o tema massacre, do qual vários Parlamentares falaram desde o início da sessão, eu quero, mais uma vez, alertar e cobrar as autoridades do Estado da Paraíba, em especial o Sr. Governador João Azevêdo, que literalmente massacrou os policiais.

Na história da Polícia Militar do Estado da Paraíba, que tem a missão constitucional de fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, nunca os policiais trabalharam 24 horas por 24 horas desde o início do mês de fevereiro até a quinta-feira depois do carnaval! Imaginem o policial trabalhar 24 horas por 24 horas, 24 horas por 24 horas. Já não basta o Governador do Estado da Paraíba pagar o pior salário do País e oferecer péssimas condições de trabalho?

No carnaval, o meu telefone não parou. Os policiais não tinham condições de trabalhar dessa forma. Imaginem que, quando eles iam para casa, só podiam descansar a metade do dia, porque no outro dia já tinham que trabalhar de novo!

Eles são máquinas de guerra, Sr. Governador? Tenha responsabilidade com a segurança pública!

Eu, um Parlamentar Federal, tenho a obrigação de defender os policiais do Estado da Paraíba e chamar a atenção do Governador, que infelizmente não tem a segurança pública como prioridade e massacrou os policiais no carnaval de 2024.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva.

Já está na tribuna o eminente Deputado Otoni de Paula, do Rio de Janeiro.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Otoni de Paula.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, é importante que nós saibamos que as falas do Presidente Lula não foram falas de deslize. Ele não foi descuidado. Na verdade, o Presidente Lula revela o lado em que ele está na história da humanidade: o lado do antissemitismo.

Lula chegou a ser elogiado. O grupo terrorista Hamas mandou um comunicado agradecendo a Lula por mais uma defesa ao grupo terrorista Hamas. Isso envergonha a diplomacia brasileira. Isso envergonha o povo brasileiro.

Por isso, apresentamos uma moção de repúdio, que será votada nesta Casa, contra as falas antissemitas do Presidente Lula, que nós lamentamos.

Porém, uma coisa nós temos que admitir: as falas de Lula transformarão o dia 25, próximo domingo, data de um evento estrondoso convocado pelo maior líder político desta Nação, o Jair Messias Bolsonaro. Estaremos lá na Avenida Paulista não apenas por Bolsonaro e pela democracia, mas também por Israel, pela nação escolhida por Deus.

Portanto, as falas de Lula servem como adubo, como fertilizante, para oxigenar a democracia brasileira e para fazer com que cada cidadão brasileiro, vestido de verde e amarelo, tremule a Bandeira Nacional ao lado de Jair Messias Bolsonaro.

Eu tenho certeza absoluta, Srs. Deputados, de que o dia 25 entrará para a história do Brasil como um movimento de ressurreição e de ressurgimento desse movimento que tanto abalou a Esquerda do mundo inteiro, que é o movimento da Direita brasileira.

Parabéns, Jair Messias Bolsonaro, pelo dia 25! Obrigado, Lula, por aumentar ainda mais o calor da Direita brasileira, que irá à Paulista no próximo domingo.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Otoni de Paula.

A próxima inscrição é do Deputado Reinhold Stephanes.

Antes, Deputado Reinhold Stephanes, permita-me conceder a palavra ao Deputado Delegado Fabio Costa, por 1 minuto, ao microfone de apartes.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Já faz mais de 1 semana que os dois fugitivos da penitenciária supostamente de segurança máxima de Mossoró empreenderam fuga. Até agora, não há absolutamente nenhum sinal desses foragidos.

Há uma grave crise no sistema penitenciário federal, que está sendo muito mal conduzido pelo Ministro Lewandowski, que chegou a dizer que, em alguns dias, esses indivíduos seriam recapturados. Até agora, não

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

há nenhum sinal desses indivíduos que fugiram dessa prisão de uma maneira no mínimo suspeita, que a população brasileira ainda não digeriu, ainda não engoliu.

É preciso aprofundar as investigações, para que os responsáveis sejam efetivamente punidos por essa fuga desastrosa. Isso é um mau presságio no início dos trabalhos do Ministro Lewandowski na Pasta. O Ministro não tem absolutamente nenhuma afinidade com o tema da segurança pública. Infelizmente, estamos observando que essa passagem do ex-Ministro do Supremo pela Pasta da Segurança Pública vai ser desastrosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Delegado Fabio Costa.

Já está na tribuna o eminente Deputado Reinhold Stephanes, do Paraná.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

A negligência do Lula, nosso Presidente infelizmente, com o País custa muito caro. Na saúde, milhares de casos de dengue estão acontecendo, faltam vacinas. A economia está indo de mal a pior. Muita gente está com dificuldade de comprar alimentos em todo o País. E ele fica passeando — passeando e falando besteira.

Ele não só fala besteira do ponto de vista intelectual, quando pergunta quanto tempo vai levar para uma oliveira dar uva, mas também proporciona papos esdrúxulos, quando diz, por exemplo, que acabaria com a guerra entre a Ucrânia e a Rússia tomando cerveja num botequim. Agora, por último, nessa fala que foi uma catástrofe, ele compara a guerra entre o Hamas e Israel com o Holocausto, demonstrando falta de sensibilidade e de coerência com o que é certo no mundo.

Tudo isso fomenta muito a minha ida, no dia 25 de fevereiro, à Paulista. Eu vou lá apoiar o Presidente Bolsonaro, pela democracia, pela liberdade e também contra os abusos do Ministro Alexandre de Moraes, que tem, fora da lei, perseguido pessoas; sentenciado donas de casa e trabalhadores a 17 anos ou a 18 anos de cadeia; mandado a Polícia Federal — como se fosse uma polícia política — à casa de seus oponentes; utilizado o poder do Estado para perseguir pessoas, como fez com seus desafetos lá no aeroporto de Roma. Ele sempre está cometendo crimes.

Bolsonaro, no dia 25, vamos estar juntos na Avenida Paulista pelo bem do País.

Eu tenho dito que, nas eleições de outubro deste ano, nós devemos iniciar uma grande onda votando nos candidatos moderados, de direita e de centro-direita. No Paraná, por exemplo, existem 8 Prefeitos do PT

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

em um total de 400 Prefeitos aproximadamente. Nós temos que reduzir a zero o número de Prefeitos do PT no Paraná.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Reinhold Stephanes.

A próxima inscrição é do Deputado Dr. Jaziel.

Tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Eu quero me associar a tantas falas bradadas hoje pelo Brasil, nesta Casa e em todos os recantos desta Nação.

Meu querido Deputado Otoni de Paula, futuro Prefeito do Rio de Janeiro — se Deus quiser! —, a declaração do Chefe desta Nação, Luiz Inácio Lula da Silva, foi consciente. Ele sabia perfeitamente o que estava dizendo. Foi uma declaração com inspiração maligna, algo realmente diabólico e indescritível. Essa é a consciência dele. É isso que o Presidente Lula pensa mesmo. Afinal de contas, ele apoia tiranias. Sim, ele apoia tiranias, porque a Venezuela é uma tirania, uma ditadura; a China é outra ditadura; assim como a Coreia do Norte é também uma ditadura, uma tirania. Todo esse povo, todos esses governantes tiranos são inspiração para o Presidente Lula. Então, ele demonstra exatamente aquilo que está dentro do seu coração e da sua mente, que é perturbada.

Fazer essa comparação a respeito do que acontece com palestinos e israelenses na Faixa de Gaza é simplesmente afirmar e assinar embaixo: *"Nós realmente somos tiranos e apoiamos não só tiranos, mas também terroristas, fascistas"*. Essa é a verdade. Isso é o que está posto.

Para comprovar isso, basta ver que foi detectado que a agência da ONU responsável por dar assistência a refugiados palestinos estava financiando os terroristas do Hamas nessa guerra contra Israel. Na realidade, a população da Faixa de Gaza não quer isso que esses terroristas estão fazendo. Eles são escravos desses terroristas. O Presidente Lula contribui para isso, porque manda recursos para essa instituição, para essa agência. Os países civilizados e democráticos que respeitam o direito à liberdade e o direito à vida interromperam a ajuda a essa agência, que está corrompida. E o que fez o Presidente Lula? Aumentou a sua contribuição. Aliás, não é a contribuição dele, é o dinheiro do povo brasileiro que é mandado para essa instituição, essa agência que contribui para a ação criminosa do grupo Hamas.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Fica registrada aqui, meu Presidente, a nossa indignação, que representa a indignação do brasileiro, do cidadão, do cristão, a essa declaração que expressa exatamente a verdade que está no pensamento do Lula e daqueles que o acompanham.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Dr. Jaziel.

Está na tribuna o nosso eminente Deputado Otoni de Paula, do Rio de Janeiro.

Tem a palavra V.Exa., com muita honra.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado pela sua paciência, Presidente.

Nós percebemos que estamos incomodando quando a imprensa ou parte da imprensa resolve nos atacar. Eu sofri um ataque logo após o MDB do Rio de Janeiro confirmar a nossa pré-candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro. Eu sofri um ataque por meio de uma acusação leviana do jornalista Robson Bonin, do *Radar*, da revista *Veja*, que utilizou o título *O plano bolsonarista para "tomar" a Prefeitura de Eduardo Paes*.

Assim como ocorreu na Vaza-Jato, vazou um dos vários inquéritos sobre os atos do dia 8 que estão tramitando no Supremo Tribunal Federal. Vazou uma conversa que eu tive há quase 1 ano com alguém próximo ao Presidente Bolsonaro, o Sr. Ailton Barros.

Nessa conversa, lá atrás, eu falo sobre planos, sobre composições políticas. Eu digo que, se eu não for eleito, temos chances de vir ao Senado Federal, mas abro mão para a reeleição do Senador Flávio Bolsonaro, que é a principal eleição que nós precisamos para o Senado Federal. Aí, ele acrescenta, em relação a uma conversa que eu realmente tive: *"Otoni diz ainda que está confiante em sua cruzada eleitoral para 'tomar' a Prefeitura de Paes: 'Nós seremos imbatíveis. Bolsonaro terá um Prefeito para chamar de seu'"*.

Eu queria dizer ao jornalista que eu, quase depois de 1 ano dessa conversa, continuo confiante e continuo dizendo que, se eu chegar à Prefeitura do Rio de Janeiro, o Presidente Bolsonaro terá, sim, um Prefeito para chamar de seu, independentemente de eu estar no MDB. Aliás, eu nunca precisei estar no partido do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro para ser fiel. E o povo brasileiro sabe disso. Portanto, não adianta nos atacar. E não adianta dizer que o Otoni fez parte dos atos do dia 8.

Pelo contrário, Deputado Pompeo de Mattos, que nos preside, eu tive a coragem de dizer em uma entrevista aos patriotas que estavam na porta dos quartéis: *"Saiam da porta dos quartéis, porque vocês serão presos, e não haverá ninguém que poderá defendê-los"*. Eu sabia que o Presidente Bolsonaro estava de pés e mãos atados e tentei salvar, àquela época, os patriotas que estavam na porta dos quartéis. Naquele momento, os irmãos bolsonaristas não entenderam, acharam que eu queria trair o Presidente Bolsonaro — peço só mais 30 segundos para encerrar, Presidente. Acharam que eu estava traindo o Presidente Bolsonaro, quando, na

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

verdade, não estava. Eu sabia, pela minha proximidade com o Presidente Bolsonaro, que ele não conseguiria fazer nada naquele momento. Ele queria agir, mas eu sabia que ele não conseguiria fazer nada pelo bem da Nação brasileira.

Que Deus abençoe a nossa trajetória rumo à Prefeitura do Rio!

Continuo confiante. Bolsonaro terá um Prefeito!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Nós vamos encerrar a sessão desta noite, mas antes eu quero deixar aqui registrado, ao final, que lamentavelmente o mundo vem experimentando um momento de muita intolerância, de guerras no Oriente Médio, de guerra no Leste Europeu, o que não faz bem para ninguém. Guerra é sempre guerra, e alguém perde. Aliás, quem ganha é quem produz armamento, armamento pesado, armamento de guerra, para matar, para dizimar. Guerra só alimenta o ódio. Todos perdem, mas quem perde mais é especialmente o povo, a população indefesa, homens, principalmente idosos, mulheres e crianças. A intolerância é inconcebível. A incompreensão leva à guerra, e nós precisamos todos nos ajudar para buscar a paz. Não é alimentando ódio, não é alimentando a guerra de um e de outro lado que o mundo vai encontrar o caminho da paz; é tendo compreensão, tolerância, respeito, jeito, paciência, resiliência. Isso é o que eu desejo e prego.

Então, encerro dizendo assim:

Enquanto nações em guerra dizimam o povo indefeso
Tratando com puro desprezo idosos, mulheres e crianças
Matando a vida e a esperança
Eu vejo os líderes mundiais virarem as costas para a paz
Alimentando esse jogo
Atiçando mais o fogo do ódio e da maldade
O que peço, e é de verdade, é respeito pela vida
E não dê a causa por perdida
E volte a paz para a humanidade.

É o que nós queremos, paz para o mundo, para os homens e mulheres desta terra, deste chão, deste País, de todos os países, de todas as nações.

ENCERRAMENTO

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Total de Parlamentares: 83

	Partido	Bloco
AMAPÁ		
Acácio Favacho	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Silvia Waiãpi	PL	
Total de AMAPÁ 2		
PARÁ		
Airton Faleiro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Antônio Doido	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Delegado Éder Mauro	PL	
Joaquim Passarinho	PL	
Total de PARÁ 4		
RONDONIA		
Lucio Mosquini	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de RONDONIA 1		
ACRE		
Antônia Lúcia	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de ACRE 1		
TOCANTINS		
Eli Borges	PL	
Ricardo Ayres	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de TOCANTINS 2		
MARANHÃO		
Amanda Gentil	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Duarte Jr.	PSB	
Luciano Galego	PL	
Total de MARANHÃO 3		
CEARÁ		
André Fernandes	PL	
Eunício Oliveira	MDB	Bl MdbPsdRepPode
José Guimarães	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Júnior Mano	PL	
Matheus Noronha	PL	
Total de CEARÁ 5		
PIAUÍ		
Dr. Francisco	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Júlio Cesar	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Marcos Aurélio Sampaio	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Total de PIAUÍ 3		
PARAÍBA		
Gervásio Maia	PSB	
Murilo Galdino	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Romero Rodrigues	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Total de PARAÍBA 3		

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PERNAMBUCO		
Augusto Coutinho	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Renildo Calheiros	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PERNAMBUCO 2		
ALAGOAS		
Marx Beltrão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulão	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de ALAGOAS 2		
SERGIPE		
Rodrigo Valadares	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de SERGIPE 1		
BAHIA		
Elmar Nascimento	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
João Carlos Bacelar	PL	
Joseildo Ramos	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Lídice da Mata	PSB	
Márcio Marinho	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Otto Alencar Filho	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Pastor Sargento Isidório	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Waldenor Pereira	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de BAHIA 8		
MINAS GERAIS		
Ana Pimentel	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Célia Xakriabá	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Greyce Elias	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Leonardo Monteiro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Paulo Abi-Ackel	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Paulo Guedes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Pedro Aihara	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Reginaldo Lopes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Stefano Aguiar	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Total de MINAS GERAIS 9		
ESPÍRITO SANTO		
Dr. Victor Linhalis	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
Messias Donato	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Total de ESPÍRITO SANTO 2		
RIO DE JANEIRO		
Benedita da Silva	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Delegado Ramagem	PL	
Otoni de Paula	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Soraya Santos	PL	
Sóstenes Cavalcante	PL	
Total de RIO DE JANEIRO 5		
SÃO PAULO		
Adilson Barroso	PL	
Alex Manente	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Arlindo Chinaglia	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Celso Russomanno	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Cezinha de Madureira	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Guilherme Boulos	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Ivan Valente	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Jefferson Campos	PL	
Kiko Celeguim	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Marcos Pereira	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Professora Luciene Cavalcante	PSOL	Fdr PSOL-REDE

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Sâmia Bomfim	PSOL	Fdr PSOL-REDE
Tabata Amaral	PSB	
Vicentinho	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de SÃO PAULO 14		
MATO GROSSO		
Emanuel Pinheiro Neto	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de MATO GROSSO 1		
GOIÁS		
Lêda Borges	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de GOIÁS 1		
MATO GROSSO DO SUL		
Dagoberto Nogueira	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de MATO GROSSO DO SUL 1		
PARANÁ		
Filipe Barros	PL	
Reinhold Stephanes	PSD	Bl MdbPsdRepPode
Zeca Dirceu	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de PARANÁ 3		
SANTA CATARINA		
Ana Paula Lima	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Carlos Chiodini	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Cobalchini	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Geovania de Sá	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Jorge Goetten	PL	
Pedro Uczai	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Pezenti	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Total de SANTA CATARINA 7		
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Alexandre Lindenmeyer	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Reginete Bispo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Total de RIO GRANDE DO SUL 3		

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

Total de Parlamentares: 34

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Albuquerque	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Defensor Stélio Dener	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Gabriel Mota	Republican	Bl MdbPsdRepPode
Nicoletti	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Pastor Diniz	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Total de RORAIMA 5		
AMAPÁ		
Vinicius Gurgel	PL	
Total de AMAPÁ 1		
PARÁ		
Elcione Barbalho	MDB	Bl MdbPsdRepPode

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Total de PARÁ 1

TOCANTINS

Alexandre Guimarães	Republican	Bl MdbPsdRepPode

Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Roseana Sarney	MDB	Bl MdbPsdRepPode

Total de MARANHÃO 1

CEARÁ

Yury do Paredão	MDB	Bl MdbPsdRepPode

Total de CEARÁ 1

PIAUÍ

Átila Lira	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Total de PIAUÍ 1

RIO GRANDE DO NORTE

Paulinho Freire	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Total de RIO GRANDE DO NORTE 1

PERNAMBUCO

Mendonça Filho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Pastor Eurico	PL	

Total de PERNAMBUCO 2

BAHIA

Adolfo Viana	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Dal Barreto	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Ivoneide Caetano	PT	Fdr PT-PCdoB-PV
Raimundo Costa	Podemos	Bl MdbPsdRepPode

Total de BAHIA 4

MINAS GERAIS

Hercílio Coelho Diniz	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Luis Tibé	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcelo Álvaro Antônio	PL	
Rosângela Reis	PL	

Total de MINAS GERAIS 4

RIO DE JANEIRO

Doutor Luizinho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Marcos Soares	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Washington Quaquá	PT	Fdr PT-PCdoB-PV

Total de RIO DE JANEIRO 3

SÃO PAULO

Bruno Ganem	Podemos	Bl MdbPsdRepPode
David Soares	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Kim Kataguiri	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...
Simone Marquetto	MDB	Bl MdbPsdRepPode
Vinicius Carvalho	Republican	Bl MdbPsdRepPode

Total de SÃO PAULO 5

GOIÁS

Delegada Adriana Accorsi	PT	Fdr PT-PCdoB-PV

Total de GOIÁS 1

PARANÁ

Padovani	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...

Total de PARANÁ 1

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

```
SANTA CATARINA
 Ismael                                  PSD          Bl MdbPsdRepPode
Total de SANTA CATARINA  1

RIO GRANDE DO SUL
 Maria do Rosário                        PT           Fdr PT-PCdoB-PV
Total de RIO GRANDE DO SUL  1
```

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Encerro os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 21 de fevereiro, às 13h55min, com Ordem do Dia a ser divulgada ao Plenário, nos termos regimentais.

Está encerrada a sessão.

Que Deus proteja a todos nós!

Muito obrigado.

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 8 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE

(SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhoras parlamentares, venho a esta tribuna para repercutir a desastrada fala de Lula no encerramento da viagem ao continente africano, quando comparou a guerra de Israel aos terroristas do Hamas ao Holocausto Nazista que vitimou mais de 6 milhões de judeus.

A declaração enfureceu o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que horas depois declarou que os comentários eram “vergonhosos e graves”. O premiê também informou que convocaria o embaixador brasileiro em Tel Aviv para “uma conversa severa”.

Ato contínuo, o premiê israelense declarou Lula “Persona Non Grata” em Israel, algo inédito na história da diplomacia brasileira. Dobrando a aposta, Lula chamou de volta ao Brasil o embaixador em Israel.

Tudo ganha contornos mais dramáticos quando recordamos que o brasileiro Oswaldo Aranha presidia a ONU durante a Assembleia que criou o estado de Israel. Osvaldo Aranha é homenageado com nome de rua em Tel Aviv, em Bersebá e em uma praça em Jerusalém, enquanto o presidente brasileiro é figura indesejada naquele país amigo.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Lula, com sua verborragia, envergonha as melhores tradições de diplomacia e de soft power. E isso para agradara ao Hamas, brutal grupo terrorista, que matou mais de mil israelenses no dia 07 de outubro de 2023 e que usa os próprios palestinos como escudo.

As repercussões dessa crise são inimagináveis. Estamos falando de relações políticas, mas falamos, também, de economia, balança comercial, trocas de tecnologias e de defesa. Há laços que nos unem a Israel, como quando militares israelenses vieram a Minas Gerais nos ajudar após o rompimento da barragem em Brumadinho.

Não é possível que o presidente do Brasil consiga defender o terrorismo do Hamas e confundir os atos de defesa de Israel como um ataque nazista. Há, logicamente, forte componente ideológico que une, historicamente, o petista ao que há de mais atrasado no mundo. Só que sua defesa de ditaduras ganhou novos contornos ao comparar, de forma irresponsável, a luta israelense ao holocausto que envergonha o mundo. É razoável pensar que Lula apostou no ataque para apoiar o desejo de cortar relações com o país mais democrático do Oriente Médio.

Não por outro motivo, o instituto Real Time Big Data divulgado nesta segunda-feira (19) indicou que 83% dos entrevistados discordam da declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lembro o parágrafo 3 do artigo 5º da Lei 1.079/1950, conhecida como Lei do Impeachment, que considera crime de responsabilidade "cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade".

Por esse motivo, sou um dos signatários do pedido de Impeachment que está sendo protocolado nesta Casa Legislativa, pois essa atitude irresponsável e ignorante do Sr. Lula, coloca em risco as relações diplomáticas do Brasil. Além disso, conclamo todos os colegas que repudiam a fala do Sr. Lula, a assinarem o pedido, pois o silêncio de cada um de nós será entendido como consentimento para que se trate o Holocausto de forma tão leviana.

Que o presidente seja julgado e sofra o impeachment, por conta do seu antissemitismo, desrespeito à memória de 6 milhões de judeus mortos por nazistas e seu reconhecido apoio ao grupo terrorista Hamas.

Era o que tinha a dizer.

Solicito que esta fala seja veiculada nos meios de comunicação desta Casa.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL-AM) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as mais recentes operações de busca e apreensão contra membros da oposição revelam

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

as fragilidades da democracia brasileira. Parece que os Poderes Executivo e Judiciário estão unidos no propósito de esmagar a oposição política ao governo. Querem calar as vozes que podem denunciar seus abusos, formando um coro articulado para a supressão da dissonância, o que exprime inegavelmente a marca da ditadura.

Mais especificamente, o que temos visto é o acordo dos atos da Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça, com os atos do STF, conduzidos pelo Ministro Alexandre de Moraes. Em conluio, os membros dessas instituições públicas não conseguem disfarçar o intento de fulminar as vozes que saíram vitoriosas nas urnas em 2018, como fica claro do exame de alguns eventos recentes.

A prisão do Presidente do meu partido por portar arma irregularmente é um claro exemplo dos abusos nas buscas e apreensões. É evidente que a operação foi realizada contra ele artificiosamente, apenas para encontrar algo que deturpe a imagem do partido com maior representação no Congresso Nacional. Afinal, o verdadeiro motivo para a violação da intimidade do seu lar foi a ousadia de ter pretendido eleger 1.500 prefeitos nas eleições deste ano.

Quanto ao conluio em si, as recentes trocas dos ocupantes das cadeiras de Ministro da Justiça e do STF são um sinal muito claro. Afinal, Flávio Dino e Lewandowski fizeram movimentos em direções opostas apenas para perpetuar os acertos realizados entre os membros desses Poderes.

Aliás, não podemos esquecer que o atual Presidente da República se reuniu com Ministros da Suprema Corte na residência de Roberto Barroso em jantar “estratégico” em um dos últimos dias de 2023. Diante de tudo o que temos visto, é impossível não levantar a suspeita de que as buscas e apreensões realizadas recentemente faziam parte da estratégia que formularam.

O fato é que, hoje, qualquer político que se oponha ao governo sente-se constrangido e não expressa livremente o seu pensamento. Neste momento, sequer posso confiar na minha imunidade parlamentar constitucionalmente assegurada, e exprimo essas críticas apreensivamente. Afinal, é bem provável que, com ela, serei interpretado como fazendo um convite à Polícia Federal para realizar uma busca e apreensão em minha casa.

Ora, Senhor Presidente, é muito claro o impedimento ao livre exercício do Poder Legislativo. O pior é que nada do que apontam como motivo para as operações de busca e apreensão tem qualquer gravidade real. Na verdade, tudo não passa de expedientes para obter materiais difamatórios por meio da retirada de contexto e manipulação da opinião pública.

O mais triste é que o discurso que utilizam está repleto de menções à defesa da ordem democrática. Mas é óbvio que a supressão do adversário político não favorece a democracia. O cinismo de tudo isso

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

exprime uma mensagem bastante clara. Já estamos vivendo a ditadura que indicamos que seria implantada no Brasil se a esquerda voltasse ao poder.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ROGÉRIA SANTOS (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Não há como negar que o Brasil avançou em muitos quesitos e ainda avançará mais, em nome de Jesus! No entanto, há fatos sérios que estão em discussão, mais uma vez, e penso ser um retrocesso: a reoneração da folha, discutida hoje, mais cedo, e a lamentável fala do Presidente Lula acerca de Israel.

Pois bem, diante de tantas polêmicas, eu não poderia deixar de me pronunciar. Quero pontuar, primeiramente, sobre a discussão da desoneração da folha de pagamento. Muito foi discutido, há bem pouco tempo, aqui nesta Casa e no Senado, acerca desse assunto. Decidimos, então, em ampla maioria, que deveríamos permanecer com a desoneração e favorecer os 17 setores que seriam atingidos e já se beneficiam desse benefício desde 2011. Em linhas gerais, milhares de empregos estavam em risco, ganhariam a certeza de permanência, em caso positivo.

O resultado foi que o empresário apostou todas as suas estratégias nesses novos anos de desoneração e possíveis investimentos, dentre esses, a abertura de mais vagas de emprego por todo o Brasil credita a expectativa do grupo empresarial. No entanto, tudo isso agora está ameaçado por uma provável oneração, progressiva, proposta pelo Executivo. Penso quantos brasileiros foram preocupados hoje para o trabalho na angústia de saber se seus empregos seriam mantidos ou não até o fim deste ano, quem sabe!

De fato, tal situação desestabiliza a economia e a vida dos empresários. Como não reconhecer que este setor é tão fundamental para manter a economia em parâmetros mais estáveis. Vivemos momentos tão complicados desde o pós-pandemia.

Em se tratando de dificuldades, o Brasil enfrenta um momento delicado em que uma fala mal inserida em um discurso coloca o Brasil em uma situação de constrangimento como no exemplo atual. Refiro-me à fala do Presidente Lula acerca de Israel. Essa indisposição com Israel, sinceramente, é algo desnecessário para o nosso Brasil.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Estabelecer uma comparação com o Holocausto foi um pleno desrespeito com a dor de um povo que já passa por conflitos há tempos. Receber um elogio do Hamas foi a maior prova de que, de fato, o Presidente ultrapassou o bom senso.

O Holocausto foi o maior registro de genocídio na história. Sinceramente, não há como comparar. Que irresponsabilidade! Afinal, Israel procura combater os ataques terroristas do Hamas, contabilizando a perda de vidas e mais vidas.

Nesse sentido, considerar normal a forma como esse grupo terrorista mata inocentes é o que mais me assusta. Isso é grave e desumano, é não ter noção do que é a vida humana quiçá entender e enxergar a dignidade que cada ser humano merece ter.

Forte abraço!

Muito Obrigada!

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Discurso feito pelo Senhor
Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA)
Na Sessão de 20/02/2023

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

É com grande satisfação e orgulho que me dirijo a esta augusta casa para parabenizar o Governo do Estado do Maranhão, sob a liderança exemplar do Governador Carlos Brandão, pelos notáveis resultados alcançados durante o Carnaval deste ano. Este evento, uma verdadeira manifestação da nossa rica cultura e alegria, não apenas bateu recordes de público, com impressionantes 3 milhões de pessoas nos circuitos Litorânea e Beira-Mar, mas também estabeleceu uma nova marca histórica em movimentação financeira, com aproximadamente R$ 313 milhões circulando pelo estado nos cinco dias de festividades.

Esses números não são apenas estatísticas, mas refletem o sucesso de uma gestão eficaz e de uma visão estratégica voltada para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado. O Governo do Maranhão, através de suas políticas inclusivas e de incentivo à cultura e ao turismo, conseguiu não apenas

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

promover o nosso estado no cenário nacional, mas também gerar oportunidades significativas de emprego e renda para a população.

Destaco, com especial apreço, a criação de 9,8 mil postos de trabalho temporário durante o período carnavalesco, uma demonstração clara de compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos maranhenses. O Governador Carlos Brandão e sua equipe merecem nosso reconhecimento por proporcionar não só lazer e entretenimento, mas também por fomentar a economia local, apoiar os fazedores de cultura e os beneficiários dos programas Mais Renda e Minha Casa, Meu Maranhão, contribuindo para um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

Por tudo isso, expresso minha mais profunda admiração e congratulações ao Governador Carlos Brandão e a todos os envolvidos nesse grandioso evento. Que possamos continuar trilhando este caminho de progresso, unindo forças em prol de um Maranhão cada vez mais próspero, inclusivo e feliz.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA

(SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Hoje, nesta Casa, não posso deixar de deixar registrado minha profunda indignação e repúdio em relação às declarações proferidas pelo atual Presidente da República contra Israel. As palavras proferidas por ele não apenas demonstram uma total falta de sensibilidade histórica e humanitária, mas também uma perigosa banalização do sofrimento do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

Comparar as ações do Estado de Israel na Faixa de Gaza com os horrores do Holocausto é não apenas uma distorção da realidade, mas também uma afronta à memória das milhões de vítimas do regime nazista. É minimizar as atrocidades cometidas contra os judeus e outros grupos étnicos, religiosos e sociais durante um dos períodos mais sombrios da história.

Devemos lembrar que o Holocausto não foi apenas uma questão de guerra, mas um genocídio meticulosamente planejado e executado pelo regime nazista, resultando na morte de seis milhões de judeus, além de milhões de outras vítimas inocentes. Comparar essa tragédia incomensurável com as operações militares em curso na Faixa de Gaza é uma afronta à memória daqueles que perderam suas vidas e à sobrevivência daqueles que conseguiram escapar desse terror.

As ações do Estado de Israel devem ser analisadas com a devida seriedade e contextualização, levando em consideração os desafios complexos que envolvem o conflito no Oriente Médio. No entanto, qualquer

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

comparação com o Holocausto é não apenas irresponsável, mas também perigosa, pois trivializa o sofrimento das vítimas e enfraquece nossa capacidade de reconhecer e combater o verdadeiro antissemitismo e outras formas de discriminação e intolerância.

Como representantes do povo, temos a responsabilidade de condenar veementemente tais declarações e reafirmar nosso compromisso com os valores da justiça, da paz e do respeito à dignidade humana. Devemos nos unir em solidariedade aos sobreviventes do Holocausto, às comunidades judaicas e a todos os povos que lutam contra o ódio e a injustiça em todas as suas formas.

Portanto, conclamo esta Casa a rejeitar veementemente as declarações do Presidente da República e a enviar uma mensagem clara de repúdio a qualquer forma de trivialização do Holocausto e de instrumentalização do sofrimento humano para fins políticos. Nós, enquanto nação, devemos aprender com os erros do passado e nos esforçar para construir um mundo onde a paz, a tolerância e o respeito mútuo prevaleçam.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Boa tarde a todas e a todos. Não poderia deixar de vir a esta tribuna para fazer um comentário sobre a movimentada semana que o inelegível ex-presidente e o seu entorno, militares, partidários e apoiadores, tiveram há alguns dias.

Cada vez mais fica evidente que a polícia federal e a justiça estão próximas do desfecho da investigação sobre a trama golpista que culminou nos atos bárbaros e antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023.

Como podemos perceber na íntegra daquele vídeo que foi divulgado para todo o país, a trama começou bem antes, quando o agora inviajável, porque está sem passaporte, percebeu que perderia, como perdeu, a eleição para o presidente lula.

Como ele nunca respeitou a democracia, ele tentou, com a ajuda de alguns dos seus amigos generais, uma virada de mesa que jogaria o país no caos e no autoritarismo.

Felizmente, a nossa democracia foi mais forte, os golpistas foram derrotados e agora chegou o momento de prestarem contas pelos seus atos perante a justiça.

Estou muito curiosa sobre o teor do depoimento que o inominável terá que prestar à polícia federal daqui alguns dias. Aliás, isso é coisa de família! O pai foi intimado a depor sobre a trama golpista e o filho mais novo foi indiciado por lavagem de dinheiro, tudo ao mesmo tempo.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Também me causa incredulidade saber que, depois de tudo o que foi revelado, o sujeito ainda teve a desfaçatez de convocar um ato em sua defesa no próximo dia 25. Certamente, não vão faltar aduladores para defender o indefensável, inclusive, lamentavelmente, o governador do meu estado, que vai interromper uma agenda internacional fajuta para participar do famigerado evento político na avenida paulista.

Me pergunto se ele e o senador catarinense que o acompanha na comitiva vão devolver as diárias que receberam para ir a Dubai? Pergunto também quanto custou esse adiantamento para os catarinenses? O ato golpista é mais importante do que os interesses econômicos do estado de Santa Catarina?

Depois do negacionismo com relação à vacinação das nossas crianças, essa é mais uma atitude do governador que envergonha o povo da minha querida Santa Catarina!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

A Sra. LAURA CARNEIRO (PSD-RJ) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com muito orgulho venho anunciar que, no dia 12 de janeiro deste ano, o Presidente da República sancionou a Lei que inscreve o político Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O título de Herói ou Heroína da Pátria é outorgado a personalidades que tiveram papel fundamental na defesa ou na construção do país. Também é chamado de Livro de Aço, pois a obra é realmente formada por páginas de aço. Está localizado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes.

Lauro Nina Sodré e Silva merece nosso reconhecimento por sua atuação de destaque em prol da democracia brasileira. Nascido em Belém no ano de 1858, decidiu por seguir a carreira militar no estado do Rio de Janeiro. Ali, teve como mestre Benjamin Constant. Com ele, abraçou a causa republicana e o positivismo. Foi aluno brilhante, alcançando distinção máxima em todos os anos no curso da Escola Militar da Praia Vermelha.

Após a Proclamação da República, foi nomeado secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra, e em seguida, na Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Sua carreira na política se iniciou como deputado pelo estado do Pará, no ano de 1890. No ano seguinte, foi eleito pelo Congresso Constituinte Paraense o primeiro governador do estado do Pará.

Político extremamente respeitado, demonstrou sua bravura quando se colocou contra o golpe perpetrado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, golpe esse que dissolveu o Congresso. Vale destacar que Lauro Sodré foi o único governador que assumiu abertamente posição contrária

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ao golpe, sem medo de retaliações e marcando sua posição de defensor da recém-conquistada democracia brasileira.

A reação contrária às ações do Marechal Deodoro resultou em sua renúncia e na deposição de todos os governadores que o apoiaram.

Lauro Sodré foi mantido como governador do Pará até o ano de 1897. Em seguida, foi eleito Senador pelo mesmo estado e em 1903, Senador pelo Distrito Federal. Foi eleito Senador pelo estado onde nasceu mais uma vez, no ano de 1937 e novamente governador do estado por duas vezes, até o ano de 1930, quando decidiu se retirar da vida política.

No ano de 2021, o Senador Confúcio Moura apresentou projeto de lei determinando a inscrição de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Coube a mim a honra de ser nomeada relatora da matéria 2 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nesta Casa, em novembro do ano passado.

Diante da importância deste homem de caráter marcante, ilustre defensor da formação de nossa identidade democrática, votei favoravelmente à aprovação do projeto, agora transformado em legislação. Gostaria de agradecer aos Pares pelo apoio e expressar minha satisfação pela oportunidade de relatar projeto de tanta relevância, agora já vigorando como lei.

Muito obrigada.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Em 20 de fevereiro de 2024
(Terça-feira)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(Semipresencial)
(Às 17 horas e 30 minutos)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE MESA

1. Requerimento nº 1.884, de 2023, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 10.106, de 2018**, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa. **(REQ NT62 NT64) (Mérito - T62 T64)**
RELATOR: DEP. RUY CARNEIRO (PODE-PB), EM 03/08/2023

2. Requerimento nº 1.951, de 2023, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.125, de 2022**, do Sr. Reginaldo Lopes, que cria o Parque Nacional Serra do Curral, no estado de Minas Gerais. **(REQ NT62 NT64) (Mérito - T62 T64)**
RELATORA: DEP. DUDA SALABERT (PDT-MG), EM 03/08/2023

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

3
PROJETO DE LEI Nº 8.035-C, DE 2014
(DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.035-C, de 2014, que acresce o Art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; tendo parecer das Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Lucas Gonzalez); Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relatora: Dep. Laura Carneiro). **(T62 T64)**
APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 2.215/2023, EM 02/08/2023

Início do recebimento de proposições acessórias: 20/02/24, às 18 horas e 10 minutos. (Art. 4º, II, Ato da Mesa 123/20)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

4
PROJETO DE LEI Nº 2.613, DE 2007
(DO SR. PEPE VARGAS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, que estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões de: Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde; Desenvolvimento Urbano; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T62 T64)**

Tendo apensados (14) os PLs 7.946/10, 6.749/13, 7.948/17, 8.848/17, 11.257/18, 1.703/19, 2.004/19, 3.400/19, 1.757/20, 1.898/20, 2.611/20, 1.290/21, 1.832/22 e 5.252/23.

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 1.150/2022, EM 29/08/2023, APRESENTADO AO PL 1.832/2022, APENSADO.
RELATORA: DEP. NELY AQUINO (PODE-MG), EM 29/08/2023

5
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 221-C, DE 2016
(DAS SRAS. LAURA CARNEIRO E CARMEN ZANOTTO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 221-C, de 2016, que inclui como objetivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a aplicação de recursos na superação das desigualdades raciais; tendo parecer das Comissões de: Direitos Humanos e Minorias, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Couto); Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Azi); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação (Relatora: Dep. Erika Kokay). **(NT62 T64)**

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 2.380/2023, EM 19/09/2023.
RELATOR: DEP. JOSIVALDO JP (PSD-MA), EM 19/09/2023

6
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 2023
(DA SRA. FLÁVIA MORAIS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 175, de 2023, que altera o artigo 5º da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Pendente de parecer das Comissões de: Saúde; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT62 T64)**

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 3.684/2023, EM 21/11/2023.
RELATOR: DEP. LEO PRATES (PDT-BA), EM 19/12/2023

7
PROJETO DE LEI Nº 5.827-C, DE 2013
(DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.827-C, de 2013, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Manoel Junior); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do de nº 7735/17, apensado, com emenda saneadora de inconstitucionalidade; e, no mérito, pela aprovação deste, do de nº 7735/17 e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva (Relator: Dep. Sergio Zveiter). **(NT62 NT64)**

Tendo apensado o PL 7.735/17.

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 10.151/2014, EM 13/05/2014.
RELATOR: DEP. LUIZ FERNANDO FARIA (PSD-MG), EM 23/11/2023

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I - EMENDAS

<Não há proposições em fase de recebimento de Emendas>

II - RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO - ART. 24, II, DO RICD
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 58, § 1°, do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DE CONCESSÃO, RENOVAÇÃO E PERMISSÃO DE RADIO/TV

Nº 312/2019 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) - Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Jacobina, Estado da Bahia.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 909/2021 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) - Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capanema, Estado do Pará.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 153/2022 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) - Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Transversal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/02/2024

Nº 412/2022 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) - Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Imprensa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/02/2024

Nº 229/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 248/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Francisco e Clara de Assis para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Nº 308/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Povoado Km 17 de Codó - ACOPOC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codó, Estado do Maranhão.
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/02/2024

Nº 352/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí.
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/02/2024

Nº 354/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Bezerros, Estado de Pernambuco.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 355/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Resplendor, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 356/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Balsas FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 357/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 360/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Kativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 361/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Interativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 366/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 368/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins.
DECURSO: 4ª SESSÃO

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 369/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (ADECAB) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 372/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade dos Ecologistas de Tambaú para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 373/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio a Cultura de Carrasco Bonito a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 374/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Litoral do Turi - ACOLIT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turiaçu, Estado do Maranhão.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 377/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 436/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Jaboticabal, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 437/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Catanduva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Catanduva, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 438/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Avaré para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Avaré, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 439/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Rádio Comunitária Super para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 448/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão do

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Polvilho (ADIPO) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 451/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Rádio Votorantim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Votorantim, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 454/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda. - EPP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 456/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Cultural Artística Uma Nova Voz Para Campinas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 460/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e Adjacência a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 461/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação de Comunicação Comunitária Araraquarense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 462/2023 (Comissão de Comunicação) - Aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Cultural Ação e Cidadania de Vinhedo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

PROJETO DE LEI

Nº 412/2007 (Senado Federal - Paulo Paim) - Institui o Dia Nacional de reflexão do "Cantando as Diferenças"
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 5855/2009 (Carlos Sampaio) - Cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 488/2011 (Senado Federal - Neuto De Conto) - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, e dá outras providências.
Apensados: PL 3576/2020 (Heitor Schuch) PL 4494/2012 (Marcon) PL 892/2021 (Heitor Schuch)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 1784/2011 (Senado Federal - Paulo Paim) - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela.
Apensados: PL 1873/2011 (Senado Federal - Cristovam Buarque)
DECURSO: 3ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 22/02/2024

Nº 4862/2012 (Hermes Parcianello) - Denomina Rodovia PEDRO GURGACZ o trecho da BR-163 entre os municípios de Cascavel, no entroncamento da BR-277, até o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 6054/2013 (Padre João) - Acrescenta parágrafo único ao art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, emitida e registrada nos termos estabelecidos pelos órgãos federais competentes, constitua instrumento hábil de identificação e dispensa o pescador artesanal da comprovação da arqueadura bruta da embarcação para efeito de enquadramento como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 3009/2015 (José Priante) - Fica a Festa do Sairé, realizada no distrito de Alter do Chão, município de Santarém, Estado do Pará, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, de acordo com o Artigo 215 e o Artigo 216 da Constituição Federal.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 4546/2016 (Diego Andrade) - Denomina "Viaduto Deputado José Pereira da Silva" o viaduto localizado na rodovia BR-459, km 102, no trecho que corta o perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 9179/2017 (Dr. Jorge Silva) - Institui o Dia Nacional da Lembrança do Holocausto, a ser comemorado, anualmente no dia 16 de abril.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 9765/2018 (Senado Federal - Vanessa Grazziotin) - Acrescenta o art. 27-A à Lei n° 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o dever de informar na prestação dos serviços turísticos de intercâmbio educacional e cultural no exterior.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 10314/2018 (Marcio Alvino) - Denomina "Passarela Domingos Rosa dos Santos", passarela situada no km 181+400 da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), Município de Guararema, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 10390/2018 (Alessandro Molon) - Inscreve no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria o nome de André Pinto Rebouças - André Rebouças.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Nº 10739/2018 (Carmen Zanotto) - Dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro durante o mês de novembro.
Apensados: PL 1468/2019 (Aécio Neves)
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 175/2019 (Igor Timo) - Modifica a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para favorecer a inserção e a participação cultural dos idosos brasileiros.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 1669/2019 (Senado Federal - Carlos Viana) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 1704/2019 (Julio Cesar Ribeiro) - Institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto.
Apensados: PL 4190/2021 (Francisco Jr.) PL 861/2022 (Francisco Jr.) PL 1450/2023 (Flávia Morais)
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2239/2019 (Luciano Bivar) - Institui o Dia Nacional de Cuidados com as Mãos, a ser celebrado anualmente no dia 11 de junho.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2434/2019 (Senado Federal - Paulo Paim) - Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson.
Apensados: PL 11043/2018 (Carlos Henrique Gaguim)
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 2627/2019 (Roberto de Lucena) - Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano, também conhecido como "Dia do Coração Aquecido".
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 3225/2019 (Nilto Tatto) - Institui o dia 03 de dezembro como o Dia Nacional das Torcidas Organizadas.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 3324/2019 (Fabio Reis) - Confere o título de "Capital Nacional da Vaquejada" ao Município de Lagarto, no Estado de Sergipe.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 4284/2019 (Cássio Andrade) - Reconhece o Arraial do Pavulagem como manifestação da cultura nacional.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 5407/2019 (Santini) - Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Dança da Chula.
DECURSO: 4ª SESSÃO

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 6177/2019 (Professora Rosa Neide) - Reconhece a cerimônia do Kuarup, realizada no Parque Nacional do Xingu, no Estado de Mato Grosso, como manifestação da cultura nacional.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 6279/2019 (Sanderson) - Institui o Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo, a ser comemorado anualmente no dia 4 de outubro.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 1590/2020 (Senado Federal - Randolfe Rodrigues) - Altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar que sejam disponibilizadas na internet as informações constantes do Renach e do Renavam aos motoristas habilitados e aos proprietários de veículo, respectivamente.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 4030/2020 (Tereza Nelma) - Institui o Dia Nacional do Brincar.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 4328/2020 (Pedro Westphalen) - Institui o mês de outubro como "Mês de Conscientização da Comunicação Alternativa".
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2310/2021 (Renata Abreu) - Denomina “Rotatória Márcio Heleno Henrique“ a rotatória localizada na BR-488, em Aparecida, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2521/2021 (Felipe Carreras) - Declara o Município do Recife, no Estado de Pernambuco, como "Capital Nacional do Brega".
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2671/2021 (Pedro Uczai) - Institui a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2720/2021 (Francisco Jr.) - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, visando estabelecer a necessidade de fiscalização anual das entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento aos idosos, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 2729/2021 (Aroldo Martins) - Institui a campanha “Julho Dourado”, dedicada à promoção da saúde dos animais domésticos, de rua e a prevenção de zoonoses.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 2913/2021 (Félix Mendonça Júnior) - Cria o Selo Verde Cacau Cabruca.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Nº 3315/2021 (Hugo Leal) - Institui o Dia Nacional da Lei Seca.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 3793/2021 (Baleia Rossi) - Denomina "Silvio Andreoli" o Viaduto situado sobre o trecho da BR-153, no KM 65 + (pista sul - Avenida Murchid Homsi) em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 4258/2021 (Dra. Soraya Manato) - Confere ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 205/2022 (Francisco Jr.) - Institui a Campanha de Saúde Pública “Junho Vermelho”, com o objetivo de que, durante esse mês, o Poder Público desenvolva ações que incentivem a doação de sangue.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 478/2022 (Soraya Santos) - Acrescenta o § 9º ao art. 9º e inciso VII ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou locais de apoio às mulheres vítimas de violência e estabelecer, preferencialmente, a prestação de serviços pelo agressor nestes locais.
Apensados: PL 588/2022 (Pinheirinho)
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 1781/2022 (Fábio Trad) - Altera o art. 22 da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima o acesso à localização, a fim de dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Apensados: PL 2736/2023 (Lázaro Botelho) PL 3097/2023 (Capitão Alberto Neto) PL 311/2023 (Maria Rosas) PL 3753/2023 (Alberto Fraga) PL 404/2023 (Marx Beltrão) PL 553/2023 (Maria Arraes) PL 1006/2023 (Cristiane Lopes) PL 1294/2023 (Rogéria Santos) PL 3828/2023 (Rubens Otoni)
DECURSO: 3ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 22/02/2024

Nº 2121/2022 (Danilo Forte) - Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2460/2022 (Luisa Canziani) - Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos e dá outras providências
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 1205/2023 (Eduardo da Fonte) - Declara o acervo jornalístico do Diario de Pernambuco patrimônio cultural material do Brasil.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2345/2023 (Benedita da Silva) - Declara a CULTNE como Manifestação da Cultura Brasileira.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Nº 2610/2023 (Capitão Alberto Neto) - Reconhece o Festival Folclórico de Parintins e os Bois Garantido e Caprichoso como manifestação da cultura nacional.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 3183/2023 (Ana Pimentel) - Confere ao município de Resende Costa, no Estado de Minas Gerais, o título de "Capital Nacional do Artesanato Têxtil".
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 1598/2011 (Eros Biondini) - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre convênios com entidades e organizações de assistência social e saúde.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 5308/2019 (Domingos Sávio) - Acresce o § 2º ao art. 33 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 3316/2021 (Célio Studart) - Altera o art. 28-A da Lei n. 8.171 para proibir a exportação de animais vivos.
Apensados: PL 1523/2022 (Paulo Bengtson)
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 3095/2022 (Beto Rosado) - Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 1555/2023 (Júlio Cesar) - Cria o Programa Água Pura (PAP) que promove a dessalinização da água do mar e da água salobra.
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/02/2024

Nº 2866/2023 (Talíria Petrone) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vigilância no uniforme de seguranças e vigilantes de empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

1.3 PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO CONJUNTA QUE RECEBERAM PARECERES FAVORÁVEIS A UMAS E/OU CONTRÁRIOS A OUTRAS, NÃO DIVERGENTES; E/OU PELA INCONSTITUCIONALIDADE; E/OU INJURIDICIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 3202/2019 (Senado Federal - Flávio Arns) - Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.
Apensados: PL 3755/2021 (Rose Modesto)
COM PARECER FAVORÁVEL: PL 3202/2019, principal.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

COM PARECER CONTRÁRIO: PL 3755/2021, apensado.
DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 21/02/2024

Nº 2229/2021 (Alexandre Padilha) - Estabelece o dia 12 de julho como o Dia Nacional do Funk
Apensados: PL 1930/2022 (Luis Miranda)
COM PARECER FAVORÁVEL: PL 2229/2021, principal.
COM PARECER CONTRÁRIO: PL 1930/2022, apensado.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

---

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD
(Sujeitos a deliberação do Plenário, após ouvida a CCJC, nos termos do art. 164, §§ 2º e 3º do RICD)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 815/2017 (Marco Maia) - Susta o Decreto 9.179, de 23 de outubro de 2017, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 819/2017 (Nilto Tatto) - Susta os efeitos do § 2º do artigo 143 do Decreto 9.179 de 23 de março de 2017 que trata do desconto a ser aplicado nos casos das conversões de multas ambientais simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DE SUSTAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Nº 294/2019 (Erika Kokay) - Susta os efeitos da Portaria Ibama n° 1.135, de 3 de abril de 2019, que "Delega competência aos Diretores de Proteção Ambiental, de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, e de Planejamento, Administração e Logística deste Instituto, para os fins que especifica e dá outras providências."
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 48/2020 (Célio Studart) - Susta a aplicação do artigo 4º do Decreto 10.239, de 12 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 51/2020 (José Ricardo) - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia - CONAMAZ.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 61/2020 (José Guimarães) - Susta o Decreto nº 10.239, de 2020, que "dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal".
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 81/2020 (Felipe Carreras) - Susta a Instrução Normativa nº 17, de 21 de junho de 2019 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que revoga a vigência da

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Instrução Normativa Ibama nº 22/2009.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 335/2022 (Tabata Amaral) - Susta o Decreto Nº 11.190, de 6 de setembro de 2022, que altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 467/2022 (Joenia Wapichana) - Susta os efeitos da Instrução Normativa nº 12, de 31 de outubro de 2022.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 468/2022 (Airton Faleiro) - Susta os efeitos da Instrução Normativa Funai nº 12, de 31 de outubro de 2022.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 469/2022 (Helder Salomão) - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 12/2022, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

PROJETO DE LEI

Nº 3029/2011 (Aguinaldo Ribeiro) - Dispõe sobre o uso de biodiesel em veículos de passeio e veículos de carga de pequeno porte, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 7634/2014 (Washington Reis) - Permite a utilização de combustível diesel com 20% de adição de biodiesel nos veículos automotivos leves, para uso exclusivamente como táxis.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 7635/2014 (Washington Reis) - Permite a utilização de combustível diesel com 20% de adição de biodiesel nos veículos automotivos leves.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 2751/2015 (Luciano Ducci) - Dispõe sobre o percentual mínimo de adição de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 2980/2015 (Luciano Ducci) - Dispõe sobre a adição obrigatória de vinte por cento de biodiesel ao diesel consumido por ônibus de transporte coletivo.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 3281/2015 (Nelson Marquezelli) - Altera a Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei no 11.097,

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências".
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 3948/2015 (Marcelo Belinati) - Institui incentivos à utilização de combustíveis renováveis e motores de alta eficiência e autoriza a fabricação de motores movidos a Diesel para veículos de passeio.
DECURSO: 2ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/02/2024

Nº 1036/2021 (Paulo Ganime) - Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante a Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e autoriza a atuação de médicos formados em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros no combate à pandemia.
DECURSO: 1ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 26/02/2024

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

3. DOCUMENTOS CITADOS NAS ATAS DAS SESSÕES

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CPI – EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Acresce o Art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para os profissionais que trabalham com crianças.

Art. 2º Fica acrescido o Art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 73-A. Os profissionais que trabalharem com criança deverão apresentar certidão negativa de antecedentes criminais no momento da contratação.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão, durante suas investigações, constatou que muitos casos de exploração sexual de menores são praticados por pessoas que trabalham no atendimento a crianças.

Os pedófilos procuram sempre estar em locais frequentados por crianças. Por isso, procuram exercer atividades profissionais que envolvem crianças, com o trabalho em creches, escolas maternais, hospitais infantis, como babás, apenas para citar alguns exemplos.

Nesses casos, o pedófilo se sente seguro para praticar seus crimes, já que goza da confiança que a profissão lhe proporciona, não levantando suspeitas sobre seu caráter e sua conduta.

Desse modo, é necessário que a legislação contemple essas hipóteses com maior rigor, tendo em vista a maior fragilidade da vítima e a dificuldade na apuração desses crimes, inclusive pelo medo que é imposto à criança pelo agressor que tem acesso livre a ela.

Propomos, assim, uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir dos profissionais que vão trabalhar com crianças a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Desse modo, a lei estará prevenindo que pedófilos utilizem sua condição profissional para se aproximar de crianças com o objetivo de explorá-las sexualmente.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA, DE SAÚDE, DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 2613/2007 E SEUS APENSOS

PROJETO DE LEI Nº 2.613, DE 2007

Apensados: PL nº 7.946/2010, PL nº 6.749/2013, PL nº 7.948/2017, PL nº 8.848/2017, PL nº 11.257/2018, PL nº 1.703/2019, PL nº 2.004/2019, PL nº 3.400/2019, PL nº 1.757/2020, PL nº 1.898/2020, PL nº 2.611/2020, PL nº 1.290/2021 e PL nº 1.832/2022

Estabelece normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos como Asilos, Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e congêneres e dá outras providências.

Autor: Deputado PEPE VARGAS

Relatora: Deputada NELY AQUINO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, propõe normas básicas para o funcionamento de instituições de longa permanência para pessoas idosas (asilos, casas de repouso, clínicas geriátricas e congêneres), destinadas à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, sob regime de internato ou não, públicas ou privadas, independentemente de pagamento. Pelo Projeto, ficam excluídos de sua incidência os estabelecimentos conhecidos como “República de Idosos”, “Centros de Convivência”, “Centro-Dia” e “Casas Lares” com até oito pessoas idosas.

A proposição sugere regras básicas para organização e funcionamento desses serviços (arts. 2º a 5º), especificações da estrutura física

*CD231943066700*LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

do imóvel e do mobiliário (arts. 6º a 21), disciplinam processos operacionais na área de saúde (arts. 22 a 24) e estratégias para promoção de vínculos da pessoa idosa com o meio externo (arts. 25 a 27).

A justificativa do Projeto fundamenta-se na necessidade de disciplinar a prestação de serviços por essas instituições, muitas vezes precárias, e prever padrões mínimos de qualidade e segurança.

Posteriormente, foram apensados ao Projeto em comento as seguintes proposições:

1. PL nº 7.946/2010, de autoria do Deputado Francisco Rossi, que “Dispõe sobre a instalação de sistema de vídeo em asilos e clínicas para idosos e dá outras providências”;
2. PL nº 6.749/2013, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuitos internos de monitoramento, por vídeo, em casas de repouso de idosos e em clínicas de internação de pessoas com debilidade mental”;
3. PL nº 7.948/2017, de autoria da Deputada Renata Abreu, que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para obrigar as entidades de atendimento ao idoso a instalarem câmeras de vigilância em áreas comuns”;
4. PL nº 8.848/2017, de autoria do Deputado Mário Heringer, que “Altera o art. 50 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que ’Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências’, para dispor sobre as obrigações das entidades de atendimento ao idoso, e dá outras providências”;
5. PL nº 11.257/2018, de autoria do Deputado Carlos Henrique Gaguim, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuitos internos de monitoramento, por vídeo, em casas de repouso de idosos e em clínicas de internação de pessoas com debilidade mental”;
6. PL nº 1.703/2019, de autoria do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que “Dispõe sobre a instalação de sistema de

CD231943066700
LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

monitoramento por câmeras de vídeos em clínicas geriátricas";

7. PL nº 2.004/2019, de autoria do Deputado Juninho do Pneu, que "Obriga a instalação de câmeras em asilos e creches";
8. PL nº 3.400/2019, de autoria da Deputada Edna Henrique, que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para obrigar as entidades de atendimento ao idoso a instalarem câmeras de vigilância em áreas comuns";
9. PL nº 1.757/2020, de autoria do Deputado Carlos Chiodini, que "Dispõe sobre a inclusão do §4º no art.37 do Capítulo IX-Da Habitação, da Lei nº 10.741, de 03 de outubro de 2003, para que as instituições que abriguem idosos instale, nas suas dependências internas e externas, sistemas de monitoramento eletrônico e equipamento de gravação";
10. PL nº 1.898/2020, de autoria dos Deputados Dra. Soraya Manato, Jorge Solla e Paula Belmonte, que "Altera a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que 'dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências' para determinar a supervisão regular de profissionais de saúde e assistência social em instituições asilares de caráter social";
11. PL nº 2.611/2020, de autoria do Deputado Gilberto Abramo, que "Dispõe sobre a instalação de dispositivos com álcool em gel 70% em asilos e clínicas para idosos e dá outras providências";
12. PL nº 1.290/2021, de autoria do Deputado Ossesio Silva, que "Estabelece que as Instituições de Longa Permanência devem dispor de pelo menos um funcionário ou empregado capacitado para uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras";
13. PL nº 1.832/2022, de autoria do Deputado Igor Timo, que "Acrescenta § 8º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso –, para permitir que as instituições de longa permanência para idosos possam

CD231943066700
LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

adquirir equipamentos e medicamentos que promovam a saúde e a qualidade de vida dos idosos que nela residam e dá outras providências".

A matéria foi distribuída às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Saúde; de Desenvolvimento Urbano; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última também para análise do mérito da matéria. Após a análise pelas Comissões, as proposições serão objeto de análise pelo Plenário e seu regime de tramitação é de urgência, conforme o art. 24, inciso I, e art. 155, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria disponível para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

II.1. Mérito

Conforme sumariado no Relatório precedente a este Voto, trata-se de proposições que envolvem o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos, com regras para sua organização, estrutura, processos operacionais e promoção de vínculos externos, até colocação de câmeras de vigilância e fiscalização por profissionais de saúde e de assistência social.

Inicialmente, importante destacar a preocupação dos autores das proposições em análise com a proteção das pessoas idosas e de seus direitos. Esse olhar diferenciado para um grupo populacional que apresenta vulnerabilidades tende a ser cada vez mais relevante socialmente em face da transição demográfica que o Brasil vivencia, com o aumento da população idosa e a redução proporcional da população jovem. Pela sensibilidade

LexEdit
CD231943066700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

demonstrada com a iniciativa, manifesto minhas congratulações a todos os autores.

Em relação ao mérito das proposições, considero que não restam dúvidas sobre a conveniência e a oportunidade em dar uma atenção diferenciada às pessoas idosas, no sentido de garantir-lhes maior nível de proteção nos ambientes que habitam, como as instituições de longa permanência (ILPIs).

Atualmente, tais instituições precisam observar diversas diretrizes para o seu funcionamento regular, nos termos exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por meio da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 502, de 27 de maio de 2021. Esse normativo estabelece um “padrão mínimo” de funcionamento das ILPIs, com requisitos a serem cumpridos e aspectos relacionados à sua organização. A Resolução também trata da política de recursos humanos dessas instituições, de parâmetros da infraestrutura física e de processos operacionais.

No que tange especificamente à área da saúde, a RDC 502, de 2021 determina que as ILPIs elaborem um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes em articulação com o gestor local de saúde, inserindo-as no âmbito de atuação do Sistema Único de Saúde. O Responsável Técnico da Instituição tem a obrigação de monitorar os medicamentos utilizados pelos residentes e observar a legislação sanitária aplicável. A Instituição também deve garantir às pessoas idosas a alimentação, em respeito aos aspectos culturais locais e, no mínimo, seis refeições diárias.

Como visto, o regulamento técnico da Anvisa é bastante detalhado e envolve minúcias e pormenores que demonstram que a disciplina atual é satisfatória. Muitos dos aspectos sugeridos nas proposições em análise, em especial no Projeto principal, já estão contemplados na citada Resolução. Considerando que determinados dispositivos são característicos de normas regulamentares, pois fogem da abstração e generalidade típicas das leis, é melhor que a disciplina de assuntos operacionais, como tamanhos de cômodos das instituições, continuem nos regulamentos sanitários. Não seria tecnicamente adequado inserir tais assuntos em lei ordinária.

*CD231943066700*LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

Vale salientar, ainda, que o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2023, traz alguns dispositivos sobre as ILPIs (arts. 35, 37, 47, IV, 49, 50, 56, 57 e 98). Os arts. 49 e 50, por exemplo, estabelecem princípios para o desenvolvimento de programas de institucionalização de longa permanência e as obrigações das entidades de atendimento de pessoas idosas.

Desse modo, verifica-se que muitos dos dispositivos sugeridos já estão contemplados no ordenamento jurídico vigente e seria inadequada sua repetição em novo diploma normativo. Contudo, as proposições possuem sugestões que podem ser aproveitadas. Esse é o caso da instalação de câmeras de vigilância nas áreas comuns das instituições, que podem ter um efeito inibitório contra atos de violência aos residentes, bem como ser um meio de constituição de provas contra delitos e abusos.

Do mesmo modo, as propostas que envolvem a adoção de medidas de acessibilidade, de contratação de funcionário capacitado no uso da Língua Brasileira de Sinais e na autorização para a aquisição de equipamentos e medicamentos para a promoção da saúde dos residentes das ILPI's se revelam meritórias e podem ser acolhidas, visto aprimorarem os procedimentos voltados para a proteção das pessoas idosas que residem nas instituições de longa permanência. Em razão disso, apresento o Substitutivo anexo, no intuito de contemplar e agregar os dispositivos considerados meritórios.

II.2. Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e de seus apensados, bem como do Substitutivo ora proposto pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. As proposições e o Substitutivo atendem aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar.

CD231943066700
LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

Com relação à juridicidade, a matéria revela-se adequada. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito, com exceção de alguns dispositivos sugeridos pelo Projeto principal que não foram incorporados pelo Substitutivo.

Ademais, as impropriedades relativas à técnica legislativa também foram suprimidas no Substitutivo anexo.

II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e seus apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Pela Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e seus apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e seus apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, e seus apensados, na forma do Substitutivo em anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.613, de 2007, dos seus apensados e do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

*CD231943066700*LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

8

Deputada NELY AQUINO
Relatora

2023-17032

LexEdit
CD231943066700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 2.613, DE 2007; Nº 7.946, DE 2010; Nº 6.749, DE 2013; Nº 7.948, DE 2017; Nº 8.848, DE 2017; Nº 11.257, DE 2018; Nº 1.703, DE 2019; Nº 2.004, DE 2019; Nº 3.400, DE 2019; Nº 1.757, DE 2020; Nº 1.898, DE 2020; Nº 2.611, DE 2020; Nº 1.290, DE 2021; E Nº 1.832, DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, para dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. .....

.....

§ 8º As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão adquirir equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida de seus residentes." (NR)

"Art. 48. .....

Parágrafo único. .....

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

....." (NR)

"Art. 50. .....

.....

III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente e adequada às necessidades nutricionais e condições físicas de cada um;

CD231943066700
LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

.....

XVIII – dispor de pelo menos um funcionário ou empregado capacitado para o uso e a interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Libras;

XIX – instalar câmeras de vigilância, com gravação de imagens, em áreas de uso comum e de socialização dos residentes. (NR)”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor:

I - 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação oficial, para o art. 1º; e

II – na data de sua publicação, para o art. 2º.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada NELY AQUINO
Relatora

*CD231943066700*LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

9

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 2.613, DE 2007; Nº 7.946, DE 2010; Nº 6.749, DE 2013; Nº 7.948, DE 2017; Nº 8.848, DE 2017; Nº 11.257, DE 2018; Nº 1.703, DE 2019; Nº 2.004, DE 2019; Nº 3.400, DE 2019; Nº 1.757, DE 2020; Nº 1.898, DE 2020; Nº 2.611, DE 2020; Nº 1.290, DE 2021; E Nº 1.832, DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, para dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. .....

.....

§ 8º As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão adquirir equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida de seus residentes." (NR)

"Art. 48. .....

Parágrafo único. .....

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

....." (NR)

"Art. 50. .....

.....

III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente e adequada às necessidades nutricionais e condições físicas de cada um;

LexEdit
CD231943066700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/11/2023 15:55:36.607 - PLEN
PRLP 1 => PL 2613/2007
PRLP n.1

IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

.....

XVIII – dispor de pelo menos um funcionário ou empregado capacitado para o uso e a interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Libras;

XIX – instalar câmeras de vigilância, com gravação de imagens, em áreas de uso comum e de socialização dos residentes. (NR)”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor:

I - 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação oficial, para o art. 1º; e

II – na data de sua publicação, para o art. 2º.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada NELY AQUINO
Relatora

LexEdit
CD231943066700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231943066700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 20/02/2024 19:20:18.887 - PLEN
RDF 1 => PL 2613/2007
RDF n.1

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 2.613-A DE 2007

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. .....

.....

§ 8º As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão adquirir equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida de seus residentes."(NR)

"Art. 48. .....

Parágrafo único. .....

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

....."(NR)

"Art. 50. .....

.....

CD243669570600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243669570600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 19:20:18.887 - PLEN
RDF 1 => PL 2613/2007
RDF n.1

III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente e adequada às necessidades nutricionais e às condições físicas de cada um;

IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade e acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

.....

XVIII – dispor de pelo menos 1 (um) funcionário ou empregado capacitado para o uso e a interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

XIX – instalar câmeras de vigilância, com gravação de imagens, em áreas de uso comum e de socialização dos residentes.”(NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, quanto ao art. 1º; e

II – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputada NELY AQUINO
Relatora

CD243669570600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243669570600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nely Aquino

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 20:35:11.547 - PLEN
DTQ 1 => PL 5827/2013
DTQ n.1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO - PL 5827/2013

DESTAQUE DE BANCADA

Destaque para Votação em Separado - PL 5827/2013

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **destaque para votação em separado** do(a) Art. 20 da Subemenda apresentado à(ao) PL 5827/2013

Sala das Sessões, ____/_____/_____.

ODAIR CUNHA - (Líder)
PT/MG

LexEdit
CD243803783200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243803783200
Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Odair Cunha

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA ADOTADA PELA CCJC AO SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 5.827, DE 2013

(Apensado: PL nº 7.735, de 2017)

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e do seu respectivo Fundo Especial FEJUFE.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DAS CUSTAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 1° As custas na Justiça Federal de 1° e 2° graus, devidas na forma deste Capítulo, não excluem a cobrança das despesas estabelecidas na legislação processual não disciplinadas por esta Lei, nem se aplicam às causas ajuizadas na Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal, que ficam sujeitas à legislação estadual própria.

Art. 2° O pagamento das custas deverá ser feito através de Guia de Recolhimento da União - GRU, junto à Caixa Econômica Federal, com a identificação do código de receita com destinação ao FEJUFE, e a do Tribunal Regional Federal, Seção Judiciária e Vara Federal a que vinculado o processo.

Art. 3° Incumbe ao Diretor da Secretaria fiscalizar o exato recolhimento das custas.

Art. 4° São isentos de pagamento de custas:

I - a União, os Estados, os Municípios, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações;

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária gratuita;

III - o Ministério Público e a Defensoria Pública;

IV - os autores nas ações populares, ações civis públicas e ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé, e as partes dos processos de *habeas corpus* e *habeas data.*

§1º A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, exceto a Ordem dos Advogados do Brasil, exclusivamente na defesa de suas prerrogativas institucionais. Nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais feitas pela parte vencedora.

§2º As hipóteses de isenção deste artigo não excluem outras previstas em lei federal.

Art. 5° Nas ações penais subdivididas, as custas são pagas ao final pelo réu, se condenado.

Art. 6°A reconvenção e os embargos à execução não se sujeitam ao pagamento de custas.

Art. 7° Os recursos dependentes de instrumento sujeitam-se ao pagamento das despesas de traslado.

Parágrafo único. Se o recurso for unicamente da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou dos territórios federais, e das respectivas autarquias e fundações, o pagamento das custas e dos traslados será efetuado ao final pelo vencido, salvo se este também for isento.

Art. 8° Em caso de redistribuição por incompetência a outro órgão da Justiça Federal da mesma ou de diferente região, não haverá pagamento de novas custas, nem haverá restituição quando se declinar da competência para outros órgãos jurisdicionais.

Art. 9° Ressalvada a legislação especial relativa a tributos, os depósitos de pedras e metais preciosos e de quantias em dinheiro e a

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

amortização ou liquidação de dívida ativa serão recolhidos, sob responsabilidade da parte, diretamente na Caixa Econômica Federal ou inexistindo agência no local, em outra instituição financeira oficial, as quais manterão guias próprias para tal finalidade.

§ 1° Os depósitos efetuados em dinheiro observarão as mesmas regras das cadernetas de poupança, no que se refere à remuneração básica e ao prazo.

§ 2° O levantamento dos depósitos a que se refere este artigo dependerá de autorização do Juiz.

§ 3° Em se tratando de moeda estrangeira, o depósito será feito no Banco do Brasil S/A, que ficará responsável pelo câmbio para a 9 moeda nacional, no caso de conversão do depósito em renda da Fazenda Pública.

Art. 10. Não se fará levantamento de caução ou de fiança sem o pagamento das custas.

Art. 11. As custas serão calculadas, nas diferentes classes processuais, de acordo com os percentuais e valores fixados nos ANEXOS I, II, III e IV desta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes dos Anexos I, II, III e IV serão corrigidos a cada dois anos a partir da entrada em vigor desta Lei pela variação no período do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 12. O pagamento das custas devidas nos feitos e nos recursos que se processam nos próprios autos efetua-se da forma seguinte:

I - O autor ou requerente pagará metade das custas tabeladas por ocasião da distribuição do feito ou, não havendo distribuição, logo após o despacho da inicial;

II - aquele que recorrer da sentença adiantará a outra metade das custas, comprovando o adiantamento no ato de interposição do

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

recurso, sob pena de deserção, observado o disposto nos §§ 1° a 7° do art. 1.007 do Código de Processo Civil;

III - não havendo recurso e cumprindo o vencido desde logo a sentença, reembolsará ao vencedor as custas por este adiantadas, sem prejuízo do recolhimento previsto no inciso II;

IV - se o vencido, embora não recorrendo da sentença, oferecer defesa à sua execução, ou embaraçar seu cumprimento, deverá pagar a outra metade, no prazo marcado pelo Juiz, não excedente de 3 (três) dias, sob pena de não ter apreciada a sua defesa ou impugnação.

§ 1° O abandono ou desistência de feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensa o pagamento das custas ou contribuições já exigíveis, nem confere direito à restituição.

§ 2° Somente com o pagamento de importância igual à paga até o momento pelo autor serão admitidos o assistente, o litisconsorte ativo voluntário e o oponente.

§ 3° Nas ações em que o valor estimado for inferior ao da liquidação, a parte não pode prosseguir na execução sem efetuar o pagamento da diferença de custas e contribuições, recalculadas de acordo com a importância ao final apurada ou resultante da condenação definitiva.

§ 4° As custas serão reembolsadas ao final pelo vencido, ainda que seja uma das entidades referidas no parágrafo único do art. 7°, nos termos da decisão que o condenar, ou pelas partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios ou suportadas por quem tiver dado causa ao procedimento judicial.

§ 5° Nos recursos a que se refere este artigo, o pagamento efetuado por um dos recorrentes não aproveita aos demais, salvo se representados pelo mesmo advogado.

Art. 13. A indenização de transporte, de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, destinada a ressarcir as despesas realizadas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

serviços externos, será paga aos oficiais de Justiça avaliadores da Justiça Federal de 1° e 2° graus, de acordo com critérios fixados pelo Conselho da Justiça Federal, que fixará também o percentual correspondente.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se como serviço externo as atividades exercidas no cumprimento das diligências fora das dependências dos órgãos jurisdicionais em que os oficiais de Justiça estejam lotados.

§2º Não sendo hipótese de isenção, as custas relativas às diligências externas dos Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça Federal serão pagas e recolhidas pela parte interessada.

Art. 14. Extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar dentro de 15 (quinze) dias, o Diretor da Secretaria encaminhará os elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União.

CAPÍTULO II

DO FEJUFE

Art. 15. Para financiar a modernização e o aparelhamento da Justiça Federal de 1° e 2° graus fica criado o Fundo Especial da Justiça Federal - FEJUFE, que integrará a estrutura administrativa da Justiça Federal, subordinando-se ao Conselho da Justiça Federal.

§ 1° Compete ao Conselho da Justiça Federal:

I - estabelecer normas de organização, funcionamento e composição do FEJUFE, observando-se na formação da Comissão Gestora a participação majoritária de membros da Justiça Federal de 1° e 2° graus de todas as Regiões, em paridade, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o biênio seguinte, sendo necessariamente presidida por magistrado federal de 2° grau;

II - aprovar os atos normativos editados pela comissão gestora;

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

III - fornecer a estrutura administrativa para o funcionamento da comissão, inclusive espaço físico, meios tecnológicos e servidores para a execução de suas atribuições.

§ 2º O FEJUFE terá escrituração contábil própria, atendidas as disposições da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis à espécie, bem como as normas emanadas do Tribunal de Contas da União.

§ 3° A prestação de contas da aplicação e gestão financeira do FEJUFE será feita pelo Presidente da Comissão Gestora ao Conselho da Justiça Federal, anualmente, sendo posteriormente consolidada a da Justiça Federal de 1° e 2º graus, por ocasião do encerramento do correspondente exercício.

Art. 16. Os recursos do FEJUFE terão a seguinte destinação:

I - elaboração e execução de programas e projetos;

II - construção, ampliação e reforma de prédios próprios da Justiça Federal de 1º e 2º graus e de imóveis que lhe tenham sido cedidos sem ônus, ainda que por prazo certo;

III - aquisição de veículos, equipamentos e material permanente;

IV execução de ações de capacitação de magistrados e servidores da Justiça Federal de 1° e 2º graus.

Parágrafo único. É vedada a aplicação da receita do FEJUFE na execução de despesas com pessoal, inclusive seus encargos, exceto aquelas relacionadas às ações previstas no inciso IV deste artigo.

Art. 17. Constituem receitas do FEJUFE as provenientes de:

I - dotações orçamentárias próprias;

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

II - custas recolhidas no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

III - multas aplicadas pelos magistrados em processos cíveis, em razão da prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, e aquelas aplicadas ao âmbito do processo penal que não sejam legalmente devidas às partes;

IV – auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas a atender quaisquer das finalidades previstas no artigo 16;

V - transferências de recursos de entidades, de caráter extra orçamentário, que lhe venham a ser atribuídos, destinadas a atender as finalidades do artigo 16;

VI - prestação de serviços a terceiros;

VII - alienação de equipamentos, veículos ou outros materiais permanentes da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

VIII - alienação de material inservível ou dispensável da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

IX - alienação de bens considerados abandonados, nos termos do art. 20;

X - inscrições em concursos organizados pela Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Parágrafo Único. O saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual, será transferido anualmente para o exercício seguinte, a crédito do próprio FEJUFE.

Art. 18. Os bens adquiridos com recursos do FEJUFE serão incorporados ao patrimônio da Justiça Federal de 1° e 2º graus, conforme a sua respectiva destinação.

Art. 19. Para fins de aplicação em seus objetivos, os recursos do FEJUFE serão repartidos da seguinte forma:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - 25% (vinte e cinco por cento) igualitariamente entre todos os Tribunais Regionais Federais;

II - 25% (vinte e cinco por cento) igualitariamente entre todas as Seções Judiciárias;

III - os 50% (cinquenta por cento) restantes:

a) proporcionalmente aos valores arrecadados cada Tribunal Regional Federal, para cada um destes;

b) proporcionalmente aos valores arrecadados cada Seção Judiciária, para cada uma destas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Nos processos findos há mais de 10 (dez) anos, os bens de qualquer natureza, inclusive dinheiro depositado em Juízo, não reclamados pelos interessados, após publicação de edital, serão considerados abandonados em favor da União, procedendo-se à adjudicação ou à alienação em leilão público, pelo melhor preço, destinando-se ao FEJUFE o produto respectivo.

Art. 21. Revoga-se a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação, ou do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, se posterior.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2018.

Deputado DANIEL VILELA
Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

ANEXO I - Feitos cíveis em geral

a) Ações cíveis em geral: 2% (dois por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 112,00
	Máximo de R$ 62.200,00
b) Procedimentos de jurisdição voluntária: 1% (um por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 56,00
	Máximo de R$ 31.100,00
c) Causas de competência dos Juizados Especiais Federais: 1% (por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 56,00
d) Incidentes processados em autos apartados	R$ 56,00
e) Assistência: por assistente	R$ 112,00
f) Agravo de instrumento	R$ 168,00

ANEXO II - Feitos criminais em geral

a) Ações penais em geral, por condenado, a final	R$ 448,00
b) Ações penais privadas	R$ 336,00
c) Notificações, interpelações e procedimentos cautelares	R$ 168,00
d) Revisão criminal	R$ 168,00

As comunicações por carta nas ações penais privadas, quando requeridas pelo querelante, observarão os valores previstos no ANEXO IV.

ANEXO III – Arrematação, adjudicação, alienação por iniciativa particular e constituição de usufruto

a) Arrematação, adjudicação, alienação por iniciativa particular e constituição de usufruto: 0,5% (meio por cento) do respectivo valor	Mínimo de R$ 22,00
	Máximo de R$ 3.940,00

As custas serão pagas pelo interessado antes da retirada da carta correspondente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

ANEXO IV - Diversos

a) Cumprimento de carta rogatória, precatória, de ordem, conflito de competência e correição parcial	R$ 36,50
b) Expedição de carta rogatória e precatória (por folha)	R$ 0,70
c) Certidão narrativa de objeto e andamento do processo	R$ 22,00
d) Certidão processual em geral (art. 3º, parágrafo único)	R$ 7,00
e) Cópia reprográfica simples ou listagem do sistema informatizado por folha	R$ 0,70
f) Desarquivamento de autos findos	R$ 15,00
g) Conferência de cópia com o original	
- primeira folha	R$ 3,00
- folha excedente	R$ 1,50
h) Digitalização de peças processuais	R$ 0,50

As custas de cumprimento de cartas, previstas na alínea "a" do Anexo IV, serão cobradas na origem, quando destinadas a outro órgão da Justiça Federal.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 5.827-D DE 2013

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DAS CUSTAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 1º As custas na Justiça Federal de 1º e 2º graus, devidas na forma deste Capítulo, não excluem a cobrança das despesas estabelecidas na legislação processual não disciplinadas por esta Lei nem se aplicam às causas ajuizadas na Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal, que ficam sujeitas à legislação estadual própria.

Art. 2º O pagamento das custas deverá ser feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), na Caixa Econômica Federal, com a identificação do código de receita com destinação ao Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) e com a identificação do Tribunal Regional Federal, da Seção Judiciária e da Vara Federal a que esteja vinculado o processo.

Art. 3º Incumbe ao Diretor da Secretaria fiscalizar o exato recolhimento das custas.

Art. 4º São isentos de pagamento de custas:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os Territórios Federais e as respectivas autarquias e fundações;

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

II - os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária gratuita;

III - o Ministério Público e a Defensoria Pública;

IV - os autores nas ações populares, ações civis públicas e ações coletivas de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990(Código de Defesa do Consumidor), ressalvada a hipótese de litigância de má-fé, e as partes nos processos de *habeas corpus* e *habeas data*.

§ 1º A isenção prevista neste artigo não abrange as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, exceto a Ordem dos Advogados do Brasil, exclusivamente na defesa de suas prerrogativas institucionais, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I do *caput* deste artigo da obrigação de reembolsar as despesas judiciais feitas pela parte vencedora.

§ 2º As hipóteses de isenção constantes deste artigo não excluem outras previstas em lei federal.

Art. 5º Nas ações penais subdivididas, as custas são pagas ao final pelo réu, se condenado.

Art. 6º A reconvenção e os embargos à execução não se sujeitam ao pagamento de custas.

Art. 7º Os recursos dependentes de instrumento sujeitam-se ao pagamento das despesas de traslado.

Parágrafo único. Se o recurso for unicamente da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos Territórios Federais ou das respectivas autarquias e fundações, o pagamento das custas e dos traslados será efetuado ao final pelo vencido, salvo se este também for isento.

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

Art. 8º Em caso de redistribuição por incompetência a outro órgão da Justiça Federal, da mesma ou de diferente Região, não haverá pagamento de novas custas, nem haverá restituição quando se declinar da competência para outros órgãos jurisdicionais.

Art. 9º Ressalvada a legislação especial relativa a tributos, os depósitos de pedras e metais preciosos e de quantias em dinheiro e a amortização ou liquidação de dívida ativa serão recolhidos, sob responsabilidade da parte, diretamente na Caixa Econômica Federal ou, na inexistência de agência no local, em outra instituição financeira oficial, as quais manterão guias próprias para essa finalidade.

§ 1º Os depósitos efetuados em dinheiro observarão as mesmas regras das cadernetas de poupança, no que se refere à remuneração básica e ao prazo.

§ 2º O levantamento dos depósitos a que se refere este artigo dependerá de autorização do juiz.

§ 3º Em se tratando de moeda estrangeira, o depósito será feito no Banco do Brasil S.A., que ficará responsável pelo câmbio para a moeda nacional, no caso de conversão do depósito em renda da Fazenda Pública.

Art. 10. Não se fará levantamento de caução ou de fiança sem o pagamento das custas.

Art. 11. As custas serão calculadas, nas diferentes classes processuais, de acordo com os percentuais e valores constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Lei serão corrigidos a cada 2 (dois) anos a partir da entrada em vigor desta Lei pela variação no

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

período do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 12. O pagamento das custas devidas nos feitos e nos recursos que se processam nos próprios autos efetuar-se-á da seguinte forma:

I - o autor ou requerente pagará metade das custas tabeladas por ocasião da distribuição do feito ou, se não houver distribuição, logo após o despacho da petição inicial;

II - aquele que recorrer da sentença adiantará a outra metade das custas e comprovará o adiantamento no ato de interposição do recurso, sob pena de deserção, observado o disposto nos §§ 1º a 7º do art. 1.007 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

III - se não houver recurso e o vencido cumprir desde logo a sentença, ele reembolsará ao vencedor as custas por este adiantadas, sem prejuízo do recolhimento previsto no inciso II deste *caput*;

IV - se o vencido, embora não apresente recurso, oferecer defesa à execução da sentença ou embaraçar o seu cumprimento, deverá pagar a outra metade das custas, no prazo marcado pelo juiz, não excedente a 3 (três) dias, sob pena de não ter apreciada a sua defesa ou impugnação.

§ 1º O abandono ou a desistência de feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensará o pagamento das custas ou contribuições já exigíveis nem conferirá direito à restituição delas.

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

§ 2º Somente com o pagamento de importância igual à paga até o momento pelo autor serão admitidos no processo o assistente, o litisconsorte ativo voluntário e o oponente.

§ 3º Nas ações em que o valor estimado for inferior ao da liquidação, a parte não poderá prosseguir com a execução da sentença sem efetuar o pagamento da diferença de custas e contribuições, recalculadas de acordo com a importância ao final apurada ou resultante da condenação definitiva.

§ 4º As custas serão reembolsadas ao final pelo vencido, ainda que seja uma das entidades referidas no parágrafo único do art. 7º desta Lei, nos termos da decisão que o condenar, ou pelas partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios, ou serão suportadas por quem tiver dado causa ao procedimento judicial.

§ 5º Nos recursos a que se refere este artigo, o pagamento efetuado por um dos recorrentes não aproveitará aos demais, salvo se representados pelo mesmo advogado.

Art. 13. A indenização de transporte de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, destinada a ressarcir as despesas realizadas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, será paga aos oficiais de Justiça avaliadores da Justiça Federal de 1º e 2º graus de acordo com critérios fixados pelo Conselho da Justiça Federal, que fixará também o percentual correspondente.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se serviço externo as atividades exercidas no

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

cumprimento das diligências fora das dependências dos órgãos jurisdicionais em que os oficiais de justiça estejam lotados.

§ 2º Não configurada hipótese de isenção, as custas relativas às diligências externas dos oficiais de justiça avaliadores da justiça federal serão pagas e recolhidas pela parte interessada.

Art. 14. Extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar no período de 15 (quinze) dias, o Diretor da Secretaria encaminhará os elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição do valor como dívida ativa da União.

CAPÍTULO II
DO FUNDO ESPECIAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 15. Para financiar a modernização e o aparelhamento da Justiça Federal de 1º e 2º graus, fica criado o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe), que integrará a estrutura administrativa da Justiça Federal, subordinando-se ao Conselho da Justiça Federal.

§ 1º Compete ao Conselho da Justiça Federal:

I - estabelecer normas de organização, funcionamento e composição do Fejufe, observadas na formação de sua Comissão Gestora a participação majoritária de membros da Justiça Federal de 1º e 2º graus de todas as Regiões, em paridade, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o biênio seguinte, e a obrigatoriedade de ser presidida por magistrado federal de 2º grau;

II - aprovar os atos normativos editados pela Comissão Gestora do Fejufe;

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

III - fornecer a estrutura administrativa para o funcionamento da Comissão Gestora do Fejufe, inclusive espaço físico, meios tecnológicos e servidores para a execução de suas atribuições.

§ 2º O Fejufe terá escrituração contábil própria, atendidas as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis à espécie, bem como as normas emanadas do Tribunal de Contas da União.

§ 3º A prestação de contas da aplicação e da gestão financeira do Fejufe será feita pelo Presidente da sua Comissão Gestora ao Conselho da Justiça Federal, anualmente, e será posteriormente consolidada à da Justiça Federal de 1º e 2º graus, por ocasião do encerramento do correspondente exercício.

Art. 16. Os recursos do Fejufe serão destinados:

I – à elaboração e à execução de programas e projetos;

II – à construção, à ampliação e à reforma de prédios próprios da Justiça Federal de 1º e 2º graus e de imóveis que lhe tenham sido cedidos sem ônus, ainda que por prazo certo;

III – à aquisição de veículos, de equipamentos e de material permanente;

IV – à execução de ações de capacitação de magistrados e de servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Parágrafo único. É vedada a aplicação da receita do Fejufe na execução de despesas com pessoal, inclusive seus

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

encargos, exceto aquelas relacionadas às ações previstas no inciso IV do *caput* deste artigo.

Art. 17. Constituem receitas do Fejufe as provenientes de:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - custas recolhidas no âmbito da Justiça Federal de 1° e 2° graus;

III - multas aplicadas pelos magistrados em processos cíveis, em razão da prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, e aquelas aplicadas no âmbito do processo penal que não sejam legalmente devidas às partes;

IV – auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, destinados a atender a quaisquer das finalidades previstas no art. 16 desta Lei;

V - recursos decorrentes de transferências de entidades, de caráter extraorçamentário, que lhe venham a ser atribuídos, destinados a atender as finalidades do art. 16 desta Lei;

VI – recursos decorrentes de prestação de serviços a terceiros;

VII – recursos decorrentes de alienação de equipamentos, de veículos ou de outros materiais permanentes da Justiça Federal de 1° e 2° graus;

VIII – recursos decorrentes de alienação de material inservível ou dispensável da Justiça Federal de 1° e 2° graus;

IX – recursos decorrentes de alienação de bens considerados abandonados, nos termos do art. 20 desta Lei;

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

X – valores de inscrições em concursos organizados pela Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Parágrafo único. O saldo financeiro positivo apurado em balanço anual será transferido anualmente para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fejufe.

Art. 18. Os bens adquiridos com recursos do Fejufe serão incorporados ao patrimônio da Justiça Federal de 1º e 2º graus, conforme a sua respectiva destinação.

Art. 19. Para fins de aplicação em seus objetivos, os recursos do Fejufe serão repartidos da seguinte forma:

I - 25% (vinte e cinco por cento) igualitariamente entre todos os Tribunais Regionais Federais;

II - 25% (vinte e cinco por cento) igualitariamente entre todas as Seções Judiciárias;

III - 50% (cinquenta por cento):

a) proporcionalmente aos valores arrecadados por cada Tribunal Regional Federal, para cada um destes;

b) proporcionalmente aos valores arrecadados por cada Seção Judiciária, para cada uma destas.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Nos processos finalizados há mais de 10 (dez) anos, os bens de qualquer natureza, inclusive dinheiro depositado em juízo, não reclamados pelos interessados, após publicação de edital, serão considerados abandonados em favor da União, adjudicados e alienados em leilão público pelo melhor preço, e o produto arrecadado será destinado ao Fejufe.

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

Art. 21. Fica revogada a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação, ou do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, se posterior.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado LUIZ FERNANDO FARIA
Relator

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

ANEXO I
Feitos cíveis em geral

a) Ações cíveis em geral: 2% (dois por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 112,00
	Máximo de R$ 62.200,00
b) Procedimentos de jurisdição voluntária: 1% (um por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 56,00
	Máximo de R$ 31.100,00
c) Causas de competência dos Juizados Especiais Federais: 1% (um por cento) do valor da causa	Mínimo de R$ 56,00
d) Incidentes processados em autos apartados	R$ 56,00
e) Assistência: por assistente	R$ 112,00
f) Agravo de instrumento	R$ 168,00

ANEXO II
Feitos criminais em geral

a) Ações penais em geral, por condenado, a final	R$ 448,00
b) Ações penais privadas	R$ 336,00
c) Notificações, interpelações e procedimentos cautelares	R$ 168,00
d) Revisão criminal	R$ 168,00

As comunicações por carta nas ações penais privadas, quando requeridas pelo querelante, observarão os valores previstos no Anexo IV.

ANEXO III
Arrematação, adjudicação, alienação por iniciativa particular e constituição de usufruto

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

Arrematação, adjudicação, alienação por iniciativa particular e constituição de usufruto: 0,5% (meio por cento) do respectivo valor	Mínimo de R$ 22,00
	Máximo de R$ 3.940,00
As custas serão pagas pelo interessado antes da retirada da carta correspondente	

ANEXO IV
Diversos

a) Cumprimento de carta rogatória, precatória, de ordem, conflito de competência e correição parcial	R$ 36,50
b) Expedição de carta rogatória e precatória, por folha	R$ 0,70
c) Certidão narrativa de objeto e andamento do processo	R$ 22,00
d) Certidão processual em geral	R$ 7,00
e) Cópia reprográfica simples ou listagem do sistema informatizado, por folha	R$ 0,70
f) Desarquivamento de autos findos	R$ 15,00
g) Conferência de cópia com o original	
- primeira folha	R$ 3,00
- folha excedente	R$ 1,50
h) Digitalização de peças processuais	R$ 0,50
As custas de cumprimento de cartas, previstas na letra *a* deste Anexo, serão cobradas na origem, quando destinadas a outro órgão da Justiça Federal.	

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

13

Apresentação: 20/02/2024 00:01:00.000 - PLEN
RDF 1 => PL 5827/2013
RDF n.1

CD248143165100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248143165100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Faria

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Imprimir

Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

57a. LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004 - 20/02/2024

Abertura da sessão: 20/02/2024 17:30
Encerramento da sessão: 20/02/2024 22:08

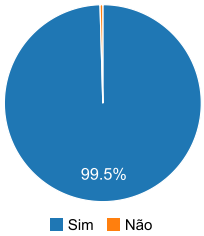
Proposição: REQ Nº 1884/2023 - URGÊNCIA PARA APRECIAÇÃO DO PL Nº 10106/2018 - Nominal Eletrônica

Início da votação: 20/02/2024 20:48
Encerramento da votação: 20/02/2024 21:11

Presidiram a Votação:
Arthur Lira

Resultado da votação

Sim:	442
Não:	2
Total da Votação:	444
Art. 17:	1
Total Quorum:	445



Presidente da Casa em exercício:
Arthur Lira - PP /AL

Presidiram a Sessão:
Gilberto Nascimento - 17:33
Arthur Lira - 19:35
Joaquim Passarinho - 21:13
Pompeo de Mattos - 21:42

Orientação

Bl UniPpFdrPsdbCid...:	Sim
Bl MdbPsdRepPode:	Sim
PL:	Sim
Fdr PT-PCdoB-PV:	Sim
PSB:	
Fdr PSOL-REDE:	Sim
Repr.Novo:	Sim
Minoria:	Sim
Maioria:	Sim
Oposição:	
Governo:	Sim

Parlamentar	**Partido**	**Bloco**	**Voto**
Roraima (RR)			
Duda Ramos	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Zé Haroldo Cathedral	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Roraima: 2
Amapá (AP)			
Acácio Favacho	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Augusto Puppio	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Dorinaldo Malafaia	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Josenildo	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Professora Goreth	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Silvia Waiãpi	PL		Sim
Sonize Barbosa	PL		Sim
			Total Amapá: 7
Pará (PA)			
Antônio Doido	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Delegado Caveira	PL		Sim
Delegado Éder Mauro	PL		Sim
Dilvanda Faro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Dra. Alessandra Haber	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Hélio Leite	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Henderson Pinto	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Joaquim Passarinho	PL		Sim
Júnior Ferrari	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Keniston Braga	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Olival Marques	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Raimundo Santos	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Renilce Nicodemos	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Pará: 13
Amazonas (AM)			
Adail Filho	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Amom Mandel	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Átila Lins	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Capitão Alberto Neto	PL		Sim
Pauderney Avelino	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Silas Câmara	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Amazonas: 6
Rondonia (RO)			
Coronel Chrisóstomo	PL		Sim
Cristiane Lopes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dr. Fernando Máximo	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Lucio Mosquini	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Maurício Carvalho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Silvia Cristina	PL		Sim
Thiago Flores	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Rondonia: 7
Acre (AC)			
Antônia Lúcia	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Coronel Ulysses	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dr Fabio Rueda	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gerlen Diniz	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Meire Serafim	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Roberto Duarte	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Socorro Neri	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Zezinho Barbary	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total Acre: 8
Tocantins (TO)			
Antonio Andrade	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Eli Borges	PL		Sim
Filipe Martins	PL		Sim
Lázaro Botelho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Ricardo Ayres	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Vicentinho Júnior	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
			Total Tocantins: 6
Maranhão (MA)			
Amanda Gentil	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Cleber Verde	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Dr. Allan Garcês	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dr. Benjamim	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Duarte Jr.	PSB		Sim
Fábio Macedo	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Henrique Júnior	PL		Sim
Josivaldo JP	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luciano Galego	PL		Sim
Márcio Honaiser	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Márcio Jerry	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Mariana Carvalho	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Paulo Marinho Jr	PL		Sim
Pedro Lucas Fernandes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Rubens Pereira Júnior	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Silvio Antonio	PL		Sim
Wolmer Araújo	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Não
			Total Maranhão: 17
Ceará (CE)			
AJ Albuquerque	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
André Fernandes	PL		Sim
André Figueiredo	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Célio Studart	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Danilo Forte	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dayany Bittencourt	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Domingos Neto	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Dr. Jaziel	PL		Sim
Eduardo Bismarck	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Eunício Oliveira	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Fernanda Pessoa	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Idilvan Alencar	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
José Airton Félix Cirilo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
José Guimarães	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Leônidas Cristino	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Luiz Gastão	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luizianne Lins	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Matheus Noronha	PL		Sim
Mauro Benevides Filho	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Moses Rodrigues	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total Ceará: 20
Piauí (PI)			
Castro Neto	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Dr. Francisco	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Flávio Nogueira	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Florentino Neto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Jadyel Alencar	PV	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Julio Arcoverde	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Júlio Cesar	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Marcos Aurélio Sampaio	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Merlong Solano	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
			Total Piauí: 9
Rio Grande do Norte (RN)			
Benes Leocádio	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Fernando Mineiro	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
General Girão	PL		Sim
Natália Bonavides	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Robinson Faria	PL		Sim
Sargento Gonçalves	PL		Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
			Total Rio Grande do Norte: 6
Paraíba (PB)			
Cabo Gilberto Silva	PL		Sim
Damião Feliciano	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gervásio Maia	PSB		Sim
Hugo Motta	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Couto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Mersinho Lucena	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Murilo Galdino	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Raniery Paulino	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Romero Rodrigues	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Ruy Carneiro	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Wellington Roberto	PL		Sim
			Total Paraíba: 11
Pernambuco (PE)			
André Ferreira	PL		Sim
Augusto Coutinho	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Carlos Veras	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Clarissa Tércio	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Clodoaldo Magalhães	PV	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Coronel Meira	PL		Sim
Eduardo da Fonte	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Eriberto Medeiros	PSB		Sim
Felipe Carreras	PSB		Sim
Fernando Coelho Filho	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Fernando Monteiro	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Fernando Rodolfo	PL		Sim
Guilherme Uchoa	PSB		Sim
Iza Arruda	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Lucas Ramos	PSB		Sim
Luciano Bivar	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Lula da Fonte	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Maria Arraes	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Ossesio Silva	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Pedro Campos	PSB		Sim
Renildo Calheiros	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Túlio Gadêlha	Rede	Fdr PSOL-REDE	Sim
Waldemar Oliveira	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total Pernambuco: 23
Alagoas (AL)			
Alfredo Gaspar	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Arthur Lira	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Art. 17
Daniel Barbosa	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Delegado Fabio Costa	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Luciano Amaral	PV	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Marx Beltrão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Paulão	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Rafael Brito	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Alagoas: 8
Sergipe (SE)			
Delegada Katarina	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Gustinho Ribeiro	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Icaro de Valmir	PL		Sim
João Daniel	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Nitinho	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Rodrigo Valadares	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Thiago de Joaldo	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Yandra Moura	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total Sergipe: 8
Bahia (BA)			

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Alice Portugal	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Arthur Oliveira Maia	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Bacelar	PV	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Capitão Alden	PL		Sim
Charles Fernandes	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Claudio Cajado	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Daniel Almeida	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Diego Coronel	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gabriel Nunes	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
João Carlos Bacelar	PL		Sim
João Leão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Jorge Solla	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
José Rocha	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Joseildo Ramos	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Josias Gomes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Leo Prates	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Leur Lomanto Júnior	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Lídice da Mata	PSB		Sim
Márcio Marinho	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Mário Negromonte Jr.	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Neto Carletto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Otto Alencar Filho	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Pastor Sargento Isidório	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Paulo Magalhães	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Ricardo Maia	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Roberta Roma	PL		Sim
Rogéria Santos	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Valmir Assunção	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Waldenor Pereira	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Zé Neto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
			Total Bahia: 31
Minas Gerais (MG)			
Ana Paula Leão	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Ana Pimentel	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
André Janones	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Bruno Farias	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Célia Xakriabá	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Delegada Ione	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Delegado Marcelo Freitas	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Diego Andrade	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Dimas Fabiano	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Domingos Sávio	PL		Sim
Dr. Frederico	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Duda Salabert	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Emidinho Madeira	PL		Sim
Eros Biondini	PL		Sim
Euclydes Pettersen	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Felipe Saliba	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gilberto Abramo	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Greyce Elias	Avante	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Igor Timo	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Junio Amaral	PL		Sim
Lafayette de Andrada	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Fernando Faria	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Mário Heringer	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Mauricio do Vôlei	PL		Sim
Miguel Ângelo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Misael Varella	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Nely Aquino	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Newton Cardoso Jr	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Nikolas Ferreira	PL		Sim
Odair Cunha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Padre João	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Patrus Ananias	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Paulo Guedes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Pedro Aihara	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Pinheirinho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Rafael Simoes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Reginaldo Lopes	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Rodrigo de Castro	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Rogério Correia	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Samuel Viana	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Stefano Aguiar	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Weliton Prado	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Zé Silva	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Zé Vitor	PL		Sim
			Total Minas Gerais: 45
Espírito Santo (ES)			
Amaro Neto	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Da Vitoria	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dr. Victor Linhalis	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Evair Vieira de Melo	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gilson Daniel	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Gilvan da Federal	PL		Sim
Helder Salomão	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Jack Rocha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Messias Donato	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Espírito Santo: 9
Rio de Janeiro (RJ)			
Aureo Ribeiro	Solidaried	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Bandeira de Mello	PSB		Sim
Bebeto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Benedita da Silva	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Caio Vianna	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Carlos Jordy	PL		Sim
Chico Alencar	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Chiquinho Brazão	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Chris Tonietto	PL		Sim
Dani Cunha	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Delegado Ramagem	PL		Sim
Dimas Gadelha	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
General Pazuello	PL		Sim
Glauber Braga	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Gutemberg Reis	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Helio Lopes	PL		Sim
Hugo Leal	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Jandira Feghali	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Jorge Braz	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Julio Lopes	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Juninho do Pneu	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Laura Carneiro	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Lindbergh Farias	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Luciano Vieira	PL		Sim
Luis Carlos Gomes	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Lima	PL		Sim
Marcelo Crivella	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Marcelo Queiroz	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Marcos Tavares	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Max Lemos	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Murillo Gouvea	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Otoni de Paula	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Pastor Henrique Vieira	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Pedro Paulo	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Reimont	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Roberto Monteiro Pai	PL		Sim
Sargento Portugal	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Soraya Santos	PL		Sim
Sóstenes Cavalcante	PL		Sim
Talíria Petrone	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Tarcísio Motta	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
		Total Rio de Janeiro: 41	
São Paulo (SP)			
Adilson Barroso	PL		Sim
Adriana Ventura	Novo		Sim
Alberto Mourão	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Alencar Santana	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Alex Manente	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Alexandre Leite	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Alfredinho	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Antonio Carlos Rodrigues	PL		Sim
Arlindo Chinaglia	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Arnaldo Jardim	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Baleia Rossi	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Capitão Augusto	PL		Sim
Carla Zambelli	PL		Sim
Carlos Sampaio	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Carlos Zarattini	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Celso Russomanno	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Cezinha de Madureira	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Coronel Telhada	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Delegado da Cunha	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Delegado Palumbo	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Delegado Paulo Bilynskyj	PL		Sim
Douglas Viegas	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Eduardo Bolsonaro	PL		Sim
Ely Santos	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Erika Hilton	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Fausto Pinato	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Guilherme Boulos	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Ivan Valente	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Jefferson Campos	PL		Sim
Jilmar Tatto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Jonas Donizette	PSB		Sim
Juliana Cardoso	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Kiko Celeguim	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Luiz Carlos Motta	PL		Sim
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PL		Sim
Marangoni	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Marcio Alvino	PL		Sim
Marcos Pereira	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Maria Rosas	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Mario Frias	PL		Sim
Mauricio Neves	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Miguel Lombardi	PL		Sim
Nilto Tatto	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Orlando Silva	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Paulo Alexandre Barbosa	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Paulo Freire Costa	PL		Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Pr. Marco Feliciano	PL		Sim
Professora Luciene Cavalcante	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Renata Abreu	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Ricardo Salles	PL		Sim
Ricardo Silva	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Rodrigo Gambale	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Rosana Valle	PL		Sim
Rosângela Moro	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Sâmia Bomfim	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Saulo Pedroso	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Tabata Amaral	PSB		Sim
Tiririca	PL		Sim
Vicentinho	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Vitor Lippi	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total São Paulo: 60
Mato Grosso (MT)			
Abilio Brunini	PL		Sim
Amália Barros	PL		Sim
Coronel Assis	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Coronel Fernanda	PL		Sim
Emanuel Pinheiro Neto	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Gisela Simona	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
José Medeiros	PL		Sim
Juarez Costa	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Mato Grosso: 8
Distrito Federal (DF)			
Alberto Fraga	PL		Sim
Bia Kicis	PL		Sim
Erika Kokay	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Fred Linhares	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Gilvan Maximo	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Julio Cesar Ribeiro	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Prof. Reginaldo Veras	PV	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Rafael Prudente	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
			Total Distrito Federal: 8
Goiás (GO)			
Adriano do Baldy	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Célio Silveira	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Daniel Agrobom	PL		Sim
Dr. Zacharias Calil	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Flávia Morais	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Glaustin da Fokus	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Gustavo Gayer	PL		Sim
Hildo do Candango	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Ismael Alexandrino	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
José Nelto	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Lêda Borges	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Magda Mofatto	PRD	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Marussa Boldrin	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Professor Alcides	PL		Sim
Rubens Otoni	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Silvye Alves	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
			Total Goiás: 16
Mato Grosso do Sul (MS)			
Beto Pereira	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Camila Jara	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Dagoberto Nogueira	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Dr. Luiz Ovando	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Não
Geraldo Resende	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Marcos Pollon	PL		Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Rodolfo Nogueira	PL		Sim
Vander Loubet	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
			Total Mato Grosso do Sul: 8
Paraná (PR)			
Beto Richa	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Carol Dartora	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Delegado Matheus Laiola	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Diego Garcia	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Felipe Francischini	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Filipe Barros	PL		Sim
Geraldo Mendes	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gleisi Hoffmann	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Luciano Alves	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luciano Ducci	PSB		Sim
Luisa Canziani	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Carlos Hauly	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Nishimori	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Marco Brasil	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Paulo Litro	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Pedro Lupion	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Reinhold Stephanes	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Rodrigo Estacho	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Sargento Fahur	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Sergio Souza	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Tadeu Veneri	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Tião Medeiros	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Toninho Wandscheer	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Vermelho	PL		Sim
Welter	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Zeca Dirceu	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
			Total Paraná: 26
Santa Catarina (SC)			
Ana Paula Lima	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Carlos Chiodini	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Caroline de Toni	PL		Sim
Cobalchini	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Daniel Freitas	PL		Sim
Daniela Reinehr	PL		Sim
Fabio Schiochet	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Geovania de Sá	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Gilson Marques	Novo		Sim
Jorge Goetten	PL		Sim
Julia Zanatta	PL		Sim
Pedro Uczai	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Pezenti	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Zé Trovão	PL		Sim
			Total Santa Catarina: 14
Rio Grande do Sul (RS)			
Afonso Hamm	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Afonso Motta	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Alexandre Lindenmeyer	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Any Ortiz	Cidadania	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Bibo Nunes	PL		Sim
Bohn Gass	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Covatti Filho	PP	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Daiana Santos	PCdoB	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Daniel Trzeciak	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Denise Pessôa	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Fernanda Melchionna	PSOL	Fdr PSOL-REDE	Sim
Franciane Bayer	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Giovani Cherini	PL		Sim
Heitor Schuch	PSB		Sim
Lucas Redecker	PSDB	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Luciano Azevedo	PSD	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Luiz Carlos Busato	União	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Marcel van Hattem	Novo		Sim
Marcelo Moraes	PL		Sim
Márcio Biolchi	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Marcon	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Mauricio Marcon	Podemos	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Osmar Terra	MDB	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Pompeo de Mattos	PDT	Bl UniPpFdrPsdbCid...	Sim
Reginete Bispo	PT	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim
Ronaldo Nogueira	Republican	Bl MdbPsdRepPode	Sim
Sanderson	PL		Sim
Zucco	PL		Sim

Total Rio Grande do Sul: 28

DITEC - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

4. DESPACHOS DO PRESIDENTE

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

EXPEDIENTE

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 3/2024, Liderança da Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil – Indica o Deputado Arlindo Chinaglia e desliga o Deputado Washington Quaquá do respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 6/2024, Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE – Indica o Deputado Sidney Leite para o respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 1/2024, Minoria na CD – Indica os Deputados Ricardo Salles, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Delegado Paulo Bilynskyj, Julia Zanatta e Adriana Ventura e desliga os Deputados Gilvan da Federal, Delegado Caveira, Marcos Pollon, Mario Frias, Coronel Telhada e Carla Zambelli do respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 25/2024, Liderança do PL – Indica o Deputado Capitão Augusto e desliga a Deputada Bia Kicis do respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 7/2024, Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE – Indica o Deputado Ruy Carneiro e desliga o Deputado Fábio Macedo do respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 8/2024, Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE – Indica o Deputado Fábio Macedo e desliga o Deputado Ruy Carneiro do respectivo quadro de Vice-Líderes.
Em 20/02/2024.

Registre-se. Publique-se. Ao Sr. Diretor-Geral.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA/SGM
Ofício nº 001/2024, Liderança do REPUBLICANOS – indica o Deputado Raniery Paulino (REPUBLICANOS/PB) para titular da Comissão Especial para estudo das razões do aumento de denúncias de violência obstétrica e a alta taxa de morte materna no Brasil; indica o Deputado Raniery Paulino (REPUBLICANOS/PB) para suplente da Comissão Especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil.
Em 20/02/2024.

Defiro. Publique-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 05/02/2024 09:25:43.083 - MESA
PROC n.3/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Márcio Marinho** - REPUBLICANOS/BA

Brasília, 12 de setembro de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
*Deputado **Arthur Lira***
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Moçambique

Senhor Presidente,

Em referência ao Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Moçambique, solicito a inclusão dos novos membros, conforme as assinaturas eletrônicas no Sistema Infoleg.

Atenciosamente,

Deputado Marcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)
Presidente

CD239910920000

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239910920000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 05/02/2024 09:25:43.083 - MESA
PROC n.3/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Adesão a Grupo Parlamentar Registrado
(Do Sr. Márcio Marinho)

Grupo Parlamentar de Amizade
Brasil – Moçambique

Assinaram eletronicamente o documento CD239910920000, nesta ordem:

1 Dep. Márcio Marinho (REPUBLIC/BA)
2 Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC/BA)
3 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
4 Dep. Jorge Solla (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
5 Dep. Renilce Nicodemos (MDB/PA)
6 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
7 Dep. Sargento Gonçalves (PL/RN)
8 Dep. Jadyel Alencar (PV/PI) - Fdr PT-PCdoB-PV

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239910920000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício s/n/2024 (PROC 3/2024), do Deputado Márcio Marinho - Solicita a inclusão de membros no Grupo Parlamentar Brasil/Moçambique.
Em 20/2/2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 94365 - 49

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Márcio Marinho** - REPUBLICANOS/BA

Apresentação: 05/02/2024 09:26:14.850 - MESA
PROC n.4/2024

Brasília, 31 de outubro de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
*Deputado **Arthur Lira***
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Angola

Senhor Presidente,

Em referência ao Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Angola solicito a inclusão dos novos membros, conforme as assinaturas eletrônicas no Sistema Infoleg.

Atenciosamente,

Deputado Marcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)
Presidente

CD231269767900

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231269767900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 05/02/2024 09:26:14.850 - MESA
PROC n.4/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Adesão a Grupo Parlamentar Registrado
(Do Sr. Márcio Marinho)

Adesão ao grupo parlamentar
Brasil - Angola

Assinaram eletronicamente o documento CD231269767900, nesta ordem:

1 Dep. Márcio Marinho (REPUBLIC/BA)
2 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
3 Dep. Jorge Solla (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
4 Dep. Renilce Nicodemos (MDB/PA)
5 Dep. Sargento Gonçalves (PL/RN)
6 Dep. Jadyel Alencar (PV/PI) - Fdr PT-PCdoB-PV
7 Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR)

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231269767900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício s/n/2024 (PROC 4/2024), do Deputado Márcio Marinho - Solicita a inclusão de membros no Grupo Parlamentar Brasil/Angola.

Em 20/2/2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 94365 - 50

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 19/02/2024 15:13:32.957 - Mesa
DOC n.93/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. Rodrigo Valadares)

Requer inclusão de assinatura de adesão à Frente Parlamentar do Desporto Escolar.

Requeiro a Vossa Excelência, a inclusão da assinatura do Deputado Federal Douglas Viegas (UNIÃO/SP) na Frente Parlamentar do Desporto Escolar, registrada pelo Requerimento nº 2533/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Valadares (CD234620301400).

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2024.

RODRIGO VALADARES

DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE

CD244813953700 LexEdit

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244813953700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Valadares e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 19/02/2024 15:13:32.957 - Mesa
DOC n.93/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Adesão a Frente Parlamentar Registrada
(Do Sr. Rodrigo Valadares)

Requer inclusão de assinatura de adesão à Frente Parlamentar do Desporto Escolar.

Assinaram eletronicamente o documento CD244813953700, nesta ordem:

1 Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)
2 Dep. Douglas Viegas (UNIÃO/SP)

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244813953700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Valadares e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Análise de Proposições - SERAP
(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(57ª Legislatura 2023-2027)

20/02/2024 15:23:22
Página: 1 de 1

Proposição: DOC 0093/2024

Autor da Proposição: RODRIGO VALADARES E OUTROS

Data de Apresentação: 19/02/2024

Ementa: Requer inclusão de assinatura de adesão à Frente Parlamentar do Desporto Escolar.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	002
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	002

Assinaturas Confirmadas

1	DOUGLAS VIEGAS	UNIÃO	SP
2	RODRIGO VALADARES	UNIÃO	SE

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício s/n/2024 (DOC 93/2024), do Deputado Rodrigo Valadares – Solicita adesão do Deputado Douglas Viegas à Frente Parlamentar do Desporto Escolar.
Em 20/2/2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 94862 - 7

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Marcelo Queiroz**

Apresentação: 19/02/2024 15:47:08.783 - Mesa
DOC n.94/2024

Of. 003/2024/GAB-MQ *Brasília, 19 de fevereiro de 2024.*

Exmo. Sr.
Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Inclusão de membro na Frente Parlamentar em Defesa do Esporte Escolar e Universitário.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho pelo presente solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de incluir o **Deputado Douglas Viegas (UNIÃO/SP)** como membro da **Frente Parlamentar em Defesa do Esporte Escolar e Universitário**, autorizado por este Coordenador-Presidente, publicada no DCD em 30/03/2023, originária do REQ n. 775/2023.

MARCELO QUEIROZ
Deputado Federal
Progressistas – RJ

CD246749177200
LexEdit

Câmara dos Deputados | Anexo IV– 9° andar – Gabinete 929 |CEP: 70160-900 - Brasília – DF
Tel (61) 3215-5929 - dep.marceloqueiroz@camara.leg.br
Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246749177200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 19/02/2024 15:47:08.783 - Mesa
DOC n.94/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Adesão a Frente Parlamentar Registrada
(Do Sr. Marcelo Queiroz)

Inclusão de membro na Frente Parlamentar em Defesa do Esporte Escolar e Universitário

Assinaram eletronicamente o documento CD246749177200, nesta ordem:

1 Dep. Marcelo Queiroz (PP/RJ)
2 Dep. Douglas Viegas (UNIÃO/SP)

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246749177200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Análise de Proposições - SERAP
(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(57ª Legislatura 2023-2027)

20/02/2024 15:40:43
Página: 1 de 1

Proposição: DOC 0094/2024

Autor da Proposição: MARCELO QUEIROZ E OUTROS

Data de Apresentação: 19/02/2024

Ementa: Inclusão de membro na Frente Parlamentar em Defesa do Esporte Escolar
e Universitário.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	002
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	002

Assinaturas Confirmadas

1	DOUGLAS VIEGAS	UNIÃO	SP
2	MARCELO QUEIROZ	PP	RJ

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício nº 3/2024 (DOC 94/2024), do Deputado Marcelo Queiroz – Solicita adesão do Deputado Douglas Viegas à Frente Parlamentar em Defesa do Esporte Escolar e Universitário.
Em 20/2/2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 94862 - 8

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 19/02/2024 16:23:29.723 - Mesa
DOC n.95/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

REQUERIMENTO Nº , 2024
(Do Sr. JOAQUIM PASSARINHO)

Requer inclusão de assinatura de adesão á Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo – FPE

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a inclusão da assinatura de adesão do **Deputado Douglas Viegas (União/SP)** á Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo, registrada nos termos do Requerimento nº. 178/2023, de minha autoria.

Sala de Sessões, , de de 2024.

Deputado Joaquim Passarinho
PL/PA

CD248602266800

Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados - Anexo IV – Gabinete: 334
Brasília/DF – CEP: 70.160-900 – Telefone: (61) 3215-5334 | Fax: (61) 3215-2334
E-mail: dep.joaquimpassarinho@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248602266800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joaquim Passarinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 19/02/2024 16:23:29.723 - Mesa
DOC n.95/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Adesão a Frente Parlamentar Registrada
(Do Sr. Joaquim Passarinho)

Requer inclusão de assinatura de adesão á Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo – FPE

Assinaram eletronicamente o documento CD248602266800, nesta ordem:

1 Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)
2 Dep. Douglas Viegas (UNIÃO/SP)

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248602266800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joaquim Passarinho e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Análise de Proposições - SERAP
(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(57ª Legislatura 2023-2027)

20/02/2024 16:22:09
Página: 1 de 1

Proposição: DOC 0095/2024

Autor da Proposição: JOAQUIM PASSARINHO E OUTROS

Data de Apresentação: 19/02/2024

Ementa: Requer inclusão de assinatura de adesão á Frente Parlamentar Mista do
Empreendedorismo – FPE.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	002
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	002

Assinaturas Confirmadas

1	DOUGLAS VIEGAS	UNIÃO	SP
2	JOAQUIM PASSARINHO	PL	PA

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício s/n/2024 (DOC 95/2024), do Deputado Joaquim Passarinho – Solicita adesão do Deputado Douglas Viegas à Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo - FPE.
Em 20/2/2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 94862 - 9

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

5. PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NO DIA 20/02/2024

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PLP 4/2024 - do Sr. Luiz Gastão - Institui o Programa de Regularização de Débitos Tributários e não Tributários para a redução dos Litígios Federais e para a Regularização dos débitos dos Microempreendedores Individuais (MEIs).

PLP 5/2024 - do Sr. Giovani Cherini - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os arquitetos e designers de interior entre as atividades permitidas no regime especial dos Microempreendedores Individuais (MEI).

PROJETO DE LEI

PL 302/2024 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - Altera a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para tratar da priorização de ações que objetivem garantir o acesso a banheiros privativos nas unidades habitacionais.

PL 303/2024 - do Sr. Júnior Mano - Altera o art. 6º da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para dispor sobre a titularidade de invenções geradas de forma autônoma por sistemas de inteligência artificial.

PL 304/2024 - da Srª. Silvia Waiãpi - Acrescenta o artigo na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar o crime de publicidade de educação sexual para menores de 14 (quatorze) anos.

PL 305/2024 - do Sr. Charles Fernandes - Institui pensão especial para pessoas com epidermólise bolhosa inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

PL 306/2024 - do Sr. Marangoni - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para determinar as formas de sucessão de sociedade limitada unipessoal.

PL 308/2024 - do Sr. Dr. Victor Linhalis - Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre oaumento da penalidade nos casos de violência doméstica contra a mulher, nas condições que especifica.

PL 309/2024 - do Sr. Dr. Victor Linhalis - Dispõe sobre incentivos tributários para o turismo de aventura e o ecoturismo.

PL 310/2024 - do Sr. Leo Prates - Autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório o ensino de Noções Básicas de Primeiros Socorros nas escolas de Ensino Médio em todo o território nacional.

PL 311/2024 - do Sr. Leo Prates - “Propõe a ampliação do acesso à saúde mental no Brasil no pós-pandemia, incorporando profissionais da saúde mental como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, oficineiros, enfermeiros e educadores físicos e também ações articuladas que promovam saúde mental nas comunidades.”.

PL 312/2024 - do Sr. Leo Prates - Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os proventos percebidos pelos portadores de diabetes mellitus e Lúpus.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PL 313/2024 - do Sr. Leo Prates - Altera a Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023, para dispor sobre tratamento diferenciado da saúde bucal para pessoas com deficiência

PL 314/2024 - do Sr. Henrique Júnior - Altera as Leis nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para incluir as viagens compartilhadas nos serviços de táxi. (Táxi Lotação)

PL 315/2024 - do Sr. Merlong Solano - Dispõe sobre comercialização de créditos de energia elétrica provenientes de excedente não compensado por unidade consumidora participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE.

PL 316/2024 - do Sr. Geraldo Mendes - Altera a Lei nº 14.750, de 12 de Dezembro de 2023, tendo em vista assegurar a criação de Estações Meteorológicas de Monitoramento com Inclinômetros nas serras e encostas, para prevenção de enchentes, deslizamentos de terra, desmoronamentos e eventos similares.

PL 317/2024 - do Sr. Geraldo Mendes - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir expressamente a opção por doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano no caso de morte entre as informações constantes da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

PL 318/2024 - do Sr. Ricardo Ayres - Estabelece percentual mínimo de participação da fonte solar no consumo de energia elétrica das edificações ocupadas pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União.

PL 319/2024 - do Sr. Marangoni - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar pena ao crime de dano qualificado quando cometido no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino for praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

PL 320/2024 - do Sr. Domingos Neto - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências, para permitir aplicação de multa em benefício dos usuários finais que forem diretamente prejudicados pela interrupção no fornecimento de energia elétrica.

PL 321/2024 - do Sr. Marangoni - Altera a Lei nº 5.478, de 25 de junho de 1968, para prever a condenação integral do réu ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais na fixação de alimentos.

PL 322/2024 - da Srª. Talíria Petrone - Dispõe sobre a garantia da participação de mães, mulheres grávidas e mulheres casadas em concursos de beleza realizados em território nacional.

PL 323/2024 - do Sr. Jonas Donizette - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao empregado demitido sem justa causa que integre sociedade empresária ou seja microempreendedor.

PL 324/2024 - do Sr. Jonas Donizette - Torna obrigatória a divulgação dos arts. 58 a 60 da Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da educação especial, nos contratos de prestação de serviços educacionais e em local visível nos estabelecimentos escolares.

PL 325/2024 - do Sr. Jonas Donizette - Altera a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre campanhas educativas de trânsito de âmbito nacional .

PL 326/2024 - da Srª. Alice Portugal - Altera o art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalhopara dispor sobre o pagamento em dobro das férias do trabalhador pagas fora do prazo legal.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PL 327/2024 - da Srª. Daniela do Waguinho - Institui parcelamento tributário especial para débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de responsabilidade do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias e fundações públicas.

PL 328/2024 - do Sr. Célio Silveira - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para regulamentar as referências no Sistema Único de Saúde – SUS.

PL 329/2024 - do Sr. Célio Silveira - Institui a Política Nacional de Conscientização e Assistência às pessoas alérgicas.

PL 330/2024 - do Sr. Gilberto Abramo - Altera a Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para determinar a obrigatoriedade de obtenção de consentimento do médico e do paciente para o tratamento de dados constantes em documentos emitidos em decorrência de atividades privativas de médico.

PL 331/2024 - da Srª. Natália Bonavides - Altera a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, para instituir o dever de prestação de contas das ações de publicidade e divulgação pelo locador de lojas em centros comerciais que cobrar dos locatários taxas para realização de ações de divulgação e publicidade.

PL 332/2024 - da Srª. Delegada Katarina - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para permitir a acumulação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de que trata o art. 20 do referido diploma, com qualquer outro benefício de caráter assistencial, bem como excluir o BPC do cômputo da renda de acesso a programas de transferência de renda de natureza assistencial; e modifica a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para retirar o BPC do cálculo de renda familiar, para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

PL 333/2024 - da Srª. Delegada Katarina - Altera o art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena prevista para o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

PL 334/2024 - do Sr. Sóstenes Cavalcante - Estabelece o Dia Nacional do Neurocirurgião, a ser celebrado anualmente em 14 de abril.

PL 335/2024 - do Sr. Felipe Saliba - Obriga o poder público a publicizar as filas de espera no âmbito do SUS.

PL 336/2024 - da Srª. Bia Kicis - Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica, cria o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica e inclui o ensino da dor crônica como matéria obrigatória no currículo dos cursos da área da saúde.

PL 337/2024 - do Sr. Bibo Nunes - Determina a suspensão da carteira nacional de habilitação e das linhas telefônicas de titularidade do pichador, além da perda do direito de pegar empréstimo subsidiado ou consignado e dá outras providências.

PL 338/2024 - do Sr. Vicentinho - Altera o art. 75 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para tratar sobre o valor mensal da pensão por morte.

INDICAÇÃO

INC 56/2024 - do Sr. Pedro Aihara - Sugere a regulamentação da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, especialmente no tocante a seu art. 10, § 2º.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

INC 57/2024 - do Sr. Amom Mandel - Sugere ao Ministério das Cidades a adoção de medidas para incremento da transparência e da confiabilidade dos programas de habitação social no País, especialmente na fase de seleção dos beneficiários.

INC 58/2024 - do Sr. Alex Manente - Sugere ao Ministério da Educação que seja regulamentado, por meio de decreto, dispositivos e eventuais penalidades previstos na Lei 14.811, de 2024, que "institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)".

INC 59/2024 - da Srª. Erika Hilton - Sugere ao Ministro do Trabalho a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade técnica para a adoção de alterações legislativas para o fim da jornada de trabalho 6x1.

INC 60/2024 - do Sr. Ruy Carneiro - Sugere ao Ministério a elaboração e distribuição de uma cartilha informativa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede educacional Brasileira.

INC 61/2024 - da Srª. Meire Serafim - Requer o envio de Indicação à Excelentíssima Senhora Ministra da Saúde, solicitando a entrega de mais doses da vacina contra a dengue - QDenga, para todos os municípios faltantes do Acre.

INC 62/2024 - do Sr. Mauricio Neves - Indica ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação a distribuição gratuita da cartilha "Sou diferente, e daí? Tem lugar pra mim?" escrita por Aline Campos, ilustrada por Luana Chinaglia, publicada pela OAB do Distrito Federal, na Rede Pública de ensino.

INC 63/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Abel Figueiredo, no Estado do Pará.

INC 64/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Afuá, no Estado do Pará.

INC 65/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Água Azul do Norte, no Estado do Pará.

INC 66/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Bannach, no Estado do Pará

INC 67/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Bom Jesus do Tocantins, no Estado do Pará.

INC 68/2024 - do Sr. Gilberto Abramo - Sugere ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública que requeira à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a suspensão imediata e a posterior regulamentação da comercialização de dados pessoais referentes à saúde relativos a prestação de serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde.

INC 69/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Brasil Novo, no Estado do Pará

INC 70/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Brejo Grande do Araguaia, no Estado do Pará.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

INC 71/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Cachoeira do Piriá, no Estado do Pará.

INC 72/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Chaves, no Estado do Pará.

INC 73/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

INC 74/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Cumaru do Norte, no Estado do Pará.

INC 75/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Curionópolis, no Estado do Pará.

INC 76/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Curuá, no Estado do Pará.

INC 77/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Faro, no Estado do Pará.

INC 78/2024 - do Sr. Capitão Alberto Neto - Sugere a adoção de uma cartilha, como ferramenta educativa, que esclareça de forma simples e acessível, o que é o autismo.

INC 79/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Floresta do Araguaia, no Estado do Pará.

INC 80/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Gurupá, no Estado do Pará.

INC 81/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Bom Jesus do Jacareacanga, no Estado do Pará.

INC 82/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Magalhães Barata, no Estado do Pará.

INC 83/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Nova Ipixuna, no Estado do Pará.

INC 84/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Novo Timboteua, no Estado do Pará.

INC 85/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Palestina do Pará, no Estado do Pará.

INC 86/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Pau D’Arco, no Estado do Pará.

INC 87/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Peixe-Boi, no Estado do Pará.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

INC 88/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Piçarra, no Estado do Pará.

INC 89/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Porto de Moz, no Estado do Pará.

INC 90/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Rondon do Pará, no Estado do Pará.

INC 91/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Santa Cruz do Arari, no Estado do Pará.

INC 92/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Santarém Novo, no Estado do Pará.

INC 93/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará.

INC 94/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de São João do Araguaia, no Estado do Pará.

INC 95/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Sapucaia, no Estado do Pará.

INC 96/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Soure, no Estado do Pará.

INC 97/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Trairão, no Estado do Pará.

INC 98/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Uruará, no Estado do Pará.

INC 99/2024 - do Sr. Raimundo Santos - Sugere a implantação de uma Unidade da Casa da Mulher Brasileira no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

RIC 210/2024 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - Solicita ao Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, informações acerca da posição do governo brasileiro em relação à prisão de ativista e suspensão do funcionamento de agência da ONU na Venezuela.

RIC 211/2024 - da Srª. Coronel Fernanda - Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) acerca da execução do “Caderno de Respostas Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) 2023.

RIC 212/2024 - do Sr. Gustavo Gayer - Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a respeito do funcionamento inadequado das Câmeras do presídio federal localizado no município de Mossoró/RN, no momento em que dois criminosos conseguiram fugir da penitenciária de segurança máxima.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

RIC 213/2024 - do Sr. Gustavo Gayer - Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito do governo federal fechar cinco contratos de locação de aeronaves e táxi aéreo em 2023, com a empresa Voare, ligada a uma Deputada Federal.

RIC 214/2024 - do Sr. Gustavo Gayer - Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito da afirmação realizada pelo Presidente da República que o Brasil realizará uma doação para a agência da ONU voltada para refugiados palestinos (UNRWA), entidade que está sob investigação.

RIC 215/2024 - do Sr. Gustavo Gayer - Requer informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, sobre o envio de 125 toneladas de leite em pó para Cuba, e da previsão que sejam enviados ao país nas próximas semanas mais leite em pó, além de arroz, milho e soja.

RIC 216/2024 - do Sr. Gustavo Gayer - Requer informações ao Sr. André Fufuca, Ministro de Estado do Esporte, no sentido de esclarecer sobre a autorização dada pela pasta para que o Parintins Futebol Clube, equipe do Amazonas e dirigida pelo filho do Presidente da República, Luis Cláudio Lula da Silva, possa captar R$ 1,5 milhão para viabilizar sua escolinha de futebol.

RIC 217/2024 - do Sr. André Fernandes - Requisita-se ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações a respeito do corte do bolsa família de 44.000 (quarenta e quatro mil) famílias do Ceará.

RIC 218/2024 - do Sr. Alex Manente - Requer informações ao Ministério da Saúde sobre o surto epidêmico de dengue que o Brasil está enfrentando.

RIC 219/2024 - do Sr. Luiz Gastão - Solicita informações ao Sr. Ministros das Minas e Energia sobre à situação da concessão de energia elétrica no Estado do Ceará, especialmente no que tange à atuação da ENEL e aos problemas reportados pela população do Estado do Ceará.

RIC 220/2024 - do Sr. André Fernandes - Requisita-se ao Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, informações a respeito do gasto de R$3,3 Bilhões (três bilhões e trezentos milhões de reais com viagens presidenciais durante o ano de 2023.

RIC 221/2024 - do Sr. Coronel Meira - Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores a respeito do financiamento pelo Brasil à Agência das Nações Unidas de Assistência e Trabalho para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo – URNWA, denunciada pelo envolvimento nos ataques terroristas e sequestros do Hamas contra Israel, em 7 de outubro de 2023.

RIC 222/2024 - do Sr. Nikolas Ferreira - Requer ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República a íntegra da gravação da reunião realizada pelo Presidente da República, no Palácio da Alvorada, na manhã do dia 19/02/2024.

RIC 223/2024 - do Sr. Gilson Marques - Requer informações ao Ministério da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre a formulação da Medida Provisória Nº 1.202, apresentada pelo poder executivo em 28 de dezembro de 2023..

RIC 224/2024 - do Sr. Marcos Pollon - Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, no que tange ao envio de alimentos à Cuba pelo governo brasileiro.

RIC 225/2024 - da Srª. Silvia Waiãpi - Requer informações do Ministério das Relações Exteriores, sobre a crise diplomática nas relações Brasil – Israel, e as consequências para o Brasil de um rompimento com importante parceiro fornecedor de tecnologias para a defesa nacional. Requer, também informações sobre o papel de pessoas ligadas ao Presidente nas relações Exteriores.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

RIC 226/2024 - do Sr. Luciano Alves - Solicita informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores a respeito das declarações do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelas comparações injustificadas do conflito em Gaza com os eventos ocorridos durante o nazismo.

RIC 227/2024 - do Sr. Valmir Assunção - Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda referente à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico- CIDE.

REQUERIMENTO

REQ 277/2024 - do Sr. Célio Silveira - Requer a realização de Sessão Solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 278 anos do município de Luziânia – GO.

REQ 278/2024 - do Sr. Marangoni - Requer, nos termos regimentais, aprovação de Moção de Pesar pelo falecimento do Desembargador Federal Sérgio Nascimento.

REQ 279/2024 - da Srª. Dilvanda Faro - Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 5.834, de 2023, do Projeto de Lei 3.704, de 2023.

REQ 280/2024 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - Requer a realização de Sessão Solene em alusão aos 5 anos da Lei de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874/2019.

REQ 281/2024 - da Srª. Juliana Cardoso - Requer aprovação de Moção de Solidariedade ao Padre Júlio Lancellotti pelos reiterados ataques que ele vem sofrendo em decorrência do seu trabalho pastoral na defesa de pessoas em situação de rua e contra opressões, negligências e violências que essa população é vítima de forma recorrente.

REQ 282/2024 - da Srª. Fernanda Pessoa - Requer a criação da Frente Parlamentar em defesa das Pessoas com Doenças Reumáticas.

REQ 283/2024 - da Srª. Ana Paula Leão - Requerem urgência para o Projeto de Lei nº 1.926/2021, que “Denomina ‘Rodovia Deputado Luiz Humberto Carneiro’ o trecho da BR-365/MG entre o entroncamento com a BR-153/MG e a Anel Viário Oeste (Perímetro Urbano) na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”.

REQ 284/2024 - do Sr. Domingos Neto - Requer regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 5996, de 2023, que "Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes de bases da educação nacional, a fim de regulamentar a utilização de aparelhos tecnológicos dentro das instituições de ensino".

REQ 285/2024 - do Sr. Sargento Portugal - Requer a realização de Sessão Solene em homenagem a Semana de Conscientização do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

REQ 286/2024 - do Sr. Eriberto Medeiros - Requer Voto de Aplauso para congratular pela posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para o biênio 2024/2026

REQ 287/2024 - do Sr. Gabriel Nunes - Requeiro a retirada do PLP 264/2023, em função de documento duplicado.

REQ 288/2024 - do Sr. Eriberto Medeiros - Requer Voto de Aplauso para congratular pela posse como desembargadores do TJPE (Tribunal De Justiça de Pernambuco), a juíza Valéria Bezerra Pereira Wanderley e o juiz Paulo Roberto Alves da Silva

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQ 289/2024 - do Sr. Capitão Alden - Requer aprovação de Moção de Aplausos pela atuação exemplar do Policial da Polícia de Pronto Emprego Operacional (BPEO) do Estado da Bahia, Sr. Tazzio Regis Dias.

REQ 290/2024 - do Sr. Coronel Chrisóstomo - Requer a criação de Comissão Especial para apreciação da Proposta de Emenda a Constituição nº 47, de 2023, que "Altera o artigo 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os 10 (dez) primeiros anos da criação dessas unidades federadas; estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex- Territórios Federais; e dá outras providências."

REQ 291/2024 - do Sr. José Guimarães - Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 81, de 2024.

REQ 292/2024 - da Srª. Dayany Bittencourt - Requerimento de inclusão de assinatura no Requerimento nº 253/2024 de Convocação de Ministro de Estado no Plenário (art. 50, CF).

REQ 293/2024 - da Srª. Professora Luciene Cavalcante - Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara em homenagem ao Dia da Educação Infantil.

REQ 294/2024 - da Srª. Professora Luciene Cavalcante - Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara em homenagem às Educadoras da Primeiríssima Infância.

REQ 295/2024 - da Srª. Professora Luciene Cavalcante - Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara em homenagem ao Dia do Protetor de Animais.

REQ 296/2024 - do Sr. Sargento Portugal - Requer Moção de Louvor e Regozijo ao Sr. 2º Tenente PM Marcio de Macedo Gomes, pelos excelentes serviços prestados à sociedade brasileira

REQ 297/2024 - do Sr. Sargento Portugal - Requer Moção de Louvor e Regozijo ao Sr. 2º Sargento PM Adalberto Lopes da Silva, pelos excelentes serviços prestados à sociedade brasileira

REQ 298/2024 - da Srª. Erika Kokay - Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 4.871, de 2023, que tramita conjuntamente com o Projeto de Lei nº 2.288 de 2023.

REQ 299/2024 - do Sr. Alex Manente - Requer a inclusão de coautoria do Projeto de Lei nº 135, de 2024, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para tipificar o crime de subtração internacional de criança ou adolescente realizada por genitor ou quem detenha a guarda, com o fim de afastar o convívio familiar da vítima.

REQ 300/2024 - do Sr. Luciano Vieira - Requer a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 4179 de 2023, que dispõe sobre a confirmação facial no comércio de bens e serviços pela internet.

REQ 301/2024 - do Sr. Vinicius Carvalho - Requer nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 5138/2023 e 1038/2003.

REQ 302/2024 - do Sr. Coronel Ulysses - Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja incluído automaticamente na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 714/2023, que altera o artigo 310, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, (Código de Processo Penal) para tornar

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

obrigatória a decretação de prisão preventiva na audiência de custódia em casos de crimes hediondos, roubo, associação criminosa qualificada e quando for configurada reincidência criminal.

REQ 303/2024 - do Sr. Nitinho - Requer a realização de Sessão Solene no em homenagem ao Aniversário de Aracaju, capital de Sergipe.

REQ 304/2024 - da Srª. Bia Kicis - Requer regime de urgência para apreciação do PL nº 5.315, de 2023.

REQ 305/2024 - da Srª. Bia Kicis - Requer regime de urgência para apreciação do PDL nº 558, de 2023.

ATA

ATA 1/2024 - do Plenário - Ata001SilasCâmara

ATA 2/2024 - do Plenário - TermoSolene002NiltoTatto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PDL 12/2024 - do Sr. Junio Amaral - Susta os efeitos da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 859, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade do sistema de segurança para a circulação de caminhões com carroceria do tipo basculante e de caminhões-tratores destinados a movimentação e operação de veículos rebocados com carroceria tipo basculante.

PDL 13/2024 - do Sr. Junio Amaral - Susta os efeitos de dispositivos do Decreto nº 11.912, de 06 de fevereiro de 2024, que exclui parques nacionais do Programa Nacional de Desestatização (PND) e revoga suas qualificações no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.

DOCUMENTO

DOC 99/2024 - do Sr. Julio Lopes - Solicita alteração na Presidência da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

6. PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.029, DE 2023
(do Sr. Marcos Tavares)

Requer ao Ministro do Trabalho e Emprego, informações sobre os imóveis próprios e os contratos de aluguel de imóveis firmados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e por seus órgãos vinculados no Estado do Rio de Janeiro.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SEI Nº 59807/2023/MTP, do Ministério do Trabalho e Emprego. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de confidencial, contendo documentos e 1 (uma) mídia digital (*pendrive*) com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 1.029/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcos Tavares.

Em / /2024.

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2383892

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383892

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, sobre os imóveis próprios e os contratos de aluguel de imóveis firmados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e por todos os seus órgãos vinculados (entidades, autarquias, fundações, empresas públicas e empresas de economia mista), em todo Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT/RJ

JUSTIFICATIVA

Este requerimento justifica-se pela função de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, atribuição constitucional do Poder Legislativo. Sendo assim, o esclarecimento de informações pertinentes é medida que se impõe, por imóvel e por órgão público.

É necessário que se discriminem, quantos imóveis são próprios do Ministério do Trabalho e de seus órgãos vinculados, com o endereço, separação por órgão e a data em que cada um foi adquirido, bem como a utilização/destinação atual de cada um deles.

Já em relação aos imóveis alugados ou arrendados, requeiro informações, de quantos imóveis este Ministério e seus órgãos vinculados utilizam atualmente, com detalhes sobre qual órgão detém cada imóvel.

Solicitamos, por fim, cópia do processo da contratação de aluguel ou da contratação de leasing de cada um dos imóveis, constando o contrato e seus aditivos, a justificativa para definição da escolha do imóvel alugado ou arrendado, pareceres, estudos, laudos ou quaisquer documentos que justifiquem a necessidade do aluguel ou arrendamento, a utilização ou destinação atual de cada um destes imóveis e endereço de cada um desses polos.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Com isso, será possível esclarecer dúvidas sobre os imóveis próprios e os contratos de aluguel de imóveis firmados por este Ministério e por seus órgãos vinculados no Estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, trabalhar na melhoria da prestação do serviço público.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT/RJ

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 1029/2023

Autoria: Dep. Marcos Tavares

Destinatário: Ministério do Trabalho e Emprego

Ementa: Requer ao Ministro do Trabalho e Emprego, informações sobre os imóveis próprios e os contratos de aluguel de imóveis firmados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e por seus órgãos vinculados no Estado do Rio de Janeiro.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 09 de maio de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.039, DE 2023
(do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro da Defesa sobre uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por Assessor Especial da Presidência da República.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SEI Nº 18704/AERI/GM-MD, do Ministério da Defesa. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de reservado, contendo documento com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 1.039/2023, de autoria do Senhor Deputado Gustavo Gayer.

Em / /2024.

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério da Defesa, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2383893

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383893

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Defesa informação sobre uso de avião da FAB pelo assessor especial da Presidência da República Celso Amorim.

Com base em informativos veiculados pela imprensa nacional[1], pede-se que encaminhe a esta casa as seguintes informações:

1- Quando foram realizadas as viagens internacionais do assessor especial da Presidência da República Celso Amorim, utilizando aviões da FAB? E quais foram os objetivos das viagens? Quantas vezes e para quais países, o Assessor Especial Celso Amorim viajou?
2- Qual a exceção justificou a viagem do assessor especial Celso Amorim, já que ele não se enquadra no Decreto que dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades no Brasil, em aeronave do Comando da Aeronáutica - Dec. n. 4.244 de 22/04/2002 para ser autorizado a viajar em aviões da Força Aérea Brasileira?
3- Quais os mecanismos de pesos e contra pesos, que o Ministério vem adotando para o Decreto nº 4.244, de 2002 seja cumprida?
4- Qual é o custo médio por hora de voo dos aviões da FAB?
5- Solicito que seja encaminhada a lista de autoridades e funcionários públicos que utilizam os aviões da força aérea e com que frequência se utiliza desse transporte? Quais os objetivos e destinos das viagens dessas autoridades e servidores públicos?
6- Como é feito o controle e a fiscalização do uso dos aviões da força aérea, para garantir que eles sejam utilizados de forma adequada em obediência a legislação atual?

JUSTIFICAÇÃO

É importante que o Ministério da Defesa explique quem está usando os aviões da Força Aérea Brasileira ao Poder Legislativo Federal porque, como representantes do povo, temos o dever de fiscalizar o uso dos recursos públicos e garantir que eles estejam sendo utilizados de forma adequada e em benefício da população.

[1] https://revistaoeste.com/mundo/a-viagem-discreta-de-celso-amorim-a-russia/
https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/09/celso-amorim-se-reune-com-nicolas-maduro-em-viagem-para-venezuela.ghtml
https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-reclamacao-de-celso-amorim-em-viagem-a-argentina/

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

O Decreto nº 4.244 de 22/04/2002 que dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica preceitua que:

> **Art. 1º** O Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Aeronáutica, utilizando aeronaves sob sua administração especificamente destinadas a este fim, somente efetuará o transporte aéreo das seguintes autoridades:
>
> I - Vice-Presidente da República;
>
> II - Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal;
>
> III - Ministros de Estado e demais ocupantes de cargo público com prerrogativas de Ministro de Estado; e
>
> IV - Comandantes das Forças Armadas.
>
> Parágrafo único. O Ministro de Estado da Defesa poderá autorizar o transporte aéreo de outras autoridades, nacionais e estrangeiras, sendo-lhe permitida a delegação desta prerrogativa ao Comandante da Aeronáutica.

O mesmo Decreto, ainda, no seu artigo 5º, explica que:

> **Art. 5º** O transporte de autoridades civis em desrespeito ao estabelecido neste Decreto configura infração administrativa grave, ficando o responsável sujeito às penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis à espécie.

O uso de aviões da Força Aérea para viagens de autoridades e funcionários públicos, portanto, pode gerar questionamentos sobre possíveis desvios ou do seu uso indevido, por isso a transparência é fundamental.

Como as informações a respeito do uso dos aviões da Força Aérea Brasileira não são abertos para a população em geral, faz-se necessário que esses esclarecimentos sejam feitos para o Poder Legislativo que tem a prerrogativa de fiscalizar o Poder Executivo e suas ações.

Por fim, pede-se seja apreciado o pedido de informações ao Senhor Ministro e aguarda as respostas referentes às perguntas aqui realizadas.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2023.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
(PL/GO)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 1039/2023

Autoria: Dep. Gustavo Gayer

Destinatário: Ministério da Defesa

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Defesa sobre uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por Assessor Especial da Presidência da República.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 09 de maio de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.390, DE 2023
(do Sr. Helder Salomão)

Requer informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acerca da venda do Polo Norte Capixaba para a Seacrest.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 548/2023/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de confidencial, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 1.390/2023, de autoria do Senhor Deputado Helder Salomão.

Em / /2024.

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2383894

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383894

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, requerimento de informações acerca da venda do Polo Norte Capixaba para a Seacrest por parte da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Petrobras é uma empresa de economia mista controlada pela União cujo objeto social está relacionado à cadeia produtiva do petróleo. A União é detentora de 50,26% das ações ordinárias, garantindo assim o controle da empresa[2].

Há informações de que vários equipamentos de propriedade da Petrobras estão nas dependências da SEACREST. São equipamentos de alto valor comercial e que podem estar correndo risco de avarias ou devolvidos de maneira irregular

Dessa forma, tendo em vista as referidas informações solicitamos:

1. Relação dos bens que estão contemplados no contrato de venda do ativo Norte Capixaba, e se estes foram valorados, incluindo todos os equipamentos com BP.

2. Foi feito inventário antes do processo de transição e um inventário para a assinatura do Closing?
3. Os inventários com a localização desses bens, com a descrição de tipo e número do BP.

JUSTIFICAÇÃO:

A Petrobras é uma empresa de economia mista controlada pela União cujo objeto social está relacionado à cadeia produtiva do petróleo. A União é detentora de 50,26% das ações ordinárias, garantindo assim o controle da empresa.

Há informações de que vários equipamentos de propriedade da Petrobras estão nas dependências da SEACREST. São equipamentos de alto valor comercial e que podem estar correndo risco de avarias ou devolvidos de maneira irregular.

[2] https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/ Consultado em 04/05/2023

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

São equipamentos desde câmeras de segurança, compressores, inversores, unidades de bombeio, etc, que são de alto valor comercia. Logo, entende-se necessário que estas questões sejam devidamente esclarecidas para impedir possíveis prejuízos à Petrobras.

Sala das Sessões, em ____de _____de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO

PT/ES

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 1390/2023

Autoria: Helder Salomão

Destinatário: Ministério de Minas e Energia

Ementa: Requer informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acerca da venda do Polo Norte Capixaba para a Seacrest.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 23 de maio de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.402, DE 2023
(do Sr. Gilson Marques)

Requer informações complementares ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, em relação à resposta objeto do RIC 516/2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SEI nº 42547/2023/MF, do Ministério da Fazenda. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de sigilo profissional, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 1402/2023, de autoria do Senhor Deputado Gilson Marques.

Em / /2024.

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério da Fazenda, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383895

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383895

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda o presente Requerimento de Informação, com perguntas complementares, tendo em vista a resposta ao Requerimento de Informação n° 516, de 2023. Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministro reconhece como importantes para a compreensão dos fatos, solicito que sejam respondidas objetivamente pelo Ministro da Fazenda as demandas que seguem:

1. Na resposta ao RIC n° 516/2023, o Ministério da Fazenda justificou (em relação à instituição de imposto de exportação sobre petróleo) que "o objetivo foi garantir que parcela dos **lucros exorbitantes** (windfall profits) obtidos por empresas produtoras de petróleo com a exportação do produto no período recente **pudesse ser apropriada pelo Estado** para beneficiar toda a população brasileira."... "alíquota foi elevada de forma temporária para capturar parcela dos **lucros extraordinários** verificados no setor" (grifos aditados). Portanto, a resposta deixa clara a motivação do ato que resultou na instituição do imposto de exportação, isto é, combater os "lucros exorbitantes"... "avaliou-se que as empresas gozavam de lucros extraordinários".

Em complementação, requer-se a apresentação de nota técnica do Ministério da Economia que mostre essa avaliação e caracteriza objetivamente o lucro das empresas produtoras de petróleo em operação no Brasil, de modo que possa ser efetivamente comprovada a motivação do ato, incluindo, entre outros: a) a evolução do lucro dessas empresas e a evolução do lucro setorial; b) a comprovação de lucros exorbitantes/extraordinários verificados no setor.

2. No entendimento do Senhor Ministro da Fazenda, objetivamente:

2.1. qual é a definição de lucro exorbitante?

2.2. qual é a definição de lucro extraordinário?

2.3. quais são os critérios objetivos que caracterizam a existência de lucro exorbitante ou extraordinário obtido por empresas produtoras de petróleo?

2.4. qual é o fundamento constitucional e legal para a caracterização de lucro exorbitante e/ou lucro extraordinário?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

3. Na resposta ao RIC n° 516/2023, o Sr. Ministro da Fazenda, por intermédio de sua equipe, esclareceu que "Não se avalia que investidores deixarão de participar de novos certames de concessões de óleo e gás e em leilões de partilha". Requer-se a apresentação da nota técnica que fez essa citada avaliação.

4. Ainda na resposta, quanto à motivação do ato (a Medida Provisória), o Sr. Ministro da Fazenda respondeu, por intermédio da Secretaria de Política Econômica, que o imposto de exportação teve função "**regulatória, e foi instituído em um cenário conjuntural específico, de altas cotações para o petróleo**" (grifo aditado), para o Estado se apropriar de lucros exorbitantes.

No entanto, conforme os gráficos abaixo, que mostram as cotações internacionais do petróleo (tipos Brent e WTI), nos últimos 12 meses, é nítida a tendência de queda das cotações, ao contrário do que foi respondido.

Fonte: Investing.com

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

4.1. Quais foram as cotações do petróleo consideradas pelo Sr. Ministro da Fazenda para caracterizar o cenário de alta de preços de petróleo?

4.2. Requer-se a apresentação de nota técnica que efetivamente demonstrou o "cenário conjuntural específico, de altas cotações para o petróleo", como fundamento para a edição da Medida Provisória em questão.

5. **A resposta ao RIC n° 516/2023 negou o acesso ao Congresso Nacional**, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, à completa avaliação jurídica relativa à edição da Medida Provisória n° 1163/2023, realizada pela Coordenação-Geral de Assuntos Tributários do Ministério da Fazenda, com a justificativa de que o exame de "juridicidade efetuado por esta CAT nos termos da análise vertida no PARECER SEI N. 49/2023, sobre a qual **recai sigilo profissional**, com fundamento no art. 116 da Lei n. 8.112, de 1990 e no inciso VII do art. 34 da Lei n. 8.906, de 1994.". (grifo aditado)

Contudo, tais dispositivos são relacionados especificamente com os deveres do servidor público e a infração disciplinar no âmbito do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ademais, em matérias análogas, objeto de avaliação pela CGU em diversos precedentes, dentre os quais se destacam 99909.000738/2019-29 (refere-se a acesso a pareceres jurídicos da Petrobrás S.A.)1, 99928.000127/2019-522 e 99944.000132/2020-093, o entendimento da CGU sobre o assunto, portanto, indica que pareceres jurídicos da Administração Direta e Indireta têm natureza pública e devem se submeter a sigilo no caso de riscos ao Estado e à sociedade. O sigilo profissional do advogado não é aplicável a pareceres jurídicos apresentados em processos administrativos.

Além disso, pareceres jurídicos produzidos por órgãos e entidades da Administração Pública, utilizados como fundamento para a tomada de decisão administrativa, possuem natureza pública, nos termos do artigo 7°, inciso II da Lei nº 12.527/2011 c/c o artigo o artigo 20 do Decreto nº 7.724/2012.

Portanto, requer-se a apresentação do citado Parecer SEI n° 49/2023 e de todas as análises jurídicas realizadas pelo Ministério da Fazenda acerca da edição da supracitada Medida Provisória.

6. A resposta da CAT (Coordenação-Geral de Assuntos Tributários) do Ministério da Fazenda indicou que a efetivação do imposto de exportação pela Medida Provisória 1163/2023 não teve a função extrafiscal (política cambial e do comércio exterior) prevista no §1º do art. 153 da Constituição Federal e no art. 26 do Código Tributário Nacional, que por sua vez tem status de lei complementar: "Nos termos referidos na alínea "g", não se trata de aumento de tributo alinhavado no contexto da extrafiscalidade. **A alíquota foi estabelecida via medida provisória, em atenção à finalidade preponderamente fiscal do imposto**" (grifo aditado). Portanto, a resposta clarifica efetivamente a intenção fiscal - e não a extrafiscal - da instituição do imposto de exportação sobre petróleo pela MP 1163/2023.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Ainda, na mesma direção, a resposta realizada pela Receita Federal (Nota Cosit/Sutri/RFB nº 134, de 19 de abril de 2023.) reforça a intenção fiscal, ao justificar que o atendimento aos quesitos extrafiscais (política cambial e comércio exterior) seriam necessários tão somente se a alteração da alíquota do imposto de exportação fosse efetivada por ato infralegal: "Entende-se que as referidas limitações se aplicam somente às alterações de alíquotas promovidas por ato infralegal.". O que não foi o caso a partir da edição da Medida Provisória.

Entretanto, em contradição, a resposta da Secretaria de Política Econômica enfatiza a função extrafiscal - e não a fiscal - da instituição efetiva do imposto de exportação. Ainda assim, relacionada com a necessidade regulatória de combater <u>lucros exorbitantes.</u> Ao passo que desconhecemos a existência de previsão no Código Tributário Nacional para o uso do imposto de exportação com a função de expropriar lucros exorbitantes, é fundamental, portanto, o devido esclarecimento.

Assim, no entendimento do Ministro da Fazenda, objetivamente, a instituição do imposto de exportação sobre petróleo pela MP 1163 teve:

6.1. natureza fiscal? e/ou

6.2. finalidade extrafiscal?

6.3. Ainda, o que causou as respostas contraditórias por órgãos diferentes do Ministério da Fazenda acerca do mesmo questionamento contido no Requerimento de Informação fundamentado pelo artigo 50 da Constituição?

7. No entendimento do Ministro da Fazenda, objetivamente, qual é fundamento constitucional para a União instituir imposto de exportação com finalidade de "apropriar" lucros exorbitantes?

8. No entendimento do Ministro da Fazenda, uma Medida Provisória pode regulamentar requisitos constitucionais em matéria tributária reservados à lei complementar?

9. Em complementação à resposta ao item k) do RIC anterior, requer-se a apresentação de nota técnica com a avaliação acerca dos impactos econômicos do imposto de exportação sobre o setor de petróleo.

10. Em relação à indagação no RIC anterior (pergunta "p"), relativa ao impacto orçamentário-financeiro decorrente da redução de tributos dos combustíveis sobre as transferências previstas aos entes federativos, obrigatória pelo § 5º do art. 131 da Lei nº 14.436/2022 (*§ 5º Os projetos de lei e as medidas provisórias que acarretem renúncia de receita e resultem em redução das transferências, relativas à repartição de receitas arrecadadas pela União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios serão acompanhados de estimativa de impacto orçamentário-financeiro sobre as transferências previstas aos entes federativos.*), a resposta tão somente trouxe os percentuais legais de repartição de

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

receitas - que é muito diferente do que foi perguntado. Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na supracitada Lei nº 14.436/2022, reitera-se a necessidade de resposta, apresentando a necessária estimativa de impacto aos entes federativos que foi feita como requisito para a edição da Medida Provisória.

11. De acordo com a Exposição de Motivos da Medida Provisória, o governo estimou o impacto financeiro positivo de R$ 6,65 bilhões, até 30 de junho de 2023, decorrente da instituição do imposto de exportação sobre petróleo. Linearmente, isso equivale a cerca de R$ 2,22 bilhões por mês de vigência do imposto de exportação. Qual foi o montante efetivamente arrecadado até a data de resposta deste RIC?

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem por objetivo esclarecer e fazer perguntas complementares, tendo em vista as respostas do Sr. Ministro da Fazenda ao Requerimento de Informação n° 516, de 2023. Por essa razão e na qualidade de Deputado Federal, em consonância das atribuições do Poder Legislativo previstas na Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas, com o intuito de agregar insumos e esclarecimentos que permitam a compreensão e a clareza da forma como o Ministério da Fazenda atua em suas decisões de política tributária, em especial em relação à motivação da edição da Medida Provisória n° 1163, de 2023, que instituiu efetivamente o imposto de exportação sobre petróleo.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2023.

Gilson Marques (NOVO/SC)

Deputado Federal

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 1402/2023

Autoria: Gilson Marques

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer informações complementares ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, em relação à resposta objeto do RIC n. 516/2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116, para fins de complementação de informações ao RIC n. 516/2023. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 06 de junho de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 2.087, DE 2023
(da Comissão de Minas e Energia)

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre o contencioso da Vale S.A. relativo aos municípios de Parauapebas-PA, Brumadinho-MG e Mariana-MG.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SEI nº 688/2023/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de sigiloso, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 2087/2023, de autoria da Comissão de Minas e Energia.

Em / /2024.

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Presidente da referida Comissão da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012. Agregue-se às orientações de resguardo de sigilo o caráter sigiloso dos processos minerários, de acordo com a ressalva apontada no Ofício em epígrafe, nos termos da Resolução nº 1/2019.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383896

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383896

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/08/2023 16:25:20.670 - MES

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Comissão de Minas e Energia)

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre o contencioso da Vale S.A. relativo aos municípios de Parauapebas-PA, Brumadinho-MG e Mariana-MG.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, em atendimento ao Requerimento nº 130/2023, aprovado por unanimidade nesta data, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao contencioso da empresa Vale S.A. junto aos municípios de Parauapebas, no Estado do Pará, e Brumadinho e Mariana, no Estado de Minas Gerais, referentes aos processos de cobrança, após fiscalizações exercidas, que se encontram nas fases administrativa e/ou judicial, e que incluam as seguintes informações: número do processo de cobrança, número da execução fiscal, número da notificação fiscal, período fiscalizado, valor na data da execução fiscal e valor atualizado registrado no contencioso do cadastro de processos da Agência Nacional de Mineração.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/08/2023 16:25:20.670 - MES

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

JUSTIFICAÇÃO

A Vale S.A. é uma companhia sujeita a atividades de fiscalização por parte do Estado, que resultam em punições cabíveis quando a empresa atua em desconformidade com os normativos. Fatos recentes levam a crer que a empresa tem adotado condutas reprováveis para não responder por essas infrações, e se aproveitando das enxutas estruturas estatais voltadas à regulação da atividade mineral para atuar à margem da legalidade.

Segundo informações apresentadas pelos munícipios afetados, fica evidente que a Vale S.A. tem praticado atos lesivos aos cofres públicos, relativos à base de cálculo para o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em especial do minério de ferro. Essa prática não corresponde ao expresso na Lei nº 8.001/1990, e instrumentos infralegais que estabelecem o cumprimento da legislação vigente.

Importa, nesse momento ter-se conhecimento dos reais valores devidos pela Vale S.A., considerando os dados registrados na ANM, relativos aos Processos de Cobranças, nas fases administrativa e/ou judicial. Tais práticas, se confirmadas, demonstram, com clareza inequívoca, que as obrigações firmadas na Concessão de Lavra cedidas à Vale S.A. não estão sendo cumpridas, exigindo atitudes, por parte do Governo Federal, que regularizem tais situações.

Os prejuízos causados aos municípios produtores e afetados são imensuráveis, não permitindo que as políticas públicas básicas possam ser cumpridas, pois a finalidade da CFEM é a compensação pelas atividades minerárias exercidas e, por consequência, a reparação futura, pois trata-se de recurso finito.

Para agravar o cenário, registramos que o cadastro de processos da ANM encontra-se sistematicamente fora do ar, apresentando mensagem com os dizeres “Funcionalidade indisponível no momento” quando da pesquisa a

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Apresentação: 16/08/2023 16:25:20.670 - MES

respeito do contencioso, que impede o provável devedor de resgatar os débitos existentes. Essa ausência de transparência nos impele a direcionar esse Requerimento de Informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, titular do órgão a que a referida agência reguladora está vinculada.

Considerando a importância das informações expostas, solicitamos a esta Casa o encaminhamento deste Requerimento de Informações.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2023.

Deputado **Rodrigo de Castro**
Presidente

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 2087/2023

Autoria: Comissão de Minas e Energia

Destinatário: Ministério de Minas e Energia

Ementa: Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre o contencioso da Vale S.A. relativo aos municípios de Parauapebas-PA, Brumadinho-MG e Mariana-MG.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 29 de agosto de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 2.465, DE 2023
(do Sr. Gilson Marques)

Requer informações complementares ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, em relação às respostas objetos dos RICs n° 516/2023 e n° 1402/2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SEI nº 69530/2023/MF, do Ministério da Fazenda. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de sigiloso, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 2465/2023, de autoria do Deputado Gilson Marques.

Em / /2024

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério da Fazenda, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383902

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383902

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda o presente Requerimento de Informação, com perguntas complementares, tendo em vista as respostas insuficientes e contraditórias apresentadas aos Requerimentos de Informação n° 516 e n° 1402, ambos de 2023.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministro reconhece como importantes para a compreensão dos fatos, solicito que sejam respondidas objetivamente pelo Ministro da Fazenda as demandas que seguem, relacionadas aos seguintes temas: i) Lucros exorbitantes, ii) atendimento ao disposto no § 5º, art. 131, da Lei nº 14.436/2022; e) Sigilo profissional de advogado.

1. LUCROS EXORBITANTES

Considerando a resposta ao RIC n° 1402, de 2023, o Ministro da Fazenda apresentou:

> "24. Destaca-se: **não se trata de uma nova hipótese de materialidade do imposto de exportação com a finalidade de "apropriar" lucros exorbitantes**..." (grifo aditado)

Depreende-se da resposta do Ministro da Fazenda ao RIC n° 1402, de 2023, feita por intermédio de sua assessoria, que a finalidade do imposto de exportação não foi apropriar lucros exorbitantes. Ainda, nessa resposta, o Ministro confirmou que não há base constitucional, nem legal, para essa nova incidência (lucros exorbitantes) do imposto de exportação.

Contudo, em resposta ao RIC n° 516, de 2023, o Ministro expressou inequivocamente, também via assessoria, que **o objetivo da instituição da alíquota positiva para o imposto de exportação sobre petróleo "foi garantir que parcela dos lucros exorbitantes (*windfall profits*)"** fossem apropriados pelo Estado brasileiro. Mais do que isso, acrescentou que "alíquota foi elevada de forma temporária para capturar parcela dos **lucros extraordinários** verificados no setor" (grifo aditado).

Em resumo, o Ministro explicou que criou a incidência do imposto de exportação para combater "lucros exorbitantes", inclusive tendo sido instituída em um cenário conjuntural "de altas cotações para o petróleo".

Enfim, a dois Requerimentos de Informação, em procedimento formal previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, **o Ministro da Fazenda apresentou ao Congresso Nacional respostas antagônicas.**

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Desse modo, por meio deste RIC, garantimos a oportunidade para o Ministro da Fazenda, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, esclarecer e responder conclusivamente:

1.1. Qual das duas respostas é a verdadeira?

2. ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 5º, ART. 131, DA LEI Nº 14.436/2022:

Em resposta à pergunta 10 contida no RIC n° 1402, de 2023, o Ministro da Fazenda apresentou o seguinte impacto aos entes federados, decorrente da MP n° 1163/2023:

3. Segue abaixo a tabela com o impacto estimado da medida com base nas transferências previstas aos entes federativos conforme solicitado no item 10 do requerimento.

(R$ milhões)

Tipo de combustível	Renúncia Estimada para MP 1.163/23	% de Repartição dos Tributos			Perda Estimada por ente da federação		
		União	Estados	Municípios	União	Estados	Municípios
Etanol anidro (Pis Cofins)	-486,20	100,00%	0,00%	0,00%	-486,20	0,00	0,00
Etanol hidratado (Pis Cofins)	-1.155,87	100,00%	0,00%	0,00%	-1.155,87	0,00	0,00
Gasolina A (Pis Cofins)	-3.473,81	100,00%	0,00%	0,00%	-3.473,81	0,00	0,00
Gasolina A (CIDE)	-1.077,15	71,00%	21,75%	7,25%	-764,78	-234,28	-78,09
Querosene Aviação (Pis Cofins)	-153,29	100,00%	0,00%	0,00%	-153,29	0,00	0,00
GNV (Pis Cofins)	-267,29	100,00%	0,00%	0,00%	-267,29	0,00	0,00
Total	**-6.613,61**				-6.301,24	-234,28	-78,09

Fonte de Dados: Agencia Nacional do Petróleo (ANP).

Esse cálculo, entretanto, não consta da Exposição de Motivos nº 26 de 2023, assinada pelo Ministro da Fazenda em 28 de fevereiro de 2023, a despeito da exigência contida no supracitado § 5º do art. 131.

Objetivamente:

2.1. O cálculo desse impacto foi realizado antes ou depois da publicação da Medida Provisória n° 1163, de 2023, no Diário Oficial da União?

2.2. Requer-se a disponibilização do documento registrado no SEI que confirma a data em que este cálculo de impacto foi realizado.

3. SIGILO PROFISSIONAL DO ADVOGADO

Em resposta a Requerimento de Informação fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, **o Ministro da Fazenda negou o acesso às informações e a declarações** do Ministério da Fazenda, inclusive de seus órgãos vinculados, a exemplo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que consubstanciaram e subsidiaram juridicamente a edição da Medida Provisória

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

n° 1163 de 2023, por entender que o acesso a essas informações não é permitido por sigilo profissional do advogado.

3.1. Asseguramos com este presente Requerimento de Informação uma nova oportunidade para o Ministro da Fazenda, definitivamente, apresentar todas as informações e os documentos técnicos e jurídicos que embasaram a edição da supracitada Medida Provisória no âmbito do seu Ministério, mas que ainda não foram apresentados nas respostas aos Requerimentos de Informação anteriores.

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem por objetivo esclarecer e fazer perguntas complementares, tendo em vista as respostas insuficientes e contraditórias do Sr. Ministro da Fazenda aos Requerimento de Informação n° 516 e n° 1402, ambos de 2023. Por essa razão e na qualidade de Deputado Federal, em consonância das atribuições do Poder Legislativo previstas na Constituição Federal de 1988, e com fundamento no art. 50, § 2º, desta Carta Magna, assim como nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito as informações acima discriminadas, com o intuito de agregar insumos e esclarecimentos que permitam a compreensão e a clareza da forma como o Ministério da Fazenda atua em suas decisões de política tributária, em especial em relação à motivação da edição da Medida Provisória n° 1163, de 2023, que instituiu efetivamente o imposto de exportação sobre petróleo.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 2023.

Gilson Marques (NOVO/SC)

Deputado Federal

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 2465/2023

Autoria: Gilson Marques e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer informações complementares ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, em relação às respostas objetos dos RICs n° 516/2023 e n° 1402/2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116, para fins de complementação de informações aos RICs ns. 516/2023 e 1402/2023. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 21 de novembro de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 2.661, DE 2023
(do Sr. Mario Frias)

Solicita ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 33491/AERI/GM-MD, do Ministério da Defesa. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de confidencial, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 2661/2023, de autoria do Deputado Mario Frias.

Em / /2024

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério da Defesa, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383904

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383904

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 31/10/2023 19:35:25.117 - Mesa
RIC n.2661/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2023.

(Do Sr. Deputado **Mario Frias**)

Solicita ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

De acordo com notícias compiladas da grande midia e de redes sociais e portais oficiais de instituições vinculadas ao Governo Federal, obtivemos informações que na data de 30/11, decolou uma aeronave da FAB com destino as proximidades da Faixa de Gaza, com o declarado intuito de entregar doações de alimentos produzidos pelo MST – Movimento Sem Terra, à população civil que reside em Gaza, onde atualmente ocorre conflito armado entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que ocupa aquele espaço geográfico.

Diante desses fatos noticiados, entendemos por bem, solicitar documentos e apresentar os seguintes questionamentos referentes ao tema proposto:

1- Requeremos informações com o envio da Nota Fiscal referente à remessa, a título de doação, de 2 (duas) toneladas de alimentos, da "instituição" MST, ao Governo Federal, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e ou FAB?

2- Requeremos informações com o envio do plano de viagem, da aeronave da FAB, realizados em 30/11, e datas posteriores, até a efetiva resposta desse Requerimento, que tenham o mesmo objetivo de ajuda humanitária para as promidades de Gaza, mais precisamente com destino ao Egito.

3- Requeremos informações sobre qual a aeronave utilizada para tal missão, bem como, relatório de voo, detalhando nominalmente o efetivo militar e civil que compõe a missão e/ou missões que se sucederem até a resposta do presente documento.

CD231225947900 LexEdit

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231225947900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mario Frias

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 31/10/2023 19:35:25.117 - Mesa
RIC n.2661/2023

4- Requeremos, informações com relatório sobre peso e balanceamento da aeronave utilizada para tal missão, no momento de cada decolagem realizada.

5- Requeremos, ainda, informações quanto a planilha de custos da viagem em tela, bem como as que sucederam até a resposta do presente documento.

Importante destacar que informações disponibilizadas no portal de transparência do Governo Federal, não eximem o requerido Ministério de apresentar os dados solicitados, no que requeremos que as informações pedidas sejam precisas e pormenorizadas.

JUSTIFICAÇÃO

Causa-nos grande preocupação a noticia de que aeronaves da FAB estão transportando matarial de doação, tida como alimentos, para a area de conflito internacional, denominada Faixa de Gaza.

São diversos pontos dúbios que nascem desta atuação do Governo Federal. O primeiro deles perfaz sobre a motivação do Governo Brasileiro estar enviando 2 (duas) toneladas de alimentos de terceiros, sendo que os estoques da CONAB estão cheios, podendo então o Governo atuar com ajuda humanitária utilizando os seus estoques.

De outro norte, sabemos que duas toneladas de alimentos, para uma população de 2.2 milhões de pessoas (que vivem na zona de conflito), é uma quantidade infima, que em nada resolve o problema ali apresentado, ao passo que o transporte desse material em gastos de pessoal, combustivel, manutenção de aeronave, entre outros, é muito superior ao gasto para adquirir os alimentos no Egito, exemplificativamente falando.

Ademais, além de possível malversação do erário, o que fere de morte importantes primados da administração pública, no que podemos citar de forma exemplificativa, o principio da impessoalidade que estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégio indevidamente dispensados a particulares e instituições no exercício da função administrativa, inclusive em relação de conflito internacional.

O devido uso do erário, com zelo e responsabilidade é o minimamente esperado pelo gestor público, no que eu como parlamentar tenho o dever/poder de zelar e fiscalizar.

Por essa razão, solicitamos que sejam prestados os devidos esclarecimentos e o envio da documentação solicitada.

LexEdit
CD231225947900

Sala de Sessões, 31 de outubro de 2023.

Deputado **MARIO FRIAS**
PL/SP

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231225947900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mario Frias

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 2661/2023

Autoria: Mario Frias

Destinatário: Ministério da Defesa

Ementa: Solicita ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 21 de novembro de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 3.118, DE 2023
(do Sr. Eduardo da Fonte)

Solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a emissão dos ativos de crédito de descarbonização (CBIO).

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 44/2024/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de sigiloso, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 3118/2023, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte.

Em / /2024

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383891

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383891

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, I, c/c o art. 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES** solicitando os seguintes dados:

1) Qual a participação dos pequenos e médios produtores na produção de matéria-prima destinada à produção de biocombustíveis, indicando o percentual por Estado da Federação?

2) Qual a proporção de matéria-prima utilizada pelos produtores de biocombustível foi produzida pela própria empresa e qual a qual foi adquirida de terceiros, indicando o montante por empresa e por Estado da Federação?

3) Relacionar os produtores de biocombustível (emissores primários) autorizados a emitir CBIOs desde o início do RenovaBio, indicando o número de certificados por empresa e por Estado da Federação.

4) Qual o volume financeiro dos CBIOs desde o início do RenovaBio?

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.576, de 2017, instituiu a Política Nacional de Bicombustíveis (RenovaBio) com o objetivo de ampliar a produção e o uso de biocombustíveis na matriz energética brasileira. O RenovaBio leva em consideração a relação entre a eficiência energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa, visando auxiliar na descarbonização da matriz de transportes brasileira e contribuir para a segurança energética e a previsibilidade do mercado.

Um dos instrumentos para a concretização da RenovaBio é a certificação da produção de biocombustíveis e o Crédito de Descarbonização (CBIO). A participação dos produtores de biocombustíveis (emissores primários) no programa RenovaBio é voluntária. Os produtores que certificam sua produção com base em Análise de Ciclo de Vida (ACV), de acordo com a Resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) nº 758/2018[3].

Conforme a Resolução da ANP acima citada, os produtores são avaliados e recebem notas de eficiência energético-ambiental. Essas notas são multiplicadas pelo volume de biocombustível comercializado que atende aos critérios de elegibilidade do programa, resultando, assim, na quantidade de CBIOs que

[3] https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-758-2018-regulamenta-a-certificacao-da-producao-ou-importacao-eficiente-de-biocombustiveis-de-que-trata-o-art-18-da-lei-no-13-576-de-26-de-dezembro-de-2017-e-o-credenciamento-de-firmas-inspetoras?origin=instituicao&q=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20ANP%20n%C2%BA%20758/2018

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

determinado produtor poderá emitir e negociar no mercado, respeitando o estabelecido pelo Ministério das Minas e Energia, na Portaria MME nº 419/2019[4].

O ativo ambiental CBIO equivale a uma tonelada de carbono. No caso do etanol, as empresas com menor intensidade de carbono precisam de cerca de 650 litros do biocombustível para gerar um CBio.

A definição da quantidade de **crédito de descarbonização por tipo de biocombustível** considera o volume produzido importado ou comercializado pelo emissor primário. A aquisição da CBIO é compulsória para os distribuidores e é definida de acordo com as metas de descarbonização anuais.

O registro do crédito de descarbonização é feito inicialmente na **Plataforma CBIO. Depois do registro,** o emissor primário **do CBIO** solicita a sua emissão por uma instituição financeira denominada escrituradora.

Após a emissão, a escrituradora irá ofertar a venda do CBIO na plataforma de negociação da Bolsa de Valores (**B3**). Trata-se, portanto, de um título negociável na B3 que estimula que a produção de biocombustíveis no Brasil.

De acordo com a regulamentação, as metas individuais dos produtores de biocombustível são definidas em unidades de CBIOs, que devem ser comprados pelos distribuidores e "aposentados", ou seja, retirados em definitivo de circulação do mercado, até 31 de março do ano seguinte para comprovação do cumprimento da meta que lhes foram atribuídas pela ANP.

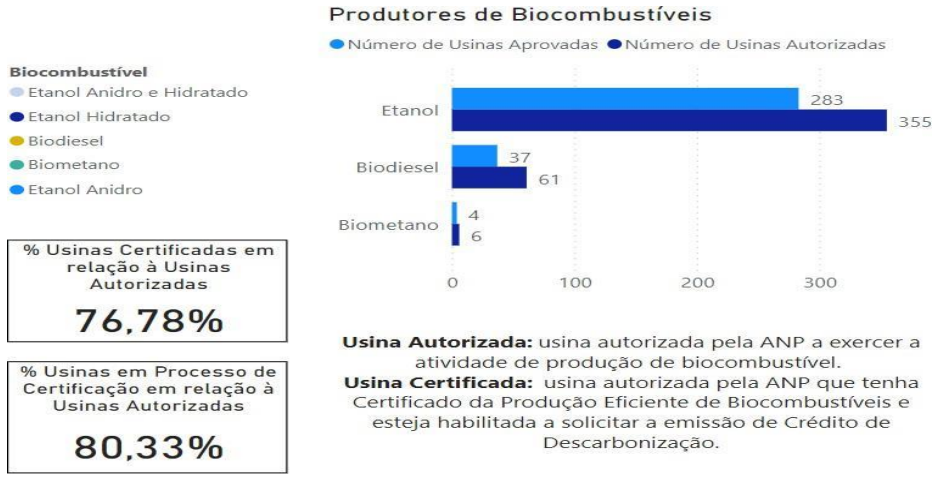
A Agência fixa uma meta anual de descarbonização para cada distribuidor de combustível fóssil. calculada com base na proporção de combustíveis fósseis que comercializa. Fixada a meta, a ANP obriga essas distribuidoras a adquirir os CBIOs necessários para atingir as metas estabelecidas individualmente.

Segundo dados da ANP, em 2022, eram aproximadamente 324 processos e certificações de CBIOs, assim divididas por Estado da Federação:[5]

[4] https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-419-de-20-de-novembro-de-2019-228863910
[5]https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmY2MDllOTgtNWRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhIiwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTI0YTYtNGI0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzkxMyJ9

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Especificamente em relação ao número de unidades produtoras de biocombustíveis no Brasil, conforme a ANP, são os seguintes os dados referentes às usinas autorizadas (que possuem autorização para produzir) e às certificadas (autorizadas a solicitar a emissão de CBIOs):[6]



O MME informa que a meta do RenovaBio para 2023 é a emissão de 37,47 milhões de CBIOs e que o balanço de 2022 apontou os seguintes números:[7]

- Meta: 35,98 milhões de CBIOs;
- CBIOs emitidos: 31,23 milhões;
- CBIOs disponíveis (emitidos+estoque): 41,67 milhões;
- CBIOS aposentados até 31 de dezembro de 2022*: 16,82 milhões;

[6] https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmY2MDllOTgtNWRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhIiwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTI0YTYtNGI0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzkxMyJ9

[7] https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/renovabio-1/balanco-renovabio

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

- Valor médio do CBIO: R$ 111,63; e
- Volume financeiro: R$ 3,4 bilhões.

Um dado importante a considerar é que o valor do CBIO e o volume financeiro tem experimentado um aumento considerável entre 2020 e 2022, conforme aponta o MME:[5]

Ano	CBIOs emitidos	Valor médio do CBIO	Volume financeiro
2020	18,50 milhões	R$ 43,66	R$ 650,3 milhões
2021	30,88 milhões	R$ 39,31	R$ 1,17 bilhões
2022	31,23 milhões	R$ 111,63	R$ 3,4 bilhões

Há no nosso entendimento uma distorção no RenovaBio que precisa ser corrigida e o acesso aos dados solicitados irá permitir o melhor entendimento do problema.

É indiscutível a importância do RenovaBio para o Brasil e para o meio-ambiente global. É importante que as usinas e os demais membros da indústria do biocombustível continuem podendo emitir e negociar os CBIOs pelo etanol fabricado.

No entanto é preciso entender que a matéria prima utilizada pela indústria do biocombustível é proveniente, majoritariamente, de pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar e de outros tipos de biomassa.

É uma distorção, sobretudo porque somente a indústria é beneficiada pela emissão do CBIO, muito embora sejam os produtores rurais da matéria prima que retiram CO2 da atmosfera, através do

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

processo da fotossíntese, e que permitem às usinas produzir biocombustível. A renda gerada pelos CBIOs deve ser compartilhada com os produtores de matéria prima, por uma questão de justiça.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2023.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 3118/2023

Autoria: Eduardo da Fonte

Destinatário: Ministério de Minas e Energia

Ementa: Solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a emissão dos ativos de crédito de descarbonização (CBIO).

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 3.122, DE 2023
(do Sr. Roberto Monteiro Pai)

Solicita informações ao Ministério da Defesa quanto às denuncias de que o Exército Brasileiro, em conjunto com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, teria negociado a devolução de armas de fogo outrora desviadas daquela instituição.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 2305/AERI/GM-MD, do Ministério da Defesa. Encaminhamento de envelope fechado, com a indicação de confidencial, contendo documentos com esclarecimentos em resposta ao Requerimento de Informação n. 3122/2023, de autoria do Deputado Roberto Monteiro Pai.

Em / /2024

Dê-se vista do conteúdo sigiloso encaminhado pelo Ministério da Defesa, sem extração de cópias, nos termos do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 98, § 5º, do RICD e do art. 20 do Ato da Mesa n. 45/2012. Cientifique-se o Deputado da responsabilidade legal pela manutenção do sigilo dos documentos sigilosos de que tome conhecimento, a teor do parágrafo único do art. 12 da Resolução n. 29/1993, do art. 25, § 2º, da Lei n. 12.527/2011 e dos arts. 20, § 2º, e 28, IV, § 1º, I, e § 2º, do Ato da Mesa n. 45/2012.

Publique-se. Arquive-se, observadas as cautelas legais.

ARTHUR LIRA
Presidente

2383995

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2383995

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Defesa quanto às informações que visam apurar denúncias veiculadas na imprensa de que Exército Brasileiro teria negociado com traficantes, em conjunto com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a devolução de armas de fogo outrora desviadas do arsenal do Exército Brasileiro:

1. Especificamente quantas armas de fogo foram desviadas ou de qualquer outro modo não regular deixaram de estar em posse das Forças Armadas Brasileiras – Marinha, Força Aérea e Exército, nos últimos 20 anos? Pede-se detalhar por força militar de origem, Unidade Federativa onde ocorreu o extravio, modelo do armamento extraviado, ano do ocorrido, se foram ou não recuperadas, em sendo recuperadas, quando foram recuperadas, quais foram recuperadas e em que Unidade Federativa ocorreu à recuperação.

2. Quanto ao extravio ocorrido em setembro de 2023 na unidade de Barueri – SP a que faz menção a notícia[8], qual a(s) falha(s) que contribuíram para o extravio?

3. Indique especificamente quais armamentos foram extraviados nesta ocasião, com indicação de modelo e especificações técnicas quanto à capacidade, dimensão e peso individual e fotografias, das armas de fogo extraviadas e na impossibilidade de outras do mesmo modelo.

4. Qual o valor monetário, ainda que estimado, das armas de fogo extraviadas?

5. A notícia, cujo *link* segue no item "2", indica que o Comando Militar do Sudeste informou que as armas extraviadas não eram funcionais. É possível que tal armamento seja recuperado, ainda que de modo artesanal, e volte a ser operacional?

[8] https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/13/metralhadoras-do-exercito-que-podem-derrubar-aeronaves-sao-furtadas-de-base-militar-em-barueri-grande-sp.ghtml

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

6. Houve falha humana – militares falharam com seu dever, falha tecnológica – câmeras de vigilância não funcionaram adequadamente, e/ou falha de procedimento – os procedimentos de segurança mostraram-se insuficientes para a devida proteção, ainda que seguidos corretamente?

7. Quantos militares foram responsabilizados pelo extravio, informando suas patentes ou graduações, grau de participação no extravio – se ativo ou omissivo – e punições aplicadas se for o caso, e não sendo o caso, de punições aplicáveis após o fim da apuração.

8. Houve modificações nas regras de segurança dos locais de cautela de armas de fogo? Se sim, quais?

9. Especificamente que medidas da alçada do Exército Brasileiro e do Poder Executivo Federal foram tomadas para recuperação das armas de fogo extraviadas?

10. Notícias apontam[9] que houve negociação entre o Exército Brasileiro e a Polícia Civil e membros da facção criminosa: "*O inspetor disse que, alinhado com o Exército, usou uma tática de contrainformação*". Tal negociação ocorreu?

11. Em caso positivo, tal procedimento encontra amparo junto às formas regulares de atuação do Exército Brasileiro?

12. Em caso negativo, foi aberto procedimento de apuração da informação a fim de que se verifique se algum militar colaborou com tal negociação, ainda que em desacordo com as regras procedimentais do Exército Brasileiro?

13. Se sim ao item anterior, especificar qual procedimento, se concluído ou em curso, em caso concluído qual a conclusão, em caso ainda em apuração qual a punição cabível em abstrato. Em caso negativo, justificar.

14. Especificamente como foi a coordenação do Exército Brasileiro com os órgãos de segurança federais, estaduais e municipais, para troca de informações na busca das armas de fogo extraviadas?

---

11 https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/exercito-e-pcrj-negociaram-com-traficantes-devolucao-de-armas-roubadas

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

15. Qual foi, especificamente, a atuação da Polícia Federal no caso em comento?

16. Qual foi especificamente a atuação da Polícia Rodoviária Federal no caso em comento?

17. Todas as armas de fogo extraviadas da unidade de Barueri, indicadas no *link* do item 2 foram recuperadas? Em caso negativo, quais ainda não foram recuperadas e quais as ações realizadas para este fim?

JUSTIFICATIVA

Foi noticiado pela imprensa[10], em outubro de 2023 o extravio de dezenas de armas de unidade do Exército Brasileiro. Após semanas do fato, diversas notícias apontavam para recuperação parcial das armas de fogo outrora extraviadas.

Ocorre que recentemente, notícia baseada no depoimento de um policial civil do estado do RJ informou que houve uma espécie de negociação do Exército Brasileiro e Polícia Civil do RJ com integrante de facção criminosa visando devolução de parte das armas[11].

O presente Requerimento de Informações se justifica em consequência do resguardo da segurança pública, com armas sendo extraviadas para a posse de agentes criminosos, bem como, a aparente inadequada estratégia de recuperação das referidas armas de fogo.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2023.

Roberto Monteiro Pai
Deputado Federal

[10] https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/13/metralhadoras-do-exercito-que-podem-derrubar-aeronaves-sao-furtadas-de-base-militar-em-barueri-grande-sp.ghtml
[11] https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/exercito-e-pcrj-negociaram-com-traficantes-devolucao-de-armas-roubadas

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 3122/2023

Autoria: Roberto Monteiro Pai

Destinatário: Ministério da Defesa

Ementa: Solicita informações ao Ministério da Defesa quanto às denuncias de que o Exército Brasileiro, em conjunto com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, teria negociado a devolução de armas de fogo outrora desviadas daquela instituição.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 84, DE 2024
(do Sr. Marcos Pollon)

Requer informações ao Ministro de Estado Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre as saídas temporárias no Natal e o indulto Natalino.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 84/2024

Autor: Marcos Pollon

Data da Apresentação: 06/02/2024

Ementa: Requer informações ao Ministro de Estado Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre as saídas temporárias no Natal e o indulto Natalino.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387932

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387932

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387932

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 06/02/2024 20:38:28.837 - Mesa
RIC n.84/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. **Marcos Pollon**).

Requer informações ao Ministro de Estado Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre as saídas temporárias no Natal e o indulto Natalino.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.ª, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações sobre as saídas temporárias no Natal e o indulto Natalino, em especial:

1. Quantidade de detentos que foram beneficiados com a saída temporária de Natal?
2. Quantidade de detentos beneficiados com a saída temporária de Natal que não regressaram ao cárcere?
3. Quantidade de detentos beneficiados com o Indulto Natalino?
4. Quantidade de detentos que após beneficiados com o Indulto Natalino tiveram sua pena extinta?
5. Dos detentos que tiveram sua pena extinta, quais os crimes em espécie cometidos?

LexEdit
CD249833465600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249833465600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 06/02/2024 20:38:28.837 - Mesa
RIC n.84/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICATIVA

O requerimento em tela visa obter informações pertinentes a concessão de saídas temporárias de Natal e Indulto Natalino a detentos, com o objetivo de promover a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre as políticas penitenciárias em vigor.

Primeiramente, é fundamental obter dados sobre a quantidade de detentos que foram beneficiados com a saída temporária de Natal, bem como a quantidade dentre esses que não regressaram ao cárcere dentro do prazo estabelecido. Essas informações são indispensáveis para compreendermos a eficácia desse tipo de benefício e seu impacto na segurança pública.

Além disso, ter conhecimento também sobre o número de detentos beneficiados com o Indulto Natalino, assim como a quantidade daqueles que, após serem contemplados com esse indulto, tiveram suas penas extintas. É de interesse público compreendermos o alcance e as consequências dessas medidas de clemência em relação à reincidência criminal e à segurança da população.

Adicionalmente, é necessário ter informações detalhadas sobre os crimes cometidos pelos detentos que tiveram suas penas extintas após o Indulto Natalino. Conhecer os tipos de crimes em questão é essencial para avaliarmos os impactos da política de indultos sobre a segurança pública e para subsidiar possíveis revisões legislativas nessa área.

O presente Requerimento se sedimenta na legalidade da transparência de informações entre os poderes, um princípio fundamental da democracia e do Estado de Direito. A população tem o direito de conhecer as políticas públicas em vigor e de acompanhar sua eficácia e seus resultados.

Além disso, é necessário demonstrar que a política de saídas temporárias e indultos vai contra a segurança pública da população, por abrandar a punição de criminosos, dando a entender que o crime compensa. Dados estatísticos demonstram que uma parcela significativa dos detentos beneficiados não regressa ao cárcere e voltam a praticar crimes, o que reforça a necessidade de avaliar e possivelmente revisar essas políticas.

Por fim, a ineficácia das penas é uma preocupação legítima, pois a reincidência criminal representa um desafio constante para o sistema de justiça criminal. É essencial que

LexEdit
CD249833465600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249833465600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 06/02/2024 20:38:28.837 - Mesa
RIC n.84/2024

políticas penitenciárias sejam avaliadas e ajustadas com base em evidências e dados concretos, a fim de garantir a segurança da população e promover a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos o apoio dos nobre colegas, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções que garantam uma atuação firme, porém justa e respeitosa, por parte desta Casa de Leis sobre a atual Política de Segurança Pública.

Sala das sessões, em 06 de fevereiro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

LexEdit
CD249833465600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249833465600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 84/2024

Autoria: Marcos Pollon

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer informações ao Ministro de Estado Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre as saídas temporárias no Natal e o indulto Natalino.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 87, DE 2024
(do Sr. Márcio Honaiser)

Requer ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a apresentação de estimativa de impacto financeiro e orçamentário e sugestão de medida de compensação de alteração legislativa que disponha que não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família, o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência e a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 87/2024

Autor: Márcio Honaiser

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a apresentação de estimativa de impacto financeiro e orçamentário e sugestão de medida de compensação de alteração legislativa que disponha que não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família, o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência e a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

2387934

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387934

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387934

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. MÁRCIO HONAISER)

Requer ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a apresentação de estimativa de impacto financeiro e orçamentário e sugestão de medida de compensação de alteração legislativa que disponha que não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família, o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência e a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao impacto financeiro e orçamentário, bem como medidas de compensação, de projeto de lei que disponha que não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família, o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

pessoa com deficiência e a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

JUSTIFICAÇÃO

Dispõe a Constituição que deve ser garantido um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência ou idosas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (CF, art. 203, V).

Durante muitos anos, a regulamentação desse dispositivo considerou como incapazes de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família as pessoas idosas ou com deficiência com renda familiar per capita de até ¼ salário mínimo, critério que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.[1]

Assim, de forma acertada, este Parlamento aprovou, por meio da Lei nº 14.176, de 2021, a flexibilização do referido critério, que poderá chegar a ½ salário mínimo por pessoa (art. 20-B da Lei nº 8.742, de 1993).

Além disso, o benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até um salário mínimo concedido a idoso acima de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência não serão computados, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda familiar (art. 20, § 14, da Lei nº 8.742, de 1993).

A desconsideração dessas rendas, no entanto, não é suficiente, considerando que muitas pessoas idosas e com deficiência têm familiares que recebem uma renda de benefício previdenciário um pouco superior ao salário mínimo, atualmente fixado em R$ 1.320,00, e que não é desconsiderada para apuração da renda familiar para a concessão do BPC. O fundamento para a desconsideração dos benefícios no valor de até um salário

[1] Recurso Extraordinário nº 580.963, Relator Ministro Gilmar Mendes.

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

mínimo é que eles são utilizados, em sua integralidade, para o custeio das despesas do próprio beneficiário, não podendo ser utilizada essa renda como possível fonte de subsistência de outros requerentes do BPC. Embora isso seja verdadeiro, o fenômeno não se limita às rendas de até um salário mínimo, nem aos benefícios previdenciários ou ao BPC, mas também às remunerações do trabalho.

A fim de fazer justiça aos requerentes do BPC, pretendemos apresentar o presente projeto de lei (em anexo), a fim de aumentar o limite máximo de benefícios cujo valor deve ser desconsiderado para apuração da renda familiar, de um salário mínimo (atualmente R$ 1.320,00) para R$ 1.500,00. Além disso, propomos que também seja desconsiderada a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no mesmo limite, o qual deverá ser reajustado pelos mesmos índices de correção aplicados ao salário mínimo.

Ocorre que o art. 131 e os seguintes da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente (Lei nº 14.436/2022 - LDO 2023) estabelecem que as proposições legislativas que importem aumento de despesa da União devem ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes e de apresentação de medida de compensação por meio de aumento de receita ou redução de despesas.

Para o cumprimento do disposto na legislação financeira, o § 2º do art. 131 da LDO 2023 confere ao Poder Legislativo a prerrogativa de requerer a elaboração dos cálculos necessários à estimativa do referido impacto, os quais devem ser apresentados no prazo de 60 dias.

Por tais razões, apresentamos este requerimento, em que solicitamos ao Poder Executivo que seja **elaborada a estimativa de impacto financeiro e orçamentário e sugerida medida de compensação,** relativamente à minuta de projeto de lei anexa.

Sala das Sessões, em 07 de Fevereiro de 2024.

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

4

Deputado MÁRCIO HONAISER

2023-17310

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

PROJETO DE LEI Nº 5455, DE 2023

(Do Sr. MÁRCIO HONAISER)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para excluir do cálculo da renda familiar para a concessão do benefício de prestação continuada a pessoas idosas e com deficiência os benefícios previdenciários e remuneração no valor de até R$ 1.500,00 mensais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 14 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.....

.....

§ 14 Não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família:

I - o benefício de prestação continuada;

II - o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou a pessoa com deficiência;

III – a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

..... " (NR)

Art. 2º Os valores de que tratam os incisos II e III do § 14 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados à correção do salário mínimo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

JUSTIFICAÇÃO

Dispõe a Constituição que deve ser garantido um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência ou idosas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (CF, art. 203, V).

Durante muitos anos, a regulamentação desse dispositivo considerou como incapazes de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família as pessoas idosas ou com deficiência com renda familiar per capita de até ¼ salário mínimo.

Como se sabe, esse critério veio a ser considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista "notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro)."[1]

De fato, o critério de ¼ do salário mínimo por pessoa exclui do benefício de prestação continuada muitas pessoas idosas e com deficiência que efetivamente não podem ter sua subsistência mantida por elas mesmas ou por suas famílias. Assim, de forma acertada, esse Parlamento aprovou, por meio da Lei nº 14.176, de 2021, a flexibilização do referido critério, que poderá chegar a ½ salário mínimo por pessoa, considerando diversos fatores, como grau da deficiência, a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária e o comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos médicos, tratamentos de saúde, fraldas, alimentos especiais e medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente, desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida (art. 20-B da Lei nº 8.742, de 1993).

Além disso, o benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até um salário mínimo concedido a idoso acima de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência não serão computados, para fins

[1] Recurso Extraordinário nº 580.963, Relator Ministro Gilmar Mendes.

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda familiar (art. 20, § 14, da Lei nº 8.742, de 1993).

A desconsideração dessas rendas, no entanto, é insuficiente, dado que muitas pessoas idosas e com deficiência têm familiares que recebem uma renda de benefício previdenciário um pouco superior ao salário mínimo, atualmente fixado em R$ 1.320,00, e que não é desconsiderada para apuração da renda familiar para a concessão do BPC. O fundamento para a desconsideração dos benefícios no valor de até um salário mínimo é que eles são utilizados, em sua integralidade, para o custeio das despesas do próprio beneficiário, não podendo ser utilizada essa renda como possível fonte de subsistência de outros requerentes do BPC. Embora isso seja verdadeiro, o fenômeno não se limita às rendas de até um salário mínimo, nem aos benefícios previdenciários ou ao BPC, mas também às remunerações do trabalho.

A fim de fazer justiça aos requerentes do BPC, portanto, apresentamos o presente projeto de lei, a fim de aumentar o limite máximo de benefícios cujo valor deve ser desconsiderado para apuração da renda familiar, de um salário mínimo (atualmente R$ 1.320,00) para R$ 1.500,00. Além disso, propomos que também seja desconsiderada a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no mesmo limite, o qual deverá ser reajustado pelos mesmos índices de correção aplicados ao salário mínimo.

As famílias de baixa renda estão sujeitas a inúmeras despesas, como pagamento de aluguel, alimentação, vestuário, contas de água e luz, transporte, medicamentos, entre inúmeras outras. Esses encargos são ainda maiores para as famílias de baixa renda que tenham pessoas idosas e com deficiência entre seus componentes. O aumento do limite de renda de benefício que deve ser desconsiderada para apuração da renda familiar bem como a inclusão das remunerações decorrentes do trabalho poderão proporcionar a inclusão social de muitas pessoas idosas e com deficiência que estão atualmente em situação de vulnerabilidade e que não gozam da necessária proteção por meio do BPC.

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 10:38:00.603 - MESA
RIC n.87/2024

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente Projeto de Lei, a fim de fazer justiça às pessoas idosas e com deficiência e seus familiares.

Sala das Sessões, em 09 de Novembro de 2023.

Deputado MÁRCIO HONAISER

2023-17310

LexEdit
CD245579786400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245579786400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 87/2024

Autoria: Márcio Honaiser

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a apresentação de estimativa de impacto financeiro e orçamentário e sugestão de medida de compensação de alteração legislativa que disponha que não serão computados, no cálculo da renda a que se refere o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a pessoa idosa ou com deficiência da mesma família, o benefício previdenciário no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência e a remuneração de trabalho de cônjuge do requerente do benefício de prestação continuada, no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 88, DE 2024
(do Sr. Joaquim Passarinho)

Requer Informação sobre Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC).

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 88/2024

Autor: Joaquim Passarinho

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer Informação sobre Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC).

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387935

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387935

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387935

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda quanto ao cronograma e plano de trabalho de cada um dos 19 Grupos de Técnicos do PAT-RTC, incluindo a data prevista para a apresentação das minutas finais dos anteprojetos de leis complementares. Requeiro ainda informações acerca da participação da sociedade civil ou de parlamentares como ouvintes nas reuniões dos GTs.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de informação busca garantir aos parlamentares subsídios técnicos a respeito do desenvolvimento dos trabalhos do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo, a fim de promover transparência e possibilidade de defesa dos interesses dos cidadãos.

Está previsto, de acordo com o item III do Art 6 da portaria MF nº 34, de 11 de janeiro de 2024, “propor e validar seus cronogramas de trabalho, observado o cronograma geral proposto pela Comissão de Sistematização”. Logo, requeremos que o Ministério divulgue tais cronogramas o mais breve possível.

O grupo reunido para elaborar os projetos de Leis Complementares que regulamentarão a Reforma Tributária é composto exclusivamente por membros representantes do Governo Federal, dos estados e municípios, sendo a maioria de seus membros parte da Receita Federal. Desse modo, entendemos que não há representatividade daqueles que são mais impactados com o novo regime tributário, ou seja, os contribuintes.

Portanto, é evidente a necessidade de inclusão da sociedade civil no processo de regulamentação da Reforma Tributária, dado que essa impacta diretamente o bem-estar de todos os brasileiros. Se não possível a participação como contribuintes de sugestões técnicas, que seja possível no mínimo o acompanhamento das discussões como ouvintes.

Como presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), registro aqui a solicitação formal ao Ministério da Fazenda de convite da frente parlamentar para acompanhamento dos trabalhos dos GTs, como previsto no § 12 do Art 7 da portaria MF nº 34, de 11 de janeiro de 2024, “Os Grupos Técnicos poderão convidar participantes do Ministério da Fazenda, de outros órgãos e entidades, públicos e privados, e especialistas para contribuir para a discussão de assuntos específicos, sem direito a voto”.

Dessa forma, requere-se que o Ministro da Fazenda apresente as informações solicitadas, tanto o cronograma de atuação dos Grupos de Trabalho, quanto a possibilidade de acompanhamento e participação das reuniões, com o propósito de oportunizar a transparência e lisura ao processo de regulamentação da Reforma Tributária.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2024

Deputado Joaquim Passarinho
PL/PA

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 88/2024

Autoria: Joaquim Passarinho

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer Informação sobre Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC).

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 89, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Pernambuco, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 89/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Pernambuco, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387936

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387936

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387936

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Pernambuco, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 89/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Pernambuco, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 90, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Roraima, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 90/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Roraima, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387937

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387937

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387937

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Roraima, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 90/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Roraima, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 91, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Paraíba, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 91/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Paraíba, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387938

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387938

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387938

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado da Paraíba, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 91/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Paraíba, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 92, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Espírito Santo, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 92/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Espírito Santo, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387939

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387939

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387939

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Espírito Santo, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 92/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Espírito Santo, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 93, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Goiás, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 93/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Goiás, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387941

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387941

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387941

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Goiás, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 93/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Goiás, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 94, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 94/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387942

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387942

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387942

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Minas Gerais, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 94/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 95, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Acre, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 95/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Acre, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387943

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387943

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387943

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Acre, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 95/2024

Autoria:	Sóstenes Cavalcante
Destinatário:	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ementa:	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Acre, no ano de 2023.
Despacho	O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 96, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Piauí, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 96/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Piauí, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387944

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387944

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387944

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Piauí, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 96/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Piauí, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 97, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Rondônia, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 97/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Rondônia, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387945

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387945

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387945

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Rondônia, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 97/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Rondônia, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 98, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca dos cortes no Programa Bolsa Família.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 98/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca dos cortes no Programa Bolsa Família.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387946

2387946

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387946

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes aos cortes no Programa Bolsa Família, para o ano de 2024.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários retirados do cadastro único, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor que cada beneficiário excluído deixará de receber em 2024.
3) Relatório com a explicação técnica do motivo para os cortes efetuados.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 98/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca dos cortes no Programa Bolsa Família.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 99, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Paraná, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 99/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Paraná, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387947

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387947

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387947

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Paraná, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 99/2024

Autoria:	Sóstenes Cavalcante
Destinatário:	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ementa:	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Paraná, no ano de 2023.
Despacho	O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 100, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Maranhão, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 100/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Maranhão, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387948

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387948

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387948

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Maranhão, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 100/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Maranhão, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 101, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amapá, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 101/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amapá, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387913

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387913

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387913

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Amapá, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 101/2024

Autoria:	Sóstenes Cavalcante
Destinatário:	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ementa:	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amapá, no ano de 2023.
Despacho	O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 102, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Distrito Federal, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 102/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Distrito Federal, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387914

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387914

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387914

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Distrito Federal, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 102/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Distrito Federal, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 103, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Ceará, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 103/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Ceará, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387915

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387915

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387915

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Ceará, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 103/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Ceará, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 104, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Tocantins, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 104/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Tocantins, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387916

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387916

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387916

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Tocantins, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 104/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Tocantins, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 105, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Santa Catarina, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 105/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Santa Catarina, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387918

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387918

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387918

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Santa Catarina, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 105/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Santa Catarina, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 106, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de São Paulo, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 106/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de São Paulo, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387822

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387822

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387821

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de São Paulo, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 106/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de São Paulo, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 107, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 107/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387823

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387823

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387821319

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 107/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 108, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Bahia, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 108/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Bahia, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387824

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387824

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387821422

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado da Bahia, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 108/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado da Bahia, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 109, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amazonas, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 109/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amazonas, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387825

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387825

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387825

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Amazonas, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 109/2024

Autoria:	Sóstenes Cavalcante
Destinatário:	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ementa:	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Amazonas, no ano de 2023.
Despacho	O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 110, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Alagoas, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 110/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Alagoas, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387826

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387826

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387826

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Alagoas, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 110/2024

Autoria:	Sóstenes Cavalcante
Destinatário:	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ementa:	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Alagoas, no ano de 2023.
Despacho	O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 111, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 111/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387827

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387827

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387827

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 111/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 112, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 112/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387828

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387828

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387821834

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 112/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 113, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Pará, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 113/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Pará, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387829

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387829

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387821

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Pará, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 113/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Pará, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 114, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 114/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387830

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387830

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 114/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 115, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Sergipe, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 115/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Sergipe, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387831

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387831

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado de Sergipe, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 115/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado de Sergipe, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 116, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso, no ano de 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 116/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso, no ano de 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387832

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387832

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome pedido de informações referentes ao Programa "Novo Bolsa Família", no Estado do Mato Grosso, no ano de 2023.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Quantidade de Beneficiários, discriminados por nome e em listagem simples.
2) Relatório específico, por município, com nome, CPF e valor recebido por cada beneficiário durante o ano de 2023.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 116/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca do Programa Bolsa Família, no Estado do Mato Grosso, no ano de 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 117, DE 2024
(da Srª. Erika Kokay)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a doação de câmeras corporais pelo governo dos Estados Unidos da América à Polícia Rodoviária Federal

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 117/2024

Autor: Erika Kokay

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a doação de câmeras corporais pelo governo dos Estados Unidos da América à Polícia Rodoviária Federal

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387833

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387833

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 13:21:16.127 - Mesa
RIC n.117/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Informação nº _____/2024
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a doação de câmeras corporais pelo governo dos Estados Unidos da América à Polícia Rodoviária Federal

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com os artigos. 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que sejam requeridas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública os seguintes questionamentos acerca das câmeras corporais cedidas pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) à Polícia Rodoviária Federal (PRF), conforme noticiado pela Agência Brasil, em 09/11/2023:

1. Quem são os entes que estão cedendo os equipamentos? Trata-se de empresa privada ou de um órgão ou instância pertencente ao governo dos EUA?

2. Qual o instrumento jurídico pelo qual tais equipamentos estão sendo cedidos para esse ministério e para a Polícia Rodoviária Federal? Nesse instrumento jurídico estão presentes previsões de algum tipo de contrapartida por parte do MJSP ou da PRF? Quais obrigações estão sendo assumidas pelo MJSP e/ou pela PRF para obter a cessão dos equipamentos?

3. As câmeras corporais a serem cedidas contarão com soluções integradas de armazenamento e custódia das imagens captadas? Em caso positivo, encontra-se garantido o acesso exclusivo às imagens e aos seus conteúdos apenas para autoridades brasileiras?

4. No que tange ao item anterior, foram analisadas, satisfatoriamente, possíveis questões relativas à segurança e à soberania nacional?

JUSTIFICAÇÃO

Não restam dúvidas que a adoção do modelo de câmeras corporais para o uso dos profissionais da segurança pública trouxe resultados efetivos. Uma pesquisa da

LexEdit
CD248362156000

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248362156000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 07/02/2024 13:21:16.127 - Mesa
RIC n.117/2024

Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) deu conta que as companhias da Polícia Militar (PM) paulista que adotaram a tecnologia reduziram em 57% o número de mortes em decorrência da intervenção policial, e que a efetividade do trabalho da Polícia não foi diminuída. Além do mais, houve aumento nos registros de ocorrência de violência contra a mulher e de violência doméstica, creditado, segundo especialistas, ao poder que a câmera corporal tem de produzir provas. Trata-se, sobretudo, de um importante instrumento de transparência e de proteção da população, inclusive dos próprios profissionais da segurança pública.

Ciente de que tal transparência também precisa ser aplicada aos processos de aquisição destes equipamentos, requisitamos informações sobre a doação ao Ministério da Justiça de 400 câmeras corporais- 200 delas para o uso da Polícia Rodoviária Federal (PRF)- por parte do governo dos Estados Unidos, através do Escritório de Assuntos de Aplicação da Lei Internacional de Narcóticos, do Departamento de Estado norte-americano.

Consultada pela Agência Brasil, para reportagem publicada em 09/11/2023, a PRF informou que a gestão e o armazenamento dos conteúdos registrados pelas 200 câmeras ficarão sob a responsabilidade da empresa que fornece os equipamentos, cujo nome não foi revelado. É fundamental que o processo sobre como se deram as doações seja o mais transparente possível, sem que haja espaço para qualquer dúvida.

De acordo com informações trazidas ao nosso conhecimento, a testagem dos equipamentos doados está em vias de ser iniciada na PRF. A necessidade de transparência se faz urgente considerando o respeito à soberania nacional. Em face do exposto, e considerando a justeza do pleito, solicitamos respostas por parte do Ministério da Justiça acerca das questões inicialmente elencadas.

Sala das Sessões, _____de _____2024.

Dep. Erika Kokay

LexEdit
CD248362156000

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248362156000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 117/2024

Autoria: Erika Kokay

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a doação de câmeras corporais pelo governo dos Estados Unidos da América à Polícia Rodoviária Federal

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 118, DE 2024
(do Sr. Gilson Marques)

Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad sobre a contratação de serviços da Receita Federal exclusivamente com o SERPRO.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 118/2024

Autor: Gilson Marques

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad sobre a contratação de serviços da Receita Federal exclusivamente com o SERPRO.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387834

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387834

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831453

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, a presente solicitação de esclarecimentos referente à contratação exclusiva, pela Receita Federal, dos serviços de automação de dados pela empresa pública SERPRO.

Com o intuito de orientar a requisição, apresento as seguintes demandas, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Fazenda considere relevantes para a compreensão dos fatos. O objetivo central deste requerimento é obter esclarecimentos sobre as implicações do monopólio conferido ao SERPRO, especialmente no que se refere à concorrência no setor, aos custos para os contribuintes e ao possível impacto no avanço tecnológico do segmento. Além disso, visa compreender porque o SERPRO alega custos operacionais ao cobrar dos contribuintes por serviços e informações fiscais que ele tem acesso devido a um contrato monopolista justamente com a detentora desses dados: a Receita Federal.

Solicito as seguintes informações:

1. Detalhes sobre os termos do contrato ou acordo que confere ao SERPRO o monopólio dos serviços de automação de dados da Receita Federal.

2. Informações sobre como a Receita Federal avalia a eficiência e eficácia dos serviços prestados pelo SERPRO em comparação com outras alternativas disponíveis no mercado.

3. Dados sobre o custo anual para o contribuinte referente aos serviços prestados pelo SERPRO à Receita Federal, discriminando eventuais custos adicionais ou taxas.

4. Avaliação do impacto desse monopólio na concorrência no setor de automação de dados e quais medidas estão sendo adotadas para fomentar a competição e a inovação tecnológica.

5. Informações sobre planos ou iniciativas que visam modernizar e aprimorar a prestação de serviços de automação de dados da Receita Federal, considerando as tendências tecnológicas do setor.

6. Quais são os custos da Receita Federal para contratar os serviços do SERPRO, e qual valor é cobrado pelo SERPRO para prestar serviços aos contribuintes? Essa pergunta decorre do fato de que as informações fiscais objeto desses serviços são franqueadas gratuitamente ao SERPRO devido ao acesso sob o abrigo de um contrato monopolista com a Receita Federal, que legalmente é a competente para guardar esses dados.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

7. Quais são os mecanismos de controle e auditoria que garantem a segurança e a confiabilidade dos dados da Receita Federal?

8. Quais são os riscos de diminuição da segurança e da confiabilidade dos dados da Receita Federal em caso de abertura do mercado à concorrência?

9. Quais são as políticas do SERPRO para a adoção de novas tecnologias?

10. Quais são os benefícios potenciais da abertura do mercado à concorrência para o setor de tecnologia da informação no Brasil?

Acredito que essas informações são cruciais para que a sociedade possa avaliar os benefícios e os riscos associados à manutenção do monopólio do SERPRO sobre os serviços de automação de dados da Receita Federal.

Este requerimento, fundamentado no princípio da transparência, visa promover um entendimento mais aprofundado dos aspectos relacionados à contratação de serviços de automação de dados pela Receita Federal.

JUSTIFICATIVA

Com base nos dispositivos legais mencionados, reitero a importância das informações solicitadas para a avaliação dos benefícios e riscos associados à manutenção do monopólio do SERPRO sobre os serviços de automação de dados da Receita Federal.

A preocupação central reside no monopólio do SERPRO na prestação desse tipo de serviços e na possibilidade de a empresa ser menos propensa a adotar novas tecnologias em comparação a empresas mais inovadoras. Tal cenário poderia comprometer a eficiência e eficácia dos sistemas de automação da Receita Federal, considerando a rápida evolução tecnológica do setor.

Cabe destacar que o monopólio do SERPRO é objeto de críticas por parte da sociedade civil e do próprio governo, que argumentam que essa condição resulta em custos elevados para a Receita Federal, limita a inovação no setor de tecnologia da informação e obstaculiza o progresso tecnológico.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Adicionalmente, a análise dos custos dos serviços da SERPRO é fundamental, uma vez que custos elevados podem indicar que a Receita Federal está desembolsando mais do que o necessário, representando um ônus para os contribuintes. Nesse sentido, destaco a importância de considerar a abertura do mercado como uma alternativa que não apenas poderia mitigar esses custos, mas também fomentar a competição e estimular a inovação tecnológica. É crucial salientar que, além de cobrar da Receita Federal pela solução tecnológica, o SERPRO também cobra do contribuinte para ter acesso a essa solução, resultando em um ônus duplo para o pagador de impostos.

Reforço, portanto, a necessidade de esclarecimentos sobre as políticas do SERPRO para adoção de novas tecnologias, visando assegurar que a automação de dados da Receita Federal seja mantida em consonância com as melhores práticas e inovações do setor.

Como Deputado Federal, incumbido da fiscalização dos atos do Poder Executivo conforme o Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito essas informações a fim de enriquecer o entendimento do caso e garantir uma análise aprofundada, considerando a possibilidade de promover a abertura do mercado para beneficiar a eficiência, inovação e os interesses dos contribuintes.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 2024.

Deputado Federal GILSON MARQUES

(NOVO/SC)

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 118/2024

Autoria: Gilson Marques, Marcel van Hattem e Adriana Ventura

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad sobre a contratação de serviços da Receita Federal exclusivamente com o SERPRO.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 119, DE 2024
(do Sr. Domingos Neto)

Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o posicionamento e as providências adotadas pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a respeito do caso de xenofobia ocorrida naquela instituição, bem como as providências do Ministério da Educação ante ao fato.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 119/2024

Autor: Domingos Neto

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o posicionamento e as providências adotadas pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a respeito do caso de xenofobia ocorrida naquela instituição, bem como as providências do Ministério da Educação ante ao fato.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387835

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387835

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 14:54:17.340 - Mesa
RIC n.119/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Domingos Neto PSD/CE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2024.
(Sr. Domingos Neto)

Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o posicionamento e as providências adotadas pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a respeito do caso de xenofobia ocorrida naquela instituição, bem como as providências do Ministério da Educação ante ao fato.

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito que Vossa Excelência encaminhe ao Senhor Ministro da Educação o presente pedido de informações sobre o posicionamento e as providências adotadas pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sobre o caso de xenofobia ocorrida naquela instituição, bem como responda o Sr. Ministro da Educação, sobre as providências tomadas ante ao fato, no âmbito do Ministério.

Para tanto, em termos, solicito sejam encaminhadas as seguintes informações:

• Quais providências foram tomadas na alçada da Universidade em relação ao lamentável episódio de xenofobia e abuso de autoridade por parte de servidora pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, aos colaboradores e empresa prestadora de serviço do Restaurante Universitário do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni - MG, pelo fato de serem oriundas do Estado do Ceará. Fato este também noticiado à ouvidoria daquela Universidade;

LexEdit
CD246499342700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246499342700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Neto

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 14:54:17.340 - Mesa
RIC n.119/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Domingos Neto PSD/CE

• Quais providências foram tomadas no escopo do Ministério da Educação, frente à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, ante os fatos amplamente divulgados nos meios de comunicação regional.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo obter informações das ações tomadas pelo Ministério da Educação e pela Reitoria da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, quanto ao lamentável episódio ocorrido em seu domínio.

Reprise-se que a empresa que atua na gestão do Restaurante Universitário da UFVJM, no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, a Eden Alimentações Ltda., registrou junto a ouvidoria da universidade uma denúncia de xenofobia por parte de uma servidora pública dos quadros daquela instituição, então motivado pelo fato da empresa ter sua matriz no estado do Ceará.

Em trocas de e-mail, a fiscal servidora pública acusa por “ser a empresa oriunda do Ceará” não ter essa a capacidade de produzir alimentação para público mineiro, em claro sinal de xenofobia.

Em melhor elucidação, as observações feitas pela mesma servidora, de modo a fomentar o assédio e o abuso moral, cingiram a afirmar que “o feijão tropeiro surgiu no Brasil através de um movimento chamado ‘Tropeirismo’, o qual ocorreu no século XVIII, no auge do ciclo da mineração no estado de Minas Gerais”, trecho esse da denúncia apresentada junto a ouvidoria da universidade e corregedoria do Ministério da Educação.

Reiteradamente, após o episódio relatado, a referida servidora tem se utilizado de sua posição de fiscal para perseguir a empresa com inúmeras notificações, negando-lhe o devido processo legal que permitisse sua ampla defesa.

Cumpre salientar que, apesar da matriz da Eden Alimentações Ltda. ser no estado do Ceará, a empresa tem filiais distribuídas no Rio Grande do Norte, Maranhão e Minas Gerais, com mais de 18 anos de experiência no ramo de alimentação corporativa.

O Restaurante Universitário hoje emprega 13 pessoas, todas de Teófilo Otoni e corre sérios riscos de paralisação. Somadas às perseguições apontadas na referida denúncia, essa servidora dificulta propositadamente o processo de pagamento dos serviços prestados, visando o desequilíbrio econômico e consequentemente o abandono do contrato.

LexEdit
CD246499342700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246499342700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Neto

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 14:54:17.340 - Mesa
RIC n.119/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Domingos Neto PSD/CE

Assim, diante do grave fato, solicita-se, informações acerca das providências tomadas pelas autoridades competentes.

Brasília, fevereiro de 2024.

Deputado DOMINGOS NETO
PSD/CE

LexEdit
CD246499342700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246499342700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Neto

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 119/2024

Autoria: Domingos Neto

Destinatário: Ministério da Educação

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o posicionamento e as providências adotadas pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a respeito do caso de xenofobia ocorrida naquela instituição, bem como as providências do Ministério da Educação ante ao fato.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 120, DE 2024
(do Sr. Ivan Valente)

Requer informações a Ministra de Estado da Saúde sobre as medidas adotadas para acompanhar as operadora SulAmérica Companhia de Seguro Saúde.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 120/2024

Autor: Ivan Valente

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações a Ministra de Estado da Saúde sobre as medidas adotadas para acompanhar as operadora SulAmérica Companhia de Seguro Saúde.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387836

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387836

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 17:53:19.323 - Mesa
RIC n.120/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Ivan Valente - PSOL/SP

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº _____DE 2024
(Do Sr. Ivan Valente)

Requer informações a Ministra de Estado da Saúde sobre as medidas adotadas para acompanhar as operadora SulAmérica Companhia de Seguro Saúde.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado a **MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE**, o seguinte pedido de informações, conforme segue:

Descredenciamentos de prestadores

a) Quantas solicitações de substituição de entidade hospitalar e de redimensionamento da rede por redução foram feitas pela operadora em 2021, 2022 e 2023, discriminadas por ano, tipo e quantidade de estabelecimentos afetados?

b) Quantos descredenciamentos e substituições de prestadores não hospitalares foram realizados pela operadora no Município de São Paulo no mesmo período, discriminados por ano, tipo de alteração (i.e., redução ou substituição) e de estabelecimento afetado (e.g., consultórios, serviços de diagnóstico, etc.)?

c) Quais são os critérios de equivalência adotados pela Agência para avaliar as substituições e descredenciamentos de prestadores? Os descredenciamentos realizados pela operadora SulAmérica Companhia de Seguro Saúde estão em conformidade com estes critérios?

LexEdit
CD244597213200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244597213200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 17:53:19.323 - Mesa
RIC n.120/2024

d) Quais foram as contribuições enviadas pela Agência ao Ministério Público do Estado de São Paulo no bojo dos autos do Inquérito Civil nº 01610000994/2022?

e) Quantas Notificações de Intermediação Preliminar (NIPs) por reclamações relacionadas à rede conveniada foram registradas contra a operadora em 2021, 2022 e 2023?

Negativas de cobertura e problemas com reembolso

f) Quantas NIPs de reclamação foram registradas por problemas assistenciais contra a operadora nos anos de 2021, 2022 e 2023, discriminadas segundo tipo de reclamação (e.g., negativas de cobertura, problemas de reembolso, etc.), tipo de contratação e desfecho?

g) Qual o número de processos administrativos abertos e de multas aplicadas pela Agência em decorrência destas reclamações no período?

h) Quais providências foram ou poderão ser tomadas pela Agência em relação a eventual majoração no número de NIPs registradas por problemas assistenciais?

Cancelamento de contratos

i) Quantos contratos sob a operadora foram cancelados (por qualquer motivo) em 2021, 2022 e 2023, por mês e por tipo de contratação, e quantos beneficiários foram afetados por estes cancelamentos?

j) Dentre os contratos coletivos cancelados no período, quantos o foram por decisão unilateral da operadora? Quantos beneficiários foram afetados por estes cancelamentos?

LexEdit
CD244597213200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244597213200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 17:53:19.323 - Mesa
RIC n.120/2024

JUSTIFICATIVA

A SulAmérica Companhia de Seguro Saúde é a quinta maior operadora de planos de saúde do Brasil, respondendo por mais de 2 milhões de beneficiários, ou aproximadamente 4% do mercado.

As grandes dimensões da operadora implicam, naturalmente, representação igualmente significativa entre as reclamações registradas por usuários de planos de saúde. No entanto, em tempos recentes, e especialmente após a aquisição da companhia pela Rede D'Or, têm aumentado o número de denúncias e reclamações relacionadas à operadora na mídia e na ANS, sugerindo uma possível série de condutas abusivas e sistemáticas, potencialmente lesivas aos direitos dos consumidores por parte da Companhia de Seguro Saúde em comento (Registro ANS 6246).

Nesse sentido, no que diz respeitos aos descredenciamentos de prestadores, no final de 2022, momento em que foi concretizado o processo de aquisição da SulAmérica pela Rede D'Or, uma série de reportagens foram veiculadas na mídia sobre alterações significativas na rede de prestadores da operadora[1]. No mesmo período, foi aberto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo o Inquérito Civil nº 01610000994/2022, para investigar denúncias de descredenciamentos em massa supostamente realizados pela operadora no Município de São Paulo.

Alterações na rede hospitalar de operadoras de planos de saúde são reguladas pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 568/2022, e alterações na rede não hospitalar, pela RN ANS nº 567/2022. No primeiro caso, a regulação determina que sejam aplicados uma série de critérios para avaliar o potencial impacto das alterações de rede sobre a massa assistida. No segundo caso, contudo, a regulação determina apenas que sejam observados critérios de equivalência entre o cadastro dos estabelecimentos a serem substituídos no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), sem parâmetros para avaliação sobre a capacidade

[1] Ver https://folha.com/zyaxh1jc e https://www.estadao.com.br/saude/sulamerica-e-alvo-de-reclamacoes-por-descredenciamento-de-servicos/.

LexEdit
CD244597213200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244597213200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 17:53:19.323 - Mesa
RIC n.120/2024

de atendimento dos estabelecimentos ou sobre a qualidade e os tipos de serviço efetivamente prestados em cada um deles.

Observa-se em informações amplamente repercutidas pela imprensa, bem como no inquérito civil referenciado descredenciamentos de prestadores não hospitalares, o que pode sugerir que, por limitação da regulação atual, não estão sendo captados pela Agência movimentos sistemáticos de violação dos direitos dos contratantes através de alterações na rede credenciada.

Ao que diz respeitos às negativas de cobertura e problemas com reembolso, ao longo de 2023, pode ser observado o crescimento muito acelerado das reclamações registradas contra planos de saúde na ANS, puxado pela alta de problemas relacionados à cobertura, especialmente negativas indevidas e irregularidades no processo de reembolso[2].

A posição ocupada pela operadora no ranking de reclamações de consumidores deve ser esclarecida, diante de um possível uso sistemático de negativas indevidas de cobertura e/ou de reembolsos irregulares para concretizar práticas consumeristas abusivas, como a recusa de atendimento ou a seleção de risco.

Destaca-se ainda que as notícias não consigam contemplar um problema generalizado entre todas as operadoras, mas, até pelo menos agosto de 2023, dados da própria ANS, compilados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), revelavam haver uma sobre representação de reclamações registradas contra a SulAmérica Companhia de Seguro Saúde (aproximadamente 7,52% do total de NIPs registradas até então), quando ponderado pelo número de consumidores vinculados à operadora (aproximadamente 4% do total).

Em um levantamento recente de dados da ANS realizado pelo Idec, foi possível observar ainda um movimento muito atípico de cancelamentos de contratos na carteira da SulAmérica Companhia de Seguro Saúde. A partir do banco de Informações Consolidadas de Beneficiários[3], o Instituto constatou, por exemplo, que

[2] Ver https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/12/12/planos-de-saude-operadoras-convenio-crise-processos-reclamacoes-prejuizo.htm, https://folha.com/vt3elkc8 e https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/planos-de-saude-ficam-mais-criteriosos-para-liberar-procedimentos-e-clientes-recorrem-a-justica/.

[3] https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/informacoes-consolidadas-de-beneficiarios

LexEdit
CD244597213200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244597213200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 17:53:19.323 - Mesa
RIC n.120/2024

apenas em junho de 2022, teriam sido cancelados os vínculos de mais de 116 mil beneficiários, uma cifra correspondente a aproximadamente 3,3% da carteira total da operadora naquele momento.

Mesmo que estes dados reflitam não propriamente o número de vínculos efetivamente cancelados, mas apenas um movimento de reestruturação administrativa da carteira, com o posterior recadastramento destes vínculos sob outra modalidade, trata-se de um fenômeno muito relevante para averiguar potenciais práticas abusivas da operadora.

Diante de todo o exposto, considerando um cenário tão prejudicial aos consumidores, frente a diversos indícios de práticas abusivas citados, formulamos o presente Requerimento para aumentar a cooperação entre Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vinculada ao Ministério da Saúde e Câmara dos Deputados na fiscalização das práticas do setor da saúde suplementar e em esforços de aprimoramento da regulação setorial.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2024.

Ivan Valente - PSOL/SP

Deputado Federal

LexEdit
CD244597213200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244597213200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 120/2024

Autoria: Ivan Valente

Destinatário: Ministério da Saúde

Ementa: Requer informações a Ministra de Estado da Saúde sobre as medidas adotadas para acompanhar as operadora SulAmérica Companhia de Seguro Saúde.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 121, DE 2024
(do Sr. Sargento Gonçalves)

Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o corte de linha de crédito feito pelo Banco do Brasil para clubes de tiro e lojas de armas.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 121/2024

Autor: Sargento Gonçalves

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o corte de linha de crédito feito pelo Banco do Brasil para clubes de tiro e lojas de armas.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387837

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387837

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 18:26:38.700 - Mesa
RIC n.121/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. SARGENTO GONÇALVES

Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o corte de linha de crédito feito pelo Banco do Brasil para clubes de tiro e lojas de armas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o corte de linha de crédito feito pelo Banco do Brasil para clubes de tiro e lojas de armas.

Conforme divulgado em vários meios de comunicação, o Banco do Brasil anunciou que não usará mais capital próprio para fazer negócios com empresas de defesa e indústria bélica, porém essa decisão se estendeu às lojas e aos clubes de tiro.

Importante destacar que os clubes de tiro realizam atividade de ensino de esporte e não deveriam ser alcançados por tal tipo de restrição, uma vez que é norma constitucional o fomento a qualquer prática esportiva.

Reforço ainda que o segmento ficou praticamente todo ano de 2023 sem movimentação, pois no dia 01/01/2023 o Governo Federal suspendeu por decreto atividades de um setor autorizado por lei a funcionar, no caso as lojas de armas e clubes de tiro.

A condição supra está provocando o fechamento de lojas e clubes por todo o brasil gerando desemprego e prejuízos para cidadãos que investiram suas economias e uma atividade legal que requer uma série de critérios para funcionar.

No atual cenário em que o segmento enfrenta desafios decorrentes de preconceitos e ideologias, é de extrema insensibilidade cortar linhas de crédito essenciais para as empresas do setor.

LexEdit
CD246860963900

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 569, CEP 70160-900 - Brasília/DF
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246860963900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

Apresentação: 07/02/2024 18:26:38.700 - Mesa
RIC n.121/2024

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que os questionamentos abaixo sejam fornecidos pela entidade Banco do Brasil, que por ter natureza de sociedade de economia mista integra a administração pública indireta, estando vinculada ao Ministério da Fazenda:

1. Qual é a política interna vigente no Banco do Brasil que resultou na restrição de concessão de crédito ao segmento que engloba lojas de armas e clubes de tiro?

2. Quais são os critérios específicos de avaliação adotados pela instituição para determinar a inclusão de lojas de armas e clubes de tiro na medida de impedimento de acesso ao crédito?

3. Poderia ser esclarecido por qual motivo o Banco do Brasil decidiu implementar essa restrição no ano de 2024, considerando que, nos anos anteriores, a instituição realizava negociações com o referido segmento? Houve alguma mudança significativa na abordagem ou na política do banco que justifique essa alteração?

4. Existe algum indicativo de interferência por parte do Governo Federal na decisão do Banco do Brasil de não mais disponibilizar linhas de crédito para clubes de tiro? Em caso afirmativo, quais foram os motivos e fundamentos apresentados para essa orientação governamental?

5. Quais são os impactos econômicos previstos ou identificados pelo Banco do Brasil em relação à decisão de não disponibilizar mais linhas de crédito para lojas de armas e clubes de tiro? Houve alguma análise de possíveis consequências no mercado e na economia local?

6. Diante da restrição de crédito, como o Banco do Brasil pretende lidar com o potencial aumento no fechamento de estabelecimentos e o consequente aumento no desemprego no setor de lojas de armas e clubes de tiro?

7. Existe alguma consideração sobre a legalidade da restrição de crédito a clubes de tiro, especialmente à luz das normas constitucionais que preveem o fomento à prática esportiva? Como o Banco do Brasil justifica a aplicação dessa restrição a atividades esportivas legalmente reconhecidas?

8. Quais medidas o Banco do Brasil está considerando ou implementando para auxiliar os estabelecimentos afetados por essa decisão, visando mitigar os prejuízos econômicos e sociais causados pelo corte de linhas de crédito?

LexEdit
CD246860963900

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 569, CEP 70160-900 - Brasília/DF
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246860963900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 07/02/2024 18:26:38.700 - Mesa
RIC n.121/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

9. Existe alguma previsão de revisão ou ajuste na decisão de não conceder mais crédito a lojas de armas e clubes de tiro, considerando possíveis mudanças no cenário econômico ou legal? O banco está aberto a reavaliar essa medida em algum momento futuro?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo esclarecer os motivos que levaram o Banco do Brasil a adotar a decisão de não mais disponibilizar linhas de crédito para o segmento do tiro esportivo, notadamente voltado aos clubes de tiro.

A perplexidade diante dessa medida é acentuada pela contradição existente entre a política institucional do banco, claramente voltada para o incentivo à prática esportiva, como evidenciado em diversas campanhas publicitárias, inclusive em seu site oficial.

Destaco que o segmento do tiro esportivo tem enfrentado uma série de desafios e perseguições por parte do atual Governo Federal, que tem implementado medidas destinadas a cercear o setor e obstaculizar a continuidade da prática esportiva associada a essa modalidade.

A compreensão desse contexto se torna crucial, pois a decisão do Banco do Brasil de cessar o fornecimento de crédito ao segmento ocorre justamente no momento em que o esporte enfrenta discriminação e ações arbitrárias, cujo propósito é induzir o fechamento dos clubes.

Nesse sentido, como Deputado Federal, investido do dever constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, conforme previsto no inciso X do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, torna-se imperativo solicitar as informações acima detalhadas. O intuito é compreender os reais fundamentos que embasam a interrupção do crédito a um setor que, até então, contava com o respaldo financeiro do Banco do Brasil.

Atenciosamente,

Deputado SARGENTO GONÇALVES
PL/RN

LexEdit
CD246860963900

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 569, CEP 70160-900 - Brasília/DF
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246860963900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 121/2024

Autoria: Sargento Gonçalves

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o corte de linha de crédito feito pelo Banco do Brasil para clubes de tiro e lojas de armas.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 122, DE 2024
(do Sr. Ricardo Silva)

Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre os encaminhamentos decorrentes do relatório da CPI das Pirâmides Financeiras.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 122/2024

Autor: Ricardo Silva

Data da Apresentação: 07/02/2024

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre os encaminhamentos decorrentes do relatório da CPI das Pirâmides Financeiras.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387838

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387838

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387831875

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente;

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, pedido de informações sobre os encaminhamentos decorrentes do relatório da CPI das Pirâmides Financeiras.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande respeito que me dirijo ao recém-empossado Ministro da Justiça e Segurança Pública para expressar os meus sinceros cumprimentos, desejando-lhe sucesso nesta importante função, em que seu comprometimento contribuirá significativamente para o fortalecimento das competências constitucionais do Ministério que busca a promoção da Justiça em nosso país.

Outrossim, informo que ocupei o honroso encargo de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou esquemas fraudulentos que afetaram milhares de investidores e consumidores em todo o país, por meio de empresas de investimentos que operavam como esquemas de pirâmides.

É importante ressaltar que os trabalhos da CPI foram acompanhados de perto pela Polícia Federal, resultando no pedido indiciamento de 45 pessoas por participação em esquemas de pirâmide financeira e pela prática de crimes graves, tais como estelionato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, entre outros delitos.

Esses resultados destacam a gravidade das atividades ilícitas identificadas e reforçam a necessidade contínua de medidas rigorosas para combater essas práticas prejudiciais à sociedade e ao sistema financeiro.

O relatório final da CPI foi encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em 17/10/2023, detalhando as práticas ilícitas empregadas por organizações que se disfarçavam de empresas de investimento legítimas, mas que operavam como esquemas de pirâmide.

Destaca-se a necessidade de ações para combater os ilícitos identificados, reconhecendo a gravidade dos crimes e a necessidade de continuidade da persecução penal, bem como o prosseguimento dos demais encaminhamentos do relatório, tais como o envio das informações para a Secretaria Nacional do Consumidor, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, visando as devidas providências.

A relevância do relatório é destacada não apenas pela sua abordagem dos crimes financeiros, mas também pela potencial contribuição no combate à atividade criminosa em outras esferas, razão pela qual é importante que se prestem alguns questionamentos:

1. Como o Ministério da Justiça está coordenando os esforços com a Polícia Federal para garantir que os pedidos de indiciamentos criminais resultantes do relatório da CPI das Pirâmides Financeiras sejam efetivamente investigados e levados a julgamento?
2. Poderia detalhar as medidas concretas que estão sendo tomadas para assegurar que os indivíduos indiciados por participação em esquemas de pirâmide financeira e crimes correlatos sejam responsabilizados perante a lei?
3. Quais são os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Justiça para garantir a continuidade da persecução penal em relação aos crimes identificados no relatório da CPI, como estelionato, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta?
4. O Ministério da Justiça possui algum plano específico para agilizar o trâmite relacionado aos indiciamentos decorrentes da CPI das Pirâmides Financeiras e garantir que a lei seja cumprida de maneira eficiente e oportuna?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

5. Como o Ministério da Justiça está atuando perante os outros órgãos envolvidos (Senacon, Cade, ANPD, etc) para garantir que os encaminhamentos apontados pela CPI tenham o apoio necessário para alcançar resultados satisfatórios?

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das sessões em de de 2021.

_____

Deputado Ricardo Silva (PSB/SP)

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 122/2024

Autoria: Ricardo Silva

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre os encaminhamentos decorrentes do relatório da CPI das Pirâmides Financeiras.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 123, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Acre.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 123/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Acre.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387839

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387839

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387839

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Acre.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 123/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Acre.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 124, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Distrito Federal.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 124/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Distrito Federal.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387840

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387840

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387841

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Distrito Federal.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 124/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Distrito Federal.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 125, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Paraíba.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 125/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Paraíba.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387841

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387841

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387841

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Paraíba.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 125/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Paraíba.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 126, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Tocantins.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 126/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Tocantins.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387842

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387842

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387841288

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Tocantins.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 126/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Tocantins.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 127, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 127/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387843

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387843

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387841391

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 127/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 128, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Roraima.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 128/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Roraima.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387844

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387844

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387844

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Roraima.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 128/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Roraima.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 129, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Bahia.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 129/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Bahia.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387845

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387845

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387845

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Bahia.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 129/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado da Bahia.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 130, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amazonas.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 130/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amazonas.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387846

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387846

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387846

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amazonas.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 130/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amazonas.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 131, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio de Janeiro.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 131/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio de Janeiro.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387847

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387847

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/238784

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio de Janeiro.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 131/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio de Janeiro.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 132, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Sul.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 132/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Sul.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387848

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387848

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387848

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Sul.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 132/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Sul.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 133, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Maranhão.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 133/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Maranhão.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387849

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387849

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387849

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Maranhão.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 133/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Maranhão.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 134, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Santa Catarina.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 134/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Santa Catarina.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387850

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387850

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387850

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Santa Catarina.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 134/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Santa Catarina.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 135, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Paraná.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 135/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Paraná.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387851

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387851

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387852

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Paraná.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 135/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Paraná.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 136, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Sergipe.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 136/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Sergipe.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387852

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387852

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387852

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Sergipe.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 136/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Sergipe.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 137, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amapá.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 137/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amapá.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387853

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387853

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387853

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amapá.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 137/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Amapá.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 138, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Espírito Santo.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 138/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Espírito Santo.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387855

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387855

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387855

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Espírito Santo.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 138/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Espírito Santo.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 139, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Goiás.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 139/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Goiás.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387856

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387856

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387856

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Goiás.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 139/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Goiás.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 140, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Pará.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 140/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Pará.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387857

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387857

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387852730

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Pará.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 140/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Pará.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 141, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Ceará.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 141/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Ceará.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387858

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387858

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387858

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Ceará.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 141/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Ceará.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 142, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Norte.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 142/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Norte.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387859

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387859

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387859

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Norte.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 142/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Rio Grande do Norte.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 143, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Alagoas.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 143/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Alagoas.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387860

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387860

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387860

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Alagoas.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberaçao

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 143/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Alagoas.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 144, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Piauí.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 144/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Piauí.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387861

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387861

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387862

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Piauí.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 144/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Piauí.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 145, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de São Paulo.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 145/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de São Paulo.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387862

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387862

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387862

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de São Paulo.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 145/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de São Paulo.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 146, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Pernambuco.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 146/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Pernambuco.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387863

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387863

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387863

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Pernambuco.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 146/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Pernambuco.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 147, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Minas Gerais.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 147/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Minas Gerais.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387864

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387864

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387864

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Minas Gerais.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 147/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Minas Gerais.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 148, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Rondônia.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 148/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Rondônia.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387865

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387865

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387865

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Rondônia.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberaçao

Sala das Sessões, de de 2024

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 148/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado de Rondônia.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 149, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso do Sul.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 149/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso do Sul.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387866

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387866

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387866

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso do Sul.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

1) Listagem das obras, discriminadas, por Município.
2) Relatório específico, por município, com valor total orçado, valor liberado até o momento e valor pendente de liberação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 149/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Casa Civil acerca das obras em andamento no âmbito do NOVO PAC – Eixo Minha Casa, Minha Vida - no Estado do Mato Grosso do Sul.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 150, DE 2024
(da Srª. Luisa Canziani)

Requer que seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Anteprojeto de Lei em anexo.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 150/2024

Autor: Luisa Canziani

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer que seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Anteprojeto de Lei em anexo.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387867

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387867

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387867

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 13:09:41.763 - MESA
RIC n.150/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2024.

(Da Sra. LUISA CANZIANI)

Requer que seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Anteprojeto de Lei em anexo.

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o presente pedido de informações, visando à obtenção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, acompanhada da memória e das premissas e metodologia de cálculo utilizadas (conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias), em decorrência da apresentação de Anteprojeto de Lei de minha autoria, cuja cópia encontra-se em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Encontra-se em anexo Anteprojeto de Lei, de minha autoria, que busca alterar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para garantir o ressarcimento, pelo poder público, ao usuário do SUS pelas despesas com terapias ambulatoriais de habilitação e reabilitação em serviços privados, nas condições que especifica.

Mostra-se necessária a obtenção de informações relacionadas aos impactos da proposição a fim de dar cumprimento à exigência contida no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos art. 132 e 133, da LDO 2024, para que sejam estimados os efeitos financeiros e orçamentários decorrentes da medida e, caso necessário, seja promovida eventual compensação.

Assim, a fim de dar cumprimento às exigências contidas na legislação supracitada e possibilitar a tramitação do projeto de lei no Congresso

LexEdit
CD249166184200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249166184200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 13:09:41.763 - MESA
RIC n.150/2024

Nacional, mostra-se imprescindível o encaminhamento da presente solicitação ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputada LUÍSA CANZIANI
PSD/PR

LexEdit
CD249166184200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249166184200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 13:09:41.763 - MESA
RIC n.150/2024

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Da Sra. LUISA CANZIANI)

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para garantir o ressarcimento, pelo poder público, ao usuário do SUS pelas despesas com terapias ambulatoriais de habilitação e reabilitação em serviços privados, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para garantir o ressarcimento, pelo poder público, ao usuário do Sistema Único de Saúde pelas despesas com terapias ambulatoriais de habilitação e reabilitação em serviços privados, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 25-A:

> "Art. 25-A. O Sistema Único de Saúde deverá ressarcir os pacientes pelas despesas com terapias ambulatoriais de habilitação e reabilitação em serviços privados, desde que haja cumulativamente:
> I- prescrição de profissional de saúde integrante do Sistema Único de Saúde habilitado legalmente para tanto;
> II- não realização do procedimento no prazo máximo de 20 dias úteis, por culpa exclusiva da Administração, contados da data em que a solicitação do procedimento foi apresentada para agendamento;
> III- a prescrição e os procedimentos realizados estejam de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde.
> Parágrafo único. O valor máximo de reembolso por procedimento será aquele previsto na tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde."

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta e cinco dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

LexEdit
CD249166184200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249166184200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 13:09:41.763 - MESA
RIC n.150/2024

O objetivo deste projeto de lei é garantir as terapias de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e reduzir as filas de espera, sem onerar o Sistema Único de Saúde (SUS). Para atingir este objetivo, propomos que o poder público faça o reembolso das despesas realizadas com esses procedimentos em serviços privados, limitado aos valores da tabela do SUS.

Existe o direito constitucional à saúde e, por consequência, a obrigação do SUS em atender todas as demandas por terapias de habilitação e reabilitação. Quando os serviços ofertados não são suficientes para atender a demanda e cumprir sua obrigação legal, a Administração pública celebra convênios com serviços privados, que são remunerados geralmente pela tabela do SUS. Contudo, mesmo com o acréscimo dos serviços conveniados, pode ainda não haver vagas suficientes para atender toda a demanda da população.

Assim, propomos que o paciente desassistido possa procurar um serviço privado e ser reembolsado pela despesa, até o valor da tabela do SUS. Na prática, isso seria como se o gestor do SUS realizasse um convênio para atender um único paciente. Colocamos duas condições.

A primeira é que a terapia de habilitação e reabilitação seja prescrita por um profissional de saúde do SUS e que esteja de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicados pela autoridade sanitária competente. Desta forma, evita-se que sejam reembolsados procedimentos sem necessidade ou que jamais poderiam ser realizados pelo SUS.

A segunda condição é que o SUS não consiga realizar o procedimento em aproximadamente 30 dias. Preferimos especificar 20 dias úteis para contemplar os feriados. E que seja por culpa exclusiva da administração – caso o paciente desmarque, recuse ou falte à sessão de terapia, não terá direito ao reembolso (embora possa reagendar o procedimento).

Por óbvio que pode haver alguns serviços privados que não aceitem reduzir seus preços para o valor previsto na tabela do SUS, e em locais com escassez de prestadores de serviços, pode até não haver nenhum serviço disposto a isso. Mas isso faz parte da dinâmica do mercado e não é possível intervir obrigando os agentes econômicos a adotar um preço máximo. Este é um problema

LexEdit
CD249166184200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249166184200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 13:09:41.763 - MESA
RIC n.150/2024

de distribuição/concentração dos profissionais de saúde no Brasil, que precisa ser equalizado de outra forma.

Contudo, entendemos que serviços privados que tenham alguns horários vagos (ou seja, capacidade de produção ociosa) podem se interessar por atender pacientes do SUS reduzindo valores para obter um lucro marginal, beneficiando a empresa, o usuário do SUS e o poder público.

Em face do exposto, peço a meus nobres Pares apoio para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada LUISA CANZIANI
PSD/PR

LexEdit
CD249166184200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249166184200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 150/2024

Autoria: Luisa Canziani

Destinatário: Ministério da Fazenda

Ementa: Requer que seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Anteprojeto de Lei em anexo.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 151, DE 2024
(do Sr. Luiz Lima)

Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre a conclusão das obras e entrega de unidades imobiliárias que compõem os conjuntos residenciais Lírio do Vale e Lótus, em Magé, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 151/2024

Autor: Luiz Lima

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre a conclusão das obras e entrega de unidades imobiliárias que compõem os conjuntos residenciais Lírio do Vale e Lótus, em Magé, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387868

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387868

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387868

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito que Vossa Excelência encaminhe ao Senhor Ministro Chefe das Cidades o presente requerimento de informações sobre a conclusão das obras e entrega de unidades imobiliárias que compõem os conjuntos residenciais Lírio do Vale e Lótus, em Magé, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida (doravante "Projeto"). Nesse sentido, pedimos esclarecer:

1. Quando foi o início das obras do Projeto?
2. Qual o prazo previsto originalmente para conclusão das obras do Projeto e entrega das unidades imobiliárias aos seus moradores?
3. Qual o motivo do atraso das obras do Projeto?
4. Segundo a imprensa e informações da Prefeitura de Magé, o Projeto foi concluído em 2021. Por que razão, os apartamentos só foram entregues agora, neste mês, aos seus beneficiários?
5. Qual o impacto orçamentário do Projeto?

JUSTIFICAÇÃO

Segundo notícias divulgadas na imprensa brasileira, nesta última terça-feira, 06.02.2024, o presidente Lula participou da cerimônia de entrega dos 832 apartamentos que compõem os conjuntos residenciais Lírio do Vale e Lótus, em Magé, na Baixada Fluminense. O evento marcou a conclusão do projeto que vai proporcionar moradias dignas com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Apesar da entrega das unidades imobiliárias ter sido feita agora, a imprensa noticiou que os apartamentos já estavam prontos há muito tempo:

> "*Esses apartamentos estão prontos há oito anos. As obras, iniciadas em 2011, enfrentaram diversos obstáculos até chegarmos a este momento. Agradeço toda a atenção do presidente, que possibilitou que avançássemos nas obras e hoje, com muita felicidade, poder entregar aos mageenses esse presente maravilhoso. Quero fazer um agradecimento especialíssimo a todas as secretarias municipais, especialmente aos profissionais da Assistência Social e de Habitação e Urbanismo, por doarem seu tempo e esforço em prol de algo tão valioso para população", comentou Cozzolino, que ainda lembrou que era a segunda vez que um presidente da República visitava Magé.*"12

Ainda, segundo o site da Prefeitura de Magé, os condomínios Lírio do Vale e Lótus foram lançados em 2013 e no final de 2021, no Governo Bolsonaro, foram concluídos.[13]

12 https://www.terra.com.br/noticias/brasil/mage-recebe-832-novas-unidades-habitacionais-do-programa-minha-casa-minha-vida,a96607f398bc86d35f7703da39df27744tkj59p4.html?utm_source=clipboard

13 https://mage.rj.gov.br/destaque/mage-realiza-dia-d-de-inscricoes-para-o-minha-casa-minha-vida/

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Gostaríamos, assim, de expressar nossa preocupação e buscar esclarecimentos sobre as informações contraditórias que têm circulado recentemente acerca da entrega de unidades imobiliárias pelo governo federal. Segundo fontes confiáveis, os apartamentos em questão estariam prontos desde o ano de 2021, no entanto, só foram efetivamente entregues aos beneficiários recentemente.

Diante dessa discrepância, surge naturalmente a indagação: qual foi a razão para esse atraso na entrega das unidades habitacionais? Entendemos que é essencial obter uma explicação clara e transparente sobre esse assunto, uma vez que o acesso à moradia é uma questão de extrema importância para milhares de famílias em nosso país.

Uma possível especulação que tem circulado é que o atraso na entrega possa ter sido motivado pela espera de uma mudança de governo. No entanto, é fundamental esclarecer se essa conjectura tem algum fundamento ou se há outras razões para essa demora. A população merece ter confiança de que os programas habitacionais estão sendo geridos de maneira eficiente e em conformidade com os interesses públicos.

Portanto, solicitamos que Vossa Excelência forneça esclarecimentos detalhados sobre as razões que levaram ao atraso na entrega das unidades imobiliárias e que desminta ou confirme quaisquer especulações sobre influências políticas nesse processo. A transparência e a prestação de contas são fundamentais para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições governamentais.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2023

Deputado Federal LUIZ LIMA

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 151/2024

Autoria: Luiz Lima

Destinatário: Ministério das Cidades

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre a conclusão das obras e entrega de unidades imobiliárias que compõem os conjuntos residenciais Lírio do Vale e Lótus, em Magé, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 153, DE 2024
(do Sr. Nikolas Ferreira)

Solicita a Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 153/2024

Autor: Nikolas Ferreira

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Solicita a Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387869

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387869

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387869

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 18:11:26.560 - Mesa
RIC n.153/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Solicita a Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra da Saúde, Nísia Trindade, pedido de informações a respeito da demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

A última atualização do Painel de Monitoramento das Arboviroses[1], até a data de protocolo deste requerimento, publicada pelo Ministério da Saúde, registrou 364.855 casos prováveis de dengue até a data de ontem, 06 de fevereiro de 2024. Segundo este levantamento, o país perdeu 40 vidas para a doença, e outras 265 mortes estão sendo investigadas.

Em março de 2023, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou um imunizante produzido pelo laboratório japonês Takeda, com 80% de eficácia no enfrentamento da doença[2]. Contudo, de acordo com as declarações feitas pelo Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde[3], Carlos Gadelha, em

[1] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses
2 https://www.revistaoeste.com/brasil/ministerio-da-saude-ignora-vacina-importada-contra-a-dengue-e-espera-por-nacional/
[3] https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2023/07/dengue-ministerio-da-saude-prioriza-produto-nacional-e-vacina-deve-ficar-para-2025.ghtml

LexEdit
CD247549834300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247549834300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 18:11:26.560 - Mesa
RIC n.153/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

julho de 2023, a prioridade era fortalecer a produção nacional no caso da vacina da dengue.

Ou seja, em meio a recordes de casos da doença, o governo optou por priorizar uma vacina que estava sendo desenvolvida pelo Instituto Butantan desde 2009. O imunizante nem sequer teve a pesquisa finalizada, havendo informações de que sua liberação pela Anvisa poderia ocorrer apenas em 2025.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Saúde ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

1- Quais foram os critérios utilizados pelo governo para priorizar um produto nacional, ainda em fase de estudos, em detrimento de uma vacina importada com eficácia comprovada, especialmente considerando o recorde de mortes por dengue registrado no Brasil em 2023[4]?

2- Qual foi o processo de tomada de decisão dentro do Ministério da Saúde para determinar a espera de uma possível liberação de uma vacina nacional que ainda não teve sua pesquisa finalizada e poderia ser aprovada pela Anvisa apenas em 2025, em vez de optar pela aquisição imediata de uma vacina aprovada e disponível?

3- Quais medidas específicas foram tomadas pelo Ministério da Saúde para acelerar o processo de compra e distribuição da vacina contra a dengue, após a sua aprovação pela Anvisa em março de 2023 e diante do crescente número de casos registrados?

4- Qual foi o embasamento técnico-científico utilizado pelo Ministério da Saúde para justificar a escolha de priorizar a vacinação apenas para a faixa etária de 10 a 14 anos, considerando que a vacina japonesa aprovada pela Anvisa pode ser aplicada em crianças a partir de 4 anos e em adultos até os 60 anos?

5- Por que o Brasil, sendo o país com metade dos casos mundiais de dengue, não priorizou a busca por uma parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) com acordo de transferência de tecnologia para produzir a

[4] https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/12/29/dengue-brasil-bate-recorde-de-mortes-pela-doenca-em-2023.ghtml

LexEdit
CD247549834300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247549834300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 18:11:26.560 - Mesa
RIC n.153/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

vacina contra a dengue, diante da urgência da situação epidemiológica e do recorde de mortes causadas pela doença em 2023?

6- Houve alguma avaliação prévia sobre a viabilidade e os benefícios de estabelecer uma parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) para produção nacional da vacina contra a dengue, levando em consideração a capacidade técnica e científica do país?

7- Quais foram os critérios utilizados pelo governo para determinar a alocação das doses de vacina contra a dengue, considerando que apenas 1,1% da população será imunizada[5] e que a entrega das doses ocorrerá de forma escalonada até novembro deste ano?

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os alarmantes dados epidemiológicos relacionados à dengue no Brasil, é crucial que o Parlamento exerça seu papel fiscalizador e busque esclarecimentos acerca das políticas e decisões adotadas pelo Ministério da Saúde em relação à vacinação contra essa doença.

Segundo informações disponíveis, o Brasil enfrenta um aumento significativo no número de casos de dengue, com um recorde de mortes registradas em 2023[6]. Este ano, mesmo com uma vacina contra a dengue aprovada pela Anvisa desde março de 2023, ainda não houve uma resposta célere por parte do governo em disponibilizá-la para a população.

A situação se agrava diante do cenário alarmante de aumento significativo no número de casos de dengue, acompanhado pelo recorde de mortes registrado em 2023. Mesmo com uma vacina contra a dengue aprovada pela Anvisa desde março de 2023, o governo demorou em implementar medidas eficazes para disponibilizá-la à população. A opção de priorizar uma vacina nacional, apesar da existência de uma alternativa já aprovada e comprovadamente eficaz, evidencia uma lacuna na resposta do governo à crise de saúde pública. Esta postura levanta questões sobre a eficiência das políticas adotadas e a proteção da saúde da população, destacando a necessidade de uma análise rigorosa dos critérios e das justificativas por trás dessa decisão.

[5] https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/01/brasil-tem-doses-para-vacinar-apenas-11-da-populacao-contra-a-dengue.shtml
[6] https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/12/29/dengue-brasil-bate-recorde-de-mortes-pela-doenca-em-2023.ghtml

LexEdit
CD247549834300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247549834300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 18:11:26.560 - Mesa
RIC n.153/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Portanto, o requerimento de informações se faz essencial para esclarecer à população os motivos pelos quais uma vacina já aprovada pela Anvisa não foi disponibilizada de forma imediata, bem como para entender os critérios utilizados para priorizar uma vacina nacional ainda em fase de aprovação. Além disso, é fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas por parte do Ministério da Saúde quanto às suas ações e estratégias para combater a epidemia de dengue no país.

Tendo em vista o papel fiscalizador da atuação governamental que compete ao parlamento, encaminho os questionamentos acima com o objetivo de trazer maior compreensão sobre os fundamentos da decisão.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2024.

Deputado NIKOLAS FERREIRA

PL/MG

LexEdit
CD247549834300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247549834300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 153/2024

Autoria: Nikolas Ferreira

Destinatário: Ministério da Saúde

Ementa: Solicita a Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 154, DE 2024
(da Srª. Adriana Ventura)

Requer informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca do encontro que teve com com jornalistas, no dia 2/2/2024, em que, entre outros, correlaciona sem evidências a privatização de presídios com a infiltração do crime organizado.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 154/2024

Autor: Adriana Ventura

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca do encontro que teve com com jornalistas, no dia 2/2/2024, em que, entre outros, correlaciona sem evidências a privatização de presídios com a infiltração do crime organizado.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387870

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387870

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387870

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Sílvio Almeida, o presente Requerimento de Informação, acerca do encontro que teve com jornalistas, no dia 2/2/2024.

Conforme a matéria divulgada pela CNN[14] e outros canais[15], o Ministro defendeu que abrir espaço para a iniciativa privada não é solução para resolver o problema dos presídios. Segundo as palavras do Sr. Ministro:

- "Privatização, seja de presídio, seja de sistema socioeducativo, abre espaço para infiltração do crime organizado";
- "Abre espaço para que o crime organizado tenha mais um pedacinho do estado brasileiro";
- "não deu certo em lugar nenhum";
- "A gente sabe que, no final das contas, vira privatização da execução da pena e isso não pode acontecer. E não só por vontade política, mas porque isso é inconstitucional, é ilegal";
- "porque vai abrir espaço para o lucro, ainda mais num esquema como esse".

Publicamente, o Sr. Almeida é um defensor de políticas públicas lastreadas em evidências. Por essa razão, é ainda mais fundamental, com dados, entender as evidências da correlação ou da associação da privatização de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado, como afirmado pelo Ministro.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministro reconhece como importantes para a compreensão dos fatos, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem:

1. Em quais estudos e evidências o Ministro se baseou para defender e correlacionar que a privatização de presídios:

   1.1. abre espaço para infiltração do crime organizado?

   1.2. favorece o crime organizado a ter mais um "pedacinho do estado brasileiro"? Quais outros "pedacinhos" o Ministro conhece?

[14] https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-decreto-de-ppis/
[15] https://www.brasildefato.com.br/2024/02/02/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-infiltracao-do-crime-organizado-diz-silvio-almeida
https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/governo/privatizacao-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-presidios

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

1.3. “não deu certo em lugar nenhum”?

Onde está a correlação? Em quais países a privatização de presídios não deu certo e por quais motivos? Como se dá o processo do crime organizado ter mais um “pedacinho do estado brasileiro” a partir da concessão de presídios? Apresentar os estudos e as evidências.

2. Apresentar a Nota Técnica e o Parecer Jurídico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que demonstra:

2.1. a correlação da concessão de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado;

2.2. que a privatização de presídios “vira privatização da execução da pena”;

2.3. a inconstitucionalidade e a ilegalidade apontadas pelo Ministro acerca da privatização de presídios;

2.4. a avaliação de que a privatização de presídios “não deu certo em lugar nenhum”

2.5. o favorecimento do crime organizado ter mais um “pedacinho do estado brasileiro”.

3. Como a construção de edifícios ou mesmo a concessão e a terceirização de alguns serviços em presídios representa transferir para uma empresa privada a execução da pena? Nesse raciocínio do Sr. Ministro, chegaríamos à conclusão de que o aço utilizado nas grades dos presídios deveria ser fabricado pelo governo, assim como a confecção das roupas dos detentos, caso contrário representaria também a transferência da execução da pena?

4. Quais são as evidências de que o governo é capaz de construir um edifício presídio de forma mais eficiente, segura e econômica do que a iniciativa privada? Apresentar os estudos que demonstram essas evidências.

5. A União possui servidores públicos concursados com competência legal para construir presídios? Quais são esses quantitativos de servidores e onde estão lotados?

6. Nos presídios federais, qual é a participação de serviços prestados diretamente pelo próprio governo e a participação indireta por terceiros, por tipo de serviço (alimentação, construção, manutenção, ressocialização, segurança dos detentos e dos visitantes, vestuário, limpeza, etc), em termos médios anuais nos últimos dez anos?

7. A fala relativa a ter “mais um pedacinho do estado brasileiro” sugere e revela, ao que parece, que o Sr. Ministro conhece outros casos de infiltração do crime organizado em instituições públicas. Em quais órgãos ou entidades do

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Estado o Sr. Ministro Sílvio Almeida tem conhecimento de que o crime organizado seja detentor de "um pedacinho do estado brasileiro"?

8. Quais providências o Sr. Ministro adotou após tomar conhecimento de que o crime organizado está infiltrado e tem "pedacinhos" do Estado brasileiro?

9. O Sr. Ministro explicou: "Se a gente abrir espaço para que haja esse tipo de coisa, vai virar um grande negócio e como um grande negócio pode haver a infiltração do crime organizado, porque vai abrir espaço para o lucro, ainda mais num esquema como esse". Quais são as evidências e dados de que haverá infiltração do crime organizado decorrente da abertura de espaço para o lucro? Como esta infiltração criminosa e o lucro em concessões públicas está associada? Qual é esse "esquema" que o Sr. Ministro revelou conhecer?

10. O Sr. Ministro Sílvio Almeida se reuniu e conversou com o Sr. Ministro Haddad sobre a correlação/associação da privatização de presídio com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado? Em caso afirmativo, indicar quando e onde isso aconteceu e a ata da reunião.

11. Com quais outras autoridades do Governo o Sr. Ministro Sílvio Almeida se reuniu e conversou sobre essa correlação da privatização de presídio com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado? Apresentar as atas.

12. Enviar a Exposição de Motivos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, incluindo os documentos de suporte, que encaminhou a posição oficial da Pasta para o Palácio do Planalto, contendo a proposta sobre o tema, conforme dito pelo Ministro no encontro.

JUSTIFICATIVA

Em encontro com jornalistas, o Sr. Sílvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, fez afirmações severamente preocupantes, sem apresentar evidências e dados. Em especial, correlaciona a privatização de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado e, ainda, expõe que essa privatização é inconstitucional e ilegal. Além disso, ao afirmar que a privatização favorece o crime organizado ter "mais um pedacinho do estado brasileiro", sugere ter conhecimento de casos em que o crime organizado já é possuidor de "pedacinhos" do Estado brasileiro. Diante disso, o presente Requerimento de Informação, com fundamento no art. 50, § 2º, da

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mostra-se como o instrumento adequado para que o Sr. Ministro Almeida elucide claramente essas afirmações e apresente as evidências da correlação da privatização de presídios com a abertura de espaço para o crime organizado e sua presença dentro do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de fevereiro de 2024.

Deputada Adriana Ventura

(NOVO-SP)

Deputado Marcel Van Hattem

(NOVO-RS)

Deputado Gilson Marques

(NOVO-SC)

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 154/2024

Autoria: Adriana Ventura, Marcel van Hattem e Gilson Marques

Destinatário: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ementa: Requer informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca do encontro que teve com com jornalistas, no dia 2/2/2024, em que, entre outros, correlaciona sem evidências a privatização de presídios com a infiltração do crime organizado.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 155, DE 2024
(da Srª. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre a situação alarmante de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo a óbitos e suicídios.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 155/2024

Autor: Silvia Waiãpi

Data da Apresentação: 08/02/2024

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre a situação alarmante de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo a óbitos e suicídios.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387871

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387871

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387872

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 20:25:19.990 - Mesa
RIC n.155/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre a situação alarmante de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo à óbitos e suicídios.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações à Ministra de Estado dos Povos Indígenas, senhora Sonia Guajajara, acerca da situação alarmante de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, conforme ampla divulgação na imprensa.

Desta forma, solicito que a Ministra informe:

a) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos últimos 6 (seis) meses, de indígenas da etnia Yanomami;
b) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos últimos 6 (seis) meses, de indígenas da etnia Yanomami, por faixa etária;
c) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos últimos 6 (seis) meses, de indígenas da etnia Yanomami, por motivo do óbito;
d) diagnóstico, fluxograma e/ou forma como o Ministério dos Povos Indígenas tem acompanhado e registrado estes óbitos;
e) a quantidade de falecimentos por suicídio entre os indígenas da etnia Suruwaha, nos últimos 6 (seis) meses;
f) diagnóstico, fluxograma e/ou forma como o Ministério dos Povos Indígenas tem acompanhado e registrado abandono de indígenas que tenham deficiência (física ou mental), com dados recentes.

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

LexEdit
CD245092035300

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245092035300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 20:25:19.990 - Mesa
RIC n.155/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

JUSTIFICATIVA

Dada a frequência crescente de notícias sobre a morte dos indígenas da etnia Yanomami, principalmente mortes de crianças por causas evitáveis, destacando a gravidade da crise de saúde e nutricional que afeta a comunidade e, sendo dever desta parlamentar indígena, mulher do norte e representante do Estado do Amapá, é dever cobrar uma resposta destas questões à Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

Há notícias, inclusive, que em 2023, até o mês de novembro, foram registrados mais de 162 (cento e sessenta e dois) óbitos de crianças de 0 a 4 anos.

Entretanto, o tema tão importante merece uma resposta afirmativa desta pasta, com números exatos sobre os óbitos dos indígenas da etnia Yanomami.

Por outro lado, um estudo indicou um total de 38 falecimentos por suicídio entre os Suruwaha, no período de 2008 à 2018[1], uma etnia com uma população que variava entre 153 e 155 pessoas na época do estudo. Esse número é significativamente alto, considerando o tamanho da população.

Logo, a gravidade desta questão também deve ser objeto da resposta da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, uma vez que não há dados oficiais para o ano de 2023.

Por fim, esta parlamentar vem buscando por informações e resultados diretamente relacionados ao abandono de indígenas devido a deficiências físicas ou mentais, ou quais etnias podem ser mais afetadas por essa questão.

É importante destacar que a falta de notícias específicas sobre este tema não significa que a questão não exista ou não seja relevante.

A ausência de cobertura pode refletir a necessidade de maior atenção e investigação por parte de autoridades para trazer à luz práticas que afetam negativamente a vida de indígenas com deficiência.

LexEdit
CD245092035300

[1] https://www.cshs.org.br/programacao/exibe_trabalho.php?id_trabalho=46693&id_atividade=5060&tipo=

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245092035300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 08/02/2024 20:25:19.990 - Mesa
RIC n.155/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

LexEdit
CD245092035300

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245092035300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 155/2024

Autoria: Silvia Waiãpi

Destinatário: Ministério dos Povos Indígenas

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre a situação alarmante de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo a óbitos e suicídios.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 156, DE 2024
(da Srª. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis em comunidades indígenas.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 156/2024

Autor: Silvia Waiãpi

Data da Apresentação: 09/02/2024

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis em comunidades indígenas.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387872

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387872

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387872

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 09:39:01.683 - Mesa
RIC n.156/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis em comunidades indígenas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações à Ministra de Estado dos Povos Indígenas, senhora Sonia Guajajara, sobre casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis em comunidades indígenas.

Desta forma, solicito que a Ministra informe:

a) a quantidade de estupros coletivos e estupro de vulneráveis registrados em terras indígenas, entre indígenas (vítima e autor) nos últimos 6 (seis) meses;
b) a quantidade de estupros coletivos e estupro de vulneráveis registrados em terras indígenas, entre indígenas (vítima e autor), por faixa etária;
c) a quantidade de estupros coletivos e estupro de vulneráveis registrados em terras indígenas, entre indígenas (vítima e autor), resultando em óbito;
d) a quantidade de DST´s registradas em terras indígenas, em vítimas entre indígenas, por tipo de doença;
e) diagnóstico, fluxograma e/ou forma como o Ministério dos Povos Indígenas tem acompanhado e registrado estes dados;

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

LexEdit
CD242568712300

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242568712300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 09:39:01.683 - Mesa
RIC n.156/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

JUSTIFICATIVA

Dada o crescente número de casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis, em terras indígenas, cometidos por indígenas da própria comunidade e, sendo dever desta parlamentar indígena, mulher do norte e representante do Estado do Amapá, é dever cobrar uma resposta destas questões à Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

O estupro é um crime sob a lei brasileira, e qualquer forma de violência sexual é condenada, independente da comunidade ou cultura em que ocorra. É importante abordar questões de violência dentro de qualquer comunidade com sensibilidade e respeito aos direitos humanos, evitando generalizações que possam estigmatizar grupos inteiros de pessoas.

Entretanto, se existem casos de violência sexual dentro de comunidades indígenas, esses casos devem ser tratados como violação da dignidade das vítimas, e não como expressões culturais. O foco deve estar em proteger as vítimas, prevenir futuras violências e garantir que os perpetradores sejam responsabilizados de acordo com a lei.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

LexEdit
CD242568712300

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242568712300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 156/2024

Autoria: Silvia Waiãpi

Destinatário: Ministério dos Povos Indígenas

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre casos de estupros coletivos e estupro de vulneráveis em comunidades indígenas.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 157, DE 2024
(da Srª. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre os dados de óbitos de indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo aos anos de 2022 e 2023.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 157/2024

Autor: Silvia Waiãpi

Data da Apresentação: 09/02/2024

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre os dados de óbitos de indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo aos anos de 2022 e 2023.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387873

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387873

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387872

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 09:48:52.710 - Mesa
RIC n.157/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre os dados de óbitos de indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo aos anos de 2022 e 2023.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações à Ministra de Estado dos Povos Indígenas, senhora Sonia Guajajara, acerca dos dados alarmantes de óbitos de diversas etnias indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, conforme ampla divulgação na imprensa.

Desta forma, solicito que a Ministra informe:

a) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos anos de 2022 e 2023, de indígenas da etnia Yanomami;
b) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos anos de 2022 e 2023, de indígenas da etnia Yanomami, por faixa etária;
c) a quantidade de óbitos registrados na Terra Indígena Yanomami, nos anos de 2022 e 2023, de indígenas da etnia Yanomami, por motivo do óbito;
d) diagnóstico, fluxograma e/ou forma como o Ministério dos Povos Indígenas tem acompanhado e registrado estes óbitos;
e) a quantidade de falecimentos por suicídio entre os indígenas da etnia Suruwaha, nos anos de 2022 e 2023;
f) diagnóstico, fluxograma e/ou forma como o Ministério dos Povos Indígenas tem acompanhado e registrado abandono de indígenas que tenham deficiência (física ou mental), com dados consolidados nos anos de 2022 e 2023.

LexEdit
CD245739467200

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245739467200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 09:48:52.710 - Mesa
RIC n.157/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

JUSTIFICATIVA

Dada a frequência crescente de notícias sobre a morte dos indígenas da etnia Yanomami, principalmente mortes de crianças por causas evitáveis, destacando a gravidade da crise de saúde e nutricional que afeta a comunidade e, sendo dever desta parlamentar indígena, mulher do norte e representante do Estado do Amapá, é dever cobrar uma resposta destas questões à Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

Há notícias, inclusive, que em 2023, até o mês de novembro, foram registrados mais de 162 (cento e sessenta e dois) óbitos de crianças de 0 a 4 anos.

Entretanto, o tema tão importante merece uma resposta afirmativa desta pasta, com números exatos sobre os óbitos dos indígenas da etnia Yanomami, nos anos de 2022 e 2023 (consolidado).

Por outro lado, um estudo indicou um total de 38 falecimentos por suicídio entre os Suruwaha, no período de 2008 à 2018[1], uma etnia com uma população que variava entre 153 e 155 pessoas na época do estudo. Esse número é significativamente alto, considerando o tamanho da população.

Logo, a gravidade desta questão também deve ser objeto da resposta da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, uma vez que não há dados oficiais para os anos de 2022 e 2023.

Por fim, esta parlamentar vem buscando por informações e resultados diretamente relacionados ao abandono de indígenas devido a deficiências físicas ou mentais, ou quais etnias podem ser mais afetadas por essa questão.

É importante destacar que a falta de notícias específicas sobre este tema não significa que a questão não exista ou não seja relevante.

[1] https://www.cshs.org.br/programacao/exibe_trabalho.php?id_trabalho=46693&id_atividade=5060&tipo=

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

LexEdit
CD245739467200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245739467200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 09:48:52.710 - Mesa
RIC n.157/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

A ausência de cobertura pode refletir a necessidade de maior atenção e investigação por parte de autoridades para trazer à luz práticas que afetam negativamente a vida de indígenas com deficiência.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

LexEdit
CD245739467200

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245739467200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 157/2024

Autoria: Silvia Waiãpi

Destinatário: Ministério dos Povos Indígenas

Ementa: Requer informações do Ministério dos Povos Indígenas, sobre os dados de óbitos de indígenas, principalmente Yanomamis e Suruwaha, relativo aos anos de 2022 e 2023.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 158, DE 2024
(do Sr. Luiz Lima)

Requer que sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde informações sobre a atual epidemia de dengue no Brasil

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 158/2024

Autor: Luiz Lima

Data da Apresentação: 09/02/2024

Ementa: Requer que sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde informações sobre a atual epidemia de dengue no Brasil

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387874

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387874

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387874

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito que Vossa Excelência encaminhe a Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima o presente requerimento de informação, pois diante do alarmante aumento dos casos de dengue e dengue hemorrágica em todo o país, gostaríamos de solicitar informações sobre as providências que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde para lidar com essa situação. Considerando a gravidade da questão e sua relevância para a saúde pública, gostaríamos de direcionar as seguintes perguntas:

Nesse sentido, pedimos esclarecer:

1. Qual é a avaliação atual do Ministério da Saúde sobre a situação epidemiológica da dengue e dengue hemorrágica no Brasil? Existem dados recentes que confirmem um aumento significativo nos casos?

2. Quais medidas estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde para conter a propagação da dengue e dengue hemorrágica? Isso inclui ações de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença.

3. Em relação à aquisição de vacinas contra a dengue, poderia nos informar sobre o status atual desse processo? Há planos para ampliar a oferta de vacinas e disponibilizá-las para a população de áreas com alta incidência da doença?

4. Quais estratégias estão sendo implementadas pelo Ministério da Saúde para informar e educar a população sobre a prevenção da dengue? Isso inclui campanhas de conscientização, distribuição de materiais educativos e envolvimento da comunidade local?

5. Como está sendo feito o monitoramento da situação da dengue em todo o país? Existem sistemas de vigilância epidemiológica eficazes para detectar precocemente surtos da doença e direcionar ações de controle?

6. Considerando a gravidade da dengue hemorrágica, quais são os protocolos e orientações do Ministério da Saúde para o tratamento de pacientes diagnosticados com essa forma mais grave da doença?

7. O que o Governo Federal tem feito para apoiar os municípios que decretaram emergência, devido ao surto de dengue?

JUSTIFICAÇÃO

É importante abordar os surtos de dengue com seriedade, pois a doença pode representar uma séria ameaça à saúde pública. A dengue é uma doença viral transmitida principalmente pelo mosquito Aedes aegypti e é endêmica em muitas partes do mundo.

Para lidar com o atual surto de dengue, as autoridades de saúde pública já deveriam ter implementado medidas para controlar a população de mosquitos, porém diante do surto de dengue, a população está refém da falta de atendimento médico e a insegurança de ser contaminado por esse vírus.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Mesmo com as políticas públicas já conhecidas, neste ano poderá ser o maior número de casos suspeitos, e provavelmente confirmados na historia do país.

É de suma importância e dever que o atual e as autoridades de saúde trabalhem de forma efetiva, visando o bem-estar e a preservação de vidas brasileiras.

Portanto, solicitamos que Vossa Excelência forneça esclarecimentos detalhados sofre o que o atual governo está fazendo para combater esse inimigo antigo.

Agradecemos antecipadamente por sua atenção a essas questões e por sua dedicação em garantir a saúde e o bem-estar da população brasileira.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2023

Deputado Federal LUIZ LIMA

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 158/2024

Autoria: Luiz Lima

Destinatário: Ministério da Saúde

Ementa: Requer que sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde informações sobre a atual epidemia de dengue no Brasil

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 159, DE 2024
(do Sr. Marangoni)

Solicita informações à Sra. Ministra dos Povos Indígenas a respeito de ações e estudos da FUNAI em São Paulo.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 159/2024

Autor: Marangoni

Data da Apresentação: 09/02/2024

Ementa: Solicita informações à Sra. Ministra dos Povos Indígenas a respeito de ações e estudos da FUNAI em São Paulo.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387875

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387875

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387875

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 16:27:10.750 - MESA
RIC n.159/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2024
(Do Sr. Marangoni)

Solicita informações à Sra. Ministra dos Povos Indígenas a respeito de ações e estudos da FUNAI em São Paulo

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações à Ministra dos Povos Indígenas, Sra. Sonia Guajajara, no sentido de esclarecer a esta casa sobre a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, no âmbito que solicitamos informações detalhadas sobre:

1. Estudos e ações que têm sido implementados na área do Jaraguá, incluindo a extensão territorial exata que está sob análise para a eventual demarcação e o estágio atual desses estudos.
2. Desafios técnicos, legais e socioambientais a FUNAI identificou até o momento no processo de demarcação das terras na região do Jaraguá.
3. Quais medidas propostas ou em desenvolvimento pela FUNAI para abordar as questões de desenvolvimento habitacional e a coexistência com as comunidades indígenas na região do Jaraguá
4. Quais foram as mudanças, ocorridas nos últimos 7 anos, na governança ou nas diretrizes de decisão dentro da FUNAI que afetaram os critérios de licenciamento para projetos próximos às terras indígenas do Jaraguá
5. Registros de casos precedentes em que dispensas de licenciamento foram concedidas para projetos habitacionais na região do Jaraguá ou em áreas próximas às terras indígenas, bem como a avaliação qualitativa e quantitativa de quantos projetos estão em domínio da equipe da FUNAI pendentes de deliberação e o tempo médio de deliberação atual da referida Fundação
6. Se a FUNAI e o Ministério dos Povos Indígenas estão cientes dos projetos habitacionais na região do Jaraguá, que atualmente enfrentam riscos de inviabilização devido à espera por avaliação e licenciamento pela FUNAI
7. Estudo ou panorama sobre esse acompanhamento de projetos habitacionais dependentes de licenciamento da FUNAI, incluindo o número de famílias afetadas pela espera e como essa situação se compara ao tratamento dispensado a projetos semelhantes em áreas próximas às terras indígenas, considerando os precedentes de dispensas de licenciamento concedidas nos últimos anos

LexEdit
CD240965510600

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Gabinete: 609 - Anexo IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3215-5609 - Email: dep.marangoni@camara.gov.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240965510600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 09/02/2024 16:27:10.750 - MESA
RIC n.159/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento busca esclarecer ações, estudos, desafios, possíveis soluções e diretrizes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Ministério dos Povos Indígenas, com foco específico na área do Jaraguá, devido ao seu papel crítico no equilíbrio entre desenvolvimento habitacional e a integração com a comunidade indígena local.

A urgência é amplificada pela situação de projetos habitacionais que, destinados a atender às necessidades de moradia de populações de baixa renda, encontram-se em risco de inviabilização devido a atrasos no processo de licenciamento ambiental. A potencial perda de moradia para centenas de famílias evidencia a necessidade de uma atuação ponderada e eficaz por parte da FUNAI.

Claramente, a busca por soluções que harmonizem os interesses de desenvolvimento habitacional com a consideração justa às comunidades indígenas locais é uma prioridade. Temos aqui o intuito de esclarecer quais iniciativas, inclusive com apoio desta Casa, estão sendo ou ainda podem ser propostas e como os procedimentos de licenciamento estão sendo adaptados para responder a essas necessidades.

O foco deste requerimento é, portanto, obter uma visão clara das iniciativas e estudos conduzidos pela FUNAI, entender os desafios no processo de demarcação e licenciamento, e identificar soluções que promovam efetivamente o desenvolvimento habitacional. Essas informações são vitais para garantir que as ações de todos estejam alinhadas com o objetivo de assegurar dignidade habitacional para a população, respeitando o contexto local e as necessidades da comunidade indígena.

Solicitamos, assim, uma atenção prioritária e respostas detalhadas da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas, contribuindo para a formulação de políticas que enderecem de maneira eficaz e equilibrada os desafios habitacionais na região do Jaraguá.

Sala da Comissão, de de 2024

Deputado **MARANGONI**

LexEdit
CD240965510600

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Gabinete: 609 - Anexo IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3215-5609 - Email: dep.marangoni@camara.gov.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240965510600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 159/2024

Autoria: Marangoni

Destinatário: Ministério dos Povos Indígenas

Ementa: Solicita informações à Sra. Ministra dos Povos Indígenas a respeito de ações e estudos da FUNAI em São Paulo.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 160, DE 2024
(da Srª. Julia Zanatta)

Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski sobre a fuga de prisioneiros de presídio de segurança máxima e prioridades da Pasta.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 160/2024

Autor: Julia Zanatta

Data da Apresentação: 14/02/2024

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski sobre a fuga de prisioneiros de presídio de segurança máxima e prioridades da Pasta.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387876

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387876

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387876

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 14/02/2024 18:47:18.590 - MESA
RIC n.160/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024.

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Ricardo Lewandowski** sobre a fuga de prisioneiros de presídio de segurança máxima e prioridades da Pasta.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2°, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito seja encaminhado ao Sr. Ministro Justiça e Segurança Pública o seguinte pedido de informações:

Entre 2011 e 2021, segundo atlas da violência 2023, o Brasil registrou 616 mil homicídios. Houve ainda quase 127 mil mortes violentas cuja causa não foi identificada, além de outras 49 mil mortes com características de homicídio que ficaram de fora das estatísticas, indicando que o número de homicídios pode estar subestimado.

A taxa de homicídios no Brasil ficou em 23,4 por grupo e 100 mil habitantes, isso é quase 20 vezes a da Europa. O Estado do Amapá com 50,6 e da Bahia com 47,1 são os Estados brasileiros mais violentos registrados pelo Atlas.

LexEdit
CD242325894600

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 448 | 70100-970 Brasília DF
Tel (61) 3215-5448 | dep.juliazanatta@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242325894600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 14/02/2024 18:47:18.590 - MESA
RIC n.160/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

Segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a população prisional no Brasil alcançou 832.295 pessoas entre 2000 e 2022, um aumento de 257%. O déficit de vagas nas prisões gira em torno de 236 mil.

Diante desse quadro, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

a) Quais as medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre o julgamento da ADPF 347 que deu prazo de seis meses seis meses para que o Governo Federal elabore um plano de intervenção para resolver a situação, com diretrizes para reduzir a superlotação dos presídios, o número de presos provisórios e a permanência em regime mais severo ou por tempo superior ao da pena?

b) Quais providências estão sendo tomadas diante da fuga inédita de presos de presídio de segurança máxima? De que forma os presos fugiram, se houve ajuda interna e o que está sendo feito para que não volte a acontecer?

c) Em recente entrevista, o indicado para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, se declarou simpático ao que ficou convencionado como "instituto da saidinha". Gostaria de saber de vossa excelência qual é a posição oficial do Ministério a este respeito e se há algum projeto para reduzir as regras e consequentemente aumentar a saída temporária de encarcerados?

d) Quais serão as prioridades do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o ano de 2024 e anos subsequentes tendo em vista a escalada da violência no Brasil?

LexEdit
CD242325894600

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 448 | 70100-970 Brasília DF
Tel (61) 3215-5448 | dep.juliazanatta@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242325894600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 14/02/2024 18:47:18.590 - MESA
RIC n.160/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

e) O Ministério enviará proposta de lei ao Congresso Nacional para endurecer as penas tendo em vista que os delinquentes são presos e liberados constantemente voltando a incorrer em crimes cada vez mais graves?

f) Qual providência este Ministério vai tomar sobre a grave crise na segurança pública tomada por facções criminosas o que vem desencadeando em fuga massiva de presos com alta periculosidade?

g) Quais são os principais programas tocados por este Ministério e qual o montante de financiamentos destinados a eles?

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 24

Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC)

LexEdit
CD242325894600

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 448 | 70100-970 Brasília DF
Tel (61) 3215-5448 | dep.juliazanatta@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242325894600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 160/2024

Autoria: Julia Zanatta

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski sobre a fuga de prisioneiros de presídio de segurança máxima e prioridades da Pasta.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 161, DE 2024
(do Sr. Maurício Carvalho)

Requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, informações acerca da fuga de detentos de uma penitenciária federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 161/2024

Autor: Maurício Carvalho

Data da Apresentação: 14/02/2024

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, informações acerca da fuga de detentos de uma penitenciária federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387877

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387877

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387873

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 14/02/2024 18:52:41.570 - MESA
RIC n.161/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº_____, DE 2024

(Do Sr. MAURÍCIO CARVALHO)

Requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, informações acerca da fuga de detentos de uma penitenciária federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, §2º da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, informações acerca da fuga de detentos de uma penitenciária federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A fuga de dois detentos representa um grave incidente no sistema penitenciário federal e levanta preocupações quanto à segurança e eficácia das medidas adotadas pelo Governo Federal para a prevenção de fugas e controle de presídios de segurança máxima. Gostaria de destacar que essa foi a primeira vez na história que houve uma fuga de uma penitenciária federal no Brasil, o que torna o caso ainda mais alarmante e necessitado de esclarecimentos.

O caso foi amplamente divulgado na imprensa nesta quarta-feira (14) e, diante do exposto, gostaria de solicitar as seguintes informações:

1. **Quais medidas foram adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para prevenir a fuga de detentos em penitenciárias federais?**
2. **Qual foi o protocolo seguido no caso específico da fuga dos presos da penitenciária de Mossoró? Houve alguma falha identificada nos procedimentos de segurança da referida penitenciária?**
3. **A Polícia Federal já determinou a abertura de alguma investigação para apurar as circunstâncias da fuga e identificar possíveis responsáveis?**

LexEdit
CD249673557400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249673557400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 14/02/2024 18:52:41.570 - MESA
RIC n.161/2024

4. **Quais são as ações planejadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para capturar imediatamente os fugitivos e evitar que representem uma ameaça à segurança nacional?**

JUSTIFICAÇÃO

A fuga dos detentos da Penitenciária Federal de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, é um evento de extrema gravidade que demanda uma investigação detalhada e ações imediatas por parte do Governo Federal.

Esta ocorrência representa um marco infeliz para o nosso país, afinal, é a primeira fuga registrada na história do sistema penitenciário federal brasileiro. Tal fato levanta sérias preocupações sobre a eficácia dos protocolos de segurança em penitenciárias de segurança máxima e sobre a atuação do Governo Federal no âmbito da Segurança Pública.

Diante da relevância e urgência do assunto, torna-se essencial solicitar esclarecimentos ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, responsável pela gestão e supervisão do sistema penitenciário federal, a fim de entender as circunstâncias que levaram à fuga dos presos. Além disso, é mais do que necessário buscar informações sobre as medidas que estão sendo e serão tomadas pelo Governo para recapturar os fugitivos e evitar que situações semelhantes ocorram novamente.

O papel do Parlamento, além de legislar, é fiscalizar e garantir que políticas públicas fundamentais, como as relacionadas à segurança pública, sejam implementadas e executadas de forma eficaz. Nesse sentido, o presente requerimento de informação visa não apenas obter esclarecimentos sobre o ocorrido no estado do Rio Grande do Norte, mas também assegurar que medidas sejam tomadas e que a sociedade brasileira esteja segura.

LexEdit
CD249673557400

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2024.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO

UNIÃO/RO

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249673557400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 161/2024

Autoria: Maurício Carvalho

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, informações acerca da fuga de detentos de uma penitenciária federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 162, DE 2024
(da Srª. Cristiane Lopes)

Solicita esclarecimentos a Sr.ª Ministra da Saúde, acerca da demora do governo federal na aquisição da vacina contra a dengue e os motivos pelos quais nenhuma cidade do estado de Rondônia foi incluída na primeira fase de distribuição da referida vacina.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 162/2024

Autor: Cristiane Lopes

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Solicita esclarecimentos a Sr.ª Ministra da Saúde, acerca da demora do governo federal na aquisição da vacina contra a dengue e os motivos pelos quais nenhuma cidade do estado de Rondônia foi incluída na primeira fase de distribuição da referida vacina.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387878

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387878

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387878

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 08:32:15.213 - MESA
RIC n.162/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Cristiane Lopes

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Da Sra. Cristiane Lopes)

Solicita esclarecimentos a Sr.ª Ministra da Saúde, acerca da demora do governo federal na aquisição da vacina contra a dengue e os motivos pelos quais nenhuma cidade do estado de Rondônia foi incluída na primeira fase de distribuição da referida vacina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal e conforme os artigos 115 e 116 do Regimento Interno, venho por meio deste requerer a Vossa Excelência que, após consulta à Mesa, sejam requeridas à Senhora Ministra da Saúde informações detalhadas acerca dos entraves encontrados pelo governo federal no processo de aquisição da vacina contra a Dengue.

Dada a relevância deste assunto para a saúde pública e a urgência imposta pelo crescente número de casos de dengue no país, especialmente em períodos de maior incidência de chuvas, solicito esclarecimentos sobre os seguintes pontos, os quais se mostram cruciais para o entendimento e a avaliação das políticas públicas vigentes e das ações do governo federal:

1) Especificar as causas diretas que têm contribuído para o atraso na compra da vacina contra a dengue pelo governo federal. Existem entraves técnicos, regulatórios ou financeiros que estejam impactando a aquisição da vacina? Se sim, quais seriam e quais medidas estão sendo tomadas para superá-los?

2) Qual o plano estratégico do governo federal para a aquisição das vacinas contra a dengue, particularmente em vista do aumento sazonal de casos? Por que as vacinas não foram adquiridas de forma antecipada e em quantidade suficiente para cobrir todas as regiões?

3) Por que nenhum município do estado de Rondônia foi incluído na primeira lista de distribuição da vacina contra a dengue,[1] considerando que a maioria

[1] https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/26/entenda-por-que-nenhuma-cidade-de-rondonia-esta-

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243290108200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cristiane Lopes
3 1 5
LexEdit
CD243290108200
Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 08:32:15.213 - MESA
RIC n.162/2024

de suas cidades enfrenta atualmente surtos da doença, especialmente levando em conta a localização do estado na região amazônica, que é notoriamente propensa a tais surtos?[2]

4) Quais critérios o governo adotou para definir a distribuição das doses da vacina contra a dengue, dado que somente 1,1% da população será vacinada e que a distribuição das doses será realizada de maneira gradual até novembro deste ano?[3]

5) Considerando o recorde de mortes por dengue registrado no Brasil em 2023, que critérios embasaram a decisão do Ministério da Saúde de priorizar o desenvolvimento de uma vacina nacional contra a dengue, ainda em fase de pesquisa pelo Instituto Butantan desde 2009, em vez de optar pela vacina importada do laboratório japonês Takeda, que já foi aprovada pela Anvisa em março de 2023 com 80% de eficácia comprovada?[4]

Adicionalmente, solicito que sejam fornecidas informações pertinentes acerca da alocação de recursos pelo governo, especialmente no que tange à investimentos na prevenção de desastres relacionados à saúde pública.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os alarmantes dados epidemiológicos relacionados à dengue no Brasil, é imperativo que o Parlamento exerça seu papel fiscalizador e busque esclarecimentos sobre as políticas e decisões adotadas pelo Ministério da Saúde em relação à vacinação contra essa enfermidade. O aumento significativo no número de casos de dengue, com um recorde de mortes registradas, e a existência de uma vacina aprovada pela Anvisa desde março de 2023 que não foi prontamente disponibilizada à população, demandam uma análise rigorosa das ações do governo.

A situação é particularmente crítica em Rondônia, onde a maioria dos municípios

LexEdit
CD243290108200

---

na-primeira-lista-de-distribuicao-da-vacina-contra-dengue.ghtml

[2] https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/02/07/maioria-dos-municipios-de-rondonia-estao-em-surto-de-dengue-aponta-boletim.ghtml

[3] https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/01/brasil-tem-doses-para-vacinar-apenas-11-da-populacao-contra-a-dengue.shtml

[4] https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2023/07/dengue-ministerio-da-saude-prioriza-produto-nacional-e-vacina-deve-ficar-para-2025.ghtml

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243290108200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cristiane Lopes
3 1 6

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 08:32:15.213 - MESA
RIC n.162/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Cristiane Lopes

enfrentam surtos de dengue, e nenhum deles foi incluído na primeira lista de distribuição da vacina divulgada pelo Ministério da Saúde.

Ademais, a preferência por uma vacina em desenvolvimento nacional pelo Instituto Butantan desde 2009, apesar da alternativa comprovadamente eficaz já disponível, gera questionamentos sobre a eficiência e adequação das respostas à crise de saúde pública atual. Além disso, levanta-se a preocupação com a capacidade de resposta do sistema de saúde diante de ameaças epidemiológicas significativas, onde a morosidade na aquisição da vacina pode resultar em graves consequências para a população.

Portanto, este requerimento é essencial para esclarecer os critérios utilizados na priorização de um imunizante nacional ainda em fase de aprovação, em detrimento de uma vacina estrangeira já aprovada, e para entender as razões do atraso na aquisição e distribuição da vacina. A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir a confiança pública nas medidas adotadas pelo Ministério da Saúde e para assegurar a proteção da saúde dos cidadãos brasileiros frente à dengue.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2024.

CRISTIANE LOPES
Deputada Federal União Brasil/RO

LexEdit
CD243290108200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243290108200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cristiane Lopes

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 162/2024

Autoria: Cristiane Lopes

Destinatário: Ministério da Saúde

Ementa: Solicita esclarecimentos a Sr.ª Ministra da Saúde, acerca da demora do governo federal na aquisição da vacina contra a dengue e os motivos pelos quais nenhuma cidade do estado de Rondônia foi incluída na primeira fase de distribuição da referida vacina.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 163, DE 2024
(do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, informações a respeito da vacinação contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 163/2024

Autor: Capitão Alberto Neto

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer da Excelentíssima Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, informações a respeito da vacinação contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387879

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387879

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387879

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado requerimento de informações a respeito da vacinação contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

1. O Ministério tem realizado estudos a respeito da vacinação para os idosos e para as gestantes? Já existem dados a respeito desse grupo? Se sim, encaminhar.
2. Qual a expectativa para que esse grupo seja considerado elegível à vacinação?
3. Qual o cronograma do Governo Federal na aquisição e distribuição das vacinas?
4. A quantidade adquirida será suficiente para imunizar toda a população?
5. Qual o programa do Governo para auxiliar os hospitais que estão lotados de pacientes internados com casos graves?

Justificativa

O Brasil alcançou 512.353 casos prováveis de dengue, de acordo com os dados do Ministério da Saúde divulgados nesta segunda-feira (12). Apenas neste ano, 75 mortes foram confirmadas pela doença e outras 340 estão em investigação.

O número de casos quadruplicou em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 128.842 casos prováveis de dengue.

Ressalta-se, ainda, que desde março de 2023, com a aprovação da Anvisa, clínicas particulares já estavam autorizadas a encomendar o imunizante da farmacêutica japonesa Takeda. Os idosos, embora seja o grupo com maior número de hospitalizações, não foram priorizados na vacinação contra a dengue por causa da ausência de dados sobre a eficácia da vacina Qdenga em pessoas com mais de 60 anos, assim como as gestantes. Dessa forma, é preciso entender qual a previsão para que tais grupos sejam considerados elegíveis a imunização.

Assim, encaminho os questionamentos acima para que o Ministério da Saúde responda sobre o plano de governo no que concerne à imunização da população e auxilio aos estados e municípios com o aumento do número de casos e hospitais lotados em internações.

Brasília, 15 de fevereiro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO

PL/AM

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 163/2024

Autoria: Capitão Alberto Neto

Destinatário: Ministério da Saúde

Ementa: Requer da Excelentíssima Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, informações a respeito da vacinação contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 164, DE 2024
(do Sr. Alfredo Gaspar)

Requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito da primeira fuga de prisioneiros de um presídio federal de segurança máxima no Brasil e sobre o planejamento da pasta para a política penal.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 164/2024

Autor: Alfredo Gaspar

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito da primeira fuga de prisioneiros de um presídio federal de segurança máxima no Brasil e sobre o planejamento da pasta para a política penal.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387880

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387880

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387883022

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito da primeira fuga de prisioneiros de um presídio federal de segurança máxima no Brasil e sobre o planejamento da pasta para a política penal, sem prejuízo de demais dados ou elementos que possam contribuir ao conhecimento da questão, a saber:

1. Quantos detentos estão atualmente nos presídios federais do Brasil?
2. Qual a capacidade de detentos em cada um dos cinco presídios federais?
3. Qual o custo mensal de cada detento em presídio federal?
4. Houve algum informe de inteligência sobre uma possível fuga no presídio federal de Mossoró/RN? Se sim, quando e que providências foram tomadas?
5. A estrutura de segurança física e humana dos cinco presídios federais é igual? Se sim, quais providências foram adotadas para torná-las mais seguras?
6. Quanto tempo após a fuga no dia 14/02/2024 os sistemas de segurança do presídio federal, da segurança pública estadual e da segurança pública federal tomaram conhecimento da ocorrência?
7. Essas duas fugas tiveram participação de agentes internos do sistema prisional?
8. Houve falha na estrutura do Senappen para identificar potencial risco à segurança do presídio federal de Mossoró/RN? Se sim, como será corrigida?
9. Recentemente, apresentei o RIC 4/2023 endereçado ao MJSP. Dentre as informações solicitadas a essa pasta, encontra-se a seguinte: "Qual o planejamento de política pública que o MJSP terá para controlar e combater os problemas de segurança dentro dos presídios federais, dado o controle das facções criminosas nesses locais?" Reitero a pergunta e acrescento: qual o planejamento para que novas evasões não ocorram em presídios federais considerados de segurança máxima?

JUSTIFICAÇÃO

Apresentei, no dia 05/02 do presente ano, o RIC 4/2024. O objetivo, compreender o planejamento que o MJSP adotará, sob a gestão do ministro Ricardo Lewandovksi, para a para a área de segurança pública, especialmente sobre a prevenção e combate ao crime organizado e à corrupção.

Menos de quinze dias depois, o país toma conhecimento da primeira fuga bem sucedida de um presídio federal, localizado em Mossoró/RN, considerado de segurança máxima, de dois criminosos ligados ao Comando Vermelho[16].

A realidade se impõe sempre que confrontada a tentativas de manipulação, como infelizmente vimos na apresentação do balanço da gestão Flavio Dino à frente do MJSP. Não à toa, externei minha preocupação associada a duas pesquisas recentes que captaram o sentimento de insegurança que grassa no seio da sociedade brasileira, conforme mostrei no referido RIC 4/2024.

Que fique claro que a área de segurança pública exige o máximo respeito e seriedade. Exige, por conseguinte, uma gestão experiente, com políticas intensivas de prevenção e combate à criminalidade, dentro ou fora dos presídios. Jamais serei um torcedor do "quanto pior, melhor", dada minha oposição ao governo federal. Mas sim, um fiscalizador sereno, porém firme, bem como um deputado com disposição para contribuir com ideias legislativas no combate ao crime organizado.

[16] https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/14/fuga-dois-internos-presidio-federal-mossoro-rn.amp.htm

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

As perguntas aqui elencadas buscam, primeiramente, um diagnóstico da real situação prisional dos presídios federais. Em seguida, avançam no sentido de entender como se deu a fuga do presídio federal de Mossoró, assim como se é possível identificar as possíveis falhas de gestão que permitiram tal crime. Por fim, reiterando a questão levantada no RIC 4/2024, compreender o planejamento que se pretende exitoso na segurança penal do país.

Reforçando o que escrevi em 05/02/2024: o trabalho do ministro Ricardo Lewandovski será árduo. E precisará de todo apoio institucional, especialmente do Legislativo, para entregar o que tanto anseia nossa população: sentir-se mais segura.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2024

ALFREDO GASPAR
Deputado Federal
União Brasil – AL

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 164/2024

Autoria: Alfredo Gaspar

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública a respeito da primeira fuga de prisioneiros de um presídio federal de segurança máxima no Brasil e sobre o planejamento da pasta para a política penal.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 165, DE 2024
(do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre uma carta de intenções do BNDES para o financiamento da construção de sua segunda Planta Greentech de lítio, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 165/2024

Autor: Capitão Alberto Neto

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre uma carta de intenções do BNDES para o financiamento da construção de sua segunda Planta Greentech de lítio, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387881

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387881

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/238788

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre uma carta de intenções do BNDES, para o financiamento da construção de sua segunda Planta Greentech de lítio, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Diante do exposto solicito:

1) Existe Programa estruturante no Ministério que destinem recursos para investimento de lítio?

2) Que garantias e ou proteção teremos com os financiamentos concedidos pela instituição financeira de caráter social do Brasil – BNDS?

3) Qual a pegada sustentável para afirmar que seu lítio é verde?

Justificação

Sendo autor de um Projeto de Lei que sugere maior proteção aos novos financiamentos concedidos pela instituição financeira de caráter social do Brasil - BNDS, continuando assim, firme no meu propósito de lutar pela garantia do cumprimento do que está na Constituição Federal, como também de outras prerrogativas legais.

O Projeto de Lei preconiza uma proteção e estabelece o cumprimento de prerrogativas legais já existentes em relação às atividades de financiamento do referido banco.

Não é de agora que o pleito de diversas questões, sendo polêmicas ou não, estão inseridas no contexto do meu trabalho. Estou, com isso, reivindicando uma postura diferente de investimento no país. Devemos ajudar sim, mas não podemos deixar de priorizar empregos e renda. O BNDES deve financiar projetos no Brasil, tendo em vista que estamos nos recuperando de uma tremenda crise financeira, em um momento de pós-Covid e em uma crise com a Dengue, assombrando a população.

Meus Projetos possuem teor protecionista. Afinal, o passado de desilusões inadimplentes não traz boas recordações para a memória do BNDES e para o bolso do brasileiro, basta recordar a inadimplência de 4,6 bilhões de reais somando as dívidas da Venezuela e de Cuba, de R$ 618 milhões de reais de Moçambique, calculados até 2022, atualmente o valor já ultrapassou essa cifra. Pelo visto, investir em novos financiamentos é, praticamente, um anúncio de novos calotes. Todas as duas iniciativas pretendem inibir, mais uma vez, na história do Brasil, o benefício para as próprias empresas envolvidas, a exemplo, como

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

foi com uma delas, a Odebrecht, e para o partido que estava envolvido no contexto da liderança dessas negociações na época, o PT.

Segundo matéria publicada https://www.seudinheiro.com/2024/empresas/litio-petroleo-branco-sigma-lithium-bndes-rsgp/, a Sigma Lithium recebeu uma carta de intenções do BNDES para o financiamento da construção de sua segunda Planta Greentech de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. O lítio costuma ser chamado de petróleo branco, devido a sua coloração. Mas a Sigma recorre a uma pegada sustentável para afirmar que seu lítio é verde. O investimento previsto pela empresa é de R$ 492 milhões e as obras devem começar ainda no primeiro trimestre, ao término da estação das chuvas na região. Com a segunda Planta Greentech, a companhia espera aumentar a capacidade de produção de lítio em aproximadamente 240 mil toneladas (com capacidade estimada de 6% de Li2O). Se a projeção se confirmar, a capacidade anual de produção deve atingir 510 mil toneladas. A companhia fez o primeiro embarque do produto no ano passado.

Um carregamento de 15 mil toneladas de lítio e 16,5 mil toneladas de subprodutos processados foi exportado para a China. A produção de lítio é voltada cada vez mais para baterias de carros elétricos.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 15 de fevereiro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal

PL-AM

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 165/2024

Autoria: Capitão Alberto Neto

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Ementa: Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre uma carta de intenções do BNDES para o financiamento da construção de sua segunda Planta Greentech de lítio, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 166, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba paulistas 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 166/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba paulistas 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387882

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387882

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387883230

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 13:52:00.087 - MESA
RIC n.166/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2024
(Do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante)

Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba paulistas 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado à Senhora Ministra de Estado da Cultura, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba paulistas 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Considerando a importância deste tema, gostaria de obter os seguintes esclarecimentos.

1. Solicito fornecer uma lista simples com a quantidade de projetos aprovados aptos para receberem recursos via Lei Rouanet, de todas as escolas de samba de São Paulo, em 2023/2024.

2. Solicito fornecer um relatório detalhado sobre o processo de aprovação de cada projeto, incluindo suas respectivas justificativas.

3. Solicito um relatório que apresente os valores captados por cada escola de samba de São Paulo, acompanhados de suas respectivas justificativas individualizadas.

Sala das Sessões, em de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

LexEdit
CD242439168100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242439168100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 166/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério da Cultura

Ementa: Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba paulistas 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 167, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba do Rio de Janeiro 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 167/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba do Rio de Janeiro 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387883

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387883

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387883

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 13:52:00.087 - MESA
RIC n.167/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2024
(Do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante)

Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba do Rio de Janeiro 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado à Senhora Ministra de Estado da Cultura, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba do Rio de Janeiro 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Considerando a importância deste tema, gostaria de obter os seguintes esclarecimentos.

1. Solicito fornecer uma lista simples com a quantidade de projetos aprovados aptos para receberem recursos via Lei Rouanet, de todas as escolas de samba do Rio de Janeiro, em 2023/2024.

2. Solicito fornecer um relatório detalhado sobre o processo de aprovação de cada projeto, incluindo suas respectivas justificativas.

3. Solicito um relatório que apresente os valores captados por cada escola de samba do Rio de Janeiro, acompanhados de suas respectivas justificativas individualizadas.

Sala das Sessões, em de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

LexEdit
CD244288177300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244288177300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 167/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério da Cultura

Ementa: Requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, informações referentes a gastos destinados às escolas de samba do Rio de Janeiro 2023/2024, por meio da Lei Rouanet.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 168, DE 2024
(do Sr. Marangoni)

Requer informações à Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, referentes à regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 168/2024

Autor: Marangoni

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer informações à Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, referentes à regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387884

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387884

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/238788

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 14:56:32.297 - Mesa
RIC n.168/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2024

(**Do Sr. MARANGONI**)

Requer informações à Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, referentes à regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2°, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer sejam solicitadas informações à Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, referentes à regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021.

Para tanto, requer informações dos seguintes apontamentos:

1 – Apresentar cronograma para a regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021, inclusive quanto ao termo final para apresentação do texto que se destinará a estabelecer as diretrizes para a atividade de reciclagem;

2 - Apresentar relatórios de reuniões realizadas pela Comissão Nacional de Incentivo à Reciclagem – CNIR -, criada pela Portaria GM/MMA nº 539, de 6 de junho de 2023 e prevista no art. 14 da Lei nº 14.260/2021;

3 – Apresentar possível previsão orçamentária para os Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle), cujos recursos serão destinados ao atendimento da lei.

LexEdit
CD248582469800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248582469800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 14:56:32.297 - Mesa
RIC n.168/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

JUSTIFICATIVA

A preservação do meio ambiente tornou-se uma missão imperativa em face dos desafios ambientais que nosso planeta enfrenta. Nesse contexto, o incentivo à reciclagem e a promoção da sustentabilidade emergem como pilares fundamentais para a construção de um futuro mais equilibrado e responsável.

A reciclagem desempenha um papel crucial na redução da quantidade de resíduos sólidos que a sociedade gera diariamente. Ao converter materiais descartados em novos produtos, evitamos a sobrecarga dos aterros sanitários e a poluição ambiental. Além disso, a reciclagem contribui para a preservação de recursos naturais preciosos, como metais, plásticos e papel, que são muitas vezes extraídos de maneira insustentável.

O incentivo à reciclagem não é apenas uma questão ambiental, mas também econômica. Ao incentivar práticas sustentáveis, promovemos a criação de empregos na indústria de reciclagem e fomentamos uma economia circular. Isso significa que os materiais são reutilizados e reintegrados na cadeia produtiva, reduzindo a dependência de recursos virgens e minimizando os impactos ambientais associados à extração e produção.

A Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021, que estabelece incentivos à indústria da reciclagem, não fora regulamentada pela Pasta, sendo crucial que o governo adote políticas públicas capazes de promover a reciclagem e a sustentabilidade.

Ao incentivar a reciclagem, estamos investindo não apenas em práticas ambientalmente responsáveis, mas também em um futuro mais próspero e equitativo. Essa abordagem não apenas atende às demandas da atualidade, mas constrói as bases para um mundo onde os resíduos se tornam recursos valiosos, impulsionando o ciclo sustentável da economia global.

LexEdit
CD248582469800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248582469800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 14:56:32.297 - Mesa
RIC n.168/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

As razões expostas justificam o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

FERNANDO MARANGONI
UNIÃO/SP

LexEdit
CD248582469800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248582469800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 168/2024

Autoria: Marangoni

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ementa: Requer informações à Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, referentes à regulamentação da Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 169, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Solicita ao Senhor Ministro da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca do envio de 125 toneladas de alimentos para Cuba.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 169/2024

Autor: Sóstenes Cavalcante

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Solicita ao Senhor Ministro da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca do envio de 125 toneladas de alimentos para Cuba.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387885

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387885

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387885

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 15:23:34.640 - Mesa
RIC n.169/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2024
(Do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante)

Solicita ao Senhor Ministro da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca do envio de 125 toneladas de alimentos para Cuba.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao senhor Ministro da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca do envio de 125 toneladas de alimentos para Cuba.

Considerando a importância deste tema, gostaria de obter os seguintes esclarecimentos:

1. Gostaria de esclarecimentos detalhados sobre os critérios utilizados para a seleção de Cuba como destino específico para o envio desses alimentos. Havia outros países considerados para receber essa assistência alimentar?

2. Qual é o impacto esperado desse envio de alimentos na segurança alimentar e nutricional de Cuba? Existem métricas ou indicadores específicos que serão monitorados para avaliar esse impacto?

3. Poderia o Senhor Ministro fornecer informações sobre a origem dos alimentos enviados? São produtos cultivados ou produzidos nacionalmente ou foram adquiridos de outras fontes?

4. Há algum tipo de contrapartida ou acordo estabelecido com o governo de Cuba em troca desse envio de alimentos? Em caso afirmativo, quais são os termos desse acordo?

5. Como será realizada a supervisão e o monitoramento da distribuição dos alimentos uma vez que cheguem a Cuba? O governo brasileiro ou alguma organização internacional terá um papel ativo nesse processo?

LexEdit
CD247108041100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247108041100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 15:23:34.640 - Mesa
RIC n.169/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)**

6. Além dos Emirados Árabes Unidos, há outros parceiros internacionais envolvidos nessa operação conjunta? Se sim, quais são esses parceiros e qual é a natureza de sua contribuição?

Agradeço antecipadamente pela atenção e cooperação na prestação dessas informações fundamentais para o esclarecimento público sobre esse importante tema.

Sala das Sessões, em de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

LexEdit
CD247108041100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247108041100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 169/2024

Autoria: Sóstenes Cavalcante

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Solicita ao Senhor Ministro da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca do envio de 125 toneladas de alimentos para Cuba.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 170, DE 2024
(da Srª. Simone Marquetto)

Solicita informações ao Ministro da Educação (MEC) sobre o documento aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, que vai traçar diretrizes nacionais para a educação nos próximos 10 anos.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 170/2024

Autor: Simone Marquetto

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Educação (MEC) sobre o documento aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, que vai traçar diretrizes nacionais para a educação nos próximos 10 anos.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387886

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387886

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387883645

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 15:53:09.560 - Mesa
RIC n.170/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2024
(Da Sra. SIMONE MARQUETTO)

Solicita informações ao Ministro da Educação (MEC) sobre o documento aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, que vai traçar diretrizes nacionais para a educação nos próximos 10 anos.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho requerer a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação sobre o documento aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, que vai traçar diretrizes nacionais para a educação nos próximos 10 anos.

Há informações sobre supostas manobras para incluir ideologias na educação nos próximos 10 anos, durante a CONAE 2024. Diante da relevância do tema e da importância da transparência nas políticas educacionais, gostaria de solicitar uma cópia do documento final aprovado com propostas para novo Plano Nacional de Educação e, as seguintes informações:

1) Quais são os objetivos da CONAE 2024 e quais temas foram discutidos durante a conferência?

2) Existe alguma proposta relacionada à inclusão de ideologias na educação nos próximos 10 anos? Em caso afirmativo, quais são essas propostas e como estão sendo discutidas?

3) Qual é a posição oficial do Ministério da Educação em relação à inclusão de ideologias na educação?

4) Como o Ministério da Educação conduziu a Conferência para garantir que as discussões e decisões da CONAE 2024 fossem transparentes e representativas da diversidade de opiniões da sociedade brasileira?

5) Quais foram as medidas adotadas pelo Ministério da Educação para promover um debate saudável e democrático durante a CONAE 2024?

Reiterando os votos de apreço e consideração, aguardo o deferimento do presente requerimento de informação.

Sala das Sessões, em 2024.

Deputada Simone Marquetto

LexEdit
CD248645234200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248645234200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Simone Marquetto

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 170/2024

Autoria: Simone Marquetto

Destinatário: Ministério da Educação

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Educação (MEC) sobre o documento aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, que vai traçar diretrizes nacionais para a educação nos próximos 10 anos.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 171, DE 2024
(do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre a sistemática de controle de industrialização do Polo Industrial de Manaus.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 171/2024

Autor: Capitão Alberto Neto

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre a sistemática de controle de industrialização do Polo Industrial de Manaus.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387887

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387887

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387887

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre a sistemática para o crescimento dos níveis de industrialização do Polo Industrial de Manaus, nos seguintes termos:

1) **Quais e quantos processos produtivos devem ser aprovados para o ano de 2024 para NOVOS PRODUTOS?**

2) **Quais as missões internacionais de promoção comercial capitaneadas pelo MDIC para este ano de 2024 estão previstas para atrair investimentos estrangeiros para a ZFM?**

Justificação

O Produto Interno Bruto (PIB) da China teve um crescimento anual de 5,2% em 2023, superando a meta anual estipulada pelo governo de 5%, segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas do país. O valor, divulgado ano passado atingiu um novo máximo, superior a 126 trilhões de yuans (cerca de US$ 17,7 trilhões ou R$ 87,4 trilhões). Para efeitos de comparação, o FMI estimou o PIB brasileiro para 2023 em US$ 2,13 trilhões. Há décadas crescendo, a economia chinesa é uma das mais robustas do mundo.

A SUFRAMA afirma que os empresários chineses são atraídos pelo diferencial competitivo para atingir o mercado brasileiro, que é amplo e que demanda produtos fabricados pela China. Eles avaliam que o investimento só não é maior, em razão do complexo sistema tributário brasileiro e suas respectivas obrigações acessórias.

No Amazonas a liderança no polo industrial amazonense, é por fábricas instaladas, do Japão. Os japoneses possuem ao menos 50 unidades. Essas geram 15 mil empregos diretos, a participação chinesa ainda é tímida, porém, promissora.

No início do corrente ano, o Governador Wilson Lima esteve em comitiva na China com o objetivo de ampliar os investimentos no Polo Industrial do estado, que hoje conta com nove empresas chinesas com investimentos de companhias do país asiático, gerando mais de cinco mil empregos no Amazonas. Entre os compromissos do governador no país, os encontros com investidores, dirigentes da fabricante de veículos elétricos BYD e da multinacional chinesa de eletrônicos TCL, incluindo visita às linhas de produção na cidade de Shenzhen.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 15 de Fevereiro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal / PL-AM

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 171/2024

Autoria: Capitão Alberto Neto

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Ementa: Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin, informações sobre a sistemática de controle de industrialização do Polo Industrial de Manaus.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 172, DE 2024
(do Sr. David Soares)

Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 172/2024

Autor: David Soares

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387888

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387888

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387883852

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

Apresentação: 15/02/2024 19:02:43.060 - Mesa
RIC n.172/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Deputado David Soares - União Brasil/SP)

Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Ministério de Relações Exteriores acerca de acordo comercial entre o Mercosul e a República da Indonésia.

1) Existe algum acordo comercial em andamento entre o Brasil e a República da Indonésia ?
2) Considerando que exista acordos firmados, quais setores do comércio estão incluídos?
3) Caso exista algum acordo sendo negociado, em que fase está a negociação ?
4) Caso não existam negociações em andamento, é objetivo do Itamaraty iniciar conversas ou fechar um acordo comercial com a República da Indonésia ?

LexEdit
CD241378956100

Anexo IV – Gabinete 235 – Tels: (61) 3215.5235 - CEP 70.160-900
Brasília – DF – e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse http://www.camara.leg.br/verificador e informe o código de verificação: 853-000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

Apresentação: 15/02/2024 19:02:43.060 - Mesa
RIC n.172/2024

Justificativa

O Brasil e a Indonésia possuem relações diplomáticas há muitos anos, fruto dessa conexão existe uma parceria estratégica desenvolvida entre os dois países. A obtenção de informações acerca do comércio bilateral entre Indonésia e Brasil, se faz necessária, pois permite a identificação de oportunidades de mercado em setores específicos.

O fornecimento das informações sobre o comércio bilateral são importantes, já que auxiliam nas tomadas de decisões relacionadas a acordos comerciais, tarifas, políticas de importação e exportação.

Ademais, em um contexto de fortalecimento das relações internacionais, buscamos entender as iniciativas do Mercosul em relação à República da Indonésia, visto que essas informações podem fornecer insights valiosos sobre a estratégia diplomática e também da paradiplomacia do Brasil na região.

Portanto, tendo em vista a importância do planejamento estratégico para governos e empresas, as informações sobre acordos comerciais em andamento ou propostos entre o Brasil e a Indonésia são cruciais para antecipar tendências. Solicitamos gentilmente apoio na obtenção de informações atualizadas sobre o status dos acordos comerciais entre o Brasil e a República da Indonésia, incluindo detalhes sobre eventuais negociações em andamento.

David Soares
DEPUTADO FEDERAL (União Brasil/SP)

LexEdit
CD241378956100

Anexo IV – Gabinete 235 – Tels: (61) 3215.5235 - CEP 70.160-900
Brasília – DF – e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse http://www.camara.leg.br/verificador – código de verificação: 1ccc-1ccc-1ccc-1ccc
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ARECER:

REQUERI ENT DE NF RMAÇÃO N. 172/2024

Autoria: D vid So res

Destinatário: Ministério d s Rel ções Exteriores

Ementa: Requer, nos termos do art. 50, §2°, d Constituição Feder l e rt. 116 do Regimento Interno d Câm ra dos Deput dos, inform ções do Ministério de Rel ções Exteriores.

Despacho O presente requerimento de inform ção está de cordo com Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno d Câmar dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispens do o rel tório em conformid de com o § 1º do artigo 2º do Ato d Mes n. 11/1991, o p recer é pelo enc minh mento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUER MENTO DE INFORMAÇÃO N.º 173, DE 2024
(do Sr. David Soares)

Requer, nos termos do rt. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmar dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores sobre o transporte aéreo entre o Brasil e El Salvador.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 173/2024

Autor: David Soares

Data da Apresentação: 15/02/2024

Ementa: Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores sobre o transporte aéreo entre o Brasil e El Salvador.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387889

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387889

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387889

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 15/02/2024 19:02:43.060 - Mesa
RIC n.173/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Deputado David Soares - União Brasil/SP)

Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores sobre o transporte aéreo entre o Brasil e El Salvador.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Ministério de Relações Exteriores acerca do acordo aéreo entre o Brasil e El Salvador.

1) Em que fase de tramitação no Poder Executivo está a proposta de acordo aéreo entre o Brasil e El Salvador ?
2) Existe previsão da mensagem presidencial com a proposta do acordo ser enviada esse ano para a Câmara dos Deputados ?
3) Existe no Itamaraty alguma posição contrária ao acordo ?

LexEdit
CD248923886100

Anexo IV – Gabinete 235 – Tels: (61) 3215.5235 - CEP 70.160-900
Brasília – DF – e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/AssinaturaDigital.htm e informe o código abaixo
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

Apresentação: 15/02/2024 19:02:43.060 - Mesa
RIC n.173/2024

Justificativa

nação brasile ra está empenhada em desenvolver a polít c ex ern com os países da Améric Latina e do Caribe. Nossos esforços têm sido direcionados dentro da polí ic , buscando melhores soluções de cooperação e acordos. Neste contexto, focalizamos as solicit ções de informação sobre o andamen o do acordo aéreo entre o Br s l e El Salv dor, uma vez que esse acordo é de grande signif cado par a nação br s leira.

Nosso obje ivo é compreender os interesses da população por me o desse acordo, pois reconhecemos que ele pode beneficiar a expansão do tráfego éreo do Brasil, além de abr r portas para a p rticipação cultural e social entre as duas nações.

É impera ivo que essas informações sejam fornecidas, pois emos intenção de adotar as medidas necessárias para possibilitar tomadas de decisões no legislativo da Câmar dos Deputados. Portanto, solicit mos que essas informações sej m disponib lizadas para que possamos ter conhec men o do andamento do processo.

David Soares

DEPUTADO FEDERAL (União Brasil/SP)

LexEd
CD248923886100

Anexo IV – Gabinete 235 – Tels: (61) 3215.5235 - CEP 70.160-900
Brasília – DF – e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/AutenticaDocumento.html
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 173/2024

Autoria: David Soares

Destinatário: Ministério das Relações Exteriores

Ementa: Requer, nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério de Relações Exteriores sobre o transporte aéreo entre o Brasil e El Salvador.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 174, DE 2024
(do Sr. Messias Donato)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Ministério das Relações Exteriores a respeito do envio de doação de alimentos à Cuba.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 174/2024

Autor: Messias Donat

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Solicita informaçõe ao Sr. Mini tr de Ministéri da Relações Exteriores a re peito do envio de doação de aliment s à Cuba.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marco Pere ra, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387890

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Deputados

2387890

Ass nad or chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur L ra.
http ://nf leg-autent cidade-assinatura.camara.leg.br/238789

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Req e o oss Excelênc , com b se no t. 50 d Const t ção ede l e n fo m dos A ts. 115 e 116 do Reg mento Inte no, sej m sol c t d s nfo m ções o S . M n st o de M n sté o d s Rel ções Exte o es espe to do env o de do ção de l mentos à C b .

JUSTIFICAÇÃO

N seg nd –fe d 12 de feve e o ecebemos notíc v nc l d s pelo s te of c l do M n sté o d s Rel ções Exte o es e pel mp ens em ge l do env o d do ção de 125 tonel d s de le te em pó po p te do Gove no do B s l p C b . Seg ndo nfo m do ção oco e t vés de m p cto de p omove seg nç l ment e n t c on l n Amé c L t n . P cto esse est belec do ent e os gove nos do B s l, dos Em dos Á bes Un dos e de C b d nte Confe ênc d s P tes d Convenção-Q d o d s N ções Un d s sob e M d nç s Cl mát c s (COP28), em D b , no no p ss do.

A ent eg do lote de le te em pó em C b oco e nest seg nd -fe (12). E nd de co do com o M n sté o d s Rel ções Exte o es b s le o h ve á novos c eg mentos de le te em pó, lém de oz, m lho e soj n s p óx m s sem n s.

O ecente env o de le te em pó p C b , como p te d n c t v de coope ção ent e o B s l e os Em dos Á bes Un dos, lev nt q estões pe t nentes sob e q s ção, t nspo te e d st b ção desses l mentos. Em m momento em q e o B s l enf ent des f os s gn f c t vos em el ção à fome e à pob ez , é f nd ment l entende como ess s n c t v s são cond z d s e j st f c necess d de de t nsp ênc nesse p ocesso.

Um el tó o el bo do po c nco gênc s d O g n z ção d s N ções Un d s (ONU) pont q e 70,3 m lhões de pesso s no B s l estão em s t ção de nseg nç l ment . N Amé c L t n e C be os c sos m s g ves de s b l ment ção se encont m no H t , enez el e N c ág .

Dess fo m , po me o deste eq e mento, sol c to q e sej m nfo m dos os seg ntes pontos obte nfo m ções q e poss m escl ece os p oced mentos dot dos e s g nt s de seg nç p pop l ção b s le .

1. Q s fo m os c té os dot dos p escolh de C b como p ís dest n tá o d s do ções?

2. Q l é o p pel específ co do gove no b s le o e dos Em dos Á bes Un dos n q s ção e no t nspo te desses l mentos p C b ?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

3. i o o critério tiliz do n eleç o do limento erem envi do p r C b ? H lg m tipo de prioriz ç o o nece id de e pecífic con ider d ?

4. Como for m elecion do o fornecedore de limento p r p rticip r de inici tiv de envio p r C b ? H lg m critério e pecífico de eleç o?

5. Como é org niz do o tr n porte de e limento té C b ? i o o meio de tr n porte tiliz do e q em é re pon vel pel logí tic ?

6. Con ider ndo re trições econômic e logí tic enfrent d por C b , como o pl nej d e implement d tivid de de di trib iç o do limento m vez q e cheg m o p í ?

7. l é freq ênci o periodicid de do envio de leite em pó p r C b ? H pl no p r exp ndir o modific r e e progr m no f t ro?

8. i o c to det lh do de do ç o? l r bric do g to e empenho e ordem b nc ri p r p g mento do fornecedore ?

Entendemo importânci d olid ried de intern cion l e do poio h m nit rio em momento de cri e e nece id de. No ent nto, d d t l it ç o ocioeconômic do Br il, onde milhõe de pe o ind enfrent m fome e in eg r nç liment r, é cr ci l compreender motiv çõe e o critério por tr de e envio de limento p r o tro p í .

S l d Se õe , em de de 2024.

Dep t do MESSIAS DONATO

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 174/2024

Autoria: Messias Donato

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Destinatário: Ministério das Relações Exteriores

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Ministério das Relações Exteriores a respeito do envio de doação de alimentos à Cuba.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 175, DE 2024
(do Sr. Messias Donato)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a respeito da fuga de presos da Penitenciária de Segurança Pública de Mossoró

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 175/2024

Autor: Messias Donat

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Solicita informações ao Sr. Mini tr de Estad da J stiça e Segurança Pública a respeito da fuga de presos da Penitenciária de Segurança Pública de Mossoró

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arth r Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputad Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387891

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Dep tados

2387891

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/238789

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Req e o oss Excelênc , com b se no t. 50 d Const t ção ede l e n fo m dos A ts. 115 e 116 do Reg mento Inte no, sej m sol c t d s nfo m ções o M n st o de Est do d J st ç e Seg nç Públ c , espe to d f g de p esos d Pen tenc á de Seg nç Públ c de Mosso ó

JUSTIFICAÇÃO

A f g de p es d á os d pen tenc á de seg nç máx m em Mosso ó é m contec mento g ve q e não pode se s best m do. Este nc dente não pen s expõe f lh s no s stem c ce á o b s le o, m s t mbém ep esent m me ç à seg nç públ c e à conf nç d soc ed de n s nst t ções esponsáve s pel dm n st ção d j st ç .

Um d s p nc p s c ít c s é s pe lot ção, q e é m p oblem c ôn co em m t s p sões b s le s. O t f lh é f lt de d fe enc ção ent e os t pos de c mes e pe f s de detentos dent o do s stem p s on l b s le o. M t s vezes, c m nosos de b x pe c los d de são m st dos com c m nosos v olentos e de lt pe c los d de, ment ndo o sco de nfl ênc neg t v e té mesmo d c l z ção dent o d s p sões.

D nte desse cená o, é mpe t vo q e f ç mos q est on mentos d etos e nc s vos o M n sté o d J st ç e Seg nç Públ c . Esses q est on mentos são f nd ment s p g nt t nsp ênc , espons b l z ção e mplement ção de med d s ef c zes p p even f g s f t s e g nt seg nç d pop l ção.

Dess fo m , po me o deste eq e mento, sol c to q e sej m nfo m dos os seg ntes pontos obte nfo m ções q e poss m escl ece os p oced mentos dot dos e s g nt s de seg nç p pop l ção b s le .

1. Q l é t l s t ção d nvest g ção sob e f g de p es d á os d pen tenc á de seg nç máx m em Mosso ó?

2. Q s med d s estão sendo tom d s p ec pt os p esos q e f g m?

3. Ho ve lg m f lh no s stem de seg nç d pen tenc á q e f c l to f g dos detentos?

4. Ex ste lg m s spe t sob e c mpl c d de de f nc oná os d pen tenc á n f g dos detentos?

5. Q s são s med d s p event v s q e estão sendo cons de d s p ev t f g s f t s em pen tenc á s de seg nç máx m em todo o p ís?

6. Q l é c p c d de e lot ção t l d pen tenc á de Mosso ó e como sso pode est el c on do à s seg nç e f nc on mento?

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

7. O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem algum plano de modernização ou investimento em infraestrutura para melhorar a segurança nas penitenciárias brasileiras?

8. Como o Ministério está lidando com a questão do superlotação nas prisões, que muitas vezes é um fator contribuinte para fugas e problemas de segurança?

Em suma, o sistema prisional brasileiro requer uma reforma profunda e abrangente que priorize a humanização das condições de detenção, o investimento em programas de reabilitação e a promoção dos direitos humanos de todos os indivíduos, tanto dentro quanto fora das prisões.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado MESSIAS DONATO

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 175/2024

Autoria: Messias Donato

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a respeito da fuga de presos da Penitenciária de Segurança Pública de Mossoró

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 176, DE 2024
(do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Requer ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações acerca do Presídio de Segurança Máxima de Mossoró/RN.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 176/2024

Autor: Sóstene Cavalcante

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Requer ao Senh r Ministro da J stiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informaçõe acerca d Presídio de Segurança Máxima de Mossoró/RN.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhament .

Regime de tramitação: .

Em

2387892

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Deputados

2387892

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387893268

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 11:02:14.157 - Mesa
RIC n.176/2024

CÂMARA D D P AD
Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE PL-RJ)**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2024
(Do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante)

Requer ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações acerca do Presídio de Segurança Máxima de Mossoró/RN.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, pedido de informações acerca do Presídio de Segurança Máxima de Mossoró/RN.

Considerando o recente afastamento do diretor da referida penitenciária em virtude da fuga de dois detentos, solicito os esclarecimentos que se seguem:

1. Qual foi a data da nomeação do diretor do presídio de Mossoró que foi posteriormente afastado em decorrência da mencionada fuga de detentos?

2. Qual autoridade foi responsável pela nomeação do diretor mencionado no questionamento anterior?

3. Adicionalmente, solicito que seja fornecida uma lista contendo os nomes e matrículas de todos os funcionários pertencentes à direção que foi afastada.

Agradeço antecipadamente pela atenção e cooperação na prestação dessas informações fundamentais para o esclarecimento público sobre esse importante tema.

Sala das Sessões, em de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

LexEdit
CD242863605300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242863605300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ARECER:

REQUERI ENT DE NF RMAÇÃO N. 176/2024

Autoria: óstenes Cavalcante

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer ao enhor Ministro da Justiça e egurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações acerca do Presídio de egurança Máxima de Mossoró/RN.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento para que a Pasta preste informações no que couber.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUER MENTO DE INFORMAÇÃO N.º 177, DE 2024
(do Sr. Alberto Fraga)

Requer informações do Ministro das Relações Exteriores em relação a pretenso aumento de doação de recursos públicos à Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA), pelo Brasil.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 177/2024

Autor: Alberto Fraga

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Requer informações do Ministro das Relações Exteriores em relação a pretens a mento de doação de recursos públicos à Agência da ONU ara os Refugiados Palestinos (UNRWA), pel Brasil.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387894

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Deputados

2387894

Assinad r chance a eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
http ://inf eg-a tenticidade-assinatura.camara.leg.br/238789 3 4 71

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Sen re idente,

Com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Reg mento Interno, requeiro sejam sol citadas informações ao **Minist o das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira,** sobre **pretenso aumento de doação de recurso públicos à Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA) pelo Brasil**, conforme se tem publicado**.**

Nesse sentido, requer-se que o referido Ministro informe se é **verdadeira essa pretensão**, de quanto seria o aumento dessa doação, em dólares estadunidenses, e em que **período se pretende sua concretização**.

Adicionalmente, sejam encaminhados a esta Casa os **valores das doações brasileiras para a UNRWA**, em dólares estadunidenses, e **em que datas** foram realizadas, desde o início desse programa pelo Brasil, **discriminad s individualmente.**

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, noticiou-se que Brasil aumentará a doação de recursos públicos à Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA)[17], em sentido diverso de várias nações, os quais suspenderam os repasses em face de possível envolvimento de func onários e uso de instalações da agência da ONU em apoio a terroristas vinculados ao grupo Hamas, na Faixa de Gaza.

Segundo se publicou, o anúncio de incremento de aporte teria sido feito pelo Presidente da República em v sita à Embaixada da Palestina em Brasília, em 8 de fevereiro, nestes termos:

"O Brasil exorta a comunidade internacional a manter e reforçar suas contribuições para o bom funcionamento das suas atividades. Meu governo fará aporte adicional de recursos para a agência".

(...)

[17] https://oantagonista.com.br/brasil/lula-promete-aumentar-doacoes-a-unrwa-acusada-de-ligacao-com-hamas/#google_vignette

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

"O Bra i também integr Comis ão Consu iva da Agênci das Naçõe nida pa os Refugiados Palestinos (UNRWA). As recentes denúncias contra funcionários da UNRWA precisam ser devidamente investigadas, mas não podem paralisá-la."

Assim, por ser medida que necessita ser esclarecida, por envolver financiamento público à órgão da ONU em território em conflito, é que solicito resposta a este Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2024.

Alberto Fraga
Deputado Federal
PL-DF

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 177/2024

Autoria: Alberto Fraga

Destinatário: Ministério das Relações Exteriores

Ementa: Requer informações do Ministro das Relações Exteriores em relação a pretenso aumento de doação de recursos públicos à Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA), pelo Brasil.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento para que a Pasta preste informações no que couber.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 178, DE 2024
(da Srª. Erika Kokay)

Requer o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 178/2024

Autor: Erika Kokay

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Requer o encaminhamento de Requerimento de Inf rmação ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referend m" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387895

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Deputados

2387895

Assinad or chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
http ://inf leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/238789

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Senhor Presidente,

Com fundamento nas disposições do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 115, I, e art. 116, ambos do Regimento Interno da Câmara Federal, bem como no exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), vimos perante V. Excelência solicitar que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação à Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI, **ESTHER DWECK**, acerca do tema que passamos a discorrer.

JUSTIFICAÇÃO

O Concurso Público Nacional Unificado representa um modelo inovador de seleção de servidores(as) públicos(as), criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI. Tal modelo consiste na realização conjunta de concursos públicos para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, mediante a aplicação simultânea de provas em todos os Estados e no Distrito Federal.

Um dos principais objetivos[18] da medida é promover **igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos,** além de padronizar procedimentos na aplicação das provas; aprimorar os métodos de seleção de servidores(as) públicos(as), de modo a priorizar as qualificações necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao setor público; e zelar pelo princípio da impessoalidade na seleção dos candidatos em todas as fases e etapas do certame.

Também chamado de "Enem dos Concursos", o certame selecionará 6.640 (seis mil seiscentos e quarenta) servidores(as) públicos(as) para cargos efetivos em 21 órgãos federais. Do quantitativo total de vagas do edital, **5%** se destinam a **candidatos(as) com deficiência**; **20% candidatos(as) negros(as)**; e **30%** do total de vagas dos **cargos da FUNAI** para **candidatos(as) de origem indígena.**

Reconhecendo a importância de valorizar a diversidade da população brasileira, o Ministério do Trabalho e Emprego, anunciou em junho de 2024, que o referido certame teria a reserva de 2% de vagas para pessoas transsexuais para o cargo de auditor-fiscal do trabalho. Todavia, em 10 de janeiro, os editais para o Concurso Nacional foram publicados pelo MGI com a previsão de 900 vagas para o cargo de auditor fiscal do trabalho, sem a implementação das cotas para pessoas transsexuais.

Tendo em vista que o presente concurso é fundamental para a reconstrução do Estado brasileiro e para a transformação social, vez que aumenta a capilaridade e alcança localidades e regiões em que nunca houve provas de um concurso público federal; que representa significativo esforço institucional no processo de democratização do acesso aos cargos da Administração Pública, de modo que as instituições do Estado Democrático de Direito traduzam em sua composição a diversidade da população brasileira.

[18] https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional Acessado em: 03/02/2024.

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Neste sentido, questiona-se: **o MGI ofertará reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis no Concurso Público Nacional Unificado, conforme anunciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego?**

Diante do exposto, com base no exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), solicitamos ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos a remessa das informações ora pleiteadas no presente Requerimento.

Sala das Sessões, em ____de _____de 2024.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 178/2024

Autoria: Erika Kokay

Destinatário: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Ementa: Requer o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 179, DE 2024
(da Srª. Daniela Reinehr)

Solicita ao Ministro da Casa Civil informações acerca da previsão de gastos de até 13,9 milhões de reais apenas com internet para o "aerolula"

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 179/2024

Autor: Daniela Reinehr

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Solicita ao Ministro da Casa Civil informações acerca da previsão de gastos de até 13,9 milhões de reais apenas com internet para o “aerolula”

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387896

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2387896

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387896

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 14:27:49.180 - Mesa
RIC n.179/2024

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Solicita ao Ministro da Casa Civil informações acerca da previsão de gastos de até 13,9 milhões de reais apenas com internet para o "aerolula"

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro da Casa Civil informações acerca da previsão de gastos de até 13,9 milhões de reais apenas com internet para o "aerolula"

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

DANIELA REINEHR

Deputada Federal

LexEdit
CD245189039400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245189039400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniela Reinehr

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 14:27:49.180 - Mesa
RIC .179/202

JUSTIFICAÇÃO

Na condição de responsável pelo controle externo do Poder Executivo federal, o Poder Legislativo deve, sempre que necessário, requerer ao Executivo informações relacionadas a assuntos envolvendo o Presidente da República, possibilitando o controle de eventuais excessos contrários à legalidade, legitimidade e/ou economicidade na utilização dos recursos públicos.

Os veículos de comunicação informaram, nos últimos dias, que o governo federal colocou como estimativa um gasto de 13,9 milhões de reais para serem gastos apenas com internet para as viagens nacionais e internacionais do presidente Lula. O serviço de Wi-fi será restrito ao AirBus A319CJ – também conhecido como “Aerolula”, sendo o valor contrato muito acima do que vigora atualmente, que já possui um valor elevado de 1,9 milhões de reais.

Visamos, em razão do exposto, obter esclarecimentos sobre: ***(i)*** a veracidade das informações noticiadas pelos veículos de comunicação; ***(ii)*** o eventual fundamento da decisão especificada, incluindo estudos prévios que a subsidiaram; ***(iii)*** a existência de estudos, projetos e orçamentos prévios quanto as outras opções de contratações e seus valores; ***(iv)*** os benefícios decorrentes da alteração do contrato para a sociedade brasileira visto que é dinheiro público sendo empregado nos gastos presidenciais, como se não bastassem as inúmeras viagens do presidente e seus ministro com comitivas volumosas que por si só já imputam um grande gasto aos cofres públicos.

O mandato parlamentar que nos foi confiado pelo povo catarinense será honrado até o último minuto. Por isso, além de contribuirmos para o aperfeiçoamento da legislação brasileira, nossa atuação parlamentar está comprometida com a fiscalização do Poder Executivo Federal, motivo pelo qual utilizaremos as informações solicitadas para avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade das medidas especificadas, considerando que o governo federal vêm fazendo cortes consecutivos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social mas em contrapartida não utiliza freios e nem medidas para os gastos do Presidente da República, em clara afronta aos interesses da população brasileira.

LexEdit
CD245189039400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245189039400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniela Reinehr

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 14:27:49.180 - Mesa
RIC n.179/2024

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

DANIELA REINEHR
Deputada Federal

LexEdit
CD245189039400

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245189039400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniela Reinehr

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 179/2024

Autoria: Daniela Reinehr

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Solicita ao Ministro da Casa Civil informações acerca da previsão de gastos de até 13,9 milhões de reais apenas com internet para o "aerolula"

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 180, DE 2024
(do Sr. Sargento Gonçalves)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre a fuga de presos da penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, o subsequente afastamento do diretor da unidade, e a nomeação de um interventor.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos Deputados

RIC 180/2024

Autor: Sargento Gonçalves

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Req er informações ao Ministro da J tiça e Se rança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, obre a fuga de pre o da penitenciária federal de segurança máxima de Mos oró, subsequente afastamento do diretor da unidade, e a nomeaçã de um interventor.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387897

ARTHUR LIRA
Pre idente da Câmara d s Deputado

2387897

Assinad r chancela eletrônica do(a) ep. Arthur Lira.
http ://inf le -a tenticidade-assinatura.camara.leg.br/238789 3 7 84

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 15:40:55.280 - MESA
RIC n.180/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. SARGENTO GONÇALVES)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre a fuga de presos da penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, o subsequente afastamento do diretor da unidade, e a nomeação de um interventor.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente requerimento de informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre a fuga de presos da penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, o subsequente afastamento do diretor da unidade, e a nomeação de um interventor, com o objetivo de esclarecer os seguintes pontos:

Detalhamento da Fuga:

a) Quais foram exatamente os métodos e recursos utilizados pelos detentos para efetuar a fuga?
b) Existem evidências ou indícios de auxílio interno ou externo na execução da fuga?

Análise Estrutural e Medidas Preventivas:

c) As falhas estruturais ou operacionais identificadas na penitenciária de Mossoró são também uma preocupação em outras unidades prisionais federais?
d) Quais medidas imediatas foram adotadas para remediar essas falhas e evitar incidentes semelhantes no futuro?

Afastamento do Diretor e Responsabilidades:

e) Qual foi a fundamentação para o afastamento do diretor da unidade? Há investigações em curso sobre sua possível participação ou negligência em relação à fuga?

*CD242482815900*LxEdi

âmara do Deputados, Anexo III, Gabine 569, CEP 70160-900 - Bras lia/ F
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242482815900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 15:40:55.280 - MESA
RIC n.180/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

f) Estão sendo investigadas as responsabilidades de outros funcionários ou falhas de segurança que possam ter contribuído para o ocorrido?

Seleção do Interventor:

g) Baseado em quais critérios e qualificações foi escolhido o interventor para a unidade prisional? Quais são suas principais atribuições e metas a curto e médio prazo?

Segurança e Protocolos:

h) Como os protocolos de segurança existentes estão sendo reavaliados à luz deste incidente?

i) Existem planos para a implementação de novas tecnologias ou procedimentos de segurança nas penitenciárias federais?

Consequências e Recaptura:

j) Quais ações estão sendo tomadas para a recaptura dos fugitivos?

k) Existem medidas sendo adotadas para reforçar a segurança nas comunidades próximas às penitenciárias, especialmente em Mossoró, para prevenir incidentes e garantir a segurança pública?

JUSTIFICAÇÃO

A fuga ocorrida no dia 14 de fevereiro de 2024, na penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, marca um precedente alarmante na história do sistema prisional federal brasileiro. Dois detentos de alta periculosidade, ligados a facções criminosas e responsáveis por crimes graves, conseguiram escapar de uma instalação projetada para ser uma das mais seguras do país. Este incidente não apenas levanta questões críticas sobre a eficácia dos protocolos de segurança e supervisão em vigor, mas também sobre a integridade estrutural e operacional das nossas instalações penitenciárias.

A preocupação não se restringe apenas à fuga em si, mas também às circunstâncias que a possibilitaram. O fato de que tal episódio ocorreu apesar das rigorosas medidas de segurança destaca a necessidade urgente de revisão e fortalecimento dos nossos sistemas de controle e vigilância prisional. Ademais, a resposta imediata do Ministério da Justiça e Segurança Pública, incluindo o afastamento do diretor da unidade e a nomeação de um interventor, sugere a possibilidade de falhas operacionais ou de governança que precisam ser detalhadamente investigadas e corrigidas.

LexEdit
CD242482815900

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 569, CEP 70160-900 - Brasília/DF
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242482815900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 16/02/2024 15:40:55.280 - MESA
RIC n.180/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES

A segurança das instalações prisionais federais é de suma importância para a manutenção da ordem pública e para a prevenção da influência de organizações criminosas dentro e fora das prisões. Incidentes como este não apenas comprometem a segurança interna mas também instigam o medo e a insegurança na população, especialmente nas comunidades localizadas próximas a tais instalações. É imperativo, portanto, que sejam tomadas todas as medidas necessárias para garantir que não haja repetição de tais falhas.

Este requerimento, portanto, não busca apenas esclarecer as circunstâncias específicas que levaram à fuga dos detentos, mas também compreender as ações que estão sendo implementadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para fortalecer a segurança nas penitenciárias federais, aumentar a eficiência dos protocolos de segurança, e assegurar que as falhas identificadas sejam prontamente corrigidas. Além disso, busca-se promover uma maior transparência e responsabilidade nas ações do governo, garantindo que o sistema prisional federal seja capaz de cumprir seu papel essencial na manutenção da segurança nacional e na prevenção da criminalidade.

Dado o impacto significativo deste incidente na percepção pública da segurança prisional e na confiança nas instituições responsáveis pela gestão do sistema penitenciário federal, é vital que este Parlamento exerça sua função fiscalizadora de maneira efetiva, buscando respostas e assegurando que medidas concretas sejam adotadas para prevenir a recorrência de falhas semelhantes.

Pelo exposto, na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do inciso X do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas reforçando nosso compromisso com a segurança pública e a integridade do sistema prisional brasileiro.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2024.

Deputado SARGENTO GONÇALVES
PL/RN

LexEdit
CD242482815900

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 569, CEP 70160-900 - Brasília/DF
dep.sargentogoncalves@camara.leg.br | (61) 3215-5569 / 3215-3569

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242482815900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Gonçalves

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 180/2024

Autoria: Sargento Gonçalves

Destinatário: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre a fuga de presos da penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, o subsequente afastamento do diretor da unidade, e a nomeação de um interventor.

Despacho O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 181, DE 2024
(do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Solicita ao Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil, informações acerca dos gastos com serviços de internet no avião presidencial.

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

ata d c ment : 20/02/2024

Câmara dos eputados

RIC 181/2024

Autor: Luiz Phil ppe de Orleans e Bragança

Data da Apresentação: 16/02/2024

Ementa: Solicita ao Sr. R i Costa, Ministro da Casa Civ l, informações acerca dos gast s com serviços de internet no av ão presidencial.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Arthur Lira, "ad referendum" da Mesa, do parecer do enhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: .

Em

2387898

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara d s Deputados

2387898

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur L ra.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2387893 8 89

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Sen P e dente,

Reque , c m ba e n a t . 50, § 2º, e 70 da C n t tu ã Fede al e na f ma d a t . 115, I, e 116 d Reg ment Inte n da Câma a d Deputad , que ejam l c tada a M n té da Ca a C v l a egu nte nf ma õe elac nada a ga t c m e v de nte net n av ã p e denc al:

1. Qua f am c té c n de ad pa a dete m na a nece dade de um pac te de dad l m tad e uma vel c dade upe à atual?
2. C m aument n ga t c m nte net pa a av ã p e denc al e al n a c m a meta de déf c t ze , nece dade de c nten ã de de pe a e t m za ã de ecu d g ve n ?
3. O g ve n p u plan pa a mplementa med da que ga antam um c nt le ma ef caz d ga t c m nte net du ante a v agen p e denc a n futu ?
4. C m g ve n ju t f ca e e aument ub tanc al n ga t c m nte net em um c ntext em que mu t et e e tã enf entand e t õe amentá a e c te de ga t [19]?

JUSTIFICAÇÃO

A mp en a d vulg u, ecentemente, que g ve n fede al planeja ga ta até R$ 13,9 m l õe em um c nt at de t ê an pa a f nece e v de nte net a p e dente Lula du ante ua v agen nac na e nte nac na n av ã p e denc al[20].

O val p ev t p u um aument gn f cat v , v t que val atual d c nt at é de R$1,9 m l õe (um m l ã e n vecent m l ea) p an . O n v c nt at e á de ap x madamente R$4,63 m l õe (quat m l õe e e cent e t nta m l ea) anua , ep e entand um aument de ce ca de 143,6%.

De e m d , p e ente eque ment v a t aze luz a aument gn f cat v n ga t d g ve n c m c nt at de nte net pa a a v agen p e denc a , além de c mp eende c té ut l zad pa a dete m na a nece dade de um pac te de dad l m tad e uma vel c dade upe à p at cada atualmente.

A p e cupa ã c m déf c t ze , c nten ã de de pe a e t m za ã de ecu também é ev dente, a m c m a nece dade de med da futu a pa a um c nt le ma ef caz d ga t c m nte net du ante a v agen p e denc a .

[19]https://www.infomoney.com.br/politica/a-partir-de-2024-comecaremos-a-falar-de-cortes-de-gasto-diz-tebet/
[20]https://www.otempo.com.br/politica/governo/governo-lula-preve-gastar-ate-r-13-9-milhoes-com-internet-em-aviao-1.3330970

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Consideramos que a transparência com relação a tais medidas são essenciais para garantir que os recursos dos brasileiros sejam utilizados de forma eficiente e justificável, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias.

Por fim, entendemos que soa bastante contraditório o presidente da República buscar aumentar a arrecadação de impostos[21] com o suposto objetivo de aliviar contas públicas e, ao mesmo tempo, realizar licitações com previsão de aumento significativo de gastos, desrespeitando a população brasileira.

Diante do exposto, é imperioso que o Poder Executivo dê maiores explicações acerca dos fatos expostos neste Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

PARECER:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. 181/2024

Autoria: Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Destinatário: Casa Civil da Presidência da República

Ementa: Solicita ao Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil, informações acerca dos gastos com serviços de internet no avião presidencial.

[21]https://www.gazetadopovo.com.br/economia/governo-lula-ja-anunciou-medidas-arrecadar-mais-impostos/

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Des a ho O presente requerimento de informação está de a ordo om a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e om o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em onformidade om o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa n. 11/1991, o pare er é pelo en aminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado **MARCOS PEREIRA**
Primeiro-Vice-Presidente

REQUERIMENTO N.º 4.190, DE 2023
(do Sr. Bruno Farias)

Requerer nos termos do art. 105 do RICD, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4930/2016, de autoria da Deputada Federal Enfermeira Ana Paula, que "altera a Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986, para estabelecer novas regras para a prescrição de medi amentos por enfermeiros autônomos em exercício em consultório ou clínica de enfermagem, bem como penalidades para o descumprimento da norma".

DESPACHO:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 20/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESIDÊN I /SG

Requerimento n. 4.190/2023, do Senhor Deputado BRUNO FA IAS. Desarquivamento do Projeto de Lei n. 4.930/2016.

Em

Indefiro, porquanto inexiste possibilidade regimental de desarquivamento de proposições. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIR
Presidente

2388880

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2388880

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 05/12/2023 16:08:22.703 - MESA
REQ n.4190/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado BRUNO FARIAS – AVANTE/MG

REQUERIMENTO DE DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO

(Do Sr. Deputado Bruno Farias)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho requerer a Vossa Excelência, nos termos do art.105 do RICD, o desarquivamento do Projeto de Lei nº4930/2016, de autoria da Deputada Federal Enfermeira Ana Paula, que "altera a Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986, para estabelecer novas regras para a prescrição de medicamentos por enfermeiros autônomos em exercício em consultório ou clínica de enfermagem, bem como penalidades para o descumprimento da norma".

Certo de sua atenção e na esperança de ver atendido esse pleito, renovo meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, 22 de Novembro de 2023.

Deputado Federal Bruno Farias – AVANTE/MG

CD232537247400
LexEdit

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 637, CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Tels:(61) 3215-5637 e-mail: dep.brunofarias@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232537247400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bruno Farias

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

7. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2023/2025)

PRESIDENTE	ARTHUR LIRA (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	MARCOS PEREIRA (REPUBLICANOS-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)
1º SECRETÁRIO	LUCIANO BIVAR (UNIÃO-PE)
2ª SECRETÁRIA	MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
3º SECRETÁRIO	JÚLIO CESAR (PSD-PI)
4º SECRETÁRIO	LUCIO MOSQUINI (MDB-RO)
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GILBERTO NASCIMENTO (PSD-SP)
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	BETO PEREIRA (PSDB-MS)
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	ANDRÉ FERREIRA (PL-PE)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: José Guimarães
Vice-Líderes:
Alencar Santana, Rubens Pereira Júnior, Ana Paula Lima, Damião Feliciano, Emanuel Pinheiro Neto, Pedro Paulo, Renildo Calheiros, Josenildo, Jonas Donizette, Bacelar, Maria Arraes, Waldemar Oliveira, Igor Timo, Rogério Correia, Pastor Henrique Vieira, Alice Portugal e José Nelto.

Liderança da Oposição
Líder: Carlos Jordy
Vice-Líderes:
Filipe Barros (1º Vice), Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Cabo Gilberto Silva, Nikolas Ferreira, Mauricio Marcon, Evair Vieira de Melo, Mendonça Filho, Zucco e Marcel Van Hattem.

Liderança da Maioria
Líder: Aguinaldo Ribeiro
Vice-Líderes:
Acácio Favacho (1º Vice), Gustinho Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Márcio Honaiser, Lindbergh Farias e Aj Albuquerque.

Liderança da Minoria
Líder: Bia Kicis
Vice-Líderes:
Gilson Marques, Rodrigo Valadares, Delegado Éder Mauro, Adriana Ventura, Delegado Paulo Bilynskyj, Julia Zanatta, Luiz Philippe de Orleans e Bragança e Ricardo Salles.

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD
Líder: Doutor Luizinho
Vice-Líderes:
Elmar Nascimento, Adolfo Viana, Aureo Ribeiro, Alfredo Gaspar, Arthur Oliveira Maia, Carlos Henrique Gaguim, Cristiane Lopes, Danilo Forte, Kim Kataguiri, Luiz Carlos Busato, Marangoni, Maurício Carvalho, Mendonça Filho, Yandra Moura, Delegado Fabio Costa, Evair Vieira de Melo, José Nelto, Marx Beltrão, Neto Carletto, Alex Manente, Weliton Prado, Lucas Redecker, Pastor Sargento Isidório, Vicentinho Júnior, Pedro Lupion, Dagoberto Nogueira, Delegada Ione, Amanda Gentil, André Figueiredo, Delegado da Cunha, Mauro Benevides Filho, Afonso Motta, Da Vitoria, José Rocha, Julio Lopes, Dr. Frederico, Geovania de Sá e Max Lemos.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE
Líder: Hugo Motta
Vice-Líderes:
Isnaldo Bulhões Jr. (1º Vice), Ismael Alexandrino, Ricardo Silva, Laura Carneiro, Castro Neto, Nely Aquino, Dr. Victor Linhalis, Celso Russomanno, Augusto Coutinho, Marussa Boldrin, Renilce Nicodemos, Cobalchini, Rafael Prudente, Márcio Marinho, Gabriel Nunes, Gilson Daniel, Gilberto Abramo, Rafael Brito, Franciane Bayer, Diego Coronel, Luiz Gastão, Alberto Mourão, Silas Câmara, Olival Marques, Paulo Litro, Juarez Costa, Fred Linhares, Ricardo Ayres, Antonio Brito, Mariana Carvalho, Otoni de Paula, Renata Abreu, Darci de Matos, Gilvan Maximo, Sidney Leite e Fábio Macedo.

PL
Líder: Altineu Côrtes
Vice-Líderes:
Giovani Cherini (1º Vice), Soraya Santos, Alberto Fraga, Jorge Goetten, General Pazuello, Julia Zanatta, Pr. Marco Feliciano, Coronel Meira, General Girão, Ricardo Salles, Filipe Barros, Bibo Nunes, Capitão Alberto Neto, Zé Trovão, Rodolfo Nogueira, Coronel Fernanda, Caroline de Toni, Chris Tonietto, Vermelho, Abilio Brunini, Marcos Pollon, Capitão Alden, Eli Borges e Capitão Augusto.

Bloco Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil
Líder: Odair Cunha
Vice-Líderes:
Erika Kokay, Jandira Feghali, Ana Pimentel, Alice Portugal, Merlong Solano, Delegada Adriana Accorsi, Dandara, Jadyel Alencar, Camila Jara, Helder Salomão, Paulão, Valmir Assunção, Carlos Veras, Juliana Cardoso, Leonardo Monteiro, Dimas Gadelha, Reimont, Josias Gomes, Jack Rocha, Patrus Ananias e Arlindo Chinaglia.

Bloco Federação PSDB CIDADANIA
Líder: Adolfo Viana

Bloco Federação PSOL REDE
Líder: Guilherme Boulos
Vice-Líderes:
Tarcísio Motta, Fernanda Melchionna, Erika Hilton e Sâmia Bomfim.

PSB
Líder: Gervásio Maia

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

NOVO
Repr.: Adriana Ventura

Líderes de Partidos que participam de Bloco Parlamentar

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PT
Líder:
UNIÃO
Líder: Elmar Nascimento
PP
Líder: Doutor Luizinho
MDB
Líder: Isnaldo Bulhões Jr.
PSD
Líder: Antonio Brito
REPUBLICANOS
Líder: Hugo Motta
PDT
Líder: Afonso Motta
PODE
Líder: Romero Rodrigues
PSDB
Líder:
PSOL
Líder:
AVANTE
Líder: Luis Tibé
PCdoB
Líder:
PV
Líder:
SOLIDARIEDADE
Líder: Aureo Ribeiro
PRD
Líder: Dr. Frederico
CIDADANIA
Repr.:
REDE
Repr.:

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Albuquerque - REPUBLICANOS
Defensor Stélio Dener - REPUBLICANOS
Duda Ramos - MDB
Gabriel Mota - REPUBLICANOS
Helena Lima - MDB
Nicoletti - UNIÃO
Pastor Diniz - UNIÃO
Zé Haroldo Cathedral - PSD

Amapá

Acácio Favacho - MDB
Augusto Puppio - MDB
Dorinaldo Malafaia - PDT
Josenildo - PDT
Professora Goreth - PDT
Silvia Waiãpi - PL
Sonize Barbosa - PL
Vinicius Gurgel - PL

Pará

Airton Faleiro - PT
Andreia Siqueira - MDB
Antônio Doido - MDB
Delegado Caveira - PL
Delegado Éder Mauro - PL
Dilvanda Faro - PT
Dra. Alessandra Haber - MDB
Elcione Barbalho - MDB
Hélio Leite - UNIÃO
Henderson Pinto - MDB
Joaquim Passarinho - PL
José Priante - MDB
Júnior Ferrari - PSD
Keniston Braga - MDB
Olival Marques - MDB
Raimundo Santos - PSD
Renilce Nicodemos - MDB

Amazonas

Adail Filho - REPUBLICANOS
Amom Mandel - CIDADANIA
Átila Lins - PSD
Capitão Alberto Neto - PL
Pauderney Avelino - UNIÃO
Saullo Vianna - UNIÃO
Sidney Leite - PSD
Silas Câmara - REPUBLICANOS

Rondônia

Coronel Chrisóstomo - PL
Cristiane Lopes - UNIÃO
Dr. Fernando Máximo - UNIÃO
Lebrão - UNIÃO
Lucio Mosquini - MDB
Maurício Carvalho - UNIÃO
Silvia Cristina - PL
Thiago Flores - MDB

Acre

Antônia Lúcia - REPUBLICANOS
Coronel Ulysses - UNIÃO
Dr Fabio Rueda - UNIÃO
Gerlen Diniz - PP
Meire Serafim - UNIÃO
Roberto Duarte - REPUBLICANOS
Socorro Neri - PP
Zezinho Barbary - PP

Tocantins

Alexandre Guimarães - REPUBLICANOS
Antonio Andrade - REPUBLICANOS
Carlos Henrique Gaguim - UNIÃO
Eli Borges - PL
Filipe Martins - PL
Lázaro Botelho - PP
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS
Vicentinho Júnior - PP

Maranhão

Amanda Gentil - PP
Cleber Verde - MDB
Dr. Allan Garcês - PP
Dr. Benjamim - UNIÃO
Duarte Jr. - PSB
Fábio Macedo - PODE
Henrique Júnior - PL
Josivaldo Jp - PSD

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Luciano Galego - PL
Márcio Honaiser - PDT
Márcio Jerry - PCdoB
Mariana Carvalho - REPUBLICANOS
Paulo Marinho Jr - PL
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO
Roseana Sarney - MDB
Rubens Pereira Júnior - PT
Silvio Antonio - PL
Wolmer Araújo - SOLIDARIEDADE

Ceará

Aj Albuquerque - PP
André Fernandes - PL
André Figueiredo - PDT
Célio Studart - PSD
Danilo Forte - UNIÃO
Dayany Bittencourt - UNIÃO
Domingos Neto - PSD
Dr. Jaziel - PL
Eduardo Bismarck - PDT
Eunício Oliveira - MDB
Fernanda Pessoa - UNIÃO
Idilvan Alencar - PDT
José Airton Félix Cirilo - PT
José Guimarães - PT
Júnior Mano - PL
Leônidas Cristino - PDT
Luiz Gastão - PSD
Luizianne Lins - PT
Matheus Noronha - PL
Mauro Benevides Filho - PDT
Moses Rodrigues - UNIÃO
Yury do Paredão - MDB

Piauí

Átila Lira - PP
Castro Neto - PSD
Dr. Francisco - PT
Flávio Nogueira - PT
Florentino Neto - PT
Jadyel Alencar - PV
Julio Arcoverde - PP
Júlio Cesar - PSD
Marcos Aurélio Sampaio - PSD
Merlong Solano - PT

Rio Grande do Norte

Benes Leocádio - UNIÃO
Fernando Mineiro - PT
General Girão - PL
João Maia - PP
Natália Bonavides - PT
Paulinho Freire - UNIÃO
Robinson Faria - PL
Sargento Gonçalves - PL

Paraíba

Aguinaldo Ribeiro - PP
Cabo Gilberto Silva - PL
Damião Feliciano - UNIÃO
Gervásio Maia - PSB
Hugo Motta - REPUBLICANOS
Luiz Couto - PT
Mersinho Lucena - PP
Murilo Galdino - REPUBLICANOS
Raniery Paulino - REPUBLICANOS
Romero Rodrigues - PODE
Ruy Carneiro - PODE
Wellington Roberto - PL

Pernambuco

André Ferreira - PL
Augusto Coutinho - REPUBLICANOS
Carlos Veras - PT
Clarissa Tércio - PP
Clodoaldo Magalhães - PV
Coronel Meira - PL
Eduardo da Fonte - PP
Eriberto Medeiros - PSB
Felipe Carreras - PSB
Fernando Coelho Filho - UNIÃO
Fernando Monteiro - PP
Fernando Rodolfo - PL
Guilherme Uchoa - PSB
Iza Arruda - MDB
Lucas Ramos - PSB
Luciano Bivar - UNIÃO
Lula da Fonte - PP
Maria Arraes - SOLIDARIEDADE
Mendonça Filho - UNIÃO
Ossesio Silva - REPUBLICANOS
Pastor Eurico - PL

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Pedro Campos - PSB
Renildo Calheiros - PCdoB
Túlio Gadêlha - REDE
Waldemar Oliveira - AVANTE

Alagoas

Alfredo Gaspar - UNIÃO
Arthur Lira - PP
Daniel Barbosa - PP
Delegado Fabio Costa - PP
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB
Luciano Amaral - PV
Marx Beltrão - PP
Paulão - PT
Rafael Brito - MDB

Sergipe

Delegada Katarina - PSD
Gustinho Ribeiro - REPUBLICANOS
Icaro de Valmir - PL
João Daniel - PT
Nitinho - PSD
Rodrigo Valadares - UNIÃO
Thiago de Joaldo - PP
Yandra Moura - UNIÃO

Bahia

Adolfo Viana - PSDB
Alex Santana - REPUBLICANOS
Alice Portugal - PCdoB
Antonio Brito - PSD
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO
Bacelar - PV
Capitão Alden - PL
Charles Fernandes - PSD
Claudio Cajado - PP
Dal Barreto - UNIÃO
Daniel Almeida - PCdoB
Diego Coronel - PSD
Elmar Nascimento - UNIÃO
Félix Mendonça Júnior - PDT
Gabriel Nunes - PSD
Ivoneide Caetano - PT
João Carlos Bacelar - PL
João Leão - PP
Jorge Solla - PT
José Rocha - UNIÃO
Joseildo Ramos - PT
Josias Gomes - PT
Leo Prates - PDT
Leur Lomanto Júnior - UNIÃO
Lídice da Mata - PSB
Márcio Marinho - REPUBLICANOS
Mário Negromonte Jr. - PP
Neto Carletto - PP
Otto Alencar Filho - PSD
Pastor Sargento Isidório - AVANTE
Paulo Azi - UNIÃO
Paulo Magalhães - PSD
Raimundo Costa - PODE
Ricardo Maia - MDB
Roberta Roma - PL
Rogéria Santos - REPUBLICANOS
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT
Zé Neto - PT

Minas Gerais

Aécio Neves - PSDB
Ana Paula Leão - PP
Ana Pimentel - PT
André Janones - AVANTE
Bruno Farias - AVANTE
Célia Xakriabá - PSOL
Dandara - PT
Delegada Ione - AVANTE
Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PL
Dr. Frederico - PRD
Duda Salabert - PDT
Emidinho Madeira - PL
Eros Biondini - PL
Euclydes Pettersen - REPUBLICANOS
Felipe Saliba - PRD
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS
Greyce Elias - AVANTE
Hercílio Coelho Diniz - MDB
Igor Timo - PODE
Junio Amaral - PL
Lafayette de Andrada - REPUBLICANOS
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Luis Tibé - AVANTE
Luiz Fernando Faria - PSD
Marcelo Álvaro Antônio - PL
Mário Heringer - PDT
Mauricio do Vôlei - PL
Miguel Ângelo - PT
Misael Varella - PSD
Nely Aquino - PODE
Newton Cardoso Jr - MDB
Nikolas Ferreira - PL
Odair Cunha - PT
Padre João - PT
Patrus Ananias - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Paulo Guedes - PT
Pedro Aihara - PRD
Pinheirinho - PP
Rafael Simoes - UNIÃO
Reginaldo Lopes - PT
Rodrigo de Castro - UNIÃO
Rogério Correia - PT
Rosângela Reis - PL
Samuel Viana - REPUBLICANOS
Stefano Aguiar - PSD
Weliton Prado - SOLIDARIEDADE
Zé Silva - SOLIDARIEDADE
Zé Vitor - PL

Espírito Santo

Amaro Neto - REPUBLICANOS
Da Vitoria - PP
Dr. Victor Linhalis - PODE
Evair Vieira de Melo - PP
Gilson Daniel - PODE
Gilvan da Federal - PL
Helder Salomão - PT
Jack Rocha - PT
Messias Donato - REPUBLICANOS
Paulo Folletto - PSB

Rio de Janeiro

Altineu Côrtes - PL
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE
Bandeira de Mello - PSB
Bebeto - PP
Benedita da Silva - PT
Caio Vianna - PSD
Carlos Jordy - PL
Chico Alencar - PSOL
Chiquinho Brazão - UNIÃO
Chris Tonietto - PL
Dani Cunha - UNIÃO
Daniela do Waguinho - UNIÃO
Delegado Ramagem - PL
Dimas Gadelha - PT
Doutor Luizinho - PP
General Pazuello - PL
Glauber Braga - PSOL
Gutemberg Reis - MDB
Helio Lopes - PL
Hugo Leal - PSD
Jandira Feghali - PCdoB
Jorge Braz - REPUBLICANOS
Julio Lopes - PP
Juninho do Pneu - UNIÃO
Laura Carneiro - PSD
Lindbergh Farias - PT
Luciano Vieira - PL
Luis Carlos Gomes - REPUBLICANOS
Luiz Lima - PL
Marcelo Crivella - REPUBLICANOS
Marcelo Queiroz - PP
Marcos Soares - UNIÃO
Marcos Tavares - PDT
Max Lemos - PDT
Murillo Gouvea - UNIÃO
Otoni de Paula - MDB
Pastor Henrique Vieira - PSOL
Pedro Paulo - PSD
Reimont - PT
Roberto Monteiro Pai - PL
Sargento Portugal - PODE
Soraya Santos - PL
Sóstenes Cavalcante - PL
Talíria Petrone - PSOL
Tarcísio Motta - PSOL
Washington Quaquá - PT

São Paulo

Adilson Barroso - PL
Adriana Ventura - NOVO
Alberto Mourão - MDB
Alencar Santana - PT
Alex Manente - CIDADANIA
Alexandre Leite - UNIÃO

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Alfredinho - PT
Antonio Carlos Rodrigues - PL
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Jardim - CIDADANIA
Baleia Rossi - MDB
Bruno Ganem - PODE
Capitão Augusto - PL
Carla Zambelli - PL
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - REPUBLICANOS
Cezinha de Madureira - PSD
Coronel Telhada - PP
David Soares - UNIÃO
Delegado da Cunha - PP
Delegado Palumbo - MDB
Delegado Paulo Bilynskyj - PL
Douglas Viegas - UNIÃO
Eduardo Bolsonaro - PL
Ely Santos - REPUBLICANOS
Erika Hilton - PSOL
Fábio Teruel - MDB
Fausto Pinato - PP
Gilberto Nascimento - PSD
Guilherme Boulos - PSOL
Ivan Valente - PSOL
Jefferson Campos - PL
Jilmar Tatto - PT
Jonas Donizette - PSB
Juliana Cardoso - PT
Kiko Celeguim - PT
Kim Kataguiri - UNIÃO
Luiz Carlos Motta - PL
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL
Luiza Erundina - PSOL
Marangoni - UNIÃO
Marcio Alvino - PL
Marcos Pereira - REPUBLICANOS
Maria Rosas - REPUBLICANOS
Mario Frias - PL
Mauricio Neves - PP
Miguel Lombardi - PL
Nilto Tatto - PT
Orlando Silva - PCdoB
Paulinho da Força - SOLIDARIEDADE
Paulo Alexandre Barbosa - PSDB
Paulo Freire Costa - PL
Pr. Marco Feliciano - PL
Professora Luciene Cavalcante - PSOL
Renata Abreu - PODE
Ricardo Salles - PL
Ricardo Silva - PSD
Rodrigo Gambale - PODE
Rosana Valle - PL
Rosângela Moro - UNIÃO
Rui Falcão - PT
Sâmia Bomfim - PSOL
Saulo Pedroso - PSD
Simone Marquetto - MDB
Tabata Amaral - PSB
Tiririca - PL
Vicentinho - PT
Vinicius Carvalho - REPUBLICANOS
Vitor Lippi - PSDB

Mato Grosso

Abilio Brunini - PL
Amália Barros - PL
Coronel Assis - UNIÃO
Coronel Fernanda - PL
Emanuel Pinheiro Neto - MDB
Gisela Simona - UNIÃO
José Medeiros - PL
Juarez Costa - MDB

Distrito Federal

Alberto Fraga - PL
Bia Kicis - PL
Erika Kokay - PT
Fred Linhares - REPUBLICANOS
Gilvan Maximo - REPUBLICANOS
Julio Cesar Ribeiro - REPUBLICANOS
Prof. Reginaldo Veras - PV
Rafael Prudente - MDB

Goiás

Adriano do Baldy - PP
Célio Silveira - MDB
Daniel Agrobom - PL
Delegada Adriana Accorsi - PT
Dr. Zacharias Calil - UNIÃO
Flávia Morais - PDT
Glaustin da Fokus - PODE
Gustavo Gayer - PL
Hildo do Candango - REPUBLICANOS

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Ismael Alexandrino - PSD
José Nelto - PP
Lêda Borges - PSDB
Magda Mofatto - PRD
Marussa Boldrin - MDB
Professor Alcides - PL
Rubens Otoni - PT
Silvye Alves - UNIÃO

Mato Grosso do Sul

Beto Pereira - PSDB
Camila Jara - PT
Dagoberto Nogueira - PSDB
Dr. Luiz Ovando - PP
Geraldo Resende - PSDB
Marcos Pollon - PL
Rodolfo Nogueira - PL
Vander Loubet - PT

Paraná

Aliel Machado - PV
Beto Richa - PSDB
Carol Dartora - PT
Delegado Matheus Laiola - UNIÃO
Diego Garcia - REPUBLICANOS
Dilceu Sperafico - PP
Felipe Francischini - UNIÃO
Filipe Barros - PL
Geraldo Mendes - UNIÃO
Giacobo - PL
Gleisi Hoffmann - PT
Luciano Alves - PSD
Luciano Ducci - PSB
Luisa Canziani - PSD
Luiz Carlos Hauly - PODE
Luiz Nishimori - PSD
Marco Brasil - PP
Padovani - UNIÃO
Paulo Litro - PSD
Pedro Lupion - PP
Reinhold Stephanes - PSD
Rodrigo Estacho - PSD
Sargento Fahur - PSD
Sergio Souza - MDB
Tadeu Veneri - PT
Tião Medeiros - PP
Toninho Wandscheer - PP
Vermelho - PL
Welter - PT
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Ana Paula Lima - PT
Carlos Chiodini - MDB
Caroline de Toni - PL
Cobalchini - MDB
Daniel Freitas - PL
Daniela Reinehr - PL
Darci de Matos - PSD
Fabio Schiochet - UNIÃO
Geovania de Sá - PSDB
Gilson Marques - NOVO
Ismael - PSD
Jorge Goetten - PL
Julia Zanatta - PL
Pedro Uczai - PT
Pezenti - MDB
Zé Trovão - PL

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Afonso Motta - PDT
Alceu Moreira - MDB
Alexandre Lindenmeyer - PT
Any Ortiz - CIDADANIA
Bibo Nunes - PL
Bohn Gass - PT
Covatti Filho - PP
Daiana Santos - PCdoB
Daniel Trzeciak - PSDB
Denise Pessôa - PT
Fernanda Melchionna - PSOL
Franciane Bayer - REPUBLICANOS
Giovani Cherini - PL
Heitor Schuch - PSB
Lucas Redecker - PSDB
Luciano Azevedo - PSD
Luiz Carlos Busato - UNIÃO
Marcel Van Hattem - NOVO
Marcelo Moraes - PL
Márcio Biolchi - MDB
Marcon - PT
Maria do Rosário - PT
Mauricio Marcon - PODE

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Osmar Terra - MDB
Pedro Westphalen - PP
Pompeo de Mattos - PDT
Reginete Bispo - PT
Ronaldo Nogueira - REPUBLICANOS
Sanderson - PL
Zucco - PL

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Bruno Farias (AVANTE)
1º Vice-Presidente: Delegada Ione (AVANTE)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

21 vagas 21 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Flávia Renata de Oliveira Silva
Telefones: 3216-6560

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Tião Medeiros (PP)
1º Vice-Presidente: Ana Paula Leão (PP)
2º Vice-Presidente: Pastor Diniz (UNIÃO)
3º Vice-Presidente: Emidinho Madeira (PL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

50 vagas 50 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

NOVO

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Alexandre Pierre Barreto Lima
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Presidente: Célia Xakriabá (PSOL)
1º Vice-Presidente: Dilvanda Faro (PT)
2º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL)
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Presidente: Luisa Canziani (PSD)
1º Vice-Presidente: Daiana Santos (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Reimont (PT)
3º Vice-Presidente: Vitor Lippi (PSDB)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

41 vagas 41 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Presidente: Amaro Neto (REPUBLICANOS)
1º Vice-Presidente: Simone Marquetto (MDB)
2º Vice-Presidente: Bibo Nunes (PL)
3º Vice-Presidente: Rodrigo Valadares (UNIÃO)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

37 vagas 37 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Eduardo Nunes dos Santos
Telefones: 3216-6351

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Rui Falcão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

64 vagas 64 vagas

Fdr PSOL-REDE

2 vagas 2 vagas

Secretário(a): Patrícia Medeiros Berto
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 17
Telefones: 3216-6483
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente: Marcelo Queiroz (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Lídice da Mata (PSB)
3º Vice-Presidente: Mario Frias (PL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

19 vagas 19 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Maria Lúcia Rodrigues
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, salas 168/169
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Jorge Braz (REPUBLICANOS)
1º Vice-Presidente: Celso Russomanno (REPUBLICANOS)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

23 vagas 23 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6928
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidente: Lêda Borges (PSDB)
1º Vice-Presidente: Delegada Katarina (PSD)
2º Vice-Presidente: Delegada Ione (AVANTE)
3º Vice-Presidente: Dilvanda Faro (PT)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

21 vagas 21 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Valeria Aparecida Olinto Pessoa
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala B, sala 150
Telefones: 3216-6961/67

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Presidente: Aliel Machado (PV)
1º Vice-Presidente: Castro Neto (PSD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

21 vagas 21 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Rafaela Sousa Feitoza
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 154
Telefones: 3216-6951/52

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Presidente: Márcio Jerry (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Zé Haroldo Cathedral (PSD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

19 vagas 19 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Raquel Ferreira de Carvalho Aldigueri
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 5
Telefones: 3216-6971 a 76

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Presidente: Félix Mendonça Júnior (PDT)
1º Vice-Presidente: Zé Neto (PT)
2º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (REPUBLICANOS)
3º Vice-Presidente: Dr. Fernando Máximo (UNIÃO)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Acácio Favacho (MDB)
1º Vice-Presidente: Carlos Chiodini (MDB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Boulos (PSOL)
3º Vice-Presidente: Marangoni (UNIÃO)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): André Querino Faim
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 188
Telefones: 3216-6556/ 6551
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Presidente: Luizianne Lins (PT)
1º Vice-Presidente: Jack Rocha (PT)
2º Vice-Presidente: Erika Hilton (PSOL)
3º Vice-Presidente: Daiana Santos (PCdoB)

Titulares **Suplentes**

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Lucas Assis Nascimento
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Moses Rodrigues (UNIÃO)
1º Vice-Presidente: Socorro Neri (PP)
2º Vice-Presidente: Rafael Brito (MDB)
3º Vice-Presidente: Diego Garcia (REPUBLICANOS)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

41 vagas 41 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Lucas Cordova
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 3216-6622
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DO ESPORTE

Presidente: Luiz Lima (PL)
1º Vice-Presidente: Mauricio do Vôlei (PL)
2º Vice-Presidente: Nely Aquino (PODE)
3º Vice-Presidente: Bandeira de Mello (PSB)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

20 vagas 20 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Lindberg Aziz Cury Júnior
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 2
Telefones: 3216-6351

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Paulo Guedes (PT)
1º Vice-Presidente: Merlong Solano (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

47 vagas 47 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Gislene de Almeida Vaz
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Bia Kicis (PL)
1º Vice-Presidente: Alexandre Leite (UNIÃO)
2º Vice-Presidente: André Fernandes (PL)
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

21 vagas 21 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Ulisses Afrânio Palhares Castelo Branco
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Presidente: Heitor Schuch (PSB)
1º Vice-Presidente: Lucas Ramos (PSB)
2º Vice-Presidente: Mersinho Lucena (PP)
3º Vice-Presidente: Sonize Barbosa (PL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

NOVO

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Padovani (UNIÃO)
1º Vice-Presidente: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO)
2º Vice-Presidente: Daniel Agrobom (PL)
3º Vice-Presidente: Josenildo (PDT)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

19 vagas 19 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Elza Carneiro dos Santos Figueiredo
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 55
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Zé Silva (SOLIDARIEDADE)
1º Vice-Presidente: Professora Goreth (PDT)
2º Vice-Presidente: Rosângela Reis (PL)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSOL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Luisa Paula Oliveira Campos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 121
Telefones: 3216-6690 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: José Priante (MDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Lebrão (UNIÃO)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Raquel Carvalho Barreto
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Rodrigo de Castro (UNIÃO)
1º Vice-Presidente: Joaquim Passarinho (PL)
2º Vice-Presidente: Geraldo Mendes (UNIÃO)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

3º Vice-Presidente: Gabriel Nunes (PSD)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

47 vagas 47 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Fábio Gomes Ferreira
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 60
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

Presidente: Fernando Rodolfo (PL)
1º Vice-Presidente: Filipe Martins (PL)
2º Vice-Presidente: Rogéria Santos (REPUBLICANOS)
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

17 vagas 17 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Márcia Cristina Abreu
Telefones: 3216-6867

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Paulo Alexandre Barbosa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Flávio Nogueira (PT)
2º Vice-Presidente: General Girão (PL)
3º Vice-Presidente: Átila Lins (PSD)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

37 vagas 37 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Sérgio Sampaio Conteiras de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SAÚDE

Presidente: Zé Vitor (PL)
1º Vice-Presidente: Silvia Cristina (PL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Pedro Westphalen (PP)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

50 vagas 50 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

NOVO

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6784 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Sanderson (PL)
1º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PL)
2º Vice-Presidente: Coronel Ulysses (UNIÃO)
3º Vice-Presidente: Delegado da Cunha (PP)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

37 vagas 37 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): José Bemfica de Deus
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 166
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE TRABALHO

Presidente: Airton Faleiro (PT)
1º Vice-Presidente: Duda Salabert (PDT)
2º Vice-Presidente: Alexandre Lindenmeyer (PT)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Motta (PL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

25 vagas 25 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Marcelo Augusto Coelho da Silva
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 50
Telefones: 3216-6818
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Romero Rodrigues (PODE)
1º Vice-Presidente: Fábio Macedo (PODE)
2º Vice-Presidente: Vermelho (PL)
3º Vice-Presidente: Marcos Aurélio Sampaio (PSD)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

19 vagas 19 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Calebe Nunes Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A , sala 151
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Cezinha de Madureira (PSD)
1º Vice-Presidente: Ricardo Silva (PSD)
2º Vice-Presidente: Gutemberg Reis (MDB)
3º Vice-Presidente: Bebeto (PP)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

29 vagas 29 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Rita Fukuhara
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 173
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES DE COMBATE AO CÂNCER NO BRASIL

Presidente: Weliton Prado (SOLIDARIEDADE)
1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PSD)
2º Vice-Presidente: Florentino Neto (PT)
3º Vice-Presidente: Amanda Gentil (PP)
Relator: Silvia Cristina (PL)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

Alberto Mourão	Benes Leocádio
Amanda Gentil	Bibo Nunes
Antônia Lúcia	Diego Garcia
Antonio Andrade	Dr. Victor Linhalis
Augusto Puppio	Henderson Pinto

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Delegado Paulo Bilynskyj
Dr. Benjamim
Dr. Frederico vaga do NOVO
Dr. Zacharias Calil
Eduardo da Fonte
Evair Vieira de Melo
Flávia Morais
Florentino Neto
Geraldo Resende
Giovani Cherini
Icaro de Valmir
Jefferson Campos
Laura Carneiro
Renilce Nicodemos
Rosângela Reis
Ruy Carneiro
Saullo Vianna
Silvia Cristina
Weliton Prado
Zucco
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
7 vagas

Lula da Fonte
Maria Rosas
Misael Varella
Paulo Folletto
Paulo Marinho Jr
Pedro Lucas Fernandes
Rafael Simoes
Simone Marquetto
20 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga — 1 vaga

NOVO

(Dep. do PRD ocupa a vaga) — 1 vaga

Secretário(a): Andrea Christina de Souza Barcelos Menezes
Local: Anexo II, sala 165 B
Telefones: (61)3216-6232

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO, ATUALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS, NO SENTIDO DE INCORPORAR A ELAS OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E ATIVIDADES DIÁRIAS

Presidente: Marx Beltrão (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS)

Titulares — **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr

PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

Alfredo Gaspar
Aliel Machado
Antônia Lúcia
Any Ortiz
Átila Lira
Augusto Coutinho
Bandeira de Mello
Cabo Gilberto Silva
Cobalchini
Delegado Paulo Bilynskyj
Eli Borges
Evair Vieira de Melo
Flávia Morais
Gustavo Gayer
Helio Lopes
Igor Timo
Jadyel Alencar
Kim Kataguiri
Lafayette de Andrada
Laura Carneiro
Marx Beltrão
Mendonça Filho
Miguel Ângelo
Newton Cardoso Jr
Pedro Aihara
Roberta Roma
Rubens Pereira Júnior
Saullo Vianna
Waldemar Oliveira
Zé Haroldo Cathedral
(Dep. do PV ocupa a vaga)
(Dep. do CIDADANIA ocupa a vaga)
(Dep. do PV ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)

Domingos Sávio
Dr. Zacharias Calil
Filipe Barros
Gilberto Abramo
Lídice da Mata
Marangoni
Marcelo Crivella
Mauricio Marcon
Paulo Marinho Jr
Prof. Reginaldo Veras
(Dep. do PV ocupa a vaga)
22 vagas

Fdr PSOL-REDE

1 vaga — 1 vaga

Secretário(a): Ana Karina de Macedo Tito
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 3216-6235

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 169, DE 2019, DO SR. CAPITÃO ALBERTO NETO E OUTROS, QUE "ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PERMITIR A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE UM CARGO DE PROFESSOR COM OUTRO DE QUALQUER NATUREZA"

Presidente: Daniel Agrobom (PL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD	
Airton Faleiro	Alice Portugal
Alfredinho	Cabo Gilberto Silva
Amália Barros	Cristiane Lopes
Benes Leocádio	Delegado Paulo Bilynskyj
Capitão Alberto Neto	Jack Rocha
Damião Feliciano	Jorge Solla
Daniel Agrobom	Luciano Galego
Darci de Matos	Prof. Reginaldo Veras
Delegada Adriana Accorsi	Professor Alcides
Dra. Alessandra Haber	Professora Goreth
Fernando Mineiro	Rodolfo Nogueira
Gustavo Gayer	Sargento Gonçalves
Laura Carneiro	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Maria Rosas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Maurício Carvalho	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Mauro Benevides Filho	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Rafael Brito	17 vagas
Rafael Prudente	
Rafael Simoes	
Reimont	
Roberto Duarte	
Sidney Leite	
Soraya Santos	
Thiago de Joaldo	
Zezinho Barbary	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
3 vagas	
Fdr PSOL-REDE	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Sara Teixeira Santos

Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: (61) 3216-6202

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2023, DO SR. MARCELO CRIVELLA E OUTROS, QUE "ACRESCENTA § 4º-A AO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE QUE TRATAM AS SUAS ALÍNEAS "B" E "C" DO INCISO VI"

Presidente: Gilberto Nascimento (PSD)
1º Vice-Presidente: Dr. Luiz Ovando (PP)
2º Vice-Presidente: Daniel Agrobom (PL)
3º Vice-Presidente: Rogéria Santos (REPUBLICANOS)
Relator: Dr. Fernando Máximo (UNIÃO)

Titulares	Suplentes
PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD	
Aureo Ribeiro	Coronel Meira
Benedita da Silva	David Soares
Cezinha de Madureira	Delegada Ione
Coronel Telhada	Delegada Katarina
Dani Cunha	Fernanda Pessoa
Daniel Agrobom	Henrique Júnior
Denise Pessôa	Josivaldo Jp
Dimas Gadelha	Marangoni
Dr. Fernando Máximo	Marcelo Crivella
Dr. Luiz Ovando	Nikolas Ferreira
Eli Borges	Raimundo Santos
Filipe Martins	Rodolfo Nogueira
General Girão	Rodrigo Gambale
Geovania de Sá	Ronaldo Nogueira
Gilberto Nascimento	19 vagas
Greyce Elias	
Guilherme Uchoa	
Marcos Soares	
Maria Rosas	
Otoni de Paula	
Reginaldo Lopes	
Reimont	
Roberto Duarte	
Rogéria Santos	
Romero Rodrigues	
Rosângela Reis	
Silas Câmara	

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Silvio Antonio
Stefano Aguiar
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)

Fdr PSOL-REDE

1 vaga — 1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: (61) 3216-6234

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 9, DE 2023, DO SR. PAULO MAGALHÃES E OUTROS, QUE "ALTERA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 117, DE 5 DE ABRIL DE 2022, QUANTO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES AOS PARTIDOS QUE NÃO PREENCHERAM A COTA MÍNIMA DE RECURSOS OU QUE NÃO DESTINARAM OS VALORES MÍNIMOS EM RAZÃO DE SEXO E RAÇA EM ELEIÇÕES, BEM COMO NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS E ELEITORAIS"

Presidente: Diego Coronel (PSD)
1º Vice-Presidente: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Renata Abreu (PODE)
Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL)

Titulares	**Suplentes**
PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD	
Albuquerque	Acácio Favacho
André Fernandes	Baleia Rossi
Antonio Carlos Rodrigues	Bruno Farias
Aureo Ribeiro	Cabo Gilberto Silva
Bia Kicis	Carlos Henrique Gaguim
Carlos Veras	Delegado Caveira
Covatti Filho	Delegado Éder Mauro
Dani Cunha	Filipe Martins
Diego Coronel	Gleisi Hoffmann
Domingos Neto	Isnaldo Bulhões Jr.
Duda Ramos	Julio Lopes
Eduardo Bismarck	Lafayette de Andrada
Filipe Barros	Mauricio do Vôlei
Gilberto Abramo	Merlong Solano
Gisela Simona	Roberto Monteiro Pai
Jilmar Tatto	Rodrigo Gambale
Keniston Braga	Rogéria Santos
Kiko Celeguim	Zé Haroldo Cathedral
Luis Tibé	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luiz Carlos Busato	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luiz Gastão	13 vagas
Max Lemos	
Odair Cunha	
Pinheirinho	
Rafael Prudente	
Reginaldo Lopes	
Renata Abreu	
Rosângela Reis	
Silvio Antonio	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
Fdr PSOL-REDE	
Fernanda Melchionna	Chico Alencar

Secretário(a): Fabio da Silva Alexandre
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 3216-6212

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E ANALISAR FORMAS DE PREVENÇÃO E AUXÍLIO A DESASTRES E CALAMIDADES NATURAIS QUE VÊM ASSOLANDO O TERRITÓRIO NACIONAL

Presidente: Leo Prates (PDT)
1º Vice-Presidente: Jorge Goetten (PL)
2º Vice-Presidente: Bohn Gass (PT)
3º Vice-Presidente: Meire Serafim (UNIÃO)
Relator: Gilson Daniel (PODE)

Titulares	**Suplentes**
PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD	
Afonso Hamm	Evair Vieira de Melo
Alberto Mourão	Flávio Nogueira
Alceu Moreira	Heitor Schuch

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Alencar Santana	Josenildo
Ana Paula Lima	Juliana Cardoso
Bibo Nunes	Leonardo Monteiro
Bohn Gass	Pedro Aihara
Covatti Filho	Pedro Westphalen
Daiana Santos	Reginaldo Lopes
Daniela Reinehr	Reimont
Delegada Katarina	Silvia Waiãpi
Diego Andrade	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Dilvanda Faro	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Franciane Bayer	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Gilson Daniel	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Giovani Cherini	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Ismael	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Jorge Goetten	16 vagas
Julio Arcoverde	
Leo Prates	
Lucas Redecker	
Luiz Carlos Busato	
Marangoni	
Marcelo Moraes	
Maria Arraes	
Meire Serafim	
Ricardo Maia	
Sanderson	
Tabata Amaral	
Waldemar Oliveira	
Yandra Moura	
Zé Trovão	
Zucco	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	

Fdr PSOL-REDE

Fernanda Melchionna	Professora Luciene Cavalcante vaga do PSD
	Tarcísio Motta

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 6-6276

COMISSÃO ESPECIAL DE DOCUMENTOS SIGILOSOS

Presidente: Vinicius Gurgel (PL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Rodrigo da Silva Franca
Local: Anexo II, Piso Superior, Ala C, Sala 7
Telefones: (61) 3216-5631

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE DEBATER E APRESENTAR PROPOSTA DE REVISÃO DO ARCABOUÇO LEGAL QUE REGULA A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS BRASILEIRO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a):

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - FONTES RENOVÁVEIS E PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

Presidente: Arnaldo Jardim (CIDADANIA)
1º Vice-Presidente: Fernando Mineiro (PT)
2º Vice-Presidente: Delegado Matheus Laiola (UNIÃO)
3º Vice-Presidente: Icaro de Valmir (PL)
Relator: Bacelar (PV)

Titulares **Suplentes**

PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD

Alberto Mourão	Amom Mandel
Arnaldo Jardim	Benes Leocádio
Bacelar	Caio Vianna
Clodoaldo Magalhães	Dani Cunha
Danilo Forte	Diego Coronel

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Delegado Matheus Laiola	Flávia Morais
Diego Andrade	Joseildo Ramos
Domingos Neto	Júnior Mano
Duda Ramos	Lídice da Mata
Felipe Francischini	Marcos Tavares
Fernando Mineiro	Meire Serafim
Fernando Monteiro	Merlong Solano
Fernando Rodolfo	Miguel Ângelo
Florentino Neto	Nilto Tatto
Icaro de Valmir	Pedro Uczai
Igor Timo	Prof. Reginaldo Veras
Jadyel Alencar	Ricardo Maia
João Carlos Bacelar	Roberto Monteiro Pai
Joaquim Passarinho	(Dep. do CIDADANIA ocupa a vaga)
Jorge Goetten	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Lafayette de Andrada	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luciano Vieira	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Marangoni	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Maria Arraes	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Murilo Galdino	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Pedro Campos	8 vagas
Raimundo Santos	
Roberta Roma	
Vicentinho Júnior	
(Dep. do CIDADANIA ocupa a vaga)	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	
Fdr PSOL-REDE	
Túlio Gadêlha	1 vaga

Secretário(a): Gabriela Matsunaga Menezes da Fonseca
Local: Anexo II, Pavimento superior, Ala B, sala 165
Telefones: (61) 3216-6215

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DAS RAZÕES DO AUMENTO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A ALTA TAXA DE MORTE MATERNA NO BRASIL

Presidente: Soraya Santos (PL)
1º Vice-Presidente: Silvye Alves (UNIÃO)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
3º Vice-Presidente: Dr. Luiz Ovando (PP)
Relator: Any Ortiz (CIDADANIA)

Titulares	**Suplentes**
PL/Fdr PT-PCdoB-PV/UNIÃO/PP/MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE/Fdr PSDB-CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD	
Amanda Gentil	Alice Portugal
Ana Paula Leão	Dayany Bittencourt
Ana Paula Lima	Delegada Ione
Ana Pimentel	Dr. Fernando Máximo
Antônia Lúcia	Dr. Zacharias Calil
Any Ortiz	Dra. Alessandra Haber
Carol Dartora	Joaquim Passarinho
Daiana Santos	Lídice da Mata
Dani Cunha	Pedro Westphalen
Delegada Katarina	Renata Abreu
Denise Pessôa	Sonize Barbosa
Dr. Frederico	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Dr. Jaziel	21 vagas
Dr. Luiz Ovando	
Geraldo Resende	
Greyce Elias	
Iza Arruda	
Laura Carneiro	
Meire Serafim	
Nely Aquino	
Roberta Roma	
Rosângela Reis	
Silvia Cristina	
Silvye Alves	
Soraya Santos	
Yandra Moura	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do CIDADANIA ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
Fdr PSOL-REDE	
Talíria Petrone	Sâmia Bomfim
NOVO	

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Bárbara Santos Vieira
Local: Anexo II Sala 165-B
Telefones: 3216-6260

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR OS DANOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS, DENTRE OUTROS, CAUSADOS PELO AFUNDAMENTO DO SOLO NA CIDADE DE MACEIÓ-AL

Coordenador: Alfredo Gaspar (UNIÃO)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Lucas Paranhos Quintella
Telefones: 3216-6206

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A APURAR E ACOMPANHAR OS DANOS CAUSADOS PELAS ENCHENTES QUE ATINGIRAM MAIS DE 90 MUNICÍPIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM SETEMBRO DE 2023

Coordenador: Marcel Van Hattem (NOVO)
Relator: Pompeo de Mattos (PDT)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Paulo Sergio Novais de Macedo
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 66252

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FISCALIZAR OS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS, EM ESPECIAL ACOMPANHAR A REPACTUAÇÃO DO ACORDO DE MARIANA E A REPARAÇÃO DO CRIME DE BRUMADINHO

Coordenador: Rogério Correia (PT)
Relator-Parcial: Zé Silva (SOLIDARIEDADE)
Relator-Parcial: Padre João (PT)
Relator-Parcial: Helder Salomão (PT)
Relator-Parcial: Pedro Aihara (PRD)
Relator-Parcial: Célia Xakriabá (PSOL)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Roberta de Aguiar Costa Mascarenhas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165
Telefones: 66209

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A GRAVE SITUAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO EM DECORRÊNCIA DAS FORTES CHUVAS

Coordenadora: Roseana Sarney (MDB)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR, IN LOCO, O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, DECRETADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Relator: Abilio Brunini (PL)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Vinicius Vieira Vasconcelos
Local: Anexo 2 - Sala 165 B
Telefones: (61) 3219-6251

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR A CONCLUSÃO DAS OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS

Coordenadora: Flávia Morais (PDT)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Vinicius Vieira Vasconcelos
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: (61) 3216-6218

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ELABORAR PROPOSTAS PARA ANALISAR O ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE COMO COMPROMISSO INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DESTA DOENÇA COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA ATÉ O ANO DE 2030, CONFORME

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

PRECONIZADO PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Coordenador: Antonio Brito (PSD)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Letícia Nicolau Brandão Caldas
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 3216-6204

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR A SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PERDERAM RECURSOS FINANCEIROS DO FPM, DEPOIS DOS CÁLCULOS FEITOS PELO TCU, COM BASE NO CENSO INACABADO DO IBGE

Coordenador: Sidney Leite (PSD)
Sub-Relator: Coronel Chrisóstomo (PL)
Sub-Relator: Gilson Daniel (PODE)
Sub-Relator: Yandra Moura (UNIÃO)
Relator-Geral: Gabriel Nunes (PSD)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Alessandro Alves de Miranda
Local: Anexo II, sala 165, B
Telefones: 66267

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FISCALIZAR E ACOMPANHAR IN LOCO A ATUAL SITUAÇÃO QUE SE ENCONTRA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Coordenador: André Fernandes (PL)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Alessandro Alves de Miranda
Telefones: 3216-6267

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Coordenador: Weliton Prado (SOLIDARIEDADE)

Titulares **Suplentes**

Secretário(a):

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Fale com a Câmara

0800 0 619 619

/camaradeputados

@camaradeputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria-Geral da Mesa

Serviço de Publicação no DCD

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXXIX Nº 11-A, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2024

EDIÇÃO EXTRA

BRASÍLIA - DF

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2023/2025)

PRESIDENTE	ARTHUR LIRA (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	MARCOS PEREIRA (REPUBLICANOS-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	SÓSTENES CAVALCANTE (PL-RJ)
1º SECRETÁRIO	LUCIANO BIVAR (UNIÃO-PE)
2ª SECRETÁRIA	MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
3º SECRETÁRIO	JÚLIO CESAR (PSD-PI)
4º SECRETÁRIO	LUCIO MOSQUINI (MDB-RO)
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GILBERTO NASCIMENTO (PSD-SP)
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	BETO PEREIRA (PSDB-MS)
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	ANDRÉ FERREIRA (PL-PE)

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 21/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023**, do Sr. Bibo Nunes e outros, que "adiciona o parágrafo 9ºB ao artigo 166 da Constituição Federal para permitir o emendamento em reserva, de 5% para o uso em catástrofes e emergências naturais".

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 21 de fevereiro de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

c44531e3-bfb9-4609-a781-2c8239679c30

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=c44531e3-bfb9-4609-a781-2c8239679c30

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 30/10/2023 10:59:08.033 - MESA
PROC n.504/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Alfredo Gaspar** - UNIÃO/AL

Ofício Gab. 543.25.2023

Brasília, 26 de outubro de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **Arthur Lira**

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Hungria

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Hungria, criado pela Resolução Nº 12/1996, para o exercício durante a 57ª Legislatura.

Encaminhamos a V. Exa. a relação de membros integrantes, bem como a Ata de Instalação do mesmo para registro nesta Casa.

Atenciosamente,

Deputado Alfredo Gaspar

(União/AL)

Presidente

CD235302201600 LexEdit

Para verificar as assinaturas, acesse https://www.legal.leg.br/assinatura/camara.leg.br/p/235302201600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredo Gaspar e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 30/10/2023 10:59:08.033 - MESA
PROC n.504/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Alfredo Gaspar** - UNIÃO/AL

ATA DE REUNIÃO

Criado pela Resolução Nº 12/1996 da Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado Efraim Morais, promulgado no DCD de 31/10/1996.

Em 26/10/2023, realizou-se reunião da diretoria do Grupo, em que ficou aprovada a composição da diretoria para a Legislatura 2023/2026, tendo como Presidente o Deputado Federal Alfredo Gaspar; e 1º Vice-Presidente o Deputado Federal Dr. Zacharias Calil. Os demais cargos serão completos com a reunião que ocorrerá em novembro de 2026. Informamos ainda que este Grupo utilizará o Estatuto que serviu de base para a formação do grupo supracitado nas Legislaturas anteriores.

A comissão executiva ficou assim constituída:

Presidente: ALFREDO GASPAR Deputado Federal

1º Vice-Presidente: DR. ZACHARIAS CALIL Deputado Federal

Alfredo Gaspar

Deputado Federal – União/AL

LexEdit
CD235302201600

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 543 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5543/3543 | dep.alfredogaspar@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse https://www.legadenteradas.assinaturacamara.leg.br/p/235302201600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredo Gaspar e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Apresentação: 30/10/2023 10:59:08.033 - MESA
PROC n.504/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Instalação de Grupo Parlamentar
(Do Sr. Alfredo Gaspar)

Reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Hungria.

Assinaram eletronicamente o documento CD235302201600, nesta ordem:

1 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)
2 Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)

Para verificar as assinaturas, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235302201600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredo Gaspar e outros

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Data do Documento: 21/02/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício n° 543/2023 (PROC 504/2023), do Deputado Alfredo Gaspar - Comunica a reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Hungria.
Em / /2024.

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

90c44554-ee2c-4b39-b84f-539b4d9f8fdf

Documento : 94371 - 10

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Arthur Lira.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=90c44554-ee2c-4b39-b84f-539b4d9f8fdf

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.

Fale com a Câmara

0800 0 619 619

/camaradeputados

@camaradeputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria-Geral da Mesa

Serviço de Publicação no DCD

Diário assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil.
Disponível em imagem camara.leg.br/diarios.asp. Verificação de autenticidade em verificador.iti.gov.br.